

CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS: CONTEXTUALIZANDO E COMPREENDENDO AS NECESSIDADES SOCIAIS

VOLUME VII



EDITORA CONHECIMENTO LIVRE

Frederico Celestino Barbosa

Ciências sociais aplicadas: contextualizando e compreendendo as necessidades sociais

7ª ed.

Piracanjuba-GO
Editora Conhecimento Livre
Piracanjuba-GO

7ª ed.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Barbosa, Frederico Celestino
B238C Ciências sociais aplicadas: contextualizando e compreendendo as necessidades sociais

/ Frederico Celestino Barbosa. – Piracanjuba-GO

Editora Conhecimento Livre, 2022

245 f.: il

DOI: 10.37423/2022.edcl647

ISBN: 978-65-5367-254-3

Modo de acesso: World Wide Web

Incluir Bibliografia

1. atualidade 2. relacionamento 3. soluções I. Barbosa, Frederico Celestino II. Título

CDU: 300

<https://doi.org/10.37423/2022.edcl647>

O conteúdo dos artigos e sua correção ortográfica são de responsabilidade exclusiva dos seus respectivos autores.

EDITORIA CONHECIMENTO LIVRE

Corpo Editorial

MSc Edson Ribeiro de Britto de Almeida Junior

MSc Humberto Costa

MSc Thays Merçon

MSc Adalberto Zorzo

MSc Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno

PHD Willian Douglas Guilherme

MSc Andrea Carla Agnes e Silva Pinto

MSc Walmir Fernandes Pereira

MSc Edisio Alves de Aguiar Junior

MSc Rodrigo Sanchotene Silva

MSc Wesley Pacheco Calixto

MSc Adriano Pereira da Silva

MSc Frederico Celestino Barbosa

MSc Guilherme Fernando Ribeiro

MSc. Plínio Ferreira Pires

MSc Fabricio Vieira Cavalcante

PHD Marcus Fernando da Silva Praxedes

MSc Simone Buchignani Maigret

Dr. Adilson Tadeu Basquerote

Dra. Thays Zigante Furlan

MSc Camila Concato

PHD Miguel Adriano Inácio

MSc Anelisa Mota Gregoleti

PHD Jesus Rodrigues Lemos

MSc Gabriela Cristina Borborema Bozzo

MSc Karine Moreira Gomes Sales

Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares

MSc Pedro Panhoca da Silva

MSc Helton Rangel Coutinho Junior

MSc Carlos Augusto Zilli

MSc Euvaldo de Sousa Costa Junior

Dra. Suely Lopes de Azevedo

MSc Francisco Odecio Sales

MSc Ezequiel Martins Ferreira

MSc Eliane Avelina de Azevedo Sampaio

CAPÍTULO 1	6
ALIENAÇÃO PARENTAL E AS MUDANÇAS OCORRIDAS NA LEI, SUAS RE-PERCUSSÕES NO ÂMBITO JURÍDICO	
Luciana Emanuela Pinto de Senna Gonçalves	
Fernando Lourenço Matos Lima	
DOI 10.37423/221206942	
CAPÍTULO 2	19
CARACTERÍSTICAS SOCIOECONÔMICAS DOS MUNICÍPIOS PRODUTORES DE PETRÓLEO DO RIO GRANDE DO NORTE	
Ana Mônica de Britto Costa	
Erineide Costa e Silva	
Ana Karla Silva Vieira	
Arthur Tauan da Fonsêca	
Elionay Bezerra Rolim	
Maria Eduarda de Melo	
Marta Maria Amorim Oliveira	
DOI 10.37423/221206944	
CAPÍTULO 3	31
UMA ANÁLISE A RESPEITO DAS LEIS AMBIENTAIS BRASILEIRAS, JUNTO AS ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTES (APPS) EM ÁREAS URBANAS DA CIDADE DE MANAUS	
Paloma da Costa Oliveira	
DOI 10.37423/221206946	
CAPÍTULO 4	45
"A DEPRESSÃO E A ADOLESCÊNCIA: DO HISTÓRICO AO TRATAMENTO."	
Elba Carla Pereira da Silva	
Alan Geimison Torres de Oliveira	
Bianca Cavalcante de Barros	
DOI 10.37423/221206949	
CAPÍTULO 5	63
THE ANALYTIC OF BEING/DASEIN IN BAKHTIN AND HEIDEGGER: A CRITICAL APPROACH TO POSITIVE SCIENCE CONFRONTED WITH BEING AS AN EVENT	
Maria Cristina Hennes Sampaio	
DOI 10.37423/221206955	
CAPÍTULO 6	82
A CONTAÇÃO DE HISTÓRIA COMO FERRAMENTA PARA PERCEBER AS EMOÇÕES E CONHECER OS SENTIMENTOS NA INFÂNCIA	
Denise Maria Gabriel	
Monnayne Isis da Silva Correia	
DOI 10.37423/221206960	

CAPÍTULO 7	105
GESTÃO DA INFORMAÇÃO: ESTUDO DE CASO SOBRE O ACULTURAMENTO DO MODELO MPS-BR NA MELHORIA DA QUALIDADE DE SERVIÇOS DE UMA EMPRESA GOVERNAMENTAL.	
Paulo Ribeiro Felisoni	
DOI 10.37423/221206973	
CAPÍTULO 8	145
INEFFECTIVITY OF CONCILIATION AND MEDIATION HEARINGS IN JUSTICE - AN APPROACH TO SYSTEMS THEORY AND CONSTRUCTIONIST SYSTEMIC CONJECTURE AND PRAGMATISM	
Leonardo Bocchi de Oliveira Pereira	
DOI 10.37423/221206976	
CAPÍTULO 9	159
REFLEXÕES SOBRE ASSÉDIO MORAL EM EMPRESA FAMILIAR NA REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM	
Everson Santana Demes	
Joyce Pamella Neves da Silva	
Jessica Lana Correa Sousa	
DOI 10.37423/221206988	
CAPÍTULO 10	194
A CONSTRUÇÃO, COMERCIALIZAÇÃO E MONETIZAÇÃO DA VERDADE NOS VÍDEOS DO YOUTUBE	
Roure Santos Ribeiro	
Adriana Dourado Oliveira	
DOI 10.37423/221206992	
CAPÍTULO 11	205
O USO DA LITERATURA INFANTIL NA SALA DE AULA	
Ana Paula Silva dos Santos Melo	
Géssica Santos da Cruz	
Gabriel da Cunha Pereira	
DOI 10.37423/221207004	
CAPÍTULO 12	237
O ESTUDO E O ENSINO DE POLÍTICA COMO FORMA DE COMPREENSÃO DA VIDA	
Davi Alberto de Souza Talizin	
Tiago Moreira Tarozo	
DOI 10.37423/221207005	

Capítulo 1



10.37423/221206942

ALIENAÇÃO PARENTAL E AS MUDANÇAS OCORRIDAS NA LEI, SUAS RE-PERCUSSÕES NO ÂMBITO JURÍDICO

Luciana Emanuela Pinto de Senna Gonçalves

Centro Universitário do Norte

Fernando Lourenço Matos Lima

Centro Universitário do Norte



Resumo: Alienação parental, a grosso modo, pode ser definida como o ato de interferir no processo de formação psicológica do menor. Na expectativa de explanar as ações da Lei perante a intervenção familiar no desenvolvimento da criança, este estudo tem como objetivos identificar as percepções e modificações no âmbito jurídico, citar os principais problemas que crianças e adolescentes podem desenvolver desencadeados pela síndrome da alienação parental e abordar a aplicabilidade da Lei, no que tange o bem-estar e qualidade de vida do menor. Como metodologia, apresenta-se uma revisão da literatura, no qual foram extraídos artigos de sites Scielo e Google Acadêmico. Como resultados, os autores defendem e discorrem sobre a intervenção da Lei, impedindo que pais ou responsáveis, manipular ou cometer atos que impeçam o livre arbítrio da criança ou adolescente. Toda criança e adolescente merece crescer em um ambiente saudável, que lhe garanta bem-estar e proteção, independente da relação dos pais.

Palavras-chave: Alienação Parental. Direito. Família. Proteção.

1. INTRODUÇÃO

Ao longo do tempo as estruturas familiares foram tomando diferentes formas de composições. Com isso surgiram diversos problemas entorno de questões em razão do conflito familiar. Um dos conflitos identificados foi à alienação parental, que vinham afetando diretamente a criança ou o adolescente muitas vezes sendo cometido por um dos genitores contra o outro de modo que afetava tanto o menor quanto a relação familiar. É por tanto um conflito familiar, que acaba por um dos genitores sendo identificados como “alienador” e a outra parte por “alienado”, por dificultar ou romper a relação familiar do menor.

Foi então sancionada a Lei 14.340 de 2022, abrangendo questões de alienação parental para a preservação da criança e do adolescente.

A alienação parental consiste em manipular os sentimentos da criança contra o pai ou mãe alienado. A indução pode levar a criar os sentimentos: de raiva ou medo do pai alienado, contudo é por meio dessa prática que acontece a Síndrome de Alienação Parental (SAP). Pode ser identificada nos processos litigiosos como o divórcio, e por consequência da disputa da guarda do menor.

O estudo tem por objetivo identificar as percepções das modificações e sua repercussão no âmbito jurídico, como também citar o problema que a criança ou adolescente adquire com a síndrome de alienação parental e abordar o assunto da lei 14.340 de 2022, quanto a sua eficácia ao combate da alienação parental, garantindo bem-estar, conforto, proteção e qualidade de vida a criança e adolescente.

A proposta da guarda compartilhada evitara que, os pais cometam a seus filhos o ato da manipulação dos seus sentimentos contra o outro e citar os impactos que causa no menor quanto à guarda compartilhada, logo fica a problemática: Quais as dificuldades da escolha da guarda compartilhada diante da separação do casal e como a alienação parental é relacionada nesse contexto?

A metodologia escolhida foi de pesquisa bibliográfica, através de artigos científicos nas plataformas Scielo e Google Acadêmico. O referencial teórico buscou desenvolver os objetivos propostos e a problemática da pesquisa.

Relatar por meio da lei a melhor aplicabilidade, interpretação, a prevenção da alienação parental à criança e ao adolescente e garantir a convivência familiar por meio das visitas como estabelecido.

2. ALIENAÇÃO PARENTAL E SUAS NUANCES

A alienação parental acontece quando os pais passam a alienar o filho através de opiniões que deturpam a imagem do pai alienado, gerando sentimentos não genuínos e que passam a interferir no convívio e na harmonia familiar de seu filho. Esse ato causa uma síndrome que afeta o psicológico do menor e desencadeia uma série de problemas.

A síndrome de alienação parental foi designada pelo psiquiatra Richard Gardner em 1985. A síndrome de alienação parental é um distúrbio que se adquire na infância por meio da lavagem cerebral do pai alienador com o intuito de enfraquecer a relação do filho com o pai alienado onde é perceptível essa quebra do amor e respeito. Ou seja, o ato se caracteriza em repetindo e induzido reiteradas vezes como a criança ou adolescente deve pensar, agir e sentir quanto ao pai ou mãe alienados. É então identificada como um abuso psicológico e os danos a respeito pode se perdurar para o resto da vida, e em alguns casos são piores que outros tipos de abusos como por exemplo: violência física ou abuso sexual.

Além de ser um abuso emocional, é uma prática que por vezes envolve outros familiares, como avós e tios que podem tomar as dores de um dos lados e passam por também praticar a alienação parental. É usado o termo “prática”, porque é a frequência com que é dito e como dito à criança e feita a doutrinação.

O menor vê a figura paterna e materna como um espelho é a primeira referência de sociedade quando e há essa distorção da imagem para a criança ou adolescente é devastador, a criança passa a se sentir insegura, adquire ansiedade e medo do abandono.

As consequências do menor ser alienado são incontáveis podendo prejudicar ele no seu desenvolvimento como criança, nos seus pensamentos, em sua educação e principalmente na relação com outras pessoas que futuramente poderá prejudicá-lo em seu trabalho, na casa e nos relacionamentos amorosos. Além do mais, o alienado poderá carregar desde criança os piores sentimentos para uma cabeça ainda em desenvolvimento de valores e princípios, como ódio, desconfiança, depressão, pânico, ansiedade que o alienador inventa sobre um dos seus genitores ou sobre ambos (SOARES, 2017).

Pode ser praticada de diferentes formas como por exemplo: indução de falsas memórias que pode ser repetindo várias vezes até que a criança acredite ter vivenciado atos lesivos do alienado contra ela. Por consequência levando à sentimentos não genuínos, a consequência é impedir o convívio familiar com um dos progenitores e ocasionará em problemas psicossociais à criança ou adolescente em diversos aspectos de sua vida pregressa. Pessoas que sofrem com a SAP estão propensos a sofrer de

depressão, a ter reações violentas e criminosas, possíveis tendências ao suicídio, uso de drogas e bebidas e desprezo pelo genitor alienado.

Os sintomas que os atos de alienação parental causam a criança ou adolescente alienado são denominados de Síndrome de Alienação Parental, mas conhecida como SAP, ela foi definida pelo psicanalista e psiquiatra infantil Richard Gardner em 1985. Embora seja recente a definição da SAP sua ocorrência sempre esteve presente em discussões sobre a guarda dos filhos, pensão alimentícia e etc. O menor alienado e o alienador necessitam de um tratamento psicológico tendo em vista os prejuízos e danos que a alienação parental causa, porém quem mais carece é o genitor alienador porque é fundamental que ele se conforme com a separação e entenda que o seu filho precisa conviver e ter uma boa relação com seu outro genitor para o seu bom desenvolvimento (SOARES, 2017).

A legislação ao sancionar a Lei 14.340 de 2022 revogou a Lei 12.318 de 26 de agosto de 2010, com a finalidade nas equipes técnicas de tribunais. Com o interesse mais pericial da assistência social e psicológica.

À luz da Lei reitera questões para a manutenção dos cuidados psicossociais com a criança e ao adolescente não somente para a avaliação pericial, mas para um acompanhamento a longo prazo. Seguido pela retirada da suspensão da autoridade familiar como medida tomada ao combate da alienação parental, todavia a lei anterior de 2010, feria um dos quesitos do artigo 227 da Constituição Federal, a garantia da criança e do adolescente à convivência familiar.

Ainda assim permanecem medidas de advertência e multa ao progenitor alienado e ampliação da convivência familiar com o pai ou mãe alienado, sendo possível a alteração ou inversão da guarda em determinados casos.

2.1. ALIENAÇÃO PARENTAL E SUA REPERCUSSÃO NO ÂMBITO JURÍDICO

A alienação parental é a prática de interferência psicológica induzida por um dos genitores ou de parentes próximos, com o intuito de dificultar os laços afetivos da criança ou adolescente contra um dos pais. Essa conduta gera uma síndrome na menor vítima nomeada pelo psiquiatra Richard Gardner no ano de 1985, como Síndrome de Alienação Parental.

A importância da Lei ao combate a alienação parental é garantir a proteção e preservação da dignidade da criança ou adolescente e identificar como abuso, ou seja, uma violência. Ao menor, portanto é apreciado os direitos imprescindíveis tanto na Constituição Federal quanto no ECA, para sua formação

no âmbito familiar e pessoal. Os malefícios da alienação parental são claramente evidenciados, procriando-se diversos problemas em relações sociais no âmbito da psicologia em face da vítima e muitas vezes sendo irreparável. Por consequência a advertência ao alienador e a penalidade adequada, ampliação ao direito de convivência ou a inversão da guarda para dirimir os efeitos causados e eludir tal ato.

Talvez, pela alienação parental não representar uma violência física, que deixe marcas no rosto ou no corpo dos menores, essa ausência de “materialidade”, de “provas” da violência psicológica, seja uma razão pela qual os profissionais da área do Direito ainda possuam uma certa resistência em declarar a existência de atos dessa natureza, reconhecer sua prejudicialidade e até mesmo incentivar ou participar do tratamento psiquiátrico dos envolvidos (SOARES, 2017).

A Lei 14.340 de 2022 é protegida por muitos nomes renomados na especialidade do direito de família, o IBDFAM (instituto brasileiro do direito da família) tem o intuito intensificar a informação e conscientizar sobre a prática. Nomes como Maria Berenice, Vice-presidente do IBDFAM ressaltam:

Afinal, a revogação da lei, não levaria ao desaparecimento da alienação parental. E essa responsabilidade o Estado não pode assumir, pois precisa garantir a crianças e adolescentes especial proteção, com prioridade absoluta, conforme impõe o Constituição da República.

Contudo há opiniões contrárias a esta Lei 14.340 de 2022, algumas organizações e coletivos das causas de proteção de mães também se movimentam para que seja revogada. Usam o argumento de que tais mudanças beneficiam homens ainda que agressores ou abusadores tanto das mães quanto das crianças. O CNS (conselho nacional de saúde) usou o mesmo argumento para a Lei revogada 12.318 de 2010.

No art. 3.º, a lei deixa claro que essa matéria não deve ser menosprezada, pois a prática de ato de alienação parental fere frontalmente o direito fundamental da criança ou do adolescente de viver a convivência familiar saudável, além de prejudicar-lhe o estabelecimento ou manutenção de laços afetivos nas relações com o genitor e o grupo familiar alienados (WA-QUIM, 2014).

A Lei 14.340 de 2022, cumpre seu propósito de assegurar direitos e garanti-las fundamentais da criança e ou adolescente, contudo, as diferentes interpretações variam-se de cada caso e não deve ser confundida com o favorecimento de partes de outro processo litigioso de pais das menores vítimas de alienação parental.

Inclusive termos como a “autoalienação parental”, um termo suscitado pelo professor Rolf Madaleno, que se configura pelos próprios pais cometer atos que acabam por afastar seus filhos e atribuir a culpa ao outro progenitor.

2.2 ALIENAÇÃO PARENTAL E GUARDA COMPARTILHADA

Conforme ocorrer a separação ou divórcio do casal um dos genitores deverá ficar com a guarda do filho menor ou de maior incapaz que é um direito do mesmo, cuidando assim da criança ou adolescente, amparando de forma material, afetiva, e lidando com os interesses do menor. O genitor que não tem a guarda atribuída deve ter o direito de visita e a fiscalização da criação do menor, e tomar decisões em conjunto para o menor dependendo de qual guarda foi estipulada. O Juiz pode também atribuir a guarda a um terceiro desde que ele apresente melhores condições para exercê-la, e a preferência é dos parentes mais próximos como os avós (SOARES, 2017).

Uma vez que existam filhos, no fim da conjugalidade não deve ser sinônimo do fim da família, mas uma transformação nuclear em bi nuclear, aonde o fim do casamento não indica o distanciamento paterno ou materno-filial, deve existir uma cooperação e maturidade dos genitores para que aceitem e compreendam o fim do relacionamento.

Nuske e Grigorieff (2015) endossam:

Deve haver, para tanto, uma cooperação e maturidade dos genitores, para que aceitem e compreendam o fim do relacionamento. Os pais devem buscar preservar o relacionamento familiar do filho comum, além de ajudá-lo na compreensão da nova estrutura familiar, a fim de dar efetividade ao princípio do melhor interesse da criança e do adolescente, que “deve ser apreendido em todos os vínculos jurídicos relacionados à criança e ao adolescente, inclusive no seu cotidiano, o que envolve as relações paterno-materno filiais”.

Cabe aos pais do menor o direito e dever de cuidar de suas necessidades, como saúde, alimentação, educação, assistência necessária para seu desenvolvimento como criança, a fiscalização do cumprimento desse dever é realizado pelo Conselho Tutelar localizado em cada município com atribuições importantes ao menor e adolescente e quando necessário tem o dever de encaminhar para o Ministério Público no caso de infração administrativa ou penal contra os direitos previstos na lei da criança e adolescente (SOARES, 2017)

Quando um dos membros do casal não aceita a separação, a situação acaba se tornando mais complexa, criando assim um processo litigioso, na qual uma parte começa a invalidar o contato deste com o filho em comum, ou seja, um dos genitores acaba punindo o outro com desejo de vingança, através da destruição da imagem do outro perante o filho em comum. A decisão de quem será atribuída a guarda do menor é solucionada através dos meios judiciais, o que em muitas das vezes o menor poderá vir a sofrer com alienação parental praticada por um dos genitores ou por algum membro da família que não aceita a decisão tomada pelo juiz.

Uma vez que os pais não aceitam e não investem nos filhos, sem perceber acabam proferindo discursos e atitudes ambíguas que trazem prejuízos para os mesmos, a alienação acaba sendo feita de forma inconsciente, mas abriga principalmente sentimentos de vingança quanto ao outro genitor. O intuito dessas atitudes não é prejudicar o menor, mas dificultar a vida do outro, embora isso acabe causando danos severos ao próprio filho (SOARES, 2017).

Deste modo, é comum ocorrer uma dissonância entre o que é racionalmente propagado como benéfico, isto é, a importância de ambos os genitores na vida do filho, e a dificuldade emocional de alguns deles em aceitar tal condição, podendo implicar um processo de alienação parental. Embora nem sempre consciente este fenômeno, ele facilita o uso perverso dos filhos em diversos processos litigiosos, afastando-os do outro genitor (Nuske e Grigorieff, 2015).

A guarda compartilhada está prevista na Lei nº 13.058/2014 que alterou os artigos 1.583, 1.584, 1.585 e 1.634 do atual Código Civil descrevendo seu significado e relatando sobre sua aplicação, as alterações tornam a guarda compartilhada a regra que quando os genitores não entraram em acordo quanto a guarda do filho e ambos tiverem condições para exercer o poder familiar, exceto quando um dos pais declarar ao juiz que não tem interesse de guarda do menor. Na guarda compartilhada ambos os pais são responsáveis pelos interesses do menor, desde a decisão de escolha de material escolar, ainda na casa de um colega, escolha de escola, lazer, entre outros, toda decisão importante deve ser feita em conjunto sempre pensando no melhor para a criança. Nesse tipo de guarda os genitores devem ter maior compreensão, entendimento e maturidade, pois sempre terão de tomar decisões em conjunto e ter contato para diálogo relacionado ao menor (SOARES, 2017).

2.3 A SUSPENSÃO DA GUARDA

O Estado passou a intervir dentro do ambiente familiar por meio das leis quando passou a observar que a família é responsável pela formação da personalidade da pessoa. Deu-se em 1959 os interesses da criança e do adolescente na Declaração Universal dos Direitos da Criança.

Podemos identificar as adversidades e como lidar com as diferentes formações e composições familiares. Um adendo importante, é a Carta Magna que trouxe a proteção da dignidade da pessoa humana em seu artigo 1º, III. Lourival diz que a dignidade é o respeito que cada um merece do outro, e parte da premissa que no seio da família é onde a criação é voltado para este fim.

Foi observado que após os divórcios havia um crescente estatísticas de filhos que passaram a sofrer com os excessos das disputas de seus pais, incluindo a manipulação para a quebra do círculo familiar.

De acordo com o psicólogo Arnaldo Santtos, a situação tem nome, Síndrome da Alienação Parental (SAP): “80% dos filhos de pais separados sofrem com chantagens emocionais dos genitores.”

Após a resolução da lei 14.340 esses direitos passaram a ser melhores aplicados, o que na lei anterior 12.318 era punido com a suspensão da guarda, que a luz da constituição tem por sua vez a garantir à criança e ao adolescente o convívio familiar, hoje dependendo do caso concreto passou a vigorar a guarda compartilhada se houver a necessidade, as visitas mínimas em ambientes convenientes à justiça se forem o caso, se houver perigo a integridade física ou psicológica será designado profissional para acompanhamento as visitas.

A guarda compartilhada sempre será a primeira decisão após o divórcio pois ela consiste na divisão da responsabilidade e o equilíbrio do convívio do filho.

O que é importante falar sobre a Guarda Compartilhada que está prevista no artigo 1583, I, do Código Civil. Trata da responsabilização conjunta ao exercício de direitos e deveres de ambos os genitores de forma equilibrada, sempre tendo em vista os interesses fáticos do filho. É uma solução para os conflitos, mas por outro lado com as diferenças culturais, de religião e sociais isso pode afetar diretamente o menor, porque muitas vezes os familiares acabam impondo seus desejos nas condições familiares, ocasionando então as controvérsias das influências de ambas as famílias. Além do fato das mudanças na rotina do menor tendo que conciliar as duas residências, podendo ter uma dificuldade de identidade. Isso faz com que a criança seja bombardeada com possíveis conflitos na sua criação.

É perceptível outras questões da alienação parental e da guarda que podem afetar o psicológico e a relação da criança ou adolescente.

Porém não se trata de uma análise exata de modo que há de ser analisada individualmente nos casos concretos, já que o legislador deixou a livre interpretação da aplicabilidade.

2.4 ALIENAÇÃO PARENTAL: CONSEQUÊNCIAS PSICOLÓGICAS

A Síndrome de alienação parental é um tipo de violência causada pelos genitores (mãe ou pai) causando transtornos psicológicos trazendo como consequência um conglomerado de fenômenos psicológico pela qual o genitor alienador tenta transferir a consciência da criança usando estratégias diferentes para abolir a afinidade entre a criança e o outro genitor alienado.

Após a ruptura dos vínculos familiares entre os genitores da criança, tende a ocorrer sentimentos pestilento em relação ao outro genitor não guardião, tais como: raiva, mágoa e vingança. Chegando a amedrontar a criança para se vingar de alguma forma do outro genitor esse tipo de abuso é exercido pela mãe ou pelo pai e às vezes em dose dupla quando ambos os pais são alienadores (RODRIGUES ET AL.,2021).

A Síndrome da Alienação Parental é capaz de produzir uma diversidade de consequências nefastas, tanto para o cônjuge alienado quanto para o cônjuge alienador, porém seus efeitos mais dramáticos recaem sobre os filhos. Esses conflitos podem se apresentar na criança sob a forma de ansiedade, medo, insegurança, isolamento, tristeza, depressão, dificuldades escolares, baixa tolerância e frustrações, irritabilidade, enurese, transtorno de identidade ou de imagem, sentimento de desespero, culpa, dupla personalidade, inclinação ao álcool e as drogas e, nos casos de maior gravidade, podem ocorrer ideias suicidas (CARDOSO,2017).

Essa Síndrome foi inicialmente identificada no contexto de separações conjugais, em que a dissolução do casal, mal internalizada por um dos cônjuges ou companheiros, desequilibrava as relações entre pais e filhos: um dos genitores iniciava um alinhamento com os filhos de tal forma que se apropriava de ambas as funções de “pai” e “mãe”, alijando o outro genitor da participação na vida dos filhos em comum (WAQUIM,2014).

A Síndrome da Alienação Parental torna-se psicopatológica para a criança não simplesmente porque, em sua manifestação, ocorre uma campanha que desmoraliza um genitor, afastando a criança de um possível convívio saudável com este. Contudo, configura-se como doentia, por si só, principalmente, porque faz com que a criança se afaste de si mesma, criando condições psíquicas propícias para o surgimento de transtornos psicológicos ou mentais. Destarte, a Síndrome de Alienação Parental não se restringe à alienação de um dos genitores, mas alcança também a alienação de si na criança (PINTO, 2008).

A síndrome, uma vez instalada no menor, enseja que este, quando adulto, possa padecer de um grave complexo de culpa por ter sido cúmplice de uma grande injustiça contra o genitor alienado. Por outro lado, o genitor alienante passa a ter papel de principal e única referência para a criança que, no futuro, tenderá a repetir o mesmo comportamento com os seus filhos, uma possível situação de aprisionamento em uma lamentável lógica cíclica e perversa de repetição das práticas de alienação (ANTUNES,2016).

3. CONCLUSÃO

As constituições familiares estão mudando e a partir deste fato as pessoas buscam fundamento jurídicos para a dissolução de seus desentendimentos familiares, e males causados aos membros que

por sua vez fazem parte da composição familiar. É desse modo que vamos falar da Alienação Parental dentre outros fatores que é acometida.

Por fim, é buscar a narrativa da manutenção da Lei 14.340 de 2022, para evitar as interpretações que possam conter os prejuízos à criança e ao adolescente, trazer as problemáticas em cada situação que possa ocorrer. Pois a Lei cumpre com a sua proposta, dirimir excessos causados pelos pais, além de que a SAP (síndrome de alienação parental) é uma questão que deve ser tratada como questão de saúde pública, porque são atitudes nocivas que impactam a criança e o adolescente e sua vida psicológica e psicossocial.

Alienação Parental com sua revogação não deixará de existir, sendo que é uma violência dos pais contra seus filhos. O abuso psicológico é uma violência contra o menor e deve ser combatida.

Conclui-se que, é preciso sempre observar as mudanças, e estudá-las para que a aplicabilidade da lei seja inequívoca. Ressaltando que o direito não é uma ciência exata, portanto cada caso é um caso, sendo possível a livre interpretação de cada um caso da matéria de alienação parental. E que o Estado, a família e a sociedade continuem assegurando à criança e ao adolescente os seus direitos basilares, à proteção e à dignidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGÊNCIA DO SENADO. Sancionada lei que modifica medidas contra alienação parental. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2022/05/19/sancionada-lei-que-modifica-medidas-contr-aalienacao-parental>>. Acesso em: 25 nov. 2022.

ANTUNES. J. Alienação parental: identificação e seus efeitos danosos. Revista Jus Naigandi, junho de 2016. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/49834/alienacao-parental-identificacao-e-seus-efeitos-danosos>>

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988: LGL\1988\3. Disponível em: [www.revistadoatribunais.com.br].

_____. Lei 12.318, de 26 de agosto de 2010. Dispõe sobre a alienação parental e altera o art. 236 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990: LGL\2010\1571. Disponível em: [www.revistadoatribunais.com.br].

CARDOSO, A.N.B. Alienação parental e a síndrome da alienação parental. Revista Jus Navegandi. Dezembro de 2017. Disponível em: < Alienação Parental e Síndrome da Alienação Parental: conceito, sintomas e consequências - Jus.com.br | Jus Navigandi

CONJUR. O que é a síndrome da Alienação Parental. Disponível em:

<<https://ibdfam.org.br/noticias/namidia/5151/O+que+%C3%A9+a+s%C3%ADndrome+da+Aliena%C3%A7%C3%A3o+Parental>>. Acesso em: 25 nov. 2022.

CONSULTOR JURÍDICO. Ajustes na Lei da Alienação Parental. Disponível em:

<<https://www.conjur.com.br/2022-mai-19/maria-berenice-dias-ajustes-lei-alienacao-parental>>. Acesso em: 25 nov. 2022.

FILHO, Rodolfo Pamplona; GAGLIANO, Pablo Stolze. Novo curso de direito civil, volume 6: direito de família: as famílias em perspectiva constitucional. 5ª ed., São Paulo: Saraiva, 2015

MADALENO, ANA CAROLINA CARPES. Síndrome da Alienação Parental: importância da detecção – aspectos legais e processuais. Ana Carolina Carpes Madaleno, Rolf Madaleno. – 4. ed. rev. e atual. – Rio de Janeiro: Forense, 2017.

NUSKE, J.P.; GRIGORIEFF, A.G. Alienação Parental: Complexidades Despertadas no Âmbito Familiar. Pensando Famílias, 19(1), jun. 2015.

OLIVEIRA, J.A. Guarda compartilhada: vantagens e desvantagens de sua aplicabilidade. Disponível em: <<https://ibdfam.org.br/artigos/730/Guarda+compartilhada:+vantagens+e+desvantagend+de+sua+aplicabilidade>>. Acesso em: 25 nov. 2022.

PINTO, A. E. C. A Síndrome de Alienação Parental: entre o “psi” e o jurídico. Uma proposta de aplicação da mediação familiar no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Ceará. Themis: Revista da ESMEC/Escola Superior de Magistratura do Estado do Ceará. Fortaleza, 2008, v. 8.

RODRIGUES, D.S; FREIRES, F.L.A.S; RODRIGUES, D.S; RODRIGUES, K.E.M.S.M. Alienação parental e os impactos psicológicos causados na vida da criança. Revista Jus Navigandi, janeiro de 2021.

SOARES, T.K. Alienação parental: guarda compartilhada. Revista do Curso de Direito da Universidade Braz Cubas, V1 N2, 2017.

WAQUIM, B.B. Alienação parental: entre o direito e a psicologia. Revista dos Tribunais, vol. 939/2014, p. 65 , 2014.

Capítulo 2



10.37423/221206944

CARACTERÍSTICAS SOCIOECONÔMICAS DOS MUNICÍPIOS PRODUTORES DE PETRÓLEO DO RIO GRANDE DO NORTE

Ana Mônica de Britto Costa

Professora do Instituto Federal do Rio Grande do Norte

Erineide Costa e Silva

Professora do Instituto Federal do Rio Grande do Norte

Ana Karla Silva Vieira

Bolsista do Instituto Federal do Rio Grande do Norte

Arthur Tauan da Fonsêca

Bolsista do Instituto Federal do Rio Grande do Norte

Elionay Bezerra Rolim

Bolsista do Instituto Federal do Rio Grande do Norte

Maria Eduarda de Melo

Bolsista do Instituto Federal do Rio Grande do Norte

Marta Maria Amorim Oliveira

Bolsista do Instituto Federal do Rio Grande do Norte



Resumo: A Área de Petróleo Potiguar é composta por 15 municípios produtores de petróleo, corresponde a 11.993,2 mil km² (22,49% do total do Estado). Esse estudo teve por objetivo realizar uma análise socioeconômica dos municípios que estão dentro da área produtora do petróleo no RN, com a finalidade de desenvolver um perfil histórico econômico desses municípios. O trabalho foi realizado por meio de métodos e fundamentos teóricos da Geotecnologia (Geoprocessamento), especificamente com Sistemas de Informações Geográficas. Verificou-se que embora a produção de petróleo seja bastante importante nos municípios estudados, a agricultura apresenta-se como um fator de influência socioeconômico nesses municípios, mesmo diante das variações na produção de algumas culturas, certamente, por consequência da instabilidade climática nessa região e ausência de políticas efetivas para a convivência do produtor rural com esse fenômeno climático.

Palavras-chave: agricultura, geoprocessamento, pecuária.

INTRODUÇÃO

A Área de Petróleo Potiguar é composta por 15 municípios produtores de petróleo, sendo eles: Macau, Guamaré, Mossoró, Gov. Dix-Sept Rosado, Assú, Pendências, Alto do Rodrigues, Apodi, Carnaubais, Areia Branca, Caraúbas, Felipe Guerra, Porto do Mangue, Serra do Mel e Upanema. Esse espaço corresponde a 11.993,2 mil km², 22,49% do total do Estado. Esses municípios possuem uma estrutura econômica de pequeno porte, com exceção de Mossoró, considerada uma cidade de médio porte, apresenta-se como município de maior dinamicidade socioeconômica no grupo.

Embora a produção petrolífera e gasífera se desenvolvam em quinze municípios no Rio Grande do Norte (RN), noventa e seis municípios são contemplados com royalties, em virtude dos critérios estabelecidos pela Lei do Petróleo. Estes recebem benefícios fiscais com o repasse das participações governamentais sobre a produção de petróleo e gás natural desde 1998 quando foi sancionada a Lei do Petróleo (9.478/97). Os royalties, designação referentes aos benefícios, tem transformado a realidade socioeconômica de alguns municípios do RN, em especial dos municípios integrantes da Área do Petróleo Potiguar, advindo de sua influência no Produto Interno Bruto (PIB) estadual. Após três décadas de exploração desse produto no território norte-rio-grandense, o semiárido potiguar teve as suas paisagens e a vida das pessoas bastante alteradas.

Nesse contexto, esse estudo teve por objetivo analisar aspectos socioeconômicos dos municípios integrantes da área produtora do petróleo no RN, com a finalidade de investigar aspectos socioeconômicos dos 15 municípios produtores, nos anos de 1991, 2000 e 2010. O trabalho foi realizado por meio de métodos e fundamentos teóricos da Geotecnologia (Geoprocessamento), especificamente com Sistemas de Informações Geográficas. A seguir, apresentam-se procedimentos utilizados na elaboração dos mapas da área em estudo.

MATERIAL E MÉTODOS

Este trabalho foi elaborado a partir do SIG (Sistema de Informação Geográfica) tomando por base, principalmente, os dados do IBGE encontrados nos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010. Desenvolvido para os 15 municípios produtores de petróleo, apresentam-se análises de dados mapeados referentes à dinâmica populacional e à produção agrícola.

Os dados alfanuméricos usados na elaboração da pesquisa foram trabalhados no software TerraView. Esse aplicativo foi construído sobre a biblioteca de geoprocessamento TerraLib, tendo como principal objetivo apresentar à comunidade um programa de fácil visualização de dados geográficos, com

recursos de consulta e análise desses dados. O TerraView manipula dados vetoriais (pontos, linhas e polígonos) e matriciais (grades e imagens), ambos armazenados em SGBD relacionais ou georrelacionais de mercado, incluindo ACCESS, PostgreSQL, MySQL e Oracle (<http://www.dpi.inpe.br/terraview/index.php>).

Os mapas foram elaborados utilizando técnicas da estatística descritiva, tais como: medidas de tendência central (média, mediana e moda), medidas de dispersão (desvio padrão e variância amostral). Também usamos técnicas de agrupamento-quantil (equipartição da amostra em 4 intervalos, com 20% dos valores da amostra em cada intervalo). Os principais resultados obtidos serão expostos a seguir.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A população total dos municípios produtores de petróleo em 1991 era de 403.474 habitante. Entre os anos de 1991 e 2000 a população geral cresceu aproximadamente 8%, tendo em 2000 um total de 440.798 habitantes. Na última década (2010) houve um crescimento significativo e atingiu a um total de 516.157 habitantes (Figura 2).

Como podemos observar na Figura 2, os municípios com maior número de população são Assú, Apodi e Mossoró, tendo o destaque de Mossoró que sobressai com mais de 200.000 habitantes, logo, o mais populoso dentre os quinze e o segundo município mais populoso do Estado. Mossoró foi também o município que mais aumentou a população nos últimos 30 anos, passou de 192.267 habitante em 1991 para 213.841 habitantes em 2000 e depois para 259.815 habitantes em 2010, ou seja, um acréscimo de 67.548 habitante nessas três décadas (IBGE, 2011). Os demais municípios possuem um número populacional inferior a 30.000 mil habitantes e os municípios de Guamaré, Alto do Rodrigues, Carnaubais, Felipe Guerra, Porto do Mangue, Serra do Mel, Upanema possuem uma população inferior a 13 mil habitantes.

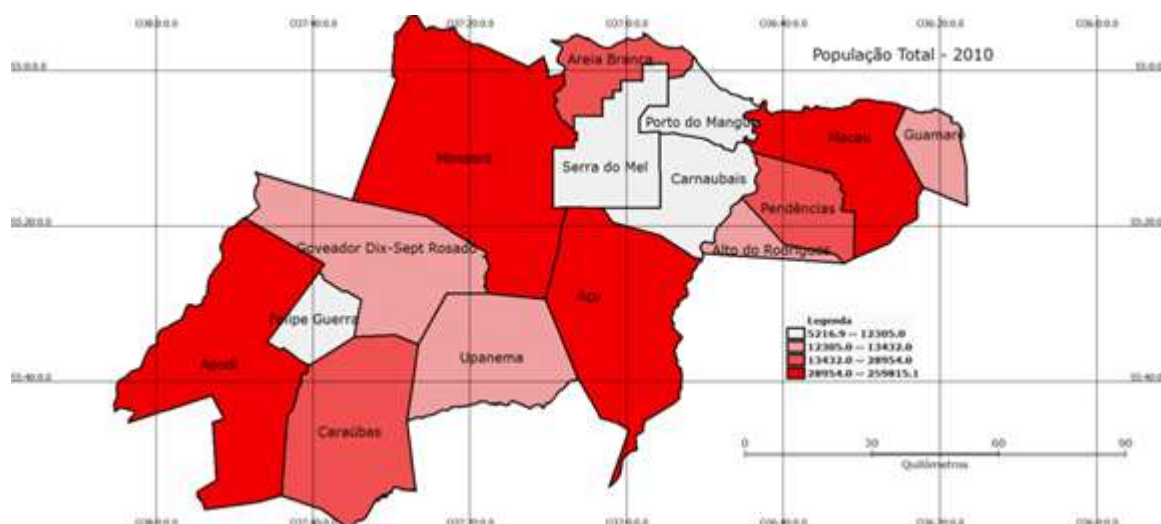


Figura 1: População total dos municípios produtores de Petróleo do RN, 2010.

No tocante ao processo de urbanização, os municípios produtores de petróleo seguem o mesmo padrão ocorrido no Brasil. Em 1991, nove dos 15 municípios possuíam população urbana superior a rural; em 2000, dez municípios e em 2010 apenas quatro municípios possuíam população rural superior à urbana, com destaque para Guarani com 64% da população rural e Serra do Mel com 73% de população rural. Uma observação deve ser feita em relação à população do município de Serra do Mel: em 1991 o município possuía 85% de população rural, entretanto, no censo de 2000 o município declarou que 100% de seu território era urbano, ou seja, 100% de população urbana, mas em 2010 no município declarou que possuía 73% de população rural, sendo, entre os municípios produtores de petróleo, o que possui o maior percentual de população rural.

Em relação ao aspecto educacional, pode-se observar, na última década, uma melhoria referente à taxa de escolaridade da população desses municípios produtores de petróleo. Em 2000, o município de Mossoró era o único que apresentava um percentual acima de 70% de alfabetizados, enquanto o município de Porto do Mangue apresentava o menor percentual (46%) e os demais municípios apresentavam taxas entre 50% e 70%. No censo de 2010 constata-se que todos esses municípios apresentaram uma taxa de alfabetização superior a 70% (Figura 3).

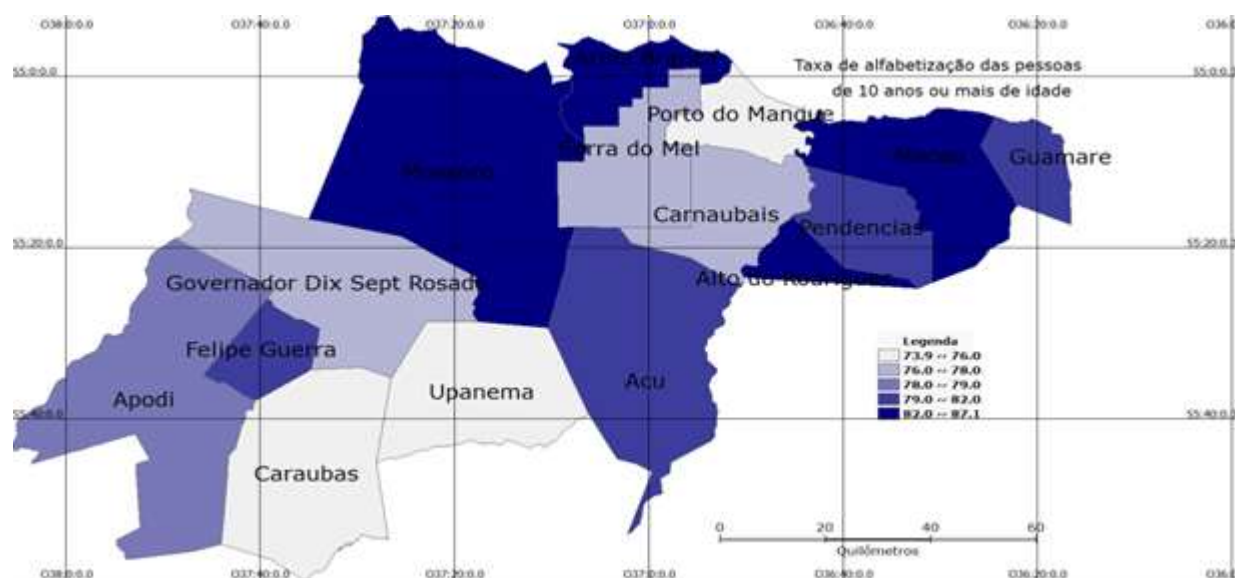


Figura 2: Percentual da taxa de alfabetização dos municípios produtores de petróleo do RN-2010

No tocante ao crescimento econômico e as mudanças no desenvolvimento dos municípios, nos últimos 20 anos, pode ser observado na Tabela 1 que o IDH desses municípios da área produtora de petróleo no RN elevou-se significativamente.

Verifica-se o exemplo de Alto do Rodrigues que obteve um aumento considerável no seu IDH, passando de 0,373 em 1991 para 0,672 em 2010. O município de Carnaubais, com um pouco mais de sete mil habitantes, é o que representa o maior crescimento nesse sentido, indo de 0,328 em 1991 para 0,460 em 2000 e para 0,638 em 2010. Vale ressaltar que índices entre 0,50 e 0,79 ainda são considerados baixos e medianos pela Organização das Nações Unidas (ONU), conforme pode-se observar na Tabela 1.

Embora seja evidente a elevação do Índice de Desenvolvimento Humano desses municípios, predominante, estes se encontram na faixa de Desenvolvimento Humano Baixo (IDH entre 0,500 e 0,599): Carnaubais, Governador Dix-Sept Rosado, Macau, Porto do Mangue, Upanema e na faixa de Desenvolvimento Humano Médio (IDH entre 0,600 e 0,699): Açu, Alto do Rodrigues, Apodi, Areia Branca, Caraubas, Felipe Guerra, Guamaré, Pendências, Serra do Mel, exceto Mossoró tem o Desenvolvimento Humano Alto (IDH entre 0,700 e 0,799). As dimensões que mais contribuíram, respectivamente, para elevação do IDH desses municípios foram a longevidade, a renda e a educação.

Embora seja evidente a elevação do Índice de Desenvolvimento Humano desses municípios, predominante, estes se encontram na faixa de Desenvolvimento Humano Baixo (IDH entre 0,500 e 0,599): Carnaubais, Governador Dix-Sept Rosado, Macau, Porto do Mangue, Upanema e na faixa de Desenvolvimento Humano Médio (IDH entre 0,600 e 0,699): Açu, Alto do Rodrigues, Apodi, Areia

Branca, Caraúbas, Felipe Guerra, Guamaré, Pendências, Serra do Mel, exceto Mossoró tem o Desenvolvimento Humano Alto (IDH entre 0,700 e 0,799). As dimensões que mais contribuíram, respectivamente, para elevação do IDH desses municípios foram a longevidade, a renda e a educação.

Tabela 1: IDH dos Municípios do RN produtores de petróleo

IDH dos Municípios da área produtora de petróleo no RN	Anos		
	1991	2000	2010
Açu	0,399	0,536	0,661
Alto do Rodrigues	0,373	0,513	0,672
Apodi	0,357	0,502	0,639
Areia Branca	0,415	0,550	0,682
Caraúbas	0,328	0,460	0,638
Carnaubais	0,352	0,481	0,589
Felipe Guerra	0,336	0,478	0,636
Governador Dix-Sept Rosado	0,337	0,450	0,592
Guamaré	0,344	0,444	0,626
Macau	0,405	0,556	0,556
Mossoró	0,470	0,596	0,720
Pendências	0,377	0,493	0,631
Porto do Mangue	0,236	0,395	0,590
Serra do Mel	0,282	0,463	0,614
Upanema	0,327	0,416	0,596

Fonte: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/ranking/>

O petróleo constitui-se, assim, como uma importante fonte de riqueza para esses municípios e seu entorno, tendo em vista que esses municípios contam com receitas decorrentes dos royalties e das participações especiais. Há casos em que essas receitas já superaram o Fundo de Participação dos Municípios – FPM. Esse fato expressa a necessidade de um melhor gerenciamento desses recursos, com foco no desenvolvimento local.

De acordo com o censo 2010, a população dos municípios produtores de petróleo teve um ganho em sua renda. O censo de 2000 mostrou que 49% da população não possuía rendimento, no censo de 2010, verificamos uma mudança nessa realidade, isto é, o percentual da população que não possui

rendimento caiu para 4.1% e a maioria da população (72,2%) dos municípios produtores de petróleo passou a ter um rendimento menor ou igual a 1 salário mínimo (Tabela 2).

Entretanto, o aumento observado na renda da população dos municípios produtores de petróleo não reflete melhorias nos trabalhos formais da população, pois se identifica que esses ganhos são, principalmente, na categoria menor ou igual a um salário mínimo. Conforme Costa et al (2013), compreende-se que essa melhoria considerável na renda do sertanejo do norte-rio-grandense deve-se, principalmente, aos programas sociais do Governo Federal, os quais estão contribuindo para a circulação financeira nos pequenos municípios brasileiros.

Nesse contexto, procurou-se investigar atividades econômicas que são desenvolvidas nesses municípios. No Rio Grande do Norte, em geral, a agricultura e a pecuária vêm, historicamente, participando da produção e organização do território. Para caracterizar a produção agrícola dos municípios produtores de petróleo, utilizaram-se as séries históricas de dados levantados pelo IBGE na pesquisa “Produção Agrícola Municipal”.

Tabela 2 - Classes de rendimento nominal mensal domiciliar per capita

Salário mínimo	Percentual Ano 2000	Percentual Ano 2010
Menor ou igual 1 salário mínimo*	25.8	72.2
Mais de 1 a 2 salários mínimos	12.6	15.0
Mais de 2 a 3 salários mínimos	4.5	4.1
Mais de 3 a 5 salários mínimos	3.9	2.7
Mais de 5 salários mínimos**	4.2	1.9
Sem rendimento	49.0	4.1

* Foi somado todas as pessoas que ganham menos de 1 SM a 1 SM

** Foi somado todas as pessoas que ganham acima de 5 SM

Fonte: Dados do IBGE - Censos 2000 e 2010

Os anos estudados foram: 1990, 2000 e 2010. A produção agrícola é muito dinâmica e em um período de 10 anos podem-se observar mudanças significativas. Entre as lavouras permanentes que são cultivadas nos municípios produtores de petróleo, analisaram-se aquelas em relação ao número de municípios produtores e/ou corresponde às toneladas produzidas. Nesse sentido, foi analisado o cultivo da banana, da castanha do caju e do Coco da baía.

O cultivo da banana foi registrado nas últimas décadas estudadas. Em 1990, apenas 4 municípios não cultivavam, os demais somaram uma produção 16408t, em 2000, cinco municípios não cultivavam, mas a produção aumentou para 17080 t, em 2010, os frutos (Figura 4) continuaram sendo cultivados em 10 municípios, somando um total de 241550t. Assú foi o município de maior produção no período estudado.



Figura 3: Cultivo de banana (tonelada/cachos) dos municípios produtores de petróleo do RN, 2010.

A castanha do caju, embora com uma produção mais modesta, também faz parte da economia da maioria dos municípios produtores de petróleo. A produção de castanha foi de 1827 t em 1990 e apenas quatro (4) municípios não cultivaram castanha. Em 2000, sua produção foi de 4713 t e passou a ser cultivada em todos os municípios. Em 2010, embora apenas 1 município não tenha cultivado castanha, ocorreu uma redução superior a 50% em sua produção, ficando em 2253 t. A cada ano, um município diferente se destacou na produção de castanha, sendo Upanema o maior produtor (210 t) de 2010.

O cultivo do coco da baía em 1990 e 2000 realizou-se em onze (11) municípios, somando uma produtividade de 39276 t e 33166 respectivamente. Em 2010 reduziram para nove (9) os municípios produtores e para 25250 t ano. Em 1990, Macau foi o município de maior produção (4400 t), em 2000 e 2010 foi Apodi com 4166t e 4300t respectivamente.

Em relação à produção de grãos, os mais cultivados são milho e feijão, contudo, no período estudado, nem todos os municípios cultivaram esses grãos. No ano de 1990, dentre os quinze municípios produtores de petróleo, sete não apresentam produção, são eles: Serra do mel, Areia Branca, Porto do Mangue, Pendências, Macau, Guamaré e Alto do Rodrigues. Apenas dois municípios – Mossoró e Caraúbas – se destacaram tendo a maior produção de feijão, 1200.0 t nos dois. Em 2000 todos os

quinze municípios cultivam feijão sendo que a maior produção pertence ao município do Alto do Rodrigues que gerou cerca de 1074 t. Com a análise dos dados de 2010 (Figura 05), percebe-se que nesse ano, quatro municípios: Areia Branca, Mossoró, Upanema e Caraúbas deixaram de cultivar feijão. Porém, o município de Governador Dix-Sept Rosado foi o que mais se destacou na produção deste (400t) em 2010.

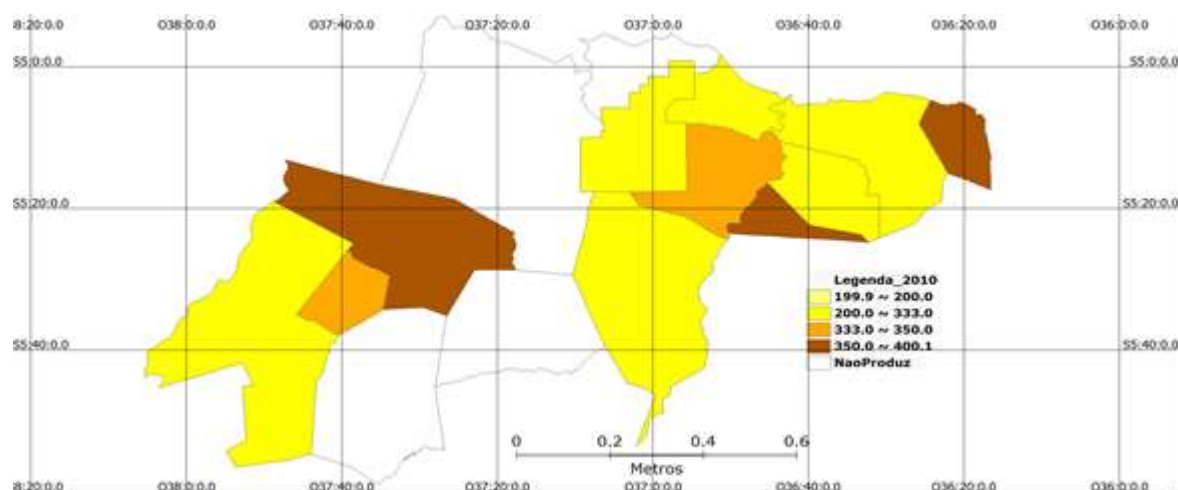


Figura 5: Cultivo de feijão (tonelada) nos municípios produtores de Petróleo do RN, 2010.

O cultivo do milho, na área em estudo, ocorreu em apenas oito Municípios, sendo Caraúbas o município de maior produção (1200 t). No ano de 2000 todos os municípios cultivavam milho e Alto do Rodrigues teve a maior produção (3000 t). Contudo em 2010 seis municípios deixaram de produzir milho, são eles: Serra do Mel, Areia Branca, Felipe Guerra, Apodi, Caraúbas e Upanema. A maior produção foi 750t nos municípios de Governador Dix-Sept Rosado.

CONCLUSÕES

Verificou-se que embora a produção de petróleo seja muito importante nos municípios estudados, a agricultura apresenta-se como um fator de influência socioeconômico nos municípios produtores de petróleo do RN, mesmo diante das variações da produção de algumas culturas, certamente, por consequência da instabilidade climática nessa região e a ausência de políticas públicas efetivas para a convivência do produtor rural com esse fenômeno climático.

Constatou-se também que os dados do último censo apontaram para melhoria nas condições socioeconômicas da população dos municípios produtores de petróleo. Contudo, não se pode deixar de observar que, para se obter um efetivo desenvolvimento social nessa região, é necessária a ocorrência de um crescimento econômico acompanhado por melhorias da distribuição de renda.

Somente nessas condições, os dados passarão a representar forma relevante a efetiva melhoria das condições socioeconômicas da população dessa área.

A criação de um Sistema de Informações Geográficas (SIG) para os municípios produtores de petróleo, a partir desse diagnóstico socioeconômico, retrata a importância de recurso, tendo em vista sua eficiência e capacidade de subsidiar atividades de gestão do uso e da ocupação do espaço. Ressalta-se ainda que esses resultados obtidos a partir desse SIG poderão introduzir e auxiliar a elaboração de novas informações.

REFERÊNCIAS

- ALBANO, G. P. Globalização da agricultura e concentração fundiária no município de Ipanguaçu-RN. (Dissertação). Natal: Departamento de Geografia, UFRN, 2005, p. 218.
- ALENCAR, M. T. Caracterização da macrorregião do semiárido piauiense. In: LIMA, E. S., ALENCAR, M. T., SILVA, W. A. L. Semiárido Piauiense: educação e contexto. Campina Grande: Triunfo Gráfica e Editora, 2010.
- ATLAS Brasil. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/ranking/>. Acesso 23 jun. 2015.
- COSTA, A. M. B.; GOMES, C. Análise do perfil urbano no estudo do processo de urbanização e regionalização do RN. In: XIII Semana de Humanidades. Resumos. Natal: UFRN, 2005.
- COSTA, A. M. B.; SILVA, F. M. MELO, J. G.; DINIZ FILHO, J. B. Zoneamento da salinidade das águas do aquífero cristalino do Rio Grande do Norte. Revista de Geologia, 2002, v. 15, p. 55 – 65.
- CORREIA FILHO, João. O sertão movido a óleo. Revista Planeta. Reportagem Setembro/2007. Disponível em:
<http://www.terra.com.br/revistaplaneta/edicoes/420/artigo59531-1.htm>. Reportagem Setembro/2007. Acesso 31 ago. 2012.
- IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Demográfico. IBGE, 2010.
- IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Demográfico. IBGE, 2000.
- INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E MEIO AMBIENTE-IDMA. Anuário estatístico do Rio Grande do Norte. Natal: Secretaria de Planejamento e Finança, 2000 v.26.
- SECRETARIA DE ESTADO DOS RECURSOS HÍDRICOS DO RIO GRANDE DO NORTE - SERHID. Plano Estadual de Recursos Hídricos: relatório de caracterização do regime hidrometeorológico das bacias, volumes I e II. Natal, 1997.

Capítulo 3



10.37423/221206946

UMA ANALISE A RESPEITO DAS LEIS AMBIENTAIS BRASILEIRAS, JUNTO AS ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTES (APPS) EM ÁREAS URBANAS DA CIDADE DE MANAUS

Paloma da Costa Oliveira

FAMETRO



Resumo: A crise ambiental vivenciada pelo mundo tem se constituído em um dos maiores desafios da humanidade. O aumento da poluição e a utilização predatória dos recursos naturais têm acelerado o aquecimento global, causando o efeito estufa e o comprometimento das florestas e dos rios. Contudo, a problemática não se resume ao contexto ecológico, mas também permeia o contexto social. As dificuldades de natureza social e ecológica são indissociáveis, apesar de muitas vezes serem tratadas de forma isolada. A temática tornou-se obrigatória na agenda mundial e com a criação da Agenda 2030 que constitui uma declaração global de interdependência e visa a urgência de resultados eficazes. Dentro desse contexto esse estudo, assume o objetivo de descrever sobre o desenvolvimento sustentável e a gestão dos resíduos sólidos da cidade de Manaus. A coleta de dados foi feita por meio de uma revisão bibliográfica, da qual foi possível estudar todas as proeminências em maior nível de detalhamento, ressaltando que este assunto é altamente favorecido em termos de se proporcionar o bem estar humano, tanto interna quanto externamente junto à sociedade, Por fim, comenta-se que as práticas inadequadas de saneamento básico fomentam a deterioração ambiental e mobilizam o Estado a implantar novas tecnologias, além de enfatizar ações educativas, visando reduzir o desequilíbrio existente no meio ambiente e criar facilidades à incorporação de novas práticas, que proporcionem maior qualidade de vida.

Palavras-chave: Sustentabilidade. Gestão de Resíduos. Direito Ambiental.

1 INTRODUÇÃO

Enfatizando que a variável ambiental esteja presente no planejamento das organizações, entre os principais pontos que asseveram a questão está a busca pela redução de custos, considerando que a poluição significa o desperdício de matéria-prima e insumos, bem como um impedimento para consolidar novos investimentos. Nesse sentido, a complexidade que envolve a prestação dos serviços públicos de coleta, tratamento e destinação final de resíduos sólidos, as dimensões e os atributos de que estas atividades assumem, ou seja, as empresas de prestação de serviços de coleta de resíduos geram diversas repercussões sociais, governamentais, territoriais e técnicas, englobando o seu potencial de alteração qualitativa do meio ambiente necessitam de estudo mais aprofundado da gestão dos aterros e suas inter-relações com as instituições ligadas aos resíduos sólidos e ao meio ambiente.

Outro ponto a ser destacado é o crescimento populacional na cidade de Manaus, que acarreta a expansão territorial urbana, afeta tanto o sistema produtivo quanto o consumo industrial e são determinantes para influenciar nas condições ambientais. Esses fatores associados com a forma precária como tem se desenvolvido a gestão dos aterros sanitários baianos e as avaliações desses impactos ambientais, salienta e justifica, a importância de promover uma reflexão sobre o tema abordado nesse trabalho. O intuito desse estudo é analisar dentre os instrumentos de gestão uma sugestão que possa atender a destinação de resíduos, diminuir os impactos gerados na destinação final de resíduos sólidos, e a consequente prevenção da poluição ambiental.

O estudo em questão procura ser congruente com a ideia de sustentabilidade ambiental e organizacional de equipamentos públicos de destinação final nos centros urbanos. O questionamento norteador foi: o desenvolvimento de um modelo para instalação de equipamentos de destinação final dos resíduos sólidos, que envolva aspectos ambientais e de gestão, pode atender as especificidades jurisdicionais e particularidades da cidade de Manaus?

Destaca-se neste cenário, a grande quantidade e diversidade de produção de resíduos sólidos que vem aumentando mundialmente em uma escala vertiginosa na cidade de Manaus, o que conforme Mota e Silva (2016) tem provocado constantes eventos de discussão sobre a temática e permanência nas agendas governamentais. Atualmente, a geopolítica dos resíduos sólidos gira em torno das discussões de possíveis alianças para a promoção do desenvolvimento sustentável planetário que reverbera no planejamento das organizações, pelo fato de oportunizar redução de custos, já que a poluição significa o desperdício de matéria-prima e insumos, além de afastamento de novos investimentos.

Com o aumento da população e nível de industrialização há um aumento de consumo de produtos os quais, em geral, possuem vários materiais em sua composição, gerando mais resíduos sólidos. Santos (2019) aponta que há alguns estudos que indicam como alternativa impedir a geração de resíduos mediante proibição da produção ou consumo, o que para a autora, além de fantasiosa, tal medida ocasionaria outros tipos de problemas socioambientais, como: deslocamento de produção para outras regiões, desemprego e pobreza.

De modo, que essa pesquisa busca apresentar os elementos sobre desenvolvimento sustentável e gestão de resíduos sólidos na cidade de Manaus-AM. Bem como, o que permeia o município como a educação, características sociais e econômicas, as parcerias e as políticas públicas voltadas para as questões ambientais. Neste sentido, mister discutir a gestão de resíduos sólidos em uma perspectiva de racionalidade e um planejamento sistêmico que alie as dimensões econômicas, políticas, ambientais e sociais, que consiga reduzir os danos ambientais oriundos do consumo exacerbado.

O estudo em questão procura ser congruente com a ideia de sustentabilidade ambiental e organizacional de equipamentos públicos de destinação final nos centros urbanos. O questionamento norteador desta pesquisa foi qual planejamento e gestão devem ser adotados para o desenvolvimento sustentável de um modelo para instalação de equipamentos de destinação final dos resíduos sólidos na cidade de Manaus? Diante do exposto, a pesquisa tem por hipótese que a cidade de Manaus- AM possui um sistema de gestão de resíduos sólidos com baixa sustentabilidade, eficiência e aproveitamento econômico dos resíduos sólidos, em razão da opção de um planejamento não dialógico com as cooperativas de reciclagem.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 A QUESTÃO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS NA CIDADE DE MANAUS

A problemática dos resíduos sólidos nas metrópoles é uma das principais facetas da chamada crise ambiental urbana (ALBUQUERQUE, 2015), pois, a temática dos resíduos sólidos está inteiramente ligada aos processos de urbanização, à propensão de o concentração do tecido produtivo, bem como à incapacidade de absorção, pelo sistema urbano, destes resíduos. É basicamente no espaço urbano contemporâneo que se unirão a produção e o consumo desenfreados e os impactos dos resíduos provenientes dessas atividades no meio ambiente (SANTOS, 2019, p. 29)

Como gestora do espaço urbano e definidora das normas sociais com força coercitiva, a administração pública assume a tarefa de orientar e definir de que forma se dá o metabolismo dos RSU. No Brasil, a

legislação existente sobre o tema abrange desde leis nacionais a planos municipais que orientam as práticas a serem desempenhadas no fluxo dos resíduos sólidos urbanos.

Quanto à Materialidade do Direito em relação aos Resíduos Sólidos Urbanos (RSU), problemática e circulação na cidade, a Política Nacional de Resíduos Sólidos assim definiu os resíduos sólidos como: material, substância, objeto ou bem descartado resultante de atividades humanas em sociedade, a cuja destinação final se procede, se propõe proceder ou se está obrigado a proceder, nos estados sólido ou semissólido, bem como gases contidos em recipientes e líquidos cujas particularidades tornem inviável o seu lançamento na rede pública de esgotos ou em corpos d'água, ou exijam para isso soluções técnica ou economicamente inviáveis em face da melhor tecnologia disponível (BRASIL, 2010).

Os RSU, resíduos sólidos que englobam:

I. Resíduos domiciliares - originários de atividades domésticas em residências urbanas e que podem ser resíduos secos, tais como embalagens; resíduos úmidos, em geral, matéria orgânica proveniente e alimentos e ainda rejeitos provenientes de as atividades de higiene. Os resíduos domiciliares abarcam, ainda, os resíduos originários de atividades comerciais, indústria e de serviços cuja responsabilidade pelo manejo não seja atribuída ao gerador, acondicionados em recipientes de capacidade não superior a 100 litros por dia.

II. Resíduos de limpeza urbana - originários da varrição, limpeza de logradouros e vias públicas e outros serviços de limpeza urbana. No que diz respeito à circulação dos resíduos sólidos urbanos no espaço urbano, esta inicia-se com a sua geração, etapa em que os RSU são produzidos, fruto das diversas atividades humanas.

Os dados do Panorama dos Resíduos Sólidos no Brasil, produzidos pela Associação 83 Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais (ABRELPE), apontam que em 2018 foram geradas mais de 79 milhões de toneladas de RSU no Brasil, o que representou um aumento de um pouco menos de 1% em relação aos RSU produzidos em 2017 (MASSUKADO, 2018).

Após a geração, o caminho o que RSU fará depende da destinação dada pelo gerador frente às opções que lhe são apresentadas. A responsabilidade compartilhada é um dos princípios da PNRS e prevê que os diversos agentes, seja o poder público, os catadores, os fabricantes, os distribuidores e comerciantes, e ainda os cidadãos, ou consumidores apresentam papel relevante e um conjunto de atribuições “para minimizar o volume de resíduos sólidos e rejeitos gerados, bem como para reduzir

os impactos causados à saúde humana e à qualidade ambiental decorrentes do ciclo de vida dos produtos” (BRASIL, 2010, artigo 3º).

Não necessariamente todo o resíduo sólido gerado é coletado, e isso é devido a motivos diversos, como insuficiência do sistema de coleta pública, disposição irregular ou coleta informal. Nesse sentido, boa parte dos investimentos públicos é realizada na coleta e transporte dos resíduos sólidos urbanos. Ainda de acordo com o estudo da ABRELPE, a quantidade de RSU coletados no país em 2018 foi cerca de 72,7 milhões de toneladas, de forma que cerca de 92% dos RSU produzidos foram coletados (MASSUKADO, 2018).

A ação de coleta seletiva caracteriza-se pela coleta de resíduos sólidos previamente segregados conforme sua constituição ou composição; trata-se de uma das principais estratégias para a redução da quantidade de resíduos dispostos nos aterros sanitários. O Anuário da Reciclagem, produzido pela Associação Nacional de Catadores apresentou que, segundo dados do SNIS referentes ao ano de 2017, apenas 22% dos municípios do Brasil ofereciam coleta seletiva pública, e aproximadamente 15% dos municípios contavam pelo menos uma cooperativa ou associação de catadores de materiais recicláveis com incentivo público (SANTOS, 2019).

As diferentes formas de destinação dos RSU, com base na hierarquia dos resíduos são: a reciclagem, a compostagem e a disposição final no solo (vazadouro a céu aberto, aterro controlado e aterro sanitário). A reciclagem é definida como “processo de transformação dos resíduos sólidos que envolve a alteração de suas propriedades físicas, físico-químicas ou biológicas, com vistas à transformação em insumos ou novos produtos” (BRASIL, 2010, artigo 3º). A PNRS dá à reciclagem um papel relevante no processo de gestão de resíduos, a partir da perspectiva de que o descarte em aterros sanitários seja apenas dos materiais que não podem 84 ser reciclados.

O Anuário da Reciclagem produzido pela Associação Nacional de Catadores aponta “efeitos econômicos e ambientais da reciclagem” (MASSUKADO, 2018, p. 10), tais como: a redução da extração de recursos naturais para a produção de novos produtos, devido ao reaproveitamento dos materiais pós consumo; ao reduzir a extração de matéria prima, a reciclagem contribuiria também para a mitigação de gases de efeito estufa, além da redução dos custos de produção e geração de renda para os milhares de catadores envolvidos na reciclagem. Arelada à reciclagem está o princípio da logística reversa, que trata da obrigatoriedade de fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes de produtos e das embalagens em garantir a coleta e a restituição dos resíduos sólidos pós o consumo,

para reaproveitamento no ciclo de produção ou em outros ciclos produtivos, ou outra destinação final ambientalmente adequada.

Para implementação dos sistemas de logística são utilizados acordos setoriais, regulamentos expedidos pelo poder público, ou ainda termos de compromisso (BRASIL, 2010). Entretanto, de acordo com a Pesquisa sobre Pagamento por Serviços Ambientais Urbanos para a Gestão dos Resíduos Sólidos Urbanos, de 2010, elaborada pelo IPEA, ao encaminhar os RSU para lixões e aterros e não se realizar a reciclagem, estima-se que o Brasil deixa de ganhar R\$ 8 bilhões por ano. De acordo com o estudo da ABRELPE, realizado no ano de 2012, mais de 30% dos resíduos sólidos produzidos no país apresentaram potencial para a reciclagem.

O Relatório Anual da Reciclagem referente ao ano de 2018 apontou que 67.048 toneladas de resíduos sólidos foram comercializadas por organizações acompanhadas pela ANCAT. Apesar de os resíduos sólidos domiciliares no Brasil se caracterizarem por um alto percentual de resíduos orgânicos, as experiências de compostagem da fração orgânica são ainda incipientes. O resíduo orgânico, por não ser coletado em separado, acaba sendo encaminhado para disposição final junto com os resíduos perigosos e com aqueles que deixaram de ser coletados de maneira seletiva. Esta forma de destinação gera, para a maioria dos municípios, despesas que poderiam ser evitadas caso a matéria orgânica fosse separada na fonte e encaminhada para um tratamento específico, por exemplo, via compostagem (MASSUKADO, 2018). Dados da ABRELPE referentes ao ano de 2012 indicaram que apenas 3,8% dos municípios brasileiros apresentavam unidade de compostagem, apesar do fato de os resíduos sólidos domiciliares no Brasil apresentarem alto percentual de resíduos orgânicos (SANTOS, 2019).

Para Massukado (2018), as experiências de compostagem da parte 85 orgânica dos resíduos ainda são ainda tímidas devido ao resíduo orgânico não ser coletado de forma separada; à carência de investimentos e de tecnologia adequada para a coleta desse tipo de material; à insuficiência de manutenção do processo; e ao preconceito com o produto orgânico. O estudo apresenta ainda a estimativa da composição gravimétrica dos resíduos sólidos coletados no Brasil obtida a partir da média simples da composição gravimétrica de 93 municípios brasileiros pesquisados entre 1995 e 2018.

Atualmente o aterro sanitário é a técnica considerada como ambientalmente adequada no Brasil. O aterro sanitário é uma técnica de disposição de rejeitos, principalmente lixo domiciliar, no solo. Essa disposição do lixo é planejada de maneira a reduzir ao máximo os riscos de contaminação, devendo ser realizados estudos para identificação de tipos de solo, corpos hídricos, populações próximas e

ainda direção do vento. O terreno do aterro sanitário é previamente preparado para recebimento do material, com fundo impermeabilizado para impedir a contaminação do solo. São utilizados princípios de engenharia para utilizar a menor área possível, cobrindo os resíduos com uma camada de terra. Além disso, há previsão de monitoramento sistemático para acompanhamento da quantidade de lixo depositada poços de monitoramento de contaminação do lençol freático (BRUSCHI, 2011). O aterro controlado é uma técnica de disposição final de RSU considerada uma intermediária entre o lixão e o aterro sanitário.

Não dispõe de um tratamento da base que faz contato com o solo de modo a impedir a percolação de líquidos, mas segundo a definição da Segundo a NBR 8849/1985 prevê o recobrimento dos resíduos com cobertura de argila e grama (FIALHO, 2011). Por sua vez, os denominados lixões são vazadouros a céu aberto em caracterizado pelo seu lançamento sobre o solo sem qualquer critério técnico ou medida de proteção ambiental ou 86 de saúde (BRUSCHI, 2011). Eles são alvo de intervenção proposta pela Política Nacional de Resíduos Sólidos, com vistas à sua extinção, devido aos danos que podem causar ao solo, aos lençóis freáticos, ao ar e ainda às populações que vivem em seu entorno.

2.2 DIREITO AMBIENTAL E AS ÁREAS DE PROTEÇÃO PERMANENTE

A fim de pensarmos as cooperativas para a eficiência econômica e eficácia social na cidade de Manaus, precisamos, antes, compreender que a cooperação sempre esteve presente da história da humanidade, em que os homens se uniam para alcançar determinados objetivos, como o de conseguir alimentos, por exemplo. Segundo o Dicionário Michaelis, cooperar significa ato ou efeito de cooperar; prestação de auxílio para um fim comum; colaboração, solidariedade. Porém, desde a evolução dos homens, este sentimento de cooperação deu lugar ao desejo de acumular poder, explorar o trabalho alheio, dentre outros.

No âmbito municipal, a Constituição Federal de 1988 refere-se aos municípios como ente da Federação nos termos dos artigos 1º e 18º. Diante dessa promulgação os municípios têm autonomia e atuação própria constitucionalmente definida. Dessa forma, a administração pública local, e sob outras competências, possui o dever de contribuir para a preservação do meio ambiente, especificamente na implementação de diretrizes e ações para o efetivo controle e redução dos impactos ambientais adversos gerados pelos resíduos provenientes da construção civil.

Podemos ressaltar que a PNRS reforça a competência do governo municipal quanto à gestão integrada dos resíduos sólidos gerados nos respectivos territórios. Fischer (1984), discorre que a atuação do

administrador público como outrora era apenas de um executor de políticas, porém, a partir de 1930 e da I Guerra Mundial em decorrência do crescimento estatal, houve mudanças conceituais do administrador público que agora podem formular as políticas públicas.

Contudo, podemos analisar que a administração municipal tem o papel de governar e se responsabilizar pelos resíduos sólidos em atendimento aos princípios do desenvolvimento sustentável com competência para fiscalizar pelos sistemas de controle interno do poder executivo municipal e autonomia para organização, administração e normatização.

Para o transporte de resíduos existem as exigências requeridas das transportadoras os RCC que são Controle de Transporte de Resíduos (CTR) em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, as NBR nos: 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004, para o controle da fiscalização e para configurar o destino adequado do resíduo. O CTR, como cita a NBR 15.113 se trata de um documento que deve ser emitido pelo transportador de resíduos que descreve as informações sobre gerador, origem, quantidade e descrição dos resíduos e seu destino. Esse CTR deve estar no porte obrigatório das empresas licenciadas responsáveis pelo traslado de RCC onde deve constar a comprovação correta da destinação desse material.

Conforme a NBR 10.004, ABNT, 2004, os resíduos sólidos estão definidos como aqueles em estado sólido e semi-sólido que podem ser de origem doméstica, varrição, hospital comercial, industrial, agrícola e ainda os lodos que provem de sistemas de tratamento de água e inviáveis para o lançamento na rede de esgoto, sem que sejam tratados por soluções técnicas

No Brasil, o tratamento e a aplicação tecnológica dada à coleta e manejo dos Resíduos Sólidos Urbanos (RSU) são ainda empíricos, principalmente pela falta de dados fidedignos sobre o tema, bem como, pela baixa inserção de processos de transformação e incineração na cadeia, como alternativa de destinação final destes resíduos. O termo mais popular para denominação dos RSUs é Lixo, qualificado pela falta de utilidade, alto grau de rejeição e descarte, tendo sua origem nas atividades produtivas humanas.

Muito embora esses descartes, na maioria das vezes, sejam feitos sem atentar para a periculosidade dos mesmos. Atualmente a destinação final do RSU é o grande gargalo da cadeia de gestão dos mesmos e apresenta-se como um problema desafiador a ser resolvido pela sociedade e os poderes públicos. A crescente e desordenada produção de resíduos sólidos no planeta vem sendo considerado há algumas décadas, como o principal fator de degradação do meio ambiente.

O RSU diferencia-se dos demais resíduos, em função de ter sua origem nas sobras dos produtos consumidos nas atividades humanas residenciais e que acabam gerando um percentual significativo, tornando-o bastante impactante no cenário geral. Todo este cenário negativo pode ser facilmente entendido pelo número de amontoados de RSU em beiras de estradas, leitos de rios, em terrenos abertos e baldios, nas vias públicas das cidades e rodovias estaduais, e principalmente, nos focos de descartes inapropriados chamados "Vazadouros ou "Lixões a céu aberto".

Esse problema ainda inclui a poluição visual, do solo, dos rios, dos lençóis freáticos, dos oceanos e da atmosfera, esta última, através dos gases provenientes da decomposição do material orgânico, que contribuem diretamente para o aumento do efeito estufa. Além dos problemas causados nos corpos hídricos e lençóis freáticos, pela infiltração do chorume, um líquido gerado pela decomposição bioquímica da matéria orgânica que, quando em contato com o oxigênio e a chuva, associados às mudanças de temperaturas, infiltra-se pelo solo e lança no meio ambiente, metais pesados e produtos contaminantes.

2.3 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: POTENCIALIDADES E LIMITES

O que é então desenvolvimento sustentável? Uma moda que persiste no tempo, ou será, como afirmam outros, uma variável que não deve ser considerada mais importante que os demais conceitos de desenvolvimento? A afirmação de que o desenvolvimento sustentável atende ao momento atual, sem comprometer as necessidades das gerações futuras, é compartilhada por todos. Segundo Jacobs (2016), desde os dirigentes dos países mais industrializados que fazem parte do grupo dos 7 (incluindo na época, Margareth Thatcher e Ronald Reagan) em Toronto 1988 até os chefes de estado dos países latino americanos em 1996, os empresários de multinacionais e seu conceito de ecoeficiência, o movimento verde, os cientistas, entre outros, utilizam em seus discursos o tema do desenvolvimento sustentável.

Desse modo, quando um conceito tem uma aceitação geral, pode acontecer a manipulação de um conteúdo evidentemente sério que se apresenta camuflado na maioria de suas aplicações (Nunes, 2018). No marco atual dos programas da União Europeia, por exemplo, o desenvolvimento sustentável é visto como um caminho ainda longo para se percorrer. Baseado na estratégia de focar os problemas ambientais com a participação ativa dos principais agentes da sociedade, o informe considera que só se terá êxito "quando o desenvolvimento sustentável for considerado como o único

modelo de desenvolvimento econômico válido para o futuro e seja plenamente aceito por todos os cidadãos”

No último quarto do século XX, quando as fórmulas desenvolvimentistas fracassaram e o mundo parecia não ter outra saída a não ser o caos, eis que ressurgiu com nova roupagem e com muita força através dos novos movimentos sociais e intelectuais uma proposta alternativa de desenvolvimento. Boaventura de Sousa Santos (2022) assinala que a prática cooperativista moderna é muito antiga, surgiu em 1826 na Inglaterra. O cooperativismo e as ideias de solidariedade e de autogestão têm suas origens nos movimentos sociais e se desenvolve através dos pensadores que vivenciaram o surgimento da sociedade industrial nascente no século XIX, propondo formas de organização sociais mais justas que as da sociedade capitalista. Entre esses pensadores podem-se destacar Owen, Fourier, Proudhon, Bakunin, entre outros. Essas ideias influenciaram movimentos sociais e sociedades em todo o mundo ao longo do século XX.

Nos anos de 1990, propostas de planejamento social participativo são formuladas, sobretudo com as discussões de um novo modelo de desenvolvimento e da elaboração de uma Agenda para o século XXI em âmbito global, nacional e local. Na atualidade, buscam-se modelos participativos de intervenção que possam responder a essa intrigante equação do mundo pós-moderno de integrar crescimento, equidade e meio ambiente (Hall, 1998). O fundamento básico dessa nova perspectiva é a participação das pessoas no processo de planejamento.

Mais recentemente, o Fórum Social Mundial, realizado pela primeira vez em 2001, mostrou que um outro modelo de sociedade é possível. Autores, como B. de Sousa Santos, N. Chomsky, P. Singer, assinalaram a importância dos movimentos sociais na construção de uma economia alternativa. Para Singer (2022) essa nova economia solidária compõe-se das empresas que praticam os princípios do cooperativismo, ou seja, a autogestão, sem confundir com as cooperativas que empregam assalariados, a empresa solidária nega a separação entre trabalho e posse dos meios de produção. A propriedade da empresa é dividida por igual entre todos os trabalhadores.

Por sua vez, a Agenda 21 é um programa de ação em escala planetária que envolve a defesa da diversidade cultural e ambiental, a justiça social e o respeito pelas tecnologias claramente voltadas para a preservação da nossa mãe terra. Uma pesquisa realizada pela ONU em 180 países para saber como estava sendo realizada a discussão da Agenda 21 em nível local indicou que em 113 países, 6.416 autoridades se comprometeram com a Agenda. Cerca de dezoito países iniciaram 2.640 processos de

intervenção. Em 60% dos municípios onde a Agenda foi implementada, ela passou a integrar o sistema público.

Sendo assim, o fomento à participação popular na Agenda 21 requer a construção prévia de uma relação entre a equipe de gestão técnica e a comunidade. Em uma metodologia participativa, a opinião da população interfere diretamente no processo de investigação da realidade. É evidente que o valor da participação comunitária se intensifica quando esta não é apenas um meio, mas também uma das principais finalidades. Uma relação social mais coesa é o que se busca em uma implementação de Agenda 21, plano de ação que visa a conquista em comum de soluções para os problemas socioambientais.

Manaus é a sétima cidade mais populosa do Brasil (1.802.014 habitantes) pela estimativa de 2010, depois de São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador, Brasília, Fortaleza e Belo Horizonte. As áreas verdes, destinadas ao lazer da população, estão concentradas na parte costeira (norte) da cidade onde ocorrem os investimentos turísticos e vivem as populações mais abastadas.

Uma cidade que em apenas três décadas deu um salto demográfico significativo, duplicando sua população entre os anos 1970 e 2000, fechou o século XX com graves problemas socioambientais na maioria dos seus bairros periféricos, apesar do curto tempo de consolidação. Nos últimos 20 anos de ocupação urbana, ocorreu uma melhoria nas edificações dessas áreas, apesar de ter proliferado as autoconstruções que degradaram vastas áreas verdes do município e ameaçam outras que ainda subsistem.

Paralelamente foram construídos na periferia, através do poder público, populosos conjuntos habitacionais com pouco ou quase nenhum equipamento urbano (hospitais, escolas, áreas de lazer e cultura), sem qualquer preocupação com a preservação ambiental. Vale salientar que essa transformação da morfologia da periferia de Manaus contribuiu para o aumento da violência nessas áreas. No entanto, apesar do aumento da violência, da falta de serviços públicos, da miséria e das condições subumanas de vida, ocorre também o fortalecimento da solidariedade e da capacidade de superar as dificuldades que são muitas, indo desde a falta de água, de comida, de lazer, de atendimento de saúde, de trabalho, de transporte, de segurança até de áreas verdes.

3 CONCLUSÃO

Não obstante o sucesso da promulgação da lei federal em 2010, embora certos aterros sanitários possam estar de fato sendo adequadamente gerenciados, os resíduos sólidos do estado do Amazonas

ainda não têm destino final apropriado. Como as condições gerais de urbanização das cidades não se modificam na mesma velocidade, presume-se que mais da metade dos resíduos sólidos seja descartada em qualquer parte: nas estradas, nas matas, nos rios, nas esquinas.

O estudo sobre os aspectos ambientais em aterros sanitários comprovou que quando o estado resolve instalar um equipamento de destinação final, vem aplicando, na maioria das vezes, corretos fundamentos técnicos e geológicos. Mas é durante o processo de operacionalização e gestão desses equipamentos que começam as dificuldades e carências de recursos humanos, técnicos, operacionais e financeiros, transformando o equipamento apropriado em vazadouro a céu aberto.

Mesmo com um modelo tecnológico que prevê um tratamento diferenciado das várias partes dos resíduos sólidos e com um discurso de redução da geração de resíduos, Manaus não tem uma gestão que possa ser qualificada de integrada e sustentável. O modelo tecnológico, concebido há mais de 10 anos, ainda se encontra em um lento estágio de implantação e adequação. Não foi implantada a unidade de compostagem para os resíduos de feira, mercado e poda, que ainda são, na sua totalidade, dispostos no aterro. O entulho está sendo disposto no Aterro Controlado de Canabrava, sem que tenha sido implantada a unidade de reciclagem e sem que se utilize esse resíduo para nivelamento de terreno.

Diferentemente da fase que antecede a teoria do desenvolvimento, em que o enfoque foi voltado apenas à produção, com alguns escritores, como Stuart Mill, enfatizando a questão social e a qualidade de vida das pessoas, nesse novo contexto de estudos, a questão produtiva não foi abandonada. A diversidade de estudos contempla o conceito de desenvolvimento sustentável nas diferentes dimensões, a produtiva, a social e a ambiental. Talvez pela própria complexidade envolvida no sentido amplo dessa concepção, os estudos tenham se direcionado aos aspectos mais pontuais do tema. Apresentamos, portanto, enquanto desafio da construção do conhecimento rumo à teoria do desenvolvimento sustentável, a prática de diálogos e reflexões que atravessem os diferentes prismas, enfoques, convergências e divergências aqui apontados.

4 REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Dimas. “Diálogos interdisciplinares para uma agenda sócio-ambiental: breve inventário do debate sobre ciência, sociedade e natureza”. Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente, Curitiba, número 1, jan/junho, p.21-40, 2015.

ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas). NBR 10.004: Resíduos sólidos – Classificação. Rio de Janeiro: ABNT, 2004. 77 p.

_____. NBR 13.896: Aterros de resíduos não perigosos - Critérios para projeto, implantação e Operação. Rio de Janeiro: ABNT, 1997. 12 p.

_____. NBR ISO 14.040: Gestão ambiental - Avaliação do ciclo de vida - Princípios e estrutura. Rio de Janeiro: ABNT, 2001.

BOAVENTURA, J.C. Isomorfismos como motivadores da evolução da gestão ambiental: um estudo com médias e grandes empresas de dois estados brasileiros. In: ENCONTRO DA ANPAD, 37., Rio de Janeiro, 2013. Anais...Rio de Janeiro: ANPAD, jan. 2022.

BRASIL. Lei nº12.305 de 2 de agosto de 2010. Institui a Política Nacional dos Resíduos Sólidos. Presidência da República. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acessado em: 30.12.2021.

BRUSCHI, G. Consumption and Environmental Sustainability Across Cultures. Advances in Consumer Research, v. 26, 2011.

BULGARELLI, Waldirio. O regime jurídico das sociedades cooperativas. São Paulo: Pioneira, 1965.

FISCHER, R. Environmentalism and Political Theory. 3 ed., Londres, UCL. 1984.

FIALHO, T. M. D. Administração pública como área de conhecimento e ensino: a trajetória brasileira. Revista de Administração de Empresas, São Paulo, v. 24, n. 4, p. 278-288, 2011.

JACOBS, B.W. An empirical investigation of environmental performance and the market value of the firm. Journal of Operations Management, v. 28, n. 5, p. 430-441, 2016.

MASSUKADO, C. M. D. F. Novas perspectivas na gestão do saneamento: apresentação de um modelo de destinação final de resíduos sólidos urbanos. Urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana, Curitiba, v. 7, n. 1, p. 91-105, jan./abr. 2015 Epub Abr-2015.

MOTA, M. G. C.; SILVA, T. R. das C. Educação ambiental: que critérios adotar para avaliar a adequação pedagógica de seus projetos? Ciência & Educação, São Paulo, v. 7, n. 2, p. 199-207, 2016.

NUNES, L.R. dos S. Política e plano municipal de saneamento básico: aportes conceituais e metodológicos. In: MINISTÉRIO DAS CIDADES. Livro 1 – Instrumentos das políticas e da gestão dos serviços públicos de Saneamento Básico. Brasília: Editora, 2018. Capítulo 1, p. 31-53.

SANTOS, Ênio Márcio. Cooperativismo Financeiro: percurso histórico, perspectivas e desafios. Brasília: Confecras, 2019.

SINGER, Paul. Introdução à economia solidária. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo. 2022.

Capítulo 4



10.37423/221206949

"A DEPRESSÃO E A ADOLESCÊNCIA: DO HISTÓRICO AO TRATAMENTO."

Elba Carla Pereira da Silva

Centro Universitário Uninassau Caruaru - PÉ

Alan Geimison Torres de Oliveira

Centro Universitário Uninassau Caruaru - PÉ

Bianca Cavalcante de Barros

Centro Universitário Uninassau Caruaru - PÉ



Resumo: A depressão é um transtorno psiquiátrico que acomete a população em geral, atinge dentre elas adolescentes. O tratamento pode englobar tratamentos farmacológicos e não farmacológicos, como a psicoterapia. Embora a farmacoterapia seja um dos pilares do tratamento da depressão, várias questões sobre a utilização de agentes antidepressivos nessa faixa etária permanecem ainda sem respostas definitivas e são fontes de intensos debates. Assim, o objetivo deste trabalho é ressaltar a importância das pesquisas relacionadas à medicalização da depressão em adolescentes. Sabe-se que é importante revisar o padrão dos medicamentos utilizados por adolescentes que são diagnosticados com depressão. As alterações químicas no cérebro que atrapalham a comunicação entre os neurotransmissores são a causa desse transtornos. É possível entender como os ISRSs (inibidores seletivos da recaptação da serotonina) tomaram o pódio nos medicamentos para depressão mais prescritos para os adolescentes. Os ISRSs tem se destacado por desencadear um menor espectro de efeitos colaterais, melhor perfil de segurança, cientificamente comprovado no tratamento da depressão em adolescentes e, esse perfil acaba sendo facilitador para uma adesão efetiva.

Palavras chaves: Depressão; Adolescência; tratamentos para depressão.

1 INTRODUÇÃO

O termo depressão, na linguagem informal, é utilizado para designar tanto um estado afetivo normal quanto um sintoma, uma síndrome ou uma doença. O estado afetivo normal, designado como tristeza, constitui-se uma resposta humana comum às situações de perda, derrota, desapontamento e outras adversidades. Os adolescentes portadores de depressão tendem a apresentar transtorno de ansiedade e abusos de substâncias, baixa autoestima, imagem corporal empobrecida, alta inibição e enfrentamento inadequado são comuns em adolescentes deprimidos (MOREIRA et al., 2014). De acordo com Silva e Pinsky (2014) crianças e adolescentes têm a vida adulta marcada por transformações físicas e psicossociais, fatores que geram o crescimento de transtornos psiquiátricos. Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), as mudanças psicossociais nessa classe de pacientes, correspondem a um período em que eles se deparam com as suas transformações, em busca da sua própria identidade, levando ao estado afetivo normal, tristeza (MOREIRA, 2014). Abromovitch e Aragão (2011) descrevem que a depressão em adolescentes, por suas várias formas de se manifestar a depender da fase de ocorrência, pode ser subdiagnosticada ou confundida com uma fase temperamental ou retraída, em casos, sendo alvo de críticas. A farmacoterapia para depressão é extensa e foi introduzida pela primeira vez, com a utilização de imipramina em 1956 (NEVES, P 34, 2015). A utilização de medicamentos sem prescrição médica é um hábito frequente na população brasileira. Segundo a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), cerca de 50% dos medicamentos controlados são vendidos sem exigência de prescrição médica e no Brasil, pelo menos 35% dos medicamentos são adquiridos por automedicação. A falta de orientação correta acerca dos riscos e os efeitos colaterais existentes, a facilidade de aquisição sem a orientação médica, o rápido acesso às informações através da internet ou veiculadas através de outros veículos de comunicação são alguns dos motivos que colaboram para o crescimento e difusão dessa conduta do uso irracional de antidepressivos (GALATO, MADALENA e PEREIRA, 2012).

Portanto, este trabalho visa contribuir descrevendo informações acerca da depressão e do uso de antidepressivos em adolescentes.

2 OBJETIVOS

2.1 OBJETIVO GERAL

Descrever acerca da depressão e uso de antidepressivos em adolescentes.

2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Classificar os tratamentos farmacológicos disponíveis para adolescentes diagnosticadas com depressão;
- Ressaltar a importância das pesquisas relacionadas à medicalização da depressão e suas formas de cuidado à saúde.

3 METODOLOGIA

Trata-se de um estudo retrospectivo, narrativo, de caráter bibliográfico e natureza descritiva, com abordagem qualitativa. Para obtenção dos estudos foram utilizados os seguintes bancos de dados: PubMed (US National Library of Medicine National Institutes of Health) e MEDLINE (Medical Literature Analysis and Retrieval System Online) entre os meses de janeiro a outubro de 2021, utilizando como descritores: depressão, depressão química, psiquiatria no adolescente, tratamento farmacológico. Foram considerados elegíveis estudos que retratam a temática da pesquisa e continham palavras-chave predeterminadas, no recorte temporal de 2011 a 2021, escritos nas línguas portuguesa e inglesa. Foram excluídos do estudo artigos não relacionados ao tema, TCC, dissertação e tese ou artigos em duplicidade, fora do recorte temporal ou não escritos nos idiomas supracitados. Dentro da análise para critério para elaboração do projeto as referências com temas que quase sempre estão vinculados à depressão de outras faixas etárias, foram descartadas, mesmo porque o foco estava voltado em especial ao público adolescente.

Tabela 1 - Identificação de obras bibliográficas

Autores/Ano	Tipo de estudo	Principais resultados	Conclusão do trabalho
Sheila Abramovitch Lilian O. e C. de Aragão 2011	Este artigo discute a depressão na infância e na adolescência, em uma perspectiva clínica, e alerta para o excesso de diagnósticos e medicamentos psiquiátricos usados em jovens, que estão em crescimento e desenvolvimento	Enfatiza, também, a necessidade do encaminhamento ao especialista, devido às nuances sintomatológicas, bem como à variabilidade e à mutabilidade dos fenômenos psicopatológicos nessa fase.	A expressão do TDM na criança varia conforme sua idade e a etapa do desenvolvimento em que a criança se encontra quando adoece. À medida que a criança vai crescendo, os sintomas depressivos poderão se expressar com mais frequência e se assemelham ao TDM do adulto.

Feijão, G. M. M. 2016	O presente artigo tem como objeto de estudo as características clínicas, sintomatologia, fatores de risco, possíveis alterações neuropsicológicas provocadas pela depressão crianças e adolescentes, além de abordar algumas possibilidades de tratamentos para esta fase do desenvolvimento, como a medicação antidepressiva e a psicoterapia.	Investigar auxiliar os profissionais, principalmente os especialistas em neuropsicologia, fazendo com que estes identifiquem precocemente alterações no desenvolvimento cognitivo e comportamental que este transtorno pode acarretar, utilizando instrumentos para esta finalidade como testes neuropsicológicos e escalas para a avaliação do desenvolvimento, possibilitando assim intervenções terapêuticas precoces e precisas, trazendo-lhes melhores resultados.	O conhecimento do transtorno depressivo na adolescência mostra que tem que se levar em consideração os sinais específicos dessa fase do desenvolvimento, uma vez que existem características típicas como irritabilidade e frequentes explosões de raiva que diferenciam do quadro sintomatológico do adulto. Foram apresentados ainda fatores de risco próprios desta faixa etária, entre eles a falta de suporte familiar e dúvida quanto à orientação sexual
Neves, A. L. A., 2015.	Este artigo mostra a importância das organizações mundiais de saúde consideram a depressão uma desordem de humor apresentando muitas facetas e uma variedade de possíveis etiologias que provoca forte impacto na qualidade de vida do doente e dos seus familiares.	A depressão é um problema médico, passível de tratamento e, nas últimas cinco décadas, a psicofarmacologia da depressão evoluiu muito e rapidamente aumentando o número de fármacos disponíveis no mercado. Assim, atualmente o mercado dispõe de	No entanto, a farmacocinética das substâncias pode alterar a biodisponibilidade e os efeitos adversos das mesmas, tornando-se um fator preponderante para a não adesão à terapia. A escolha do antidepressivo deverá ser baseada em vários

		diversos antidepressivos com eficácia para o tratamento da depressão.	fatores tais como: o tipo de sintomatologia, a idade, o uso concomitante com outras terapias e a história clínica do doente. Este trabalho procura fazer uma revisão bibliográfica no âmbito do tratamento farmacológico da depressão, bem como do mecanismo de ação, da farmacocinética, dos efeitos laterais e das interações farmacológicas das diferentes classes de antidepressivos.
Mateus Silvestre Moreira Rodrigo Gomes de Moraes 2014	Buscou-se com este trabalho verificar, a eficácia, as indicações e as contraindicações da utilização de psicofármacos em crianças e adolescentes. Para tanto, utilizou-se de um levantamento bibliográfico em revistas, livros e artigos publicados na Internet, por meio dos quais pode-se concluir	Dentre estes transtornos mentais pode-se citar: reações de ansiedade, a depressão, o suicídio, a esquizofrenia, a breve reação de psicose e os distúrbios de alimentação, tais como anorexia nervosa e a bulimia.	Os numerosos agentes farmacológicos utilizados para tratar transtornos psiquiátricos são designados por três termos: psicotrópicos, psicoativos e psicoterapêuticos, mas todas estas categorias são utilizadas para tratar condições que antes não recebiam atenção medicamentosa e alguns são utilizados para uma série de transtornos.

Sheila Abramovit, Lilian de Aragão, 2011.	Este artigo discute a depressão na infância e na adolescência, em uma perspectiva clínica, e alerta para o excesso de diagnósticos e medicamentos psiquiátricos usados em jovens, que estão em crescimento e desenvolvimento.	Enfatiza, também, a necessidade do encaminhamento ao especialista, devido às nuances sintomatológicas, bem como à variabilidade e à mutabilidade dos fenômenos psicopatológicos nessa fase.	Deve-se ressaltar a importância de se distinguir sintomas depressivos de transtorno depressivo maior. Por outro lado, existe um modo de ser depressivo, ou personalidades tristes e retraídas, e também reações depressivas, como a do luto.
---	---	---	--

Fonte: AUTORES, 2021.

4 REFERENCIAL TEÓRICO

4.1 HISTÓRICO DA DEPRESSÃO

A depressão é uma doença neurobiológica complexa que, como outras doenças, câncer e diabetes tipo 2, ocorre como resultado de múltiplas alterações genéticas e sua interação com fatores ambientais que pode aumentar o risco, como estresse, ou fornecer proteção, como apoio social. O termo depressão em seu contexto clínico refere-se não só ao humor depressivo, mas também ao complexo de síndrome caracterizado por alterações de humor, psicomotora e vários distúrbios somáticos e neurovegetativos (MANUEL, 2000). Os sintomas são manifestações de funcionamento psicológico que aparecem na pessoa que os percebe ou aos olhos do observador como anormais. Eles são indesejáveis e causam sofrimento, permanecendo na forma de sofrimento psíquico, isto é, eles mudam o comportamento de uma pessoa, diferente de seus traços de personalidade. Características, em oposição aos sintomas, são padrões habituais de comportamento que são parte integrante da estrutura psicológica da pessoa. Eles surgem muito cedo na vida de uma pessoa e dão-lhe suas próprias peculiaridades, seu comportamento é aceito e de preferência tanto por si mesmo e pela sociedade (MANIQUE; DURMAN; MARLENE, 2006).

A depressão já é conhecida como o grande mal do século, é uma patologia comum do foro mental, caracterizada pela tristeza, pela falta de interesse na participação de atividades sociais nas quais buscam alegria, apresentando a presença de sentimento de culpa e de baixa autoestima e dentro deste contexto vem a busca do conhecimento sobre a história da depressão, pois devemos considerar que, desde as mais antigas civilizações, já existiam pessoas sintomáticas (HORNSTEIN, 2006; BAHLS, 2002).

QUADRO 1: Evolução de Sinais e sintomas no sistema nervoso central

Parâmetro	Alto risco
1.ª Fase: excitação	Euforia, tontura; alucinações visuais e auditivas; tosse, salivação, fofobia; náuseas e vômitos; comportamento bizarro
2.ª Fase: depressão	
a) leve	Confusão, desorientação, perda de autocontrole; diplopia, visão turva; cefaleia; analgesia; palidez
b) moderada	Sonolência, ansiedade; ataxia e incoordenação muscular; diminuição dos reflexos, nistagmo
c) intensa	Inconsciência; delírio, estupor; sonhos bizarros; convulsões; alterações do sistema nervoso central

A causa para essa patologia estava relacionada com um elemento próprio da natureza humana, e que muitas vezes, era atribuída ao desenvolvimento durante a sua criação, não sendo muito categórico em relação ao sofrimento humano. Na época de Hipócrates, acreditava-se que a alteração qualitativa e quantitativa da bílis negra, era responsável por produzir um estado melancólico, que consequentemente desenvolveria sintomas de medo e tristeza. Esse pensamento era conhecido como a teoria dos quatro humores (sangue, fleugma, bílis amarela e bílis negra), e que naquela época o tratamento era feito através da eliminação de excesso destes, por meio de purgativos (FACÓ, 2008; PERES, 2006). Tal patologia se assemelha com as doenças de décadas passadas, em que elas eram

apontadas como pestes, como é o caso da tuberculose e da peste bubônica, numa classificação de doenças graves, sendo contagiosa e que atinge várias pessoas. (HORNSTEIN, 2006; BAHLS, 2002).

Peres (2006) caracteriza a depressão como o mal do século XXI. Por muitos anos, a depressão no período da infância e adolescência foi bastante discutida pelos especialistas da área, que questionavam a sua existência (FEIJÃO, 2016). Psicanalistas concordam com tal questionamento, uma vez que esse período não se considera a formação do ego e interiorização do denominado superego. Podendo sugerir então, que não há perda da autoestima nem sentimentos adjacentes de culpa nessa fase da vida (CABALLO; SIMÓN, 2005). Ainda, sobre estudos atuais, Feijão (2016) afirma que a patologia é comum nesta fase, podendo ser desenvolvido precocemente, o que causará conflitos em vários momentos da vida do adolescente sintomático.

4.2 FISIOPATOLOGIA DA DEPRESSÃO

4.2.1 SISTEMAS MONOAMINÉRGICOS: NORADRENALINA, SEROTONINA E DOPAMINA

Os sistemas monoaminérgicos se originam em pequenos núcleos no tronco cerebral e mesencéfalo e projetam-se difusamente pelo córtex e sistema límbico. Esses sistemas são compostos por neurônios que contêm norepinefrina (NE), serotonina (5-HT) e dopamina (DA). Junto com a acetilcolina (ACh), eles exercem efeitos de modulação e integração sobre outras atividades corticais e subcorticais e estão envolvidos na regulação da atividade psicomotora, apetite, sono e, provavelmente, do humor. A observação dos efeitos antidepressivos dos inibidores da monoaminaoxidase (IMAO) e dos tricíclicos, a partir do final da década de 50, permitiu o surgimento de especulações sobre os substratos cerebrais nos transtornos afetivos. Pesquisas nas áreas básicas sugeriam que os inibidores da MAO aumentavam as concentrações cerebrais de NE e 5-HT. Os antidepressivos tricíclicos (ADTs), por sua vez, inibiam a recaptura sináptica das monoaminas, principalmente de NE, mas também de 5-HT, aumentando agudamente os níveis sinápticos. Essas e outras observações culminaram em 1965 com a hipótese catecolaminérgica, que propunha a existência de uma depleção de NE no nível sináptico como fator patogênico nos transtornos depressivos (SCHILDKRAUT JJ. 2015). A partir da década de 70 as pesquisas evoluíram no sentido de entender a complexa interação entre os neurotransmissores. Daí o aparecimento da teoria permissiva da serotonina, que demandava um efeito modulador do sistema serotoninérgico, antagonistas e agonistas de múltiplos receptores 5-HT sobre NE e DA. A hipótese permissiva representou um avanço sobre hipóteses anteriores que enfatizavam a falta ou excesso de um só neurotransmissor, e permitiu a integração do conhecimento de que depressão e mania não são

totalmente opostas, mas que compartilham alguns sintomas e achados biológicos. Os antidepressivos aumentam os níveis de NE e 5-HT algumas horas após administrados, mas podem demorar 2 a 4 semanas para exercer o efeito terapêutico. Foi necessário o estabelecimento de hipóteses que explicassem esta latência na resposta e que levassem em conta os efeitos adaptativos crônicos dos receptores na administração de antidepressivos.

4.3 QUADRO CLÍNICO

É sabido que no período da adolescência a depressão pode ser mascarada pelos conflitos do dia a dia, que são habituais desta faixa etária. Para alguns autores a depressão na adolescência é mais grave que na fase adulta, e acomete com maior frequência pessoas do sexo feminino. Na atualidade, os transtornos depressivos em crianças e adolescentes e aqueles em adultos são compreendidos como entidades fenomenológicas iguais, fato derivado de pesquisas que definiram que os mesmos critérios diagnósticos são confiavelmente aplicados nestas três faixas etárias (PARANHOS; WERLANG, 2009). Segundo Bahls (2002), na fase da adolescência podem-se verificar características específicas do transtorno depressivo. Sendo normalmente relatados/observados:

- Irritabilidade;
- Instabilidade e tristeza;
- Crises recorrentes de explosão de raiva; ou seja, alteração de humor;
- Falta de energia para realizar atividades diárias, como por exemplo ir à escola;
- Sentimento de culpa;
- Desesperança;
- Falta de apetite e alteração do peso;
- Apatia;
- Perturbações do sono como hipersonia;
- Retardos psicomotores;
- Fadiga e cefaleia;
- Tentativas ou pensamentos suicidas;
- Problemas com alcoolismo e drogas.

O transtorno da ansiedade generalizada (TAG) que leva a depressão em adolescentes, não deve ser tratado primeiramente com antidepressivos. A intervenção inicia-se com abordagens psicoterápicas, que inclui a Terapia Cognitiva Comportamental (TCC), psicanálise e psicoterapia de orientação analítica. Havendo necessidade de tratamento farmacológico, o uso de Inibidores Seletivos de Recaptação da Serotonina (ISRSs) é considerado o de primeira escolha pelos estudos. Vale ressaltar ainda que, apesar de uma boa resposta clínica para o controle de ansiedade e depressão, o uso de antidepressivos requer um acompanhamento profissional e familiar devido alto risco de suicídio, principalmente no início do tratamento (ISOLAN; PHEULA; MANFRO, 2007). Os ISRSs são atualmente os antidepressivos mais utilizados nessa faixa etária, e essa tendência relaciona-se ao perfil de efeitos colaterais mais seguro, com redução da cardiotoxicidade e menor risco de letalidade com superdosagem (KAPLAN; SADOCK, 2007; ROCHA; BATISTA; NUNES, 2009). Os tratamentos psicoterápicos são utilizados no tratamento da depressão e considerados essenciais para o sucesso no tratamento da depressão. Os tipos de psicoterapia mais utilizados são: TCC, terapia interpessoal, terapia em grupo e terapia familiar (BAHLS et al., 2003).

QUADRO 2: Psicoterapias utilizadas no auxílio do tratamento da depressão.

TERAPIA COGNITIVA COMPORTAMENTAL (TCC)	A terapia cognitivo-comportamental resulta da associação das duas estratégias em seu emprego clínico, baseado na compreensão de que cognições mais saudáveis conduzem a padrões de comportamento mais adaptados e vice-versa.
TERAPIA INTERPESSOAL	A terapia interpessoal ressalta que relacionamentos interpessoais saudáveis participam da depressão e muitas vezes a ruptura deles representa uma função importante no desenvolvimento da depressão.

TERAPIA EM GRUPO	A terapia de grupo oferece uma oportunidade de explorar modos de interação, uma vez que o paciente toma conhecimento de que outros também compartilham problemas semelhantes.
TERAPIA FAMILIAR	A terapia familiar objetiva atender situações clínicas em que ocorrem interações inadequadas entre pais-filhos como questões centrais no desenvolvimento e/ou manutenção da sintomatologia depressiva.

Fonte: Adaptado de BAHLS et al., 2003

Hoje cada vez mais é procurada a fitoterapia como complemento em diversos tratamentos e na depressão é uma delas, utilizando técnicas naturais e holísticas e, em parceria com a medicina convencional, as terapias visam a harmonização integrada entre corpo, mente e emoções.

Baumgarten (2019) deixa claro a necessidade das terapias complementares diante o tratamento psiquiátrico. Tendo um amplo leque de tratamentos multidisciplinares, que irá auxiliar o paciente na compreensão do seu diagnóstico e como melhorar seus sintomas. No Brasil, são reconhecidas práticas integrativas e complementares (PIC) – que também são promovidas pelo Sistema Único de Saúde (SUS) – Dentre elas estão:

- **Acupuntura** - Terapia de origem chinesa que utiliza agulhas para estimular pontos do corpo, que equilibrados minimizam os problemas emocionais e físicos.
- **Aromaterapia** - Se utiliza as propriedades do óleo essencial 100% pura, na possibilidade de trazer de volta o equilíbrio emocional e físico. A aromaterapia é uma terapia holística, que atua no sistema emocional, mental e físico.
- **Cromoterapia** - É uma técnica usada para equilibrar corpo, mente e emoção. Utilizando as cores primárias do espectro solar, amarelo, azul, laranja, índigo, verde, violeta e vermelho. Cada cor possui uma função terapêutica.

- • **Geoterapia** - É uma terapia com os frutos da terra como o barro, argila, rochas e cristais. Prática milenar que as pessoas utilizam para conseguir equilibrar o corpo e as emoções, a fim de amenizar distúrbios físicos e mentais.
- • **Hipnoterapia** - Trata problemas físicos, emocionais e psíquicos através da indução do estado hipnótico. Essa prática é utilizada para traumas e desbloqueios de emoção de impacto negativo.
- • **Meditação** - é um estado em que o indivíduo alcança conexão com a mente e espírito, e que proporciona bem-estar e relaxamento.
- • **Yoga** - Prática meditativa que usa diferentes posições do corpo e técnicas de respiração que promovem o equilíbrio, e harmonia. É uma prática física que ajuda a buscar bem-estar, relaxamento e domínio do corpo pela mente.
- • **Terapia de florais** - É utilizado essências florais para equilibrar as emoções e proporcionar melhor aceitação de si mesmo e do ambiente que circula. Ajuda a lidar com sentimentos como a insegurança, raiva medo entre outros.

4.4 TRATAMENTO FARMACOLÓGICO DA DEPRESSÃO

A efetividade do tratamento farmacológico para depressão já é descrita há mais de 70 anos, sendo capaz de tratar sintomas depressivos e reduzir a morbidade. Algumas limitações quanto à eficácia são conhecidas, estima-se, por exemplo, que um em cada cinco pacientes são refratários mesmo em tratamento farmacológico adequado (GOODMAN e GILMAN, 2012; NEVES, 2015). Os antidepressivos mais utilizados são aqueles que inibem a recaptação dos neurotransmissores, com ênfase para a serotonina e noradrenalina, ou a sua degradação pela MAO. Este mecanismo resulta no aumento dos níveis dos neurotransmissores na fenda sináptica e consequentemente, na regulação do estado depressivo do adolescente (CUNHA e GANDINI, 2009). Sabe-se que os efeitos terapêuticos do tratamento farmacológico demoram cerca de 3 a 4 semanas, em média, para serem percebidos clinicamente. Caso o paciente não responda ao tratamento prescrito em 8 semanas, recomenda-se alteração da terapia farmacológica ou adição de outro antidepressivo com mecanismo de ação diferente, caso a resposta tenha sido parcial. O medicamento deve ser desmamado após 12 meses de uso com ressalva em pacientes cronificados ou com recaídas, nestes o medicamento deve permanecer (GOODMAN e GILMAN, 2012).

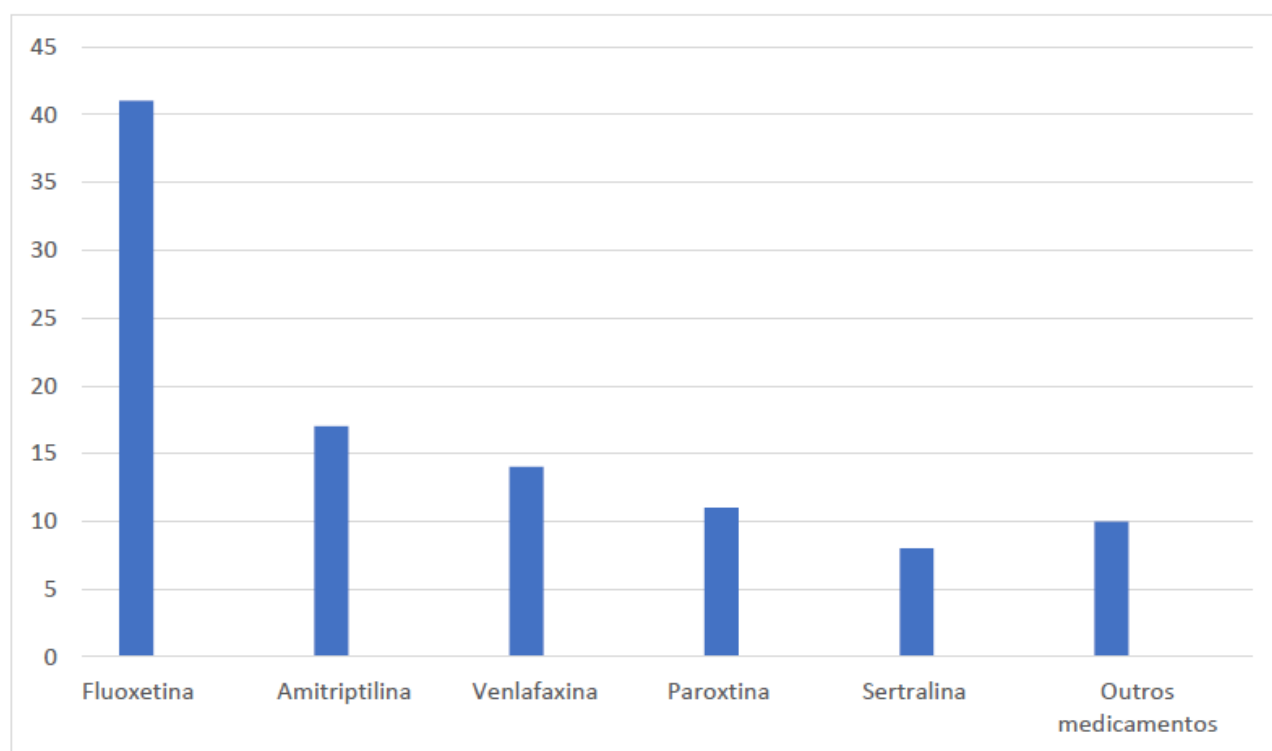
QUADRO 3: Antidepressivos Tricíclicos (ADTs), Inibidores da monoamina oxidase (IMAOs), Inibidores selectivos da recaptação da serotonina (ISRS) e Inibidores da recaptação de serotonina e noradrenalina (IRSNs).

Antidepressivos Tricíclicos (ADTs)	Os inibidores da monoamina oxidase, (IMAOs)	Inibidores selectivos da recaptação da serotonina (ISRS)	Inibidores da recaptação de serotonina e noradrenalina (IRSNs)
Amitriptilina.	Hidrazina	Fluoxetina (metabólito ativo é a norfluoxetina)	duloxetina,
Clomipramina.	fenelzina	Paroxetina.	Venfalexina (metabolito ativo desmetilvenfalexina)
Desipramina.	Tranilcipromina	Sertralina.	desvenfalexina
Imipramina.	moclobemida	Citalopram.	milnaciprano
Nortriptilina.		Fluvoxamina.	
Doxepina.		Escitalopram.	

4.5 ANTIDEPRESSIVO MAIS UTILIZADOS POR ADOLESCENTES

Os antidepressivos comumente prescritos entre adolescentes segundo uma pesquisa realizada no ano de 2020 são: Fluoxetina, amitriptilina, venlafaxina, paroxetina, sertralina e citalopram. Destes, com ênfase para fluoxetina, que pertence a uma classe de Inibidores Seletivos da Recaptação da Serotonina (ISRS), que tem seu mecanismo direto no SNC, aumentando os níveis de serotonina produzida pelo corpo, promovendo o bem-estar, o apetite e o sono. A fluoxetina é um medicamento que pode ser encontrado em suas formas farmacêuticas de gotas e cápsulas. Dos antidepressivos da classe dos ADTs, a amitriptilina é a mais utilizadas que pertence a prescrita, estando em segundo lugar. A pesquisa foi realizada com 110 pacientes onde entre eles foram observados que os percentuais de medicamentos mais prescritos eram de Fluoxetina (41%) Amitriptilina (17%) Venlafaxina (14%) Paroxetina (11%) Sertralina (8%) Outros medicamentos (10%) (Quadro 4) (Da Silva Barbosa et al, 2020).

QUADRO 4: Percentual de medicamentos mais prescritos em casos de depressão na adolescência.



Fonte: Silva Barbosa et al. (2020).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Atualmente o uso de psicotrópicos por adolescente está cada vez mais comum. As manifestações clínicas da depressão em crianças, adolescentes e adultos são essencialmente as mesmas, a tal ponto, que os principais sistemas de classificação de transtornos mentais utilizam os mesmos critérios diagnósticos nessas três fases da vida e diante esse quadro clínico percebe-se que os mesmos medicamentos são utilizados e as dosagem chega ser semelhante, dependendo do diagnóstico médico.

Fato primordial é entender que a terapia medicamentosa foi considerada a principal estratégia de tratamento aos indivíduos com diagnóstico de depressão, quando comparada com as psicoterapias e dentro deste contexto destacam-se os Inibidores selectivos da recaptação da serotonina (ISRSs), medicação que foi liderada com mais fluxo para os pacientes adolescentes, pois em relação aos Antidepressivos Tricíclicos (ADTs), Os inibidores da monoamina oxidase (IMAOs) e Inibidores da recaptação de serotonina e noradrenalina (IRSNs), vem apresentar um menor espectro de efeitos colaterais, melhor perfil de segurança, efeito comprovado na fisiopatologia da doença em adolescentes e, acima de tudo, é facilitador para uma adesão efetiva. Portanto, destacamos que o

tratamento pode englobar além do farmacológico pois as práticas integrativas e complementares e a psicoterapia tem apresentado resultados significativos no tratamento da depressão em adolescentes.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVITCH, Sheila; ARAGÃO, Lilian de. Depressão na infância e adolescência. Revista hospital universitário Pedro Ernesto, Rio de Janeiro, v.10, n. 2, p. 41-46, 2011.
- BAUMGARTEN. Andrea. Como escolher uma terapia complementar com segurança e credibilidade. Revista. Aqua Vitae. 10/08/2019. Disponível em: <https://clinicaaquavitae.com.br/como-escolher-uma-terapia-complementar-com-seguranca-e-credibilidade/> Acesso em 13 nov 2021.
- BAHLS, S. C. Aspectos clínicos da depressão em crianças e adolescentes. Jornal de Pediatria, 78(5), 359-366. 2002
- Bahls, F. R. Psicoterapias da depressão na infância e na adolescência. Estudos de Psicologia, 20(2), 25-34.2003.
- CUNHA, M. F. E; GANDINI, R. C. Adesão e Não-Adesão ao Tratamento Farmacológico para Depressão. Psicologia: Teoria e Pesquisa, p. 409-418, 2009.
- CABALLO, V. Manual para Avaliação Clínica dos Transtornos Psicológicos: Estratégias de Avaliação, Problemas Infantis e Transtornos de Ansiedade. São Paulo: Santos, 2012
- FACÓ, M. L. Um Mosaico da Depressão: dos Sujeitos Singulares aos Transtornos Universais. São Paulo: Escuta, 2008. 144p.
- FEIJÃO, G. M. M. Depressão: Características clínicas, alterações neuropsicológicas e possibilidades de tratamento do transtorno na Infância e Adolescência. Scientia, v. 3, n. 6, p. 1-14, 2016.
- GALATO, D. MADALENA, J. PEREIRA, G. B. Automedicação em estudantes universitários: a influência da área de formação. Ciência & Saúde Coletiva, v. 17, n. 12, p.3323-3330, 2012.
- GOODMAN, L. S. e GILMAN, A. As bases da farmacologia farmacêutica de Goodman & Gilman. 12ª ed. Porto Alegre: AMGH, 2012
- HORNSTEIN, L. Depressões: afetos e modos de viver. Buenos Aires: Paidós, 2006. 263p
- ISOLAN, L.; PHEULA, G.; MANFRO, G. G. Tratamento do transtorno de ansiedade social em crianças e adolescentes. Rev. Psiq. Clín., Porto Alegre – RS, v. 34, n. 3, p. 125 – 132. 2007.
- KAPLAN, Harold I.; SADOCK, Benjamin J. Compêndio de Psiquiatria: Ciências do Comportamento e Psiquiatria Clínica. Porto Alegre: Artmed,2007.
- MANUEL, A.; As manifestações clínicas da depressão na adolescência. Porto, 2000.
- MOREIRA, M. S., et al. USO DE PSICOFÁRMACOS EM CRIANÇAS E ADOLESCENTES. Revista da Universidade Vale do Rio Verde, V1, p 34-90, 2014.
- NEVES, A. L. A. Tratamento farmacológico da depressão. Dissertação (Mestrado) – Universidade Fernando Pessoa, Porto, P 12/56. 2015.

PARANHOS, M. E.; WERLANG, B. G. Diagnóstico e intensidade da depressão. Santa cruz do Sul – RS, Barbarói, v. 2, n. 31, p. 111-125, 2009.

PERES, U. T. Depressão e Melancolia. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, v. 22, 2006. 64p.

Ribeiro, K. C. S., Coutinho, M. D. P. D. L., & Nascimento, E. D. S. (2010). Representação social da depressão em uma Instituição de Ensino da Rede Pública. Psicologia: ciência e profissão, 30, 448-463.

SCHILDKRAUT JJ. A hipótese das catecolaminas dos transtornos afetivos: uma revisão das evidências de apoio. Am J Psychiatry 2015; 122: 509-20.

Silva Barbosa, E. S., Rodrigues, K. D. S. R., & de Carvalho Abreu, C. R. (2020). antidepressivos utilizados por adolescentes assistidos no centro de atenção psicossocial (caps ii) em cidade ocidental-go. Revista JRG de Estudos Acadêmicos, 3(7), 329-335.

Capítulo 5



10.37423/221206955

THE ANALYTIC OF BEING/DASEIN IN BAKHTIN AND HEIDEGGER: A CRITICAL APPROACH TO POSITIVE SCIENCE CONFRONTED WITH BEING AS AN EVENT

Maria Cristina Hennes Sampaio

Universidade Federal de Pernambuco



Abstract: In our comparative philosophical studies between Bakhtin and Heidegger we investigated the phenomenological and ontological-hermeneutical foundations of being in language phenomena. The results revealed the bases of an ethical-philosophical thinking that approaches being as an event and prompted an ethical-epistemological reflection upon scientific practice. In this way this study proposes a critical investigation of questions related to an analytic of being (*/Dasein*). Would the analysis of Being/*Dasein* be hostile to (unscientific) Science? b) Would the analysis of being/*Dasein* be hostile to the (not objective) object?; c) Would the analysis of being */Dasein* be hostile to the concept? To illustrate this issue, the forms of enunciation of science and being are discussed in acts of violence committed against women. It was observed, in the enunciation of science, the absence of emotional and volitional tones that hide the pain, fear, shame, repression, threats and panic of women at risk of violence who are muffled in the silence of their homes, in their responsible acts of enunciating from the unique place they occupy in the existence of their lives. Aware of such complex questions, we deem necessary to question the pretensions of Science and Philosophy, of the validity of the method and of the ways indicated by the philosophy of language for the knowledge of man and of reality.

Keywords: Analitic. Being. *Dasein*. Bakhtin. Heidegger. Violence against women.

INTRODUCTION

In our studies on philosophy in which M. Bakhtin and M. Heidegger are compared, presented at both the 14th and 16th International Bakhtin Conference (Italy and China, respectively) and the 13th International Conference on the History of the Language Sciences (Portugal), we investigated the phenomenological and ontological-hermeneutic foundation for the understanding of Being in language phenomena. The results of such investigation have allowed us not only to comprehend the bases of an ethical-philosophical thinking in which Being is regarded as event, but also to reflect ethically and epistemologically upon scientific practice, which is not reduced to the determination/description of objects and methods of reason, positive sciences, but which takes into consideration the task of thinking for uncovering Being and the ethical-responsible act. Nevertheless, we still face difficulties, as analysts of language phenomena, in relation to the use of language and specific analytical approaches that are different from the ones used in positive sciences.

In this sense, this study aims to critically examine questions related to an analytic of Being/being-there that were raised by Bakhtin in *Toward a Philosophy of the Act* (1993) and “Toward a Methodology for the Human Sciences” (1986) and Heidegger in *Being and Time* (1962), *Zollikon Seminars: Protocols - Conversations – Letters* (2001), the latter being a conversation he had with Medard Boss, a Swiss psychiatrist:

- a) would the analysis of Being/*Dasein* be hostile to science (non-scientific)?;
- b) would the analysis of Being/*Dasein* be hostile to object (non-objective)?;
- c) would the analysis of Being/*Dasein* be hostile to concepts?

As we are aware that it is difficult to find answers to such complex questions, even if they were temporary, we need to ask about the aspiration of science and philosophy, and the validity of the method and paths that philosophy of language offers for achieving knowledge of man and reality.

For this purpose, Heidegger (2001) examines the meaning of analytic/analyze and Being/*Dasein* in the most originary context of the Greek philosophical tradition and in contemporary philosophy.

According to him, the most ancient usage of *analysis* is in Homer’s *Odyssey*, in which it means “unraveling of a woven fabric into its component parts” (HEIDEGGER, 2001, p. 114) whereas in Freud it means “the reduction of the symptoms to their origin,” that is, “reduction in the sense of a dissolution [*Auflösung*] so that we might develop a causal explanation” (HEIDEGGER, 2001, p. 113). However, it is in Kant’s *Critique of Pure Reason* (1998) that he took the word *analytic* to use it in the *analytic of Dasein* in *Being and Time* (HEIDEGGER, 1962), conferring on it a different meaning from

that which was assigned to Kant's transcendental aesthetics and logic. Kant's issue in *Critique of Pure Reason* (1998) is to determine the validity of the aspiration of knowledge, pure reason, through *a priori* judgements, i.e., judgements that are independent of experience. As it is through such judgements that we can explain concepts and say something about the objects, new knowledges could, thus, be produced. Whereas for Kant (1998) the analytic of concepts refers to the dissection of the faculty of knowledge so that the possibility of finding *a priori* concepts may be investigated, for Heidegger (2001, p. 115) the analytic is not the separation of elements, but the "articulation of the unity of a composite structure." Therefore, it is an ontological analytic whose task is "[to trace] back to a unity (synthesis) of the ontological possibility" (HEIDEGGER, 2001, p. 115). In other words, Heidegger (2001, p. 115; emphasis in original) uses the term to refer to the "*understanding of being* as the basic constitution of Dasein," as the idea of the human *being*.

Although in *Toward a Philosophy of the Act* Bakhtin (1993) makes no direct allusion to Kant's analytic, he indirectly does it when he indicates that Kant's theoretical and practical reason is embedded in theoreticism. As he criticizes Kant's formal ethics, Bakhtin (1993, p. 27) states that it "provides no approach to a living act performed in the real world," becoming, thus, a pure theoretical domain. In other words, any practical orientation of one's life within a theoretical world is not possible, for one cannot live in it, nor can he/she perform answerable deeds. Moreover, the being of life is radically different from the being of the theoretical world, for regardless of my existence, "it remains equal to itself and identical in its sense and significance" (BAKHTIN, 1993, p. 9). Needless to say, such theoreticism "cannot provide any criteria for the life of practice, the life of the deed [act], for it is not the Being in which I live, and, if it were the only Being, I would not exist" (BAKHTIN, 1993, p. 9).

Therefore, theoretical knowledge is abstract, alien to living historicalness. It remains within the bounds of philosophical disciplines, such as logic, theory of cognition, psychology of cognition, etc., and seeks to pass itself off as the world in its totality. However, it seems not to provide a first philosophy (*prima philosophia*) as it was conceived of by Heidegger and Bakhtin.

As we are often asked about the use of a rigorous scientific method in the academic world, as we address language phenomena, we will analyze the most frequent criticisms made about Heidegger's analytic of Dasein, which can also refer to Bakhtin's search for the understanding of the truth of being.

Would the analysis of Being/Dasein be hostile to science (non-scientific)?

We will start discussing this question by examining Bakhtin's query concerning the place of Philosophy in the contemporary world: "It begins where precise science ends and a different science begins. It can be defined as the metalanguage of all sciences (and of all kinds of cognition and consciousness)" (1986, p. 161). Now, we know that precision in positivist sciences, generally based on models from natural sciences, means measurability, which, in its turn, also means quantitative measurability and/or predictability of nature.

In this sense, Heidegger (2001, p. 100) notes that it is the very method that guarantees the quantitative measurability of nature. He reminds his readers of Descartes's renown Rule Four, found in "Rules for the Direction of the Mind," according to which "we need a method if we are to investigate the truth of things" (1985, p. 15). Among the rules were those that defined the objects that could be investigated by our natural cognition (Rule Two); thus, among the objects, we were to "investigate what we can clearly and evidently intuit or deduce with certainty" (Rule Three) (1985, p. 13). Therefore, science herein concerns with the investigation of objects.

As to Bakhtin's understanding of science objectivity, in the Foreword of *Estética da criação verbal* [Aesthetics of Verbal Creation]¹, Todorov emphasizes Bakhtin's

criticism to this model of objective science, stating that "[t]o ground human sciences in natural sciences is to reduce human beings to objects that know no freedom" (1997, p. 20)². As Heidegger correctly points out (2001), this modern science, which seeks to "secure the calculability of nature" (p. 105), ends up eliminating that which is not calculable, characterizing it as uncertain and untrue insofar as "a manipulation of operational concepts, representational models, and models of thinking" (p. 107) prevails. According to Heidegger (2001), a differentiated critical reflection upon possible paths to approach phenomena, other than scientific-natural objectification, is fundamental.

When in "What calls for thinking?" Heidegger (1993) states that "science itself does not think" (p. 373), he seems to indicate that positive science is not a place that allows the occurrence of truth, as an extreme possibility to open up horizons for the Being [Seyn] of beings [entities], a place for no unmistakable meanings.

As reiterated in *On Time and Being* (HEIDEGGER, 1972), this is an attempt to think Being [Seyn] without beings [entities]; that is, avoiding the coincidence of Being [Seyn] with being [entity], since entity refers to something already given, as signified in metaphysics. "Being is not": being becomes at presence, as the disclosure of what is at pre-sence (HEIDEGGER, 2001).

In other works of his oeuvre, such as *Contributions to Philosophy (of the Event)* (HEIDEGGER, 2012), Heidegger continues to insist on the idea that the meaning and the truth of Being-as-event is not established by reason (logic), but by an initial thinking done by the human being who is seeking Being.

The question of “meaning,” i.e. [...] the question of the truth of beyng, is and remains my question [...], for at issue in it is indeed what is most unique. [...] When grasped and worked out historically, it becomes the basic question, versus the previous question of philosophy, the question of beings (...). [...] The question of being is the leap into beyng, the leap carried out by the human being as the seeker of beyng, i.e., as the thinker who creates. [...] This being [Sein] – historicity – is never the same in every era. [...] What opens up in the grounding of Da-sein is the event. [...] Beyng essentially occurs as the event. [...] Thinking of beyng as event is inceptual thinking, which prepares the other beginning by confronting the first one (HEIDEGGER, 2012, pp. 4; 11; 24-26).

The theme of the truth of the event (of Being) is also highlighted by Bakhtin (1993), who emphasizes that it cannot be transcribed in theoretical terms (based on a logical and abstract moment) without losing the very sense of it as an event:

And this event as a whole cannot be transcribed in theoretical terms if it is not to lose the very sense of its being an event, that is, precisely that which the performed act knows answerably and with reference to which it orients itself. It would be a mistake to assume that this concrete truth [*pravda*] of the event that the performer of the act sees and hears and experiences and understands in the single act of an answerable deed is something ineffable, i.e., that it can only be livingly experienced in some way at the moment of performing the act, but cannot be uttered clearly and distinctly. I think that language is much more adapted to giving utterance precisely to that truth, and not to the abstract moment of the logical in its purity. That which is abstract, in its purity, is indeed unutterable: any expression is much too concrete for pure meaning - it distorts and dulls the purity and validity-in-itself of meaning. That is why in abstract thinking we never understand an expression in its full sense (BAKHTIN, 1993, pp. 30-31).

Now, in research carried out according to the methods of positive sciences that are applied to distinct sectors of beings [entities] by means of theories and methods, human beings and their worlds are reduced to a general cause-and-affect system, whose representation (in the form of hypotheses, results and knowledges) is available to scientists in its totality. Here it seems that both Bakhtin and Heidegger defend a different type of approach to beings [entities]: one that leads to thinking and experiencing, which is different from merely knowing, since knowing fatally leads to unmistakable certainty. Therefore, a differentiated approach to Being, as an event, implies the recognition that “the unfolding essence of the human being is the understanding of being” (HEIDEGGER, 2001, p. 208).

Using such arguments, Bakhtin (1986) and Heidegger (2001) seem to reject not science per se, but its claim to be the absolute truth. Todorov (1997, p.20), in his Foreword of *Estética da criação verbal*

[Aesthetics of Verbal Creation] (BAKHTIN, 1997), states that “the understanding of human freedom needs to be understood” (p. 19)³, which means that sense is the element of freedom: “as a being (object) I am determined, and as sense (subject) I am free” (p. 120)⁴; “sense is born in the encounter between two subjects, and this encounter starts over and over ad infinitum. Sense is freedom and interpretation its practice” (p. 20)⁵. This affirmation finds responsiveness in Heidegger (2001), when he suggests that this new approach to *phenomena* necessarily goes through the *being-with-each-other-in-the-world* approach. This *being-with-each-other-in-the-world* does not merely mean an encounter of physical bodies present-at-hand, but it conveys an existential sense of *being-with* (*Mitsein*), being-in-the-world, in our interdependence on the others.

In relation to the alleged objectivity of science, we should return to our original question:

WOULD THE ANALYSIS OF BEING/DASEIN BE HOSTILE TO OBJECT (NON-OBJECTIVE)?

In order to answer this question, we should first ask what we understand as object. For the Greek, object was *what is present-at-hand*. Then the Romans translated the Greek word, literally, as *subjectum*, which “has nothing to do with the subject in the sense of an ‘I’ (Ego)” (HEIDEGGER, 2001, p. 117). And in the Middle Ages, the meaning of object becomes *what is merely represented* and does not actually exist. Nowadays, according to Heidegger (2001), “‘object’ is reserved for naming ‘objects’ – things without an Ego” (p. 117). For him, this is not only a change in the linguistic usage of the term, but a “radical transformation [*Wandel*] of the human being’s [historical] position toward being” (p. 117): in Descartes, the ‘I’ becomes *the only subject that lies-in front*, that is, that is everywhere whether I think, doubt, or wish something. It gains a secure, undoubtful foundation. Thus, we start to designate object as “all that stands over against the I and its thinking, “by being able to be determined through the principles and categories of this thinking” (HEIDEGGER, 2001, p. 118).

Going back to the same question, which seeks to understand the difference between the search for the sense of Being and the search for the being of things, such as objects, we should refer to history. In the Middle Ages, the determination of being [entity] undergoes three stages: (1) the Being of being [entity] that arises on its own; (2) the Being of being [entity] as possibility of creation; and (3) the object, which is determined by the I-subject, being the latter verifiable by scientific objectivity (HEIDEGGER, 2001, p. 118). Nevertheless, such objectivity is only possible insofar as it is recognized by human beings’ subjectivity, which cannot be understood *a priori*. Although Kant (1998) had already submitted Descartes’s objectivity to a systematic analytic and Husserl had later on unfolded it and

gave it a foundation with his phenomenology, it is in Heidegger (2001, p. 119; emphasis in original), more specifically in *Being and Time*, that “the issue is no longer *beings as such*, but the *meaning of being in general*, of the *possible manifestness of being* [*Offenbarkeit des Seins*].” As the Greeks had observed, *being as such*, in the sense of *presence*, implies time. This understanding led Heidegger (2001, 119) to pose two questions: “How does the human being relate himself to time? How does time determine the human being so that he can be questioned by being?”

The path that leads to the answer indicates an *analytic* of human *Dasein* and its temporality, which is inherent to it. The meaning of *Dasein* is, therefore, “presence-at-hand, existence.” It also designates the openness through which the Being of (human) being is unveiled: “the human being can only be human by understanding being – that is, insofar as he is standing in the openness of being” (HEIDEGGER, 2001, p. 121). Thus, differently from science, whose endeavor is the search for *being in things*, as *objects*, the *existential analytic of Dasein*, in Heidegger, *interprets the Being of being* [entity]; in other words, it is an *ontological interpretation of the human being*.

In this sense, Bakhtin (1993) criticizes the so-called philosophy of modern times – specifically during the 19th and 20th centuries – which would try to construct a first philosophy (*prima philosophia*) that would take the world as the object of theoretical knowledge: “the world as object of theoretical cognition seeks to pass itself off as the whole world, that is, not only as abstractly unitary Being, but also as concretely unique Being in its possible totality” (p. 8). Although Bakhtin (1993) does not establish the difference between Being, being [entity] and object, as Heidegger does (2001; 1962), it is crystal clear that when he refers to object, he gives it a meaning that is distinct from the one used by sciences, in which the object can only be experimented as a theoretical abstraction, being, thus, alien to the actually lived experience, the event of being and temporality. This is what we apprehend in the following excerpt:

The category of experiencing the actual world, actual Being – as event – is a category of uniqueness or singularity. To experience an object is to have it as something actually unique or singular, but this singularity of the object and of the world presupposes its being correlated with my own uniqueness or singularity. Everything that is universal and pertains to abstract sense also acquires its real heaviness and compellentness only in correlation with actual uniqueness (BAKHTIN, 1993, p. 44).

Although he recognizes the validity of the theoretical knowledge of an object, independently of its real and unique participation in the world, he notes that it would result only in technical and auxiliary moment of cognition. Therefore, he reaffirms that such knowledge, which is characterized by what has been given in relation to being, “must be incarnated by me, must be translated into the language

of participative (unindifferent) thinking, must submit to the question of what obligation the given knowledge imposes upon me – the unique me – from my unique place” (BAKHTIN, 1993, pp. 48-49). He thus concludes that “[t]he entire infinite context of possible human theoretical knowledge – science – must become something answerably known [*uznanie*] for myself as a unique participant” (BAKHTIN, 1993, p. 49). This does not diminish the autonomous truth [*istina*] in the least, but, on the contrary, “complements it to the point where it becomes compellingly valid truth [*pravda*]” (BAKHTIN, 1993, p. 49).

WOULD THE ANALYSIS OF BEING/DASEIN BE HOSTILE TO CONCEPTS?

Firstly, as Heidegger (2001) states, we have to ask ourselves about the meaning of concept. The Latin word *conceptus* is derived from the verb *capere*, which means to seize, to grasp. Although the Greek did not know the word *concept*, they used the word *definition* (*Ὁρίσμιος*), which presupposes the declaration of something real and special about an entity [object] that makes it different (its delimitation) from other entities [objects], such as a table in relation to a chair. According to Heidegger (2001), concept will be later on called *λόγος*, which refers to that which must be attributed to beings [entities], and this attribution [predication] is understood as a *letting-be-seen*. *Λόγος* is thus different from *conceptus*, for the latter “always implies a proceeding by the human being against beings” (p. 129). As to logic, he states that it works with empirical concepts, drawn from experience. Heidegger (2001) explains that, for Kant, causality is an *a priori* concept, extracted from subjectivity. Heidegger (2001) concludes that “[e]very formation of a concept is a kind of representation, a making-something present to oneself” (p. 130). Thus, when we name an entity as this or that in language, the formation of the concept is already delineated. However, Heidegger questions “whether everything can be apprehended conceptually in general or whether there is a limit to conceptual apprehension” (2001, p. 131). His answer is incisive:

Consequently, there are matters concerning thought [*Sachen im Denken*] not only where a concept fails but where it does not belong at all. Therefore, when made by a critic, the reproach of being anticonceptual is dangerous to him himself. It might be that just then I was thinking precisely in the proper way when I engaged in [*anlassen*] matters not admitting conceptual determination—when I dealt with matters resisting any conceptual apprehension and any grasping, indeed, [all matters] resisting any ruthless attempt to comprehend them. I can only point to these matters. In a “metaphorical” sense, one can only “see” or “not see” such matters. We can only indicate them—point at them. This “only” does not imply a defect. Rather, this kind of apprehension has priority and preference over all formulation of concepts insofar as the latter always rests in the end on such an [originary]

apprehension. Therefore, it is an entirely superficial alternative to assert that there is only either conceptual thought or a vague emotional, subjective experience [*Erleben*]. There is still something else prior to all conceptualization and experience. Phenomenology deals with what is prior to all conceptualization and subjective, emotional experiencing (HEIDEGGER, 2001, p. 131).

As to the same question, Bakhtin also takes a stand on it in different passages of *Toward a Philosophy of the Act* (1993), especially in those that refer to the understanding of the ongoing event of Being by the participant of the act or action that he/she carries out. For him, this understanding is not of a logical nature; that is, it cannot be limited to universal moments and transcribed relations in the form of concepts. Similarly to Heidegger, Bakhtin firmly declares that

[w]hat we intend to provide is not a system and not a systematic inventory of values, where pure concepts (self-identical in content) are interconnected on the basis of logical correlativity. What we intend to provide is a representation, a description of the actual, concrete architectonic of value – governed experiencing of the world – not with an analytical foundation at the head, but with that actual, concrete center (both spatial and temporal) from which valuations, assertions, and deeds come forth or issue, and where the constituent members are real objects, interconnected by concrete event-relations in the once-occurrent event of Being (in this context logical relations constitute but one moment along with the concrete spatial, temporal, and emotional-volitional moments) (BAKHTIN, 1993, p. 61).

For him, mathematical time and space would guarantee only the semantic unity of possible judgments because they do not correspond to actual judgements, which are permeated by emotional and volitional tones. To the contrary, in life time and space are axiologically dense; thus, terms as “infinity,” “eternity” and “boundlessness” are abundant in “emotional-volitional, participative thinking” and cannot be mistaken for purely theoretical concepts (BAKHTIN, 1993, p. 60).

It is clear that, for Bakhtin (1993), the task of a first philosophy (*prima philosophia*) that attempts to “describe Being-as-event as it is known to the answerable act”, that is, “the world in which that act becomes answerably aware of itself and is actually performed [...], cannot proceed by constructing universal concepts, propositions, and laws about this world [...]” (p. 31). Bakhtin (1993) then confirms the phenomenological nature of a first philosophy when he states that it “can only be a description, a phenomenology of that world” (p. 32).

THE PATHS INDICATED BY BAKHTIN AND HEIDEGGER

Some of these possible paths, suggested by the referred philosophers, for the understanding and interpretation of the event, has already been signaled (SAMPAIO et al., 2015). Inspired by Kant’s *The Critique of Pure Reason*, Heidegger (2001) used the term analytic of Dasein and questioned if the

conditions for thinking (understanding) are answered by the transcendental (ontological) logic, that is, if scientific experience as a united whole leads to the faculty of understanding, which allows an a priori investigation of concepts and their birthplace. Under Heidegger's (2001, p.115) perspective, the goal of the analytic of Dasein is "to expound the original unity of the function of the faculty of understanding"; in other words, it is charged with the task of "uncovering the unity of the ontological conditions" (HEIDEGGER, 2001, p.115). Therefore, it "asks for Dasein's basic ontological (existential) constitution" (HEIDEGGER, 2001, p. 116), that is, the "relationship of the human being as existing to the being of beings [entities]" (HEIDEGGER, 2001, p. 116). Heidegger (2001) concludes that "the analytic of Da-sein interprets the Being of this being [entity]" (p. 124).

As to Bakhtin (1993), the understanding of the truth of Being must be sought out in the event of Being, in life, and to do so, he proposes the notion of a "concrete architectonic of the actual world of the performed act" (p. 54). For Kant (1998), the architectonics, understood as the art of the system that is reason-governed, belongs to science and method whereas for Bakhtin (1993), the architectonics belongs to existence and provides the constituent moments of the event of Being in life. Michel Holquist, in his Foreword to *Toward a Philosophy of the Act* (1993), comments that Bakhtin goes back to Kant's very question, "how can concepts that by definition must be transcendental (in the sense of being independent of any particular experience if they are to organize experience in general) relate to my subjective experience in all its uniqueness?" (p. xi).

Although Kant (1998) acknowledged possible experience in the system, from Bakhtin's perspective, experience presumes inevitably my identification with another, which leads to the loss of "one's own unique place in once-occurrent Being," the "inescapably real Being" (HOLQUIST, 1993, p. xi). As a result of this possible experience, we end up with only a possible Being, incapable, however, of living.

In order to illustrate this issue, we brought, as an example, passages extracted from two articles: a) "The increase in domestic violence during the social isolation: what does it reveals?" (VIEIRA, PR et al., 2020) in which the authors discuss the potentiation of domestic violence triggered by the Covid-19 pandemic, bringing worrying data about domestic violence and family violence against women; and b) "Violence against women: programmatic vulnerability in times of SARS-COV-2/COVID-19 in São Paulo" (CAMPOS, B. et al.), in which the authors discuss the challenges faced by the State and society, in general, for the reception and assistance to women victims of violence (2020), considering that social vulnerability, with the consequent decrease in family income, and the increased use of drugs, generated by the health crisis, increased violence.

As noted by Vieira et al (2020, p.2), domestic violence, in addition to being a global phenomenon, affects one in three women of reproductive age, through physical and sexual violence, “perpetrated by an intimate partner during their lifetime, and more than a third of homicides of women are perpetrated by one intimate partner.”

The excerpts of the scientific speeches, contained in the texts, below, are compared with the speech contained in the testimony of a woman, a victim of domestic violence. The victim's testimony circulates, publicly, on the social network Facebook, in search of help and advice to get out of the abusive situation in which she finds herself.

When confronting the texts, we can observe the forms of enunciation of positive science, of a generalizing and universal character, and the forms of enunciation of a real woman, victim of domestic violence.

Table 1

A possible experience in the system	Real and unique communication with the Being
(...) Violence against women (VCM) can be defined as any act or conduct that causes death, damage or physical, sexual, psychological, patrimonial and moral suffering, both in the public and private spheres (Law no. 11.340 / 2006). In this global and complex phenomenon, the association of physical, sexual and psychological violence appears in recurrent and overlapping episodes, and emotional and moral violence coexist with other aggressions (Guimarães & Pedroza, 2015). Psychological violence against women appears as the most frequent, naturalized, difficult to identify and report (Curia et al., 2020; Guimarães & Pedroza, 2015; Silva & Oliveira, 2015). Violence can also be typified based on the space in which it occurred (domestic, public, urban, rural); by those who suffer (girl, elderly, non-white, LGBTQIA +); by whoever commits it (individual, collective); or by its form (psychic, physical, sexual) (Busin, 2015). [...]” Campos et al (2020, p.3).⁹ (...) Saffioti (2015) conceives violence as a rupture of any form of person's integrity, whether physical, psychological, sexual or moral. Busin (2015) adds that violence can be rejected or condemned, tolerated or encouraged, explicit or invisible. There are violence that leave physical marks, others symbolic, but all of them cause rupture and can leave permanent marks on those who suffer them. The author defines gender violence as violence contextualized by gender relations, which is produced and reproduced in the midst of the patriarchal system, and bases social acts derived from the naturalized hierarchy of gender and sex, which overvalue attributes considered masculine at the expense of characteristics considered of women, whose form of expression can be physical, sexual and economic (Busin, 2015). [...]” Campos et al (2020, p.3).¹⁰	“Hello, good night, I have come to share the terror that I have lived since I met this toxic person of my life ... next, I leave, in attachment, the links of the texts that I wrote as soon as he left jail. The texts are long, whoever has time, wants and can read, thank you! Since he got out of jail, I am again at risk, I believe that I have not yet suffered physical abuse again, and I haven't suffered anything worse, because I haven't met him yet, but he still continues to threaten me... [...] He finally left there, now, monday, and stayed on the streets [...] taking drugs until yesterday, and today he has already come to me to threaten me, which he has always done for more than six years. He wants and always wanted to kill me and do more harm, as he always did and does, he wants to live an illusion that does not exist, to throw mistakes at me, to accuse me of having betrayed our relationship, something I never did, that he does to delude himself into hiding the bad things he does for himself and for me. [...] this persecution does not end. [...] (...) I sought, I seek, and I will seek my defense even more, God is our father! But I don't know if my death is near, because he threatens me and does a lot of what he says, who knows(?), and he has even said that he will pluck out my eye, break my head, blow my knee ... He always threatens using those words. Whenever I walked on the street, a man passed by, he said: – GET YOUR HEAD DOWN! Or: – YOU LOOK, YOU WANT, YOU CAN LOOK! Or: – YOU LOOKED AT THAT MAN? WHY DID YOU LOOK? I kept quiet in the bedroom with him and he suddenly shouted out: – YUMMY? WHO IS YUMMY? [...] During our relationship he was kind to me for about three days, and right when he started to use drugs, again, he yelled again at me and beat me up saying: – YOU CHEAT ME, YOUR PROSTITUTE, GO AWAY! [...] (...) he stayed eleven days gone, using drugs, and then he came

"(...) Globally, as well as in Brazil, during the COVID-19 pandemic, at the same time time when violence against women is worsening, access is reduced to victim support services, particularly in the sectors of social assistance, health, public security and justice. [...]" Vieira et al. (2020, p. 2-3).¹¹

to me, calling me, and I spoke with all the authority: – ENOUGH, IT'S OVER, I DON'T ACCEPT THIS WHAT YOU DO, AND THIS EVERYTHING YOU ARE, IT'S OVER! He said: – I DOUBT, YOU ARE STILL MY WOMAN YET! And then, the persecution started, I reported him, to the police, for five times, for aggressions and threats, he was arrested again, after three months that we separated, for theft, and he charged me for a visit, and threats and more threats, then he was arrested 4 years for robbery, he left, spent 2 weeks and a little on the street, and soon found out my lawsuits that I launched against him, of my defense, and then, he was almost 3 years in prison.[...] Yeah, I believe a lot in FEMINICIDE, and I see even more that MARIA DA PENHA only works when the terrible crime happens, the threats are constant, a lot of injustice, being threatened and persecuted because I loved so much, gave my life, having I even offered my soul, because I always knew that that relationship is not the will of my God, (...) [...]" (Victim's testimonie - L.M.)¹²

As it is possible to notice, the description of positivist science lacks emotional and volitional tones that hides the pain, the fear, the shame, the embarrassment, the threats and the panic of women at risk of violence that are drowned out in the silence of their homes, in their responsible act of uttering from the unique place they occupie in the existence of their lives.

Bakhtin's (1993) and Heidegger's (2001) considerations seem thus to suggest the need to find a path that is different from the one Kant (1998) intended to tread on in his critique of pure reason.

While Heidegger's (2001; 1962) attempts to uncover the entirety of the unity of the ontological conditions, which make possible the historical openness that only Being, as an event and a projection of ought-to-be in the actually lived life, can grant to being [entity], Bakhtin's (1993) architectonic seeks to describe the real world from the ethical world as "the concrete plan or design of the world of a unitary and once-occurrent act or deed, the basic concrete moments of its construction and their mutual disposition.

These basic moments are I -for-myself, the other-for-me, and I-for-the-other" (p. 54). It seems to us that in both perspectives, it is not possible to live in a world in which the event of being, in its unicity, uniqueness and historicity, can be reduced to a chain of objective facts of a positivist science that seeks to solve problems based upon rules from established paradigms.

FINAL REMARKS

The reflections from our notes seem to indicate another kind of demand made to us, researchers, who adopt the Dialogical Theory and its philosophical presuppositions.

A new attitude as researchers will demand that we revise our scientific acts. This is not about a simple exchange of paradigms because, as we admit a new one, we end up making the same mistake as before. As suggested by Heidegger (2001), this is about making “the transition from the projection of the human being as a rational animal to [the projection of] the human being as Da-sein” (p. 223) (being-there), i.e., being as it shows itself, which is equivalent to saying, as truth shows itself. Therefore, the researcher needs to experience himself/herself as Da-sein, as ek-sisting, which means to be granted the openness of *being-with-each-other-in-the-world*.

REFERENCES

- BAKHTIN, M. *Estética da Criação Verbal*. Trad. M.Ermantina G.G.Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- BAKHTIN, M. *Toward a Philosophy of the Act*. Translation and notes by Vadim Liapunov. Austin, TX: University of Texas Press, 1993.
- BAKHTIN, M. *Toward a Methodology for the Human Sciences*. In: BAKHTIN, M. *Speech Genres and Other Late Essays*. Translated by Vern W. McGee. Austin, TX: University of Texas Press, 1986, pp.159-172.
- CAMPOS, B; TCHALEKIAN, B; PAIVA, V. Violência contra a mulher: vulnerabilidade programática em tempos de SARS-COV-2/ COVID-19 em São Paulo. *Psicologia & Sociedade*, vol.32 2020. https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-71822020000100414&script=sci_arttext. Access on: 14th april 2021.
- DESCARTES, R. *Rules for the Direction of the Mind*. In: DESCARTES, R. *The Philosophical Writings of Descartes*. Translated by John Cottingham , Robert Stoothoff & Dugald Murdoch. Cambridge: Cambridge University Press, 1985, pp. 7-78. vol.1.
- HEIDEGGER, M. *Contributions to Philosophy (of the Event)*. Translated by Richard Rojcewicz and Daniela Vallega-Neu. Bloomington, IN: Indiana University Press, 2012.
- HEIDEGGER, M. *Zollikon Seminars: Protocols - Conversations – Letters*. Edited by Medard Boss and translated by Franz Mayr and Richard Askay. Evanston, Illinois: Northwestern University Press, 2001.
- HEIDEGGER, M. *What Calls for Thinking?* In: HEIDEGGER, M. *Basic Writings: From Being and Time (1927) to the Task of Thinking (1964)*. Edited by David Farrell Krell. New York: HarperCollings Publishers, 1993, pp. 365-391.
- HEIDEGGER, M. *On Time and Being*. Translated by Joan Stambaugh. New York: Harper & Row Publishers, 1972.
- HEIDEGGER, M. *Being and Time*. Translated by John Macquarrie & Edward Robinson. Oxford: Basil Blackwell Publisher, 1962.
- HOLQUIST, M. *Foreword*. In: BAKHTIN, M. *Toward a Philosophy of the Act*. Translation and notes by Vadim Liapunov. Austin, TX: University of Texas Press, 1993, pp. vii-xv.
- KANT, I. *Critique of Pure Reason*. Edited and translated by Paul Guyer & Allen W. Wood. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.
- SAMPAIO, M.; ARAUJO, K.; MACEDO, E. Bakhtin e Heidegger: caminhos para a compreensão e interpretação do acontecimento do ser na linguagem. *Bakhtiniana. Revista de Estudos do Discurso*, v. 10, n. 3, p. 205-221, 2015. Available at: [\[https://revistas.pucsp.br/index.php/bakhtiniana/article/view/22339/17707\]](https://revistas.pucsp.br/index.php/bakhtiniana/article/view/22339/17707). Access on: first Aug. 2017.

TODOROV, T. Prefácio à edição francesa. In: BAKHTIN, M. Estética da Criação Verbal. Trad. M. Ermantina G.G.Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 1997, pp. 1-21.

VIEIRA, P. R.; GARCIA, L. P.; MACIEL, E. L. N. Isolamento social e o aumento da violência doméstica: o que isso nos revela? Revista Brasileira de Epidemiologia, 2020; 23: E200033. <https://blog.scielo.org/wp-content/uploads/2020/04/1980-5497-rbepid-23-e200033.pdf>. Access on: 14th april 2021.

NOTAS

Nota 1

TN. The essay collection *Estética da criação verbal* (1997) [Aesthetics of Verbal Creation] has not been translated into English as it is. Some essays are found either in *Speech Genres and Other Late Essays* [BAKHTIN, M. *Speech Genres and Other Late Essays*. Translated by Vern W. McGee. Austin, TX: University of Texas Press, 1986] or in *Art and Answerability* [BAKHTIN, M. *Art and Answerability: Early Philosophical Essays* by M. M. Bakhtin. Edited by Michael Holquist and Vadim Liapunov and translated by Vadim Liapunov. Supplement translated by Kenneth Brostrom. Austin, TX: University of Texas Press, 1990]. Todorov's Foreword is found in neither essay collections.

Nota 2

Text in Portuguese: "Calcar as ciências humanas sobre as ciências naturais é reduzir os homens a objetos que não conhecem a liberdade."

Nota 3

Text in Portuguese: "é preciso praticar a compreensão da liberdade humana."

Nota 4

Text in Portuguese: "sou determinado enquanto ser (objeto) e livre enquanto sentido (sujeito)."

Nota 5

Text in Portuguese: "o sentido nasce do encontro de dois sujeitos e esse encontro recomeça eternamente. O sentido é liberdade e a interpretação o seu exercício."

Nota 6

Text in Portuguese: "Isolamento social e o aumento da violência doméstica: o que isso nos revela"?

Nota 7

Text in Portuguese: "Violência contra a mulher: vulnerabilidade programática em tempos de SARS-COV-2/ COVID-19 em São Paulo".

Nota 8

Text in Portuguese: "(...)A violência contra a mulher (VCM) pode ser definida como qualquer ato ou conduta que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual, psicológico, patrimonial e moral, tanto na esfera pública quanto na privada (Lei n. 11.340/2006). Nesse fenômeno global e complexo, a associação das violências física, sexual e psicológica aparece em episódios recorrentes e sobrepostos, e as violências emocional e moral coexistem a outras agressões (Guimarães & Pedroza, 2015). A violência psicológica contra as mulheres aparece como a mais frequente, naturalizada, difícil de identificar e denunciar (Curia et al., 2020; Guimarães & Pedroza, 2015; Silva & Oliveira, 2015). A violência também pode ser tipificada com base no espaço em que ocorreu (doméstica, pública, urbana, rural); por quem sofre (menina, idosa, não-branca, LGBTQIA+); por quem a comete (individual, coletiva); ou por sua forma (psíquica, física, sexual). (Busin, 2015).[...] (CAMPOS et al., 2020, p.3).

Nota 9

Text in Portuguese: "(...)Safiotti (2015) concebe violência como ruptura de qualquer forma de integridade da pessoa, seja física, psíquica, sexual ou moral. Busin (2015) acrescenta que as violências podem ser rejeitadas ou

condenadas, toleradas ou incentivadas, explícitas ou invisíveis. Existem violências que deixam marcas físicas, outras simbólicas, porém todas provocam ruptura e podem deixar marcas permanentes em quem as sofre. A autora define violência de gênero como a violência contextualizada pelas relações de gênero, que se produz e reproduz no bojo do sistema patriarcal, e fundamenta atos sociais derivados da hierarquização naturalizada de gênero e do sexo, que supervalorizam atributos considerados masculinos em detrimento de características consideradas femininas, cuja forma de expressão pode ser física, sexual e econômica (Busin, 2015) [...].” (CAMPOS et al., 2020, p.3)

Nota 10

Text in Portuguese: “(...) Globalmente, assim como no Brasil, durante a pandemia da COVID-19, ao mesmo tempo em que se observa o agravamento da violência contra a mulher, é reduzido o acesso a serviços de apoio às vítimas, particularmente nos setores de assistência social, saúde, segurança pública e justiça.[...]” Vieira et al. (2020, p. 2-3).”

Nota 11

Text in Portuguese: “Olá, boa noite, venho compartilhar o terror que vivo desde que conheci o tal tóxico da minha vida... a seguir, deixo, em anexo, os links dos textos que escrevi logo que ele saiu da cadeia. Os textos são longos, quem tiver tempo, quiser e puder ler, agradeço! Desde que saiu da cadeia, estou novamente correndo risco, creio, ainda, que só não sofri abuso físico novamente, e não sofri coisa pior, porque ainda não reencontrei com ele, mas ele ainda não se cansa de me ameaçar...[...] Ele saiu de lá, finalmente, agora, segunda-feira, ficou pelas ruas [...] se drogando até ontem, e hoje já me procurou para me ameaçar, o que ele sempre faz há mais de seis anos. Quer e sempre quis me matar e me fazer mais mal, como sempre fez e faz, quer viver uma ilusão que não existe, lançar erros para cima de mim, me acusar de ter traído o nosso relacionamento, coisa que nunca fiz, isso ele faz para se iludir em esconder o tudo de ruim que ele faz para ele mesmo e para mim. [...] essa perseguição não acaba. [...] (...) busquei, busco, e ainda buscarei mais a minha defesa, Deus é mais! Mas também vai saber se já está próxima a minha morte, pois ele me ameaça e cumpre muito o que fala, vai saber, e já até falou que vai arrancar meu olho, quebrar minha cabeça, estourar meu joelho... Também nessas mesmas palavras. Sempre que eu andava na rua, passava homem, ele falava: – ABAIXA A CABEÇA! Ou: – TU OLHA, TU DESEJA, PODE OLHAR! Ou: – TU OLHOU PRA AQUELE NEGUINHO? POR QUE TU OLHOU? Eu calada no quarto com ele e ele gritava do nada: – GOSTOSO? QUEM É GOSTOSO? [...] durante todo o nosso relacionamento, ele ficava mais ou menos três dias bom comigo, e logo, quando queria usar drogas, ele gritava comigo e me espancava dizendo: – TU ME TRAI SUA PIRANHA, VAI EMBORA! [...] ele ficou onze dias sumido, usando drogas, e aí me procurou, me ligando, e eu falei com toda a autoridade: – CHEGA, ACABOU, EU NÃO ACEITO ISSO O QUE VOCÊ FAZ, E ISSO TUDO O QUE VOCÊ É, ACABOU!E ele: – DUVIDO, VOCÊ AINDA É MINHA MULHER AINDA! E aí, começou a perseguição, dei parte dele umas cinco vezes, por agressões e ameaças, ele foi preso de novo, depois de três meses que separamos, por roubo, e me cobrava visita, e ameaças e mais ameaças, daí, ficou preso 4 anos por roubo, saiu, ficou 2 semanas e pouco na rua, e logo constatou os meus processos que lancei contra ele, da minha defesa, e daí, ficou quase 3 anos preso.[...] É, eu acredito muito em FEMINICÍDIO, e vejo ainda mais que MARIA DA PENHA só funciona quando acontece o terroroso [sic] crime, as ameaças são constantes, muita injustiça, eu ser ameaçada e perseguida por eu ter amado tanto, ter dado a minha vida, ter até ofertado a minha alma, pois eu sempre soube que aquele relacionamento não é da vontade do meu Deus,(...)[...]” (https://www.facebook.com/luciana.ciana/posts/10216841202970406, october 29, 2020; Links on: 1)

https://m.facebook.com/story.php?story_fbid=10216841202970406&id=1473948761;2

https://m.facebook.com/story.php?story_fbid=10217199142158662&id=1473948761;3

https://m.facebook.com/story.php?story_fbid=10217199142158662&id=1473948761;4

https://m.facebook.com/story.php?story_fbid=10217202796570020&id=1473948761).Access: April, 15, 2021.

Capítulo 6



10.37423/221206960

A CONTAÇÃO DE HISTÓRIA COMO FERRAMENTA PARA PERCEBER AS EMOÇÕES E CONHECER OS SENTIMENTOS NA INFÂNCIA

Denise Maria Gabriel

Faculdade uninassau Olinda

Monnayne Isis da Silva Correia

Faculdade Uninassau Olinda



Resumo: Este artigo tem como objetivo mostrar a importância da contação de história como ferramenta para o conhecimento das emoções e sentimentos da primeira infância, bem como identificar a neurociência como recurso potencializador das aprendizagens para fortalecer as habilidades socioemocionais. O trabalho foi construído a partir de leituras sobre a temática. A metodologia se deu por meio de formulários da plataforma *Google Forms*, e ainda a partir de uma atividade prática de contação de história que será discutida em texto ao longo do artigo. As histórias trazem para a criança a possibilidade de se ver nos personagens e vivenciar seus conflitos, como também descobrir como se pode resolvê-los. Além disso, a neurociência tem ensinado os professores na construção das aprendizagens de seus alunos. Portanto, é importante conhecer como o cérebro funciona para melhor direcionar as aprendizagens. Sendo assim, contar histórias é relevante para a construção do equilíbrio emocional, bem como para formação cultural e cidadã das crianças que vivem na sociedade hoje e que se tornarão os adultos do futuro, contudo o interesse é formar adultos emocionalmente equilibrados capazes de resolver problemas com autonomia e conceber cidadãos conscientes de si e do mundo.

Palavras-chaves: Contação de história; Emoções; Neurociência. Infância.

1.INTRODUÇÃO

A contação de história como ferramenta para perceber as emoções e conhecer os sentimentos na infância é importante, porque tem o potencial de desenvolver a criança em sua plenitude. O interesse pelo tema “A contação de história e as emoções na educação infantil” surgiu da necessidade de construir crianças emocionalmente equilibradas, capazes de responder a ações pertinentes ao seu desenvolvimento.

Estudamos como se deu o processamento das emoções e sentimentos na primeira infância através da contação de história para uma aprendizagem significativa valores morais e éticos que serão levados para a vida com a intenção de formar uma sociedade mais preocupada com a formação humana.

O ser humano é um ser cognitivo, mas também emocional, e esses dois aspectos precisam estar compatíveis, para que se formem cidadãos conscientes, equilibrados e capazes de resolver problemas no futuro com autonomia e autoconhecimento.

Nesse sentido, a Neurociência contribuiu com a identificação das emoções nos aspectos cognitivos, potencializando as aprendizagens, fortalecendo as habilidades socioemocionais das crianças, de maneira que ressignificam emoções e sentimentos negativos, ensinando-as a extrair a parte boa dos acontecimentos. Apesar de ser uma ciência relativamente nova, a Neurociência se tornou um recurso na educação. Sobre a contação de história, a Neurociência e a História afirmam que o ser humano aprendeu a partir da contação de história e que envolver o sistema límbico é a melhor forma de aprender.

A Neurociência nos mostrou que as emoções são reações incontroláveis, porém, os sentimentos controláveis que estão relacionados ao comportamento. Nesse sentido, a Neurociência mostrou como favorecer a construção e compreensão dos sentimentos e comportamentos na infância.

A educação tem um papel relevante na formação emocional dos educandos, que precisam conhecer suas emoções e assim poder crescer de forma emocionalmente saudável e menos sofrida. Dessa forma, os alunos poderão viver em uma sociedade com menos traumas e contribuindo para uma vida sócio emocional equilibrada.

A contação de história foi escolhida como ferramenta metodológica na identificação e distinção das emoções, pois possibilitou caminhos para a solução dos conflitos internos na primeira infância, pois, as crianças entenderam que chorar e sorrir são ações diferentes, que fazer “más criações” não é errado, uma vez que faz parte do desenvolvimento delas, mas que existe lugar e hora para isso, que

estar num estado de raiva, certas horas, é necessário para que haja maturação e crescimento emocional.

Sendo assim, a contação de história ensinou as crianças a aprenderem e estabelecerem relacionamento intrapessoal e interpessoal favorecendo o relacionamento social nos ambientes em que foram inseridas, em virtude de perceberem o comportamento dos personagens.

Percebemos que a emoção é a primeira forma de comunicação da criança. É através dela que damos forma ao pensamento, por isso trabalhamos a contação de história desde a tenra idade. Dessa forma, utilizamos recursos lúdicos que despertaram o interesse das crianças na história A peça da Dona Raiva, bem como permitiram explorá-la.

Durante a contação de história as crianças foram observando os acontecimentos narrados e verificaram os fatos ocorridos, desta forma tendo proporcionado um mergulho na fantasia vivenciada, podemos assim dizer que muitas se sentiram representadas pelos personagens.

O artigo foi dividido em capítulos, sendo o primeiro deles a introdução que apresenta o assunto estudado, o segundo a metodologia que relata como foram dados todos os processos obtidos até chegar aos resultados. Portanto, o terceiro capítulo intitulado a contação de história e as emoções que tem por subtítulos; conhecer as histórias; conhecer e perceber as emoções e ressignificar as emoções.

Além disso, temos o quarto capítulo do texto que dará ênfase à contribuição da neurociência no estudo das emoções. Ademais, o quinto capítulo do artigo que se refere à importância das emoções na construção do ser integral, que tem como subtítulo a criança protagonista, o sexto capítulo apresenta ferramentas para as novas formas de contar histórias, e por fim o sétimo capítulo onde se encontram as considerações finais apresentando os resultados. Além disso, temos o resumo do artigo retomando os pontos principais do assunto abordado.

2. METODOLOGIA

Este artigo é um estudo de abordagem qualitativa, descritiva e exploratória, cujos dados foram coletados por uma pesquisa de campo destinada a professores, pós-graduandos em neurociência e contadores de histórias. Foi realizada do dia 19 de agosto até o dia 14 de setembro de 2021 no município de Paulista, como não obtivemos respostas o suficientes para analisarmos estendemos a pesquisa aos municípios de Olinda e Recife.

Nessa pesquisa utilizamos o Google Forms como ferramenta de pesquisa para entrevistar os profissionais da educação, os professores entrevistados atuam na Educação Infantil e Ensino fundamental, com relação à idade dos profissionais, há uma variação de indivíduos de 20 a 60 anos, sendo a maior parte dos participantes graduados e pós-graduados exercendo a função de professor em escolas públicas e privadas.

Depois dos resultados obtidos pela pesquisa de campo, fizemos uma leitura e a partir das observações, organizamos uma relação das respostas que foram dadas por nossos entrevistados. Organizadas as respostas construímos o texto do artigo e algumas falas dos entrevistados foram citadas para dar ênfase a importância da contação de história e aprendizagem dos sentimentos.

O formulário foi composto por treze perguntas abertas, todas relacionadas com o tema: “A contação de história como ferramenta para perceber as emoções e conhecer os sentimentos das crianças na infância”. A partir desse instrumento de captação de dados na pesquisa foi possível verificar que contar histórias pode ajudar no desenvolvimento do equilíbrio emocional das crianças.

Utilizamos também o estudo de caso, como aponta Minayo (2000,p.19) porque entendemos que seria interessante aprofundar a nossa pesquisa e observar na prática a história escrita por Monnayne Isis da Silva Correia, que participa da construção deste artigo. Examinamos esse caso específico e dessa forma pudemos observar a contação de história trabalhando as emoções com as crianças. E assim explorar melhor o tema estudado.

O estudo de caso foi realizado em duas instituições. Na primeira trabalhamos com crianças de cinco a doze anos, e na segunda às crianças tinham entre cinco e seis anos. O primeiro estudo aconteceu no dia 09/10/21 e o segundo no dia 11/10/21. Esse estudo teve como finalidade perceber de que forma as histórias corroboram no desenvolvimento integral das crianças.

3. A CONTAÇÃO DE HISTÓRIA E AS EMOÇÕES

A contação de história desempenha um papel muito importante desde o início das civilizações antes da escrita, foi por meio das histórias que o ser humano se desenvolveu, aprendeu e perpetuou sua cultura e identidade, através da oralidade foram registrados os primeiros fatos históricos. A educação oral surgiu com os povos primitivos, como africanos e indígenas que tinham como cultura expor seus conhecimentos através da oralidade. A escritora e contadora de histórias Busatto (2006) afirma que:

As histórias são verdadeiras fontes de sabedoria, que tem papel formador de identidade. Há pouco tempo, elas foram redescobertas como fonte de conhecimento e de vida, tornando-se também um grande recurso para educadores. Com o advento da comunicação, ampliação dos recursos e globalização das informações, a linguagem falada tende a definir, porém, concomitante a esse desenvolvimento, surgiu uma necessidade de resgatar os valores tradicionais e a própria natureza humana. A tradição oral dos contos, não só apareceu, como está ganhando força nos últimos tempos. (2006, p.21).

Na atual conjuntura que estamos vivendo, com a inserção mais cedo das crianças no meio tecnológico, muito tem se perdido com relação a nossa herança cultural de contar histórias, visto que, muitos pais preferem oferecer um aparelho eletrônico, ao invés de pegar uma literatura ou mesmo contar uma história inventada para as crianças. O que nos fez perceber que parte da capacidade de se comunicar e imaginar estão se deteriorando, e esse é um aspecto que tem preocupado muitos professores, uma vez que as relações humanas para ser bem sucedidas precisam de comunicação eficaz.

Nesse aspecto é preciso pensar que a necessidade de resgatar o valor da contação de história não está apenas ligada a questões de tradições, mas sim a questões de pertencimento, se sentir pertencente a algo ou alguém, a um grupo ou a uma comunidade, nos coloca frente aos nossos sentimentos, pois, de fato somente nos sentimos **pertencentes**, se as emoções vivenciadas forem positivas, quando não, se temos a liberdade de questionar o fato de não estarmos nos sentindo bem e expressar nossos pensamentos e sentimentos. (grifo nosso)

Na construção da identidade da criança, ela conhece o mundo e as demais culturas inseridas nele por meio de outras pessoas através das histórias que são contadas em seu cotidiano que carrega heranças culturais, sociais, crenças e valores, de maneira que até as características emocionais são herdadas, ou seja, a criança identifica suas emoções a partir do ambiente inserido e das pessoas que nele vivem.

A contação de história que fala sobre a história da criança antes mesmo do seu nascimento, onde considera as histórias da família corroborando com o desenvolvimento emocional e psicológico da criança, permite uma relação dialógica entre a criança e o outro: pai, mãe, tia, avô e avó, portanto, admite a criança questionar sobre suas emoções e dos seus semelhantes.

A identidade é inerente ao ser humano, tendo em vista que, ela carrega personalidades, marcas, jeito de vestir e falar, portanto, tanto o contador quanto o personagem seja ele de um conto ou uma história, será composto por marcas, traços e linguagem, ou seja, uma identidade, desta forma Busatto (2006) nos diz que:

[...] eles chegaram de todas as partes: Norte, Sul, Leste, Oeste. Vêm vestidos de vermelho, azul e amarelo, fitas coloridas penduradas pelo corpo: vêm com jeito

de palhaço ou de princesa; outros vestidos de si próprio. Alguns trazem consigo instrumentos sonoros, músicos e cantores, alguns portam malas, bonecas, fantoches, mímicas, humor; outros nada trazem, apenas vão chegando contando, deixando leituras aos seus ouvintes. (2006, p. 26)

A contação de história como estratégia e ferramenta pedagógica proporciona a criança o acesso a diferentes conhecimentos culturais, a diferenças entre as regiões, portanto permitem diferentes experiências mesmo que através do imaginário, diferentes emoções e sentimentos, ou seja, ela corrobora para o desenvolvimento do indivíduo de maneira geral.

Do ponto de vista neurocientífico, contar histórias como didática de associar o conteúdo às emoções para que tenhamos aprendizagem significativa, é um recurso que deve ser mais manuseado pelos professores, pois, segundo a neurocientista Dra. Thaís Farias Coelho¹, as histórias têm a capacidade de conectar cento e oitenta áreas de conexões neurais no cérebro do aluno, portanto, potencializa as aprendizagens, uma vez que mexe com as emoções dos alunos sejam elas positivas ou negativas. A neurocientista afirma que para existir aprendizagem é preciso conectar o emocional..

3.1 CONHECER AS HISTÓRIAS

A princípio, contar uma história é conhecê-la, é preciso se familiarizar com o enredo, com os personagens, com a linguagem, com o ritmo, com a entonação da voz, para trazer interesse ao ouvinte pela narração e dar asas à imaginação. Entender sobre contação de história como ferramenta pedagógica perpassa por vários conceitos: como arte, como habilidade para socializar, como capacidade de criar leitores, se apropriar dos gêneros textuais, como capacidade de ouvir, se expressar, refletir e perceber as características dos personagens..

Partindo desse princípio, a contação de história toma um lugar importante para o desenvolvimento integral da criança, uma vez que, permite a compreensão de mundos reais ou imaginários, o desenvolvimento da linguagem e pensamento, bem como, o entendimento das relações sociais e emocionais. Segundo Fanny Abramovich, (1997) é importante as crianças escutarem histórias, pois elas são o início das aprendizagens para se tornar um leitor e descobrir o mundo. Conforme afirma:

É ouvindo histórias que se pode sentir (também) emoções importantes, como a tristeza, a raiva, a irritação, o bem-estar, o medo, a alegria, o pavor, a insegurança, a tranquilidade, e tantas outras mais, e viver profundamente tudo que as narrativas provocam em quem as ouve, com toda amplitude, significância e verdade que cada uma delas fez (ou não) brotar... Pois é ouvir, sentir e enxergar com os olhos do imaginário! (1997, p.17)

Nesse sentido, se faz necessário conceituar a contação de história. Fanny Abramovich diz que: “é uma arte [...] que equilibra o que é ouvido e o que é sentido, e por isso não é nem remotamente declamação ou teatro [...], é o uso simples e harmônico da voz”. (FANNY ABRAMOVICH, 1997, p. 18)

Dessa forma, as histórias passam a ter uma função social, educacional, e reguladora de emoções, a partir do momento que elas promovem interação e desenvolvem fatores cognitivos e emocionais. Por meio das histórias as crianças são estimuladas a possuírem sensibilidade e curiosidade. Quando as crianças escutam histórias, elas percebem o afeto de quem está contando.

Sendo assim, a contação de história contribui muito se tratando da questão educacional, a criança aprende ao ser estimulada e também por imitação, deste modo, ao ouvir histórias ela encarna muitas vezes os personagens e repete suas falas. Portanto, ouvir histórias permite desenvolver a cognição, a ética e aprendizagens como oralidade e escrita, entretanto, uma das questões mais discutidas sobre contar história é que ela nos proporciona se colocar no lugar do outro, nos ensinando a criar “empatia”.

Diversos autores concebem a empatia como a capacidade de se comunicar, gerando vínculos afetivos, favorecendo, assim, a qualidade dos relacionamentos, e trazendo inúmeros benefícios à vida do indivíduo, por facilitar suas relações sociais e comunicativas (MOTTA et al.;2006, p2).

Desse modo, a capacidade de ser empático enriquece o vocabulário, pois promove interação, gera vínculo afetivo, melhora a qualidade da comunicação, o que é de extrema importância principalmente quando tratamos da Educação Infantil, sabendo que crianças nesta fase estão em desenvolvimento.

3.2 CONHECER E PERCEBER AS EMOÇÕES

Identificar as emoções dos personagens dentro da contação de história e nomeá-las significa oportunizar as crianças a perceberem e conhecerem suas emoções, seja por meio de expressões faciais através das imagens contidas nos livros ou das características psicológicas dos personagens, uma vez que, nesse processo se faz uma relação com o sentimento externalizado. De maneira que as crianças passam a entender melhor suas próprias emoções e aprendem a nomeá-las, por meio da mediação do professor e das histórias contadas na sala de aula, o professor consegue intervir e solucionar os conflitos entre as crianças, fazendo com que a criança pense e avalie suas atitudes comparando-as com os personagens das histórias, como discute Constantino (2003):

Acrescenta que as crianças reproduzem na escola suas experiências emocionais; sendo assim, é fundamental que os educadores conheçam as características individuais dos seus alunos para que possam auxiliá-los a superar as dificuldades apresentadas na vida social e familiar, favorecendo assim, o processo de ensino/aprendizagem. A partir de (Apud JESUS, R.M; LEMPKE, N. N. S.2015, p.3).

Nesse sentido, perceber as características psicológicas dos personagens e identificar os sentimentos presentes como: raiva, ciúme, medo e felicidade, derrota e vitória, relacionando-os com os sentimentos vivenciados pelas crianças ajudam-nas conhecerem suas características e lidarem com as frustrações da vida, além de permite e idealizar a construção do eu, contudo Almeida (1999) destaca que:

A emoção deve ser entendida como uma ponte que liga a vida orgânica à psíquica. É o elo necessário para a compreensão da pessoa como um ente completo, sendo as relações sociais extremamente importantes para o desenvolvimento do indivíduo. (Apud JESUS, R.M LEMPKE, N.N.S 2015, p.310)

De fato, escutamos muito “quando eu crescer quero ser igual ao homem aranha”, assim percebemos a valoração das atitudes do personagem com a valorização do ser humano, em compreender suas emoções e transmitir segurança aos outros.

A contação de história ajuda a criança a conviver com as alegrias como também com as frustrações que a vida impõe, favorecendo a construção do seu equilíbrio emocional.

Como nos disse Alice² uma das nossas professoras entrevistadas:

Na medida em que os conteúdos das histórias apresentam a carga emocional de cada situação e personagem, faz com que as emoções que já existem em si descubram novas emoções, criando assim um referencial para o seu equilíbrio emocional.

O equilíbrio emocional é uma conquista importante no desenvolvimento da criança, porque ajudar a formar um cidadão consciente emocionalmente e preparado para os percalços da vida, pois, é através das histórias que as crianças percebem as emoções vivenciadas pelos personagens e verificam como eles resolvem seus conflitos emocionais, com isso a criança aprende que é possível resolver os seus problemas também.

A contação de história mostra um caminho no qual a criança se espelha para superar os seus medos, suas inseguranças e incertezas, por isso, a contação de história é importante para o desenvolvimento emocional da criança, como é colocado por Letícia, professora entrevistada.

É importante, pois ensina a criança a conhecer seus sentimentos, a ter empatia com o sentimento dos outros, através dos personagens das histórias. Além disso, podem conhecer e descrever o que sentem e como sentem, quando identificam o sentimento em algum personagem.

O conhecimento das emoções aprendido pelas crianças favorece a construção de um indivíduo mais humano, mais equilibrado, mais disposto a entender o outro, a compartilhar responsabilidades e compreender diferenças. A propósito, são essas lições que as histórias trazem por meio de suas morais. Nesse contexto, temos a perspectiva do processo de mudança que a contação de história proporciona, portanto, é perceptível a capacidade de pensar e se equilibrar emocionalmente para resolver problemas no futuro com autonomia e autoconhecimento.

3.3 RESSIGNIFICAR EMOÇÕES

A contação de história no ambiente educacional adota a possibilidade de recontar e ressignificar uma história por várias vezes, de maneira que amplia-se a capacidade do raciocínio. Quando o professor conta uma história e solicita aos alunos criar um final novo para ela, são atribuídos sentidos, emoções e valores diferentes, assim é na vida, é possível ressignificar uma emoção negativa, segundo o neurocientista Antônio Damásio:

Por exemplo, uma emoção negativa como a tristeza leva a evocação de pensamentos sobre fatos negativos; uma emoção positiva causa o oposto; os planos de ação representados na nossa mente também condizem com o sinal geral da emoção. (DAMÁSIO, A. 2009,p.93).

Portanto, é necessário fazer uma análise dos fatos ocorridos por meio de diferentes pontos de vista. Desta forma, o professor e o psicopedagogo são capazes de auxiliar seus alunos a superarem seus medos e traumas dentro de um ambiente pedagógico, ressignificando as emoções. Entretanto, é preciso que o professor tenha experiência e conhecimento para lidar com as emoções negativas. A preocupação é tocar nas feridas emocionais e causar danos piores, com lacunas irreparáveis, o que nos faz perceber a necessidade de uma formação continuada no âmbito educacional, que permeia a inteligência emocional principalmente quando se trata de questões emocionais e comportamentais, uma vez que a emoção gera um sentimento que resulta em um comportamento.

4.A NEUROCIÊNCIA E SUA CONTRIBUIÇÃO NO ESTUDO DAS EMOÇÕES

A emoção tem um papel relevante na formação dos educandos, pois segundo (Constantino, 2003, p.35) é “considerada como indispensável à compreensão das relações sociais, uma vez que a emoção provoca reações recíprocas ou semelhantes nos outros, resultando em trocas afetivas direcionadas da

cognição”. Portanto, qualquer alteração nas reações emocionais expressas por meio do corpo, como alterações na fisionomia e na entonação da voz é percebida por todos, até mesmo pela postura corporal, conforme aponta (João Centurion Cabral 2018,p.1).

O neurocientista Joseph Ledoux (1996, p.19 sic) considera que: “É difícil imaginar a vida sem as emoções. [porque] nós vivemos para elas, estruturando situações que possam nos dar momentos de prazer e alegria, e evitando aquelas que irão causar decepção, tristeza ou sofrimento.”.

Nessa perspectiva, a neurociência tem bastante significado, uma vez que ela nos ensina a nos relacionarmos conosco para depois nos relacionarmos com o mundo. De certo modo faz sentido, uma vez que, precisamos nos conhecer para depois conhecer o outro. Entretanto, para desfrutar da neurociência como reguladora de comportamento, é preciso analisar, razão, emoção e necessidade de existência. Dessa forma, compreender porque eu penso, porque eu sinto e porque eu existo? Faz parte da construção do ser, entretanto, Rock Lester Bangs disse: “as únicas perguntas que vale a pena fazer hoje são se os seres humanos vão ter emoção amanhã e como será a qualidade da vida se a resposta for não.” (BANGS, R. L Apud LEDOUX, J.1996, p.19)

Deste modo, isso implica dizer que existe uma preocupação enorme que considera o fator emocional primordial para sobrevivência da raça humana, de fato se não construirmos uma base sólida emocionalmente saudável na construção da infância seremos desprovidos de emoção, pois afirma Ledoux (1996) que:

Os cientistas têm muito a dizer sobre as emoções. Para alguns, as emoções são reações físicas que se desenvolveram como parte da luta pela sobrevivência. Para outros, são estados mentais que surgem quando as reações corporais são "sentidas" pelo cérebro. Uma outra opinião considera que as reações físicas são secundárias na emoção, pois o mais importante acontece no interior do cérebro. As emoções também têm sido vistas como formas de agir ou de falar. Impulsos inconscientes encontram-se no âmago de uma emoção, segundo certas teorias, enquanto outras ressaltam a importância das decisões conscientes. Uma concepção atualmente bastante em voga sustenta que as emoções são ideias sobre as situações em que as pessoas se encontram. Uma outra noção é que as emoções são construções sociais que acontecem entre os indivíduos, e não em seu íntimo (LEDOUX, J. 1996, p.20).

No que diz respeito às emoções, devemos ter muito cuidado com os estados mentais, sabendo que emoções e pensamentos negativos aumentam a produção do cortisol no corpo, substância que eleva o estresse e como consequência faz o indivíduo agir por impulso, ocasionando situações desagradáveis que poderiam ser evitadas, se, porventura, tivéssemos conhecimento da “caixa dos nove minutos”, tempo em que uma pessoa precisa para levar uma informação do cérebro límbico, “o emocional”, para

o córtex pré frontal," o nosso cérebro racional", sabendo que dentro desses nove minutos precisamos fazer outras atividades para não resultar em um hiperfoco, é o que nos diz a neurocientista Thais Faria Coelho.

Partimos do princípio, que: as emoções são construídas a partir do indivíduo, em seu íntimo, e transmitidas às pessoas, dentro desse contexto podemos citar como exemplo: a função **neuro espelho** (grifo nosso) do cérebro, que nos diz que uma atitude ou ação quando executada e observada, são simuladas como se quem observa estivesse vivendo a experiência, ou mesmo quando acontece, como é o caso dos bocejos."

For this reason, contagious yawning has frequently been linked to the operation of the human mirror-neuron system (MNS), which is thought to play a key role in action understanding, empathy, and the synchronization of group social behavior³BEVERLEY J. BROWN et all 2017, p.2713,).(grifo nosso)

Os neurônios chamados de neuro espelho ficam ativos, internalizando o comportamento e refletindo a ação do outro, sendo assim conseguimos entender porque uma criança sorrir para a outra e as duas trocam sorrisos, ou quando um gesto é copiado imediatamente e começa o jogo de imitações, é durante a primeira infância que os neurônios-espelhos estão mais ativos.

Embora a infância seja o período mais ativo para o desenvolvimento da função neuro espelho, podemos utilizar essa função como técnica aplicável da neurociência, como exemplo: uma mãe chega à escola exaltada, com muita raiva porque o seu filho levou uma mordida de uma outra criança em sala de aula, a professora já tem ciência do fato ocorrido e se antecede aos fatos, sabendo que existe uma grande possibilidade dessa mãe ir à escola tomar conhecimento do que aconteceu, quando a mãe chega enfurecida, basta a professora sorrir para aquela mãe, que a função neuro espelho será imediatamente ativada fazendo com que a mãe sorria mesmo sem intenção, o que acarretará em uma conversa mais tranquila.

AS EMOÇÕES NA CONSTRUÇÃO DO SER INTEGRAL

O processo de educação emocional vem fortalecer a construção do ser integral nos aspectos cognitivo, emocional e social, uma vez que, a afetividade tem uma grande relevância no desenvolvimento intelectual do indivíduo.

A afetividade, quando trabalhada na sala de aula, facilita o processo de ensino aprendizagem e contribui para construção da relação professor-aluno, fortalecendo assim os laços de confiança e de

afetividade entre eles, dessa forma, o aluno consegue desenvolver o seu potencial cognitivo, emocional e social, com equilíbrio e maturidade, pois:

Para Wallon, “a dimensão afetiva ocupa lugar central, tanto do ponto de vista da construção da pessoa quanto do conhecimento.” Para ele, a emoção, é uma das dimensões da afetividade, é instrumento de sobrevivência inerente ao homem, é “fundamentalmente social” e constitui também uma conduta com profundas raízes na vida orgânica⁴.” (DANTAS, 1992, p.85 Apud BARBOSA, I. SALGADO, R.C F,p.2)

Como nos diz Wallon: as emoções fazem parte da afetividade e têm um papel fundamental na formação do indivíduo e do seu conhecimento. Como também interfere na vida social e orgânica, por ser as emoções reações que se apresentam no organismo e é através dessas reações que se manifestam os sentimentos.

Segundo Henri Wallon, o início educativo da criança é a socialização por meio da afetividade que é expressa de três maneiras, através da emoção, do sentimento e da paixão. As emoções são de alterações orgânicas e representam de forma bem visíveis no físico, com alterações faciais, com aceleração dos batimentos cardíacos, boca seca e outras mais, conforme nos diz Wallon:

Todas as emoções podem ser vinculadas à maneira como o tônus se forma, se conserva ou se consome. A cólera, por exemplo, vincula-se a um estado de hipertonia, no qual há excesso de excitação sobre as possibilidades de escoamento. A alegria resulta de um equilíbrio e de uma ação recíproca entre tônus e o movimento, é uma emoção eutônica. Na timidez verifica-se hesitação na execução dos movimentos e incerteza na postura a adotar, há um estado de hipotonia. (GALVÃO, 1995. p. 43)

Por isso é importante despertar e desenvolver na criança a capacidade de externalizar suas emoções, pois, o cérebro límbico se torna responsável pela regulação da vida, tomando conta dos processos de punição e recompensa como também dos impulsos e motivações modificando o tempo todas nossas escolhas.:

WALLON (1979), em sua teoria, afirma que o desenvolvimento intelectual envolve muito mais do que o cérebro, e as relações afetivas têm papel fundamental no desenvolvimento do sujeito. É por meio delas que a criança exterioriza seus desejos e suas vontades. Embora essas manifestações expressem um universo importante e perceptível, são poucas estimuladas em situações do cotidiano escolar. (MILAN, GARMS e LOPES, 2011, p.4)

Todavia, partindo do ponto ensino-aprendizagem quando é bem estruturado, desenvolve “paixão⁵”, o aluno ao ser despertado por essa motivação pratica suas habilidades, buscando compreender seus pontos fortes e fracos para assim direcioná-los. Neste sentido, Mahoney e Almeida nos dizem que: “Paixão: está presente a partir da fase do personalismo e se caracteriza pelo autocontrole no domínio

de uma situação, exteriorizando-se através dos ciúmes e exigência de exclusividade, entre outros.” (MAHONEY e ALMEIDA, Apud BARBOSA, I.P. SALGADO, R. C. F p. 4)

Dentro desta perspectiva, a Educação Infantil é relevante porque traz a oportunidade de desintegrar o processo natural da criança com relação a sentimentos de posse e exclusividade quanto à atenção familiar, bem como possibilita trabalhar o sentimento de pertencimento em outros grupos da sociedade.

Durante esse período da vida de uma criança, o mundo ao seu redor se decompõe como se fosse em dois grupos. Um grupo consiste em pessoas diretamente ligadas a ela, sendo que as relações com elas determinam suas relações com todo o resto do mundo. [...] E isto não é tão simples quando uma criança em idade pré-escolar, criada em uma família, é posta em um jardim de infância. (VYGOTSKY, L.S., LURIA, A.R. e LEONTIEV, 2010, p.60)

Nesse aspecto, durante a Educação Infantil, o papel do professor é mediar as relações e dar sentido ao que a criança entende por grupo “sociedade”, neste sentido quanto mais rápido ela construir um significado para o que sabe, mais rápido ela aprenderá a viver em sociedade. Nessa conjuntura, a infância, que é uma das fases da vida, passa a ser extremamente importante na construção do ser e do cidadão.

Nesse contexto, a educação Infantil, primeira etapa da Educação Básica, pretende desenvolver a criança de forma integral em seus aspectos físicos, emocionais, cognitivos e motor. Para isso, é importante a reflexão a partir da médica e teórica Maria Montessori.

Montessori montou a sua teoria em três pilares: paz, ciência e harmonia. Para ela, a criança precisava ser educada para o mundo, respeitando a natureza e buscando a harmonia com a própria vida.

A médica deu ênfase em suas práticas à educação das crianças, mais do que o educador como fonte de conhecimento. Teve como objetivo principal a educação sensorial dos sentidos, como o tato, olfato, paladar, audição, linguagem e equilíbrio corporal. (PIETROBON, 2010, p.27)

Desta forma, Montessori afirma que é preciso sentir, “experimental”, traz significado para a aprendizagem e para isso a criança precisa passar pela vivência do que é material e real. “Nenhuma descrição, nenhuma imagem de nenhum livro podem substituir a vista real das árvores em um bosque com toda a vida que acontece em volta delas.” (MONTESSORI Apud ROHRS, 2010, p.26)

Nesse sentido, nada substitui as sensações percebidas no corpo, provocadas por estímulos externos, o desejo, o cheiro, o gosto, a textura. Comer uma maçã é completamente diferente de imaginar estar comendo uma maçã. Nada supera o encanto da experiência e ela se dá através da vivência, da relação

com o objeto, do significante e significado, da construção dos fatos, da interação com o meio e os demais objetos nele contidos.

Nesta construção do ser integral, a Base Comum Curricular BNCC (2018, p. 49) ao trazer as sínteses de aprendizagem em seu campo de experiência: escuta, fala, pensamento e imaginação; reafirma a importância da contação de história quando relata que a criança deverá ser capaz de: expressar idéias, desejos e sentimentos em situações de interação, bem como, argumentar e relatar fatos oralmente, portanto, ouvir, compreender, contar, recontar e criar narrativas são aprendizagens dispostas a partir da contação de história.

5.1 A CRIANÇA PROTAGONISTA

A contação de história permite à criança desenvolver um papel de protagonista, quando ela entra na história e se coloca no lugar do personagem criando uma nova história, ou fazendo o reconto da mesma, a contação de história permite que a criança possa desenvolver sua imaginação, suas fantasias e dessa forma mostra suas emoções e seus sentimentos sem se sentir inibida e sim; seguras e felizes por poderem se expressar. Cleide, professora entrevistada nos diz que:

Cada história mexe de uma forma com nossas crianças. Todas as emoções percebidas no decorrer do processo. As experiências vividas ou a falta delas fazem nossas crianças suspeitarem, experimentar sensações e sentimentos de todas as naturezas.

O papel do educador é favorecer o protagonismo a seu educando possibilitando vivenciar as experiências, que irão ajudá-las no conhecimento dos seus sentimentos, como nos diz os parâmetros Nacionais de Qualidade da Educação Infantil (2018);

Possibilitar que crianças exerçam a autonomia de acordo com seu nível de desenvolvimento e auxiliá-las nas atividades que não podem realizar sozinhas expressem seus sentimentos e pensamentos e possam fazer uso de diferentes linguagens para se expressar; planejar e propor contatos de aprendizagem ou promover experiências nas quais crianças sejam desafiadas a ampliar seus conhecimentos a respeito do mundo da natureza e da Cultura. Criar condições favoráveis à criança na construção da autonomia, da subjetividade e da identidade pela convivência em um ambiente que expresse e valorize a diversidade estética e cultural (BRASIL, 2018, p.50 Apud ROSÁRIO, E.H. SILVA, I.C.O. SILVA, V. R 2020, p.10).

Dentro dessa perspectiva, é fundamental que o professor possibilite momentos de liberdade para que a criança possa desenvolver sua autonomia e assim ser protagonista do seu processo de ensino aprendizagem. Segundo Paulo Freire, “Saber que devo respeito à autonomia e à identidade do educando exige de mim uma prática em

tudo coerente com este saber.” (Freire, 2002, p.67), Sendo assim, o papel do professor é proporcionar oportunidades para o seu educando construir autonomia.

Nesse contexto, o campo de experiência “o eu, o outro e nós, encontrado na BNCC (2018 p.40) entende a criança como um ser em desenvolvimento para a construção de um ser integral e afirma que:

É na interação com os pares e com adultos que as crianças vão constituindo um modo próprio de agir, sentir e pensar e vão descobrindo que existem outros modos de vida, pessoas diferentes, com outros pontos de vista. Conforme vivem suas primeiras experiências sociais (na família, na instituição escolar, na coletividade), constroem percepções e questionamentos sobre si e sobre os outros, diferenciando-se e, simultaneamente, identificando-se como seres individuais e sociais. Ao mesmo tempo que participam de relações sociais e de cuidados pessoais, as crianças constroem sua autonomia e senso de autocuidado, de reciprocidade e de interdependência com o meio. Por sua vez, na Educação Infantil, é preciso criar oportunidades para que as crianças entrem em contato com outros grupos sociais e culturais, outros modos de vida, diferentes atitudes, técnicas e rituais de cuidados pessoais e do grupo, costumes, celebrações e narrativas. Nessas experiências, elas podem ampliar o modo de perceber a si mesmas e ao outro, valorizar sua identidade, respeitar os outros e reconhecer as diferenças que nos constituem como seres humanos. (BRASIL, 2018,p.40)

Logo, a criança percebe seu lugar na sociedade, compreendendo sua individualidade, a diversidade e o mundo, constituindo um ser que tem uma função social, seja no seu lar onde a mesma aprendeu a conviver com as heteronomias impostas por seus familiares, na escola no papel de aprendiz ou por meio da coletividade no papel de cidadão. Portanto, a criança precisa vivenciar diferentes situações em diferentes ambientes para desenvolver habilidades de autonomia e conhecimento do mundo, onde ela construirá sua identidade, sua cultura, e o seu protagonismo na construção do ser integral que todos nós desejamos.

6. NOVAS FORMAS DE CONTAR HISTÓRIAS

Desde que a contação de história se constituiu como ferramenta metodológica para a aprendizagem e aquisição de linguagem, bem como meio de socialização, foram surgindo novas formas de contar histórias. A partir da criatividade de muitos contadores e professores a maneira como se ouve e se conhece uma história passou a ser encantadora devido ao desenvolvimento de técnicas construídas para de fato prender a atenção do ouvinte ou do “observador”, porque muitas histórias atualmente podem ser contadas sem o uso da linguagem

verbal, e sim por meio da linguagem corporal e imagética. De acordo com Máximo-Esteves:

O prazer que a criança tem de ouvir e contar histórias são um claro indicador de que a fantasia e a imaginação são muito importantes para ela conhecer e compreender. Ora as histórias são o modo mais coerente de integrar a cognição e imaginação, a Educação Ambiental e fantasia.(Apud SANTOS, M.R.E. 2014,p.15)

Portanto, um dos recursos lúdicos mais utilizados pelas crianças, de forma que lhe permitem ser completamente espontâneas em linguagem, pensamento e ações é a caixa da imaginação, a qual contém diferentes objetos que permite o professor junto às crianças criarem histórias fazendo o uso da criatividade, imaginação, expressões verbais e corporais, o que proporciona à criança expressar suas emoções e sentimentos, dessa maneira o professor percebe o quanto a criança está se desenvolvendo no simples ato de deixá-la livre para criar. Conforme Rigliski nos fala:

O principal objetivo em contar uma história é divertir, estimulando a imaginação, já que devido ao seu aspecto lúdico se trabalha com as emoções como medo, tristeza, raiva, alegria, espanto, pavor, insegurança, tranquilidade, saudade e lembranças. (RIGLISKI,.2012, p. 6)

Os desenhos criados pelas crianças também conversam com a imaginação, e isso é um estímulo a mais conceder à criança a oportunidade de desenhar e contar histórias a partir de suas próprias criações. Outrossim, nos faz destacar o poder das massinhas de modelar, não apenas no que diz respeito a trabalhar coordenação motora e estimulação sensorial, e sim o poder imaginativo e criativo de concretizar os personagens tornando-os real para o enredo da história.

O teatro de sombra também constrói o mundo lúdico das histórias. Utilizar como recurso copos descartáveis um dentro do outro com imagens desenhadas, e estimular a criança a descobrir e chamar os próximos personagens da trama com perguntas do tipo “quem será o próximo personagem ou qual é o nome dele”? É auxiliar o desenvolvimento da criança promovendo a interação a partir da troca de mensagens. Entretanto, se queremos preservar a aprendizagem por meio da prática de ações, nada melhor do que trabalhar com os alunos encenando tornando-os protagonistas dos contos transformando-os em personagens reais.

Nessa perspectiva,em buscar recursos lúdicos para contação de história é relevante destacar a importância dos álbuns de família, uma vez que ele possibilita à criança conhecer a história da sua família e sua própria história, e estes são suportes que a maioria das pessoas possuem em suas casas. Desta forma, imaginem solicitar aos alunos da turma uma foto que ele goste e montar uma história através dessas fotografias, é tornar o momento inesquecível e construir um universo de possibilidades.

Por fim, a musicalidade quando entra na contação de história ressalta a vida dos personagens, marcando ritmos e promovendo bem-estar aos ouvintes, pois, a música tem esse poder de encantar e colaborar para uma aprendizagem significativa comprovada cientificamente, além disso, ela tem o poder de marcar o tempo, as histórias e também registrar as memórias, porque nos causam boas sensações, quando conectamos o emocional de maneira positiva ou negativa há aprendizagem.

Nesse aspecto, precisamos vivenciar as histórias e fazer o uso dos recursos lúdicos a fim de validar as experiências. Nesse intuito, foram realizados dois estudos de caso, a partir de uma contação de história que tem por título “A Peça da Dona Raiva”, escrito por Monnayne Correia⁶ e que fala sobre emoções e sentimentos.

Utilizamos com fim didático os personagens da história representados por fantoches de papel.

O primeiro estudo de caso foi realizado em uma instituição que trabalha com evangelização para jovens e crianças, no dia 9/10/21 das 15h30min às 16h30min. A turma estava formada por doze alunos com idade entre cinco e doze anos. Como as imagens apresentam:



Respectivamente, primeira e segunda atividade de contação. Fonte: as autoras.

Durante o momento da narração, as crianças permaneceram bastante concentradas no enredo da história. Ao terminar a contação, as crianças expressaram a sua compreensão a respeito da história ouvida. Isso aconteceu em uma roda de conversa, na qual cada criança teve a oportunidade de falar, como também de perguntar.

Uma criança perguntou “por que a Dona Raiva tinha a cara tão feia, mas fez coisas boas?” Então, explicamos para ela que os maus sentimentos podem ser transformados em bons, desde que cada um de nós procure cultivar os bons sentimentos em nossos corações. Como nos mostrou a Dona Raiva, quando casou com sentimentos bons .

As crianças mostraram que conseguiram compreender o que a história queria transmitir. A história nos diz que só pode ser alegre e feliz, aquele que cultiva os bons sentimentos, ou seja, aqueles que conseguem dar um novo sentido para a vida, ressignificando as emoções e cultivando valores que precisam ser levados durante toda a vida. É dessa forma que poderemos ser criaturas alegres, livres e felizes.

O segundo estudo de caso ocorreu em uma instituição de educação infantil em que Denise Gabriel⁷ trabalha. Foi contada a mesma história citada anteriormente. O início da contação de história se deu às 9h30min e seu término às 9h50min.

A idade das crianças variou entre 5 e 6 anos. Havia oito crianças na aula que participaram do momento da contação. Para realizar a narração de história foi usado um fantoche da Dona Raiva. O recurso foi utilizado para desenvolver a concentração das crianças e oferecer um momento de alegria e curiosidade, pois os recursos lúdicos são de grande importância para dar vida às histórias e estimular a imaginação das crianças.

Ao longo da explanação, as crianças demonstraram um grande interesse, pois ficaram impressionadas com o fantoche da dona Raiva. No decorrer da contação, as crianças começaram a entender que a Dona Raiva era uma personagem que queria ensinar as crianças a fazerem o bem e cultivar os bons sentimentos, para que fossem alegres e felizes mesmo em meio às angústias “sentimentos que nos causam mal-estar” e que modifica nosso humor, nos trazendo tristeza, às vezes, culpa e até mesmo insegurança nos impossibilitando de realizar tarefas simples em determinados momentos.

Depois de contar a história, fizemos uma dramatização que ajudou as crianças a compreender melhor a moral da história. E elas perceberam que a raiva pode ser vista de uma forma diferente, que pode ser utilizada como ferramenta motivacional, ou seja, quando utilizada para fazer algo bom para si e os demais e a transforma em um sentimento que não é capaz apenas de gerar dor, mas também alegrias, e que para isso precisamos desenvolver gentileza, bondade, harmonia, paz, confiança, simpatia, ou melhor, os sentimentos bons no coração.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo nos mostrou o quanto é importante usar a contação de história como ferramenta metodológica para desenvolver o conhecimento das emoções e dos sentimentos das crianças durante a infância. O emprego das histórias nas escolas durante a infância favorece a construção do equilíbrio emocional, a partir do momento que as crianças começam a conhecer o que sentem, conseguem

identificar suas emoções e seus sentimentos, facilitando assim o controle emocional. Desta forma a contação de história vem colaborar na formação de um indivíduo emocionalmente equilibrado, capaz de se relacionar consigo e com os outros.

Portanto a contação de história se tornou fonte de conhecimento para as civilizações com papel formador de identidade como aponta Cléo Busatto, como também recurso para a educação, muito explorado pelos professores, uma vez que possibilitou a construção de aprendizagens de oralidade e escrita, bem como das habilidades socioemocionais conforme indica Fanny Abramovich.

Nesse sentido percebemos a importância de associar a contação de história a neurociência, pois, a neurociência através de estudos científicos têm contribuído bastante com o processo de conhecimento das emoções, pois nos mostrou como se processam as emoções no cérebro infantil e nos forneceu algumas técnicas para controlar os estados emocionais. Portanto, a neurociência tornou-se parte indispensável no processo do conhecimento das emoções e sentimentos, bem como instrumento com capacidade de potencializar as aprendizagens.

O neurocientista Antônio Damásio em seu livro: *E o cérebro criou o homem* nos alertou sobre o perigo das emoções ruins nos afirmando que emoções negativas provocam pensamentos negativos e isto pode gerar uma cadeia de ações pessimistas. Analisando a fala do mesmo compreendemos a relevância de ressignificar os sentimentos à luz da neurociência..

Todavia a neurociência é um ramo que estuda os processos cerebrais, e que proporciona técnicas que potencializam as aprendizagens, tanto do ponto de vista educacional como emocional. Atualmente sabemos que a emoção é pressuposta para a aprendizagem, considerada como indispensável a compreensão das relações sociais segundo o Constantino. Nesse aspecto, o neurocientista Joseph Ledoux em sua literatura: *O cérebro emocional: os misteriosos alicerces da vida emocional* considera que “é difícil imaginar a vida sem emoções”.

Desta forma, as histórias trouxeram aprendizados significativos no que diz respeito ao conhecimento das emoções e sentimentos, visto que favorecem a construção dos comportamentos na primeira infância. Nessa perspectiva concluímos que a função neuro espelho é mais ativa durante o período da infância e que relacionar as simulações das experiências ao observar favorece a construção da imitação.

Nesse aspecto, a contação de história contribui com a função do Neuro espelho do cérebro, uma vez que a mesma possibilita imitações espontâneas dos gestos, da fala e das características psicológicas

dos personagens. Portanto, reafirma a teoria da aprendizagem segundo Wallon de que a criança aprende por meio da imitação e da socialização por meio da afetividade.

No entanto, a médica Montessori considera que é preciso experimentar, ou melhor, experienciar e que a criança precisa ser educada para o mundo. E uma educação para o mundo deve formar um ser integral, com capacidade de tomar decisões que permeiam o Eu, o Outro e Nós. De fato, isto engloba a socialização com o meio ambiente e com os demais objetos nele contido, pois, é primordial que percebamos nosso lugar na sociedade, respeitando a individualidade e a diversidade de cada ser.

Diante do estudo realizado, entendemos a contação de história como ferramenta metodológica indispensável para formação do ser integral, uma vez que proporciona conhecimento cultural, emocional e social e a neurociência como recurso primordial para os professores potencializarem a capacidade de aprendizagem de seus alunos.

Contudo, esperamos que esse artigo desperte interesse nos educadores e que eles percebam como se faz necessário construir uma sociedade mais humana, emocionalmente equilibrada, mais consciente e para isso é essencial partir da formação emocional das crianças desde a tenra idade.

8.REFERÊNCIAS

ABRAMOVICH, F. Literatura Infantil: gostosuras e bobices, São Paulo: Scipione, 1997. ALMEIDA, Ana Rita Silva. A emoção na sala de aula. 6. Ed. Campinas: Papirus, 1999.

Disponível em:

<https://books.google.com.br/books?hl=en&lr=&id=FMBSnxYF8Q8C&oi=fnd&pg=PA1#v=onepage&q&f=false> Acesso em: 27 set. 2021.

BARBOSA, I. SALGADO, R.C F. P .A importância da afetividade para uma aprendizagem significativa. 1-9 Meu Artigo Brasil Escola. Disponível em: <https://meuartigo.brasilecola.uol.com.br/educacao/a-importancia-afetividade-para-uma-aprendizagem-significativa.htm> acessado em 27/05/2021

BEVERLEY J. BROWN. SOYOUNG KIM. HANNAH SAUNDERS. DANIELLE ROPAR.

STEPHEN R. JACKSON. GEORGINA M. JACKSON. A neural basis for contagious yawning. Current biology, September, 11, 2017. 27, 2713-2717. Publisher by Elsevier LTD. Accessed in october, 06, 2021. Disponible in:

[https://www.cell.com/current-biology/fulltext/S0960-9822\(17\)30966-1](https://www.cell.com/current-biology/fulltext/S0960-9822(17)30966-1)

BRASIL, Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018. BUSATTO, Cléo. A arte de contar histórias no século XXI: Tradição e ciberespaço. Petrópolis: Ed. Vozes 2006

CABRAL, João Centurion. Uma Introdução à Neurociência das Emoções. Universo Racionalista, Rio Grande do Sul. Publicação 22/03/2018.1-8 Acesso em 22/11/ 2021. Disponível em: <https://universoracionalista.org/emocoes/>

COELHO, Thaís Faria. SIEEESP. Live: neurociências das emoções-travas para redução de ansiedade e alívio mental, Youtube, 19 de maio de 2020. Disponível

em: <https://www.youtube.com/watch?v=ydNSXt-XggE>

DAMÁSIO, A. E o cérebro criou o homem, São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

DANTAS, Heloysa. A afetividade e a construção do sujeito na psicogenética de Wallon.

In: Piaget, Vygotsky, Wallon: Teorias Psicogenéticas em Discussão [S.l: s.n.], 1992.

FREIRE, P. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.

Coleção Leitura, ed. 24, Ed. Paz e terra, 2002.

GALVÃO, I. Henri Wallon: uma concepção dialética do desenvolvimento infantil/ Isabel Galvão. Petrópolis, RJ; Vozes, 1995.9 (educação e conhecimento)

JESUS, R. M. DE; LEMPKE, N. N.S.; Manifestações emocionais das crianças na educação infantil, SynThesis Revista Digital FAPAM, Pará de minas, v.6, n. 6, 309-325, dez 2015

LEDOUX, J. O Cérebro emocional: Os misteriosos alicerces da vida emocional. Rio de Janeiro, Ed. Objetiva LTDA, 2011

MARINHO, P. 10 Maneiras de brincar de contar histórias. Tempojunto, p.10. publicado em 13/05/2016. Disponível em: <https://www.tempojunto.com/2016/05/13/10-maneiras-de-brincar-de-contar-historias/> Acessado em 22/10/21.

MILAN, S.G. GARMS, G. M. Z. LOPES, C. S. A afetividade na educação infantil: um elo indispensável à teoria walloniana. Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba. p.8065-8077-I Seminário Internacional de Representações Sociais, Subjetividade e educação- SIRSSE. 7 a 10/11/2011.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social:In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (org).Pesquisa social: teoria, método e criatividade. Petrópolis: vozes, 2000.

PIETROBON, S.R.G. Fundamentos da educação infantil. Guarapuava: Ed. Da Unicentro, 2010

RIGLISK, A. S. Contribuição da contação de história no desenvolvimento das linguagens na infância. Julho, 2012. Disponível em: [https://bibliodigital.unijui.edu.br:8443/xmlui/bitstream/handle/123456789/1619/TCC%202012](https://bibliodigital.unijui.edu.br:8443/xmlui/bitstream/handle/123456789/1619/TCC%202012%20Adriane%20S.%20Rigliski.pdf?sequence=1)

%20Adriane%20S.%20Rigliski.pdf?sequence=1 Acessado em 22/10/2021. ROHRS, H. Maria Montessori, Recife: Ed Massangana. 2010

ROSÁRIO, E.H. SILVA, I. C. O. SILVA, V. R. O protagonismo das crianças em práticas de leitura e contação de histórias na creche. Conedu VII Congresso Nacional de Educação. Educação com(re) Existência: mudanças, conscientização e conhecimentos.

Centro Cultural de Exposição Ruth Cardoso. Maceió- AL. ISSN 2358-8829 15, 16 e 17 de out. 2020,

SANTOS, M.R.E. A contação de história na educação infantil na escola, João Pessoa: UFPB, 2014.

VIGOTSKII, L.; LURIA, A.R.; LEONTIEV, A. N. Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem, São Paulo, Ícone Editora, 2010.

Capítulo 7



10.37423/221206973

GESTÃO DA INFORMAÇÃO: ESTUDO DE CASO SOBRE O ACULTURAMENTO DO MODELO MPS- BR NA MELHORIA DA QUALIDADE DE SERVIÇOS DE UMA EMPRESA GOVERNAMENTAL.

Paulo Ribeiro Felisoni

Universidade Paulista



Resumo: Essa monografia tem como objetivo mostrar como o acultramento do modelo MPS-Br para os dois primeiros níveis de maturidade G e F, numa empresa governamental com muitos anos de serviços públicos na área de Processamento de Dados e Tecnologia da Informação, pode melhorar os processos internos e a qualidade de seus serviços. O autor observa facilidades e dificuldades em aceitar este novo modelo em ambas as plataformas de processamento e desenvolvimento. A chamada PA – Plataforma Alta, onde os computadores de grande porte ou mainframes são usados, com a capacidade de executar mais de 600 MIPS - Milhões de instruções por segundo e armazenamento de informações de grande quantidade de dados, bem como na PB – Plataforma Baixa, onde servidores de virtualização e sistemas em nuvem são usados para aplicações nos smartphones. A abordagem teórica deste trabalho baseia-se em entrevistas e questionários com esses profissionais experientes, e a pesquisa bibliográfica no PBQP - Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade em Software, SOFTEX - Associação para a Promoção da Excelência em Software Brasileiro, autores consagrados no assunto, como BARBIERI, FERNANDES, COSTA, e na experiência do autor. O autor entende que mesmo a resistência dos colaboradores mais experientes é superada pelas qualidades do modelo MPS-BR, havendo um gradual acultramento, e um aumento da maturidade da organização.

Palavras-chave: MPS-BR, maturidade, acultramento, desenvolvimento.

INTRODUÇÃO

A competitividade atual do mercado motiva as empresas a reverem seus procedimentos de produção – tanto na produção de software como de serviços – saindo da visão tradicional e estruturada de funções, para outra forma de encarar a empresa, mais voltada aos seus clientes. Busca-se hoje a qualidade e excelência de serviços, envolvendo a eficiência e a eficácia na cadeia produtiva, em todos os setores da economia.

O modelo MPS-BR – Melhoria de Processo do Software Brasileiro criado em 2003 envolvendo universidades, governo federal e grupos de pesquisa, preocupa-se inicialmente com a maturidade da organização, e para isso a situa em níveis. O objetivo deste estudo é do acompanhamento na introdução do modelo MPS-BR, na mudança de cultura e no uso dos padrões dessas boas práticas, objetivando a qualidade de desenvolvimento de softwares e de serviços correlatos. Os dois primeiros níveis de maturidade são: o do nível Parcialmente Gerenciado, ou nível G, que abraça o processo de gerência de projetos e o processo de gerência de requisitos, e o do nível Gerenciado ou nível F de maturidade, que abraça os processos de aquisição, de gerenciamento de portfólio, de garantia da qualidade, de gerenciamento de configuração e o de medição.

“...A gestão deve responder à mudança ou enfrentar o inevitável: mudar ou morrer...”

(TAKEUCHI e NONAKA, 2015)

A Gestão da Informação e dos processos são fundamentais para a melhoria, a excelência, e hoje até da própria sobrevivência da organização, ante a um mercado altamente competitivo. O setor governamental, por outro lado, busca sempre acompanhar o mercado a fim de igualar-se às exigências cada vez maiores dos seus clientes, os cidadãos, com serviços cada vez mais ágeis e desburocratizados.

Este trabalho baseia-se principalmente no PBQP - Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade em Software, SOFTEX - Associação para a Promoção da Excelência em Software Brasileiro, autores consagrados no assunto, como (BARBIERI,2011), (FERNANDES,2012), (COSTA, 2012), nos Guias de Implementação da SOFTEX.

“ O Brasil é um país cujo desenvolvimento de produtos de software está entre os maiores do mundo, e a cada dia aumenta o nível de exigência por parte dos clientes no que diz respeito à qualidade e complexidade dos produtos, porém o custo de uma certificação para uma empresa é muito alto (centenas de milhares de dólares), o que se torna inviável para empresas de micro, pequeno e médio porte. Então, em uma parceria entre a SOFTEX, o Governo brasileiro e as Universidades, surgiu o

projeto MPS-BR, que é a solução brasileira compatível com o modelo CMMI (Capability Maturity Model Integration) e está em conformidade com as normas ISSO/IEC 12207 e 15504, além de ser adequado à realidade brasileira.” (COSTA, 2012)

O autor utiliza duas metodologias de pesquisa: a pesquisa por questionário com perguntas abertas a um público-alvo significativo que já vivenciou a implantação do modelo MPS-BR, e a pesquisa bibliográfica.

A pesquisa por questionário foi feita utilizando perguntas abertas numa amostragem significativa de profissionais de diversas áreas relativas a desenvolvimento de software, de processos organizacionais e de prestação de serviços internos, obtendo respostas e opiniões mais ricas, apesar de gerar um trabalho maior de tabulação dos dados. A pesquisa bibliográfica utilizou amostragem de autores com expertise no trabalho com o MPS-BR e na implantação e acultramento de diversas organizações, ligadas ou não ao setor governamental. 3

APRESENTAMOS UM RESUMO DE CADA CAPÍTULO E SEU CONTEÚDO:

CAPÍTULO 1 – HISTÓRIA - BUSCA DA QUALIDADE

O capítulo inicial apresenta um breve histórico sobre a preocupação da busca da qualidade, desde a indústria dos anos 1930, passando pela geração dos grandes computadores mainframes, o advento da microinformática, da rede de computadores chegando até hoje. A criação de padrões internacionais de qualidade lembrando Walter A. Shewhart e William Edwards Deming. A criação das normas ISO, o modelo de referência CMMI caro para a realidade brasileira, finalizando com a criação do MPS-BR, no desenvolvimento de softwares, processos e seus serviços correlatos.

O PRÓXIMO CAPÍTULO ENFOCA OS DOIS PRINCIPAIS MODELOS DE MATURIDADE: O CMMI E O MPS-BR.

CAPÍTULO 2 – OS MODELOS DE MATURIDADE

No segundo capítulo o autor descreve os modelos CMMI e MPS-BR em suas partes constituintes, sua relação com as normas internacionais ISO, seus níveis de maturidade correspondentes, e o guia de implementação em cada uma. Mostra também a implementação propriamente dita, abordando a forma como foi feito na organização, estudos de processos, o envolvimento das pessoas, algumas

dificuldades e discordâncias. Também mostra a Análise de Pontos de Função como ferramenta para avaliação dos softwares. O próximo capítulo aborda os aspectos da pesquisa e como ela foi realizada.

CAPÍTULO 3 – A PESQUISA

O terceiro aborda a pesquisa propriamente dita, com questionário de perguntas abertas foi realizado, o público-alvo, a coleta e a tabulação das respostas. A pesquisa bibliográfica, que mostra outros aspectos não discutidos na pesquisa exploratória por questionário, principalmente quanto ao acultramento do modelo, chegando às considerações finais.

1. HISTÓRIA - BUSCA DA QUALIDADE

1.1. DE 1930 A 2000

Há uns bons anos atrás, haviam poucas empresas de desenvolvimento de softwares que executavam seus programas em computadores de grande porte, os mainframes, de grande custo e pequena capacidade de processamento e armazenamento centralizados, comparados aos computadores de hoje. Com o tempo, os analistas de processos estabeleceram padrões e metodologias de desenvolvimento de softwares, mas que também envolviam todos os profissionais do processo, como os analistas de sistemas, os programadores, os schedulers, e profissionais de data entry como os digitadores. Já havia a preocupação na melhoria dos processos e dos projetos desde essa época.

Com o crescimento e a disseminação dos computadores pessoais, o crescimento das redes de microcomputadores, o barateamento da produção de hardware e software e a descentralização da informação, houve a necessidade da criação de metodologias que se adequassem à nova realidade do mercado.

Desde a década de 1930 os Estados Unidos preocupam-se com a melhoria na qualidade de processos, mas foi em 1980 que se criou o CMMI (Capability Maturity Model Integration ou Modelo Integrado de Maturidade em Capacitação) que estabelece processos de melhoria corporativo, avalia processos de desenvolvimento utilizado nas organizações, documentação, prazos etc.

O CMMI pode ser implementado em qualquer organização cujo objetivo é o desenvolvimento de produtos como software e hardware para atendimento das necessidades dos clientes (internos ou externos), mesmo que utilizem serviços e recursos terceirizados.

Em 1987 nos Estado Unidos criou-se um comitê que juntava as normas de padronização internacional de desenvolvimento de software, com outro sobre Tecnologia da Informação surgindo o ISSO/IEC – International Organization for Standardization. A norma internacional ISO/IEC 12207 cria uma estrutura comum para todos os processos que dizem respeito a desenvolvimento de softwares, auxiliando no processo completo do ciclo de vida, contratos, registro de reuniões, mudanças, finalização do projeto e lições aprendidas. Essa metodologia é flexível aos processos já existentes das organizações, adaptando e sugerindo novas métricas de qualidade.

Já no início deste século muitas grandes empresas (inclusive as de desenvolvimento de software como do setor governamental) utilizavam a norma internacional ISO 9000 como modelo de qualidade; mas

os altos custos para essa certificação internacional a tornavam proibitiva às pequenas e médias empresas brasileiras.

1.2. IDÉIAS NA MELHORIA DA QUALIDADE

A busca da melhora na qualidade dos produtos desde o tempo da revolução industrial não foi inicialmente percebida, principalmente pela alta administração, onde o que interessava era a quantidade, mesmo porque o consumidor não era tão considerado e exigente como hoje. Não se desejava parar a linha de produção, e o retrabalho era algo comum, principalmente em alguns setores da indústria, por diversos motivos, desde a qualidade da matéria prima, até problemas na produção de máquinas e operários. A verdade é que se preocupava pouco com o controle de qualidade, mesmo quando foram criados os inspetores de qualidade, responsáveis por inspecionar produto por produto. Depois, como não era possível inspecionar todo o lote produzido, tomavam-se amostras, que logo foram substituídas pelas primeiras técnicas estatísticas de controle de qualidade por volta de 1920, criadas pelo americano Walter A. Shewhart da Western Electric.

Entre 1927 e 1939 no Laboratório de pesquisas de fixação de nitrogênio do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos, houve o encontro de Walter A. Shewhart e um jovem promissor que abraçou suas técnicas estatísticas de qualidade - William Edwards Deming – que ficou encantado com as ideias de Shewhart, principalmente com o ciclo de melhoria contínua PDCA. A partir daí, Deming começou a preocupar-se com formas e modelos de melhoria da qualidade. No final da 2ª. Guerra Mundial, com a instauração do plano Marshall, em particular no Japão, Deming entre outros, mostraram técnicas estatísticas de qualidade através de palestras a engenheiros, gerentes e estudantes, com o objetivo de reduzir custos de produção e minimizar o retrabalho. Deming retornou outras vezes ao Japão e se surpreendeu em como suas ideias foram absorvidas e melhoradas, como as práticas “just-in-time”, na década de 1960, tornando o que mais tarde seria conhecido como o Milagre Japonês e a Qualidade Total, tudo devido a técnicas de melhoria da qualidade. Em 1987 a International Organization for Standardization ou Organização Internacional de Normalização lança as normas da família ISO 9000 de melhoria da qualidade.

1.3. O CMM E O MPS-BR

Em 1980 o governo americano estabeleceu normas para empresas licitadas que desenvolviam programas para os diferentes órgãos, estabelecendo principalmente 3 metas: Prazo, Preço e Qualidade. O objetivo não era dizer às empresas como fazer o software, ou sua metodologia, mas o

que houve se costuma chamar de melhores práticas de produção e controle de prazos. Isso fez com que melhorasse os entregáveis, num processo medido, controlado e gerenciável. A esse modelo chamou-se CMM – Capability Maturity Model ou Modelo de Maturidade em Capacitação criado pela Universidade Carnegie-Mellon e o Instituto de Engenharia de Software.

No Brasil, em 2003 o Ministério da Ciência e Tecnologia obtiveram dados de várias organizações desenvolvedoras de software no Brasil, e verificou que apenas 30 empresas possuíam avaliação CMMI: 24 no nível 2, 5 no nível 3, uma no nível 4 e nenhuma no nível 5 (maior grau). Observou-se que a qualidade do software e seus serviços relacionados, estavam com as grandes empresas – que exportavam software de qualidade - e as outras pequenas e médias, maioria do mercado, que não possuíam maturidade suficiente e recursos para a certificação. Objetivando esse grupo, a Secretaria de Política de Informática e Tecnologia do Ministério da Ciência e Tecnologia, juntamente com Universidades, SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas, CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, e a SOFTEX - Associação para Promoção da Excelência do Software Brasileiro, organização da sociedade civil de interesse público, que objetiva aumentar a competitividade da indústria brasileira de software e seus processos relacionados, criaram o MPS-BR Programa de Melhoria do Processo de Software Brasileiro, buscando maior qualidade, também para a exportação de software. Desse modo, um dos objetivos é que haja compatibilidade com os padrões de qualidade aceitos internacionalmente e que tenha, pressupondo o aproveitamento de toda a competência existente nos padrões e modelos de melhoria de processo já disponíveis, adequando-se ao contexto das empresas brasileiras.

O autor mostrou anteriormente que os modelos de maturidade existem desde a década de 1980 quando o departamento de defesa dos Estados Unidos desejava padronizar os processos de desenvolvimento de software de empresas que concorriam a licitações do governo, melhorando os prazos de entrega destes programas, diminuindo os custos e aumentando a qualidade. Surgem as avaliações CMM – Modelo de Maturidade em Capacitação, ou Capability Maturity Model que são as melhores práticas para tais desenvolvimentos, mas não é a própria metodologia de desenvolvimento e seus processos correlatos. O modelo de maturidade contém uma coleção estruturada de elementos que mostram a maturidade de uma empresa, como o fluxograma dos principais de seus processos, templates de uso, formas de trabalhar e documentar processos, e projetos que está desenvolvendo.

Os níveis de maturidade do CMM são: Inicial, Repetitivo, Definido, Gerenciado Quantitativamente e em Otimização, e fornece às empresas orientações sobre como controlar o processo de

desenvolvimento de software e processos correlatos, evoluindo a uma cultura de melhoria no gerenciamento de software, objetivando a realização de um processo com controle e mensurado, numa melhoria continuada, como no ciclo de melhoria contínua PDCA – Plan-Do-Check-Adjust/Act criado pelo Dr. W. Edwards Deming (Pai do Controle de Qualidade moderno).

“Não se gerencia o que não se mede,
não se mede o que não se define,
não se define o que não se entende,
e não há sucesso no que não se gerencia.”

Edwards Deming

A **Fig. 1** mostra o Ciclo PDCA, as suas etapas e as áreas normalmente responsáveis nas organizações.



Fig.1 Ciclo de Vida PDCA de Edwards Deming.

O modelo CMMI (Capability Maturity Model Integration) criado pela Universidade americana Carnegie Mellon preocupa-se com a maturidade de processos de software e correlatos, e as metas previamente estipuladas a atingir. A capacidade e a maturidade de um processo devem-se a noção do grau de qualidade com o qual um processo atinge o resultado. O CMMI possui 5 níveis de maturidade que comprovam, o grau em que uma organização se encontra, e tem por objetivo principal ser um guia para a melhoria dos processos da empresa, levando em consideração os processos de gerenciamento de desenvolvimento de software, os prazos e custos anteriormente estabelecidos. O objetivo maior é

a produção de software e seus processos correlatos, com maior qualidade e menos propenso a erros. A **Fig. 2** mostra os níveis de maturidade do CMMI conforme a sua evolução.



Fig.2 mostra os níveis de maturidade do CMMI.

Assim, o CMMI preocupa-se com a melhoria contínuas dos processos de software,

A cada nível de maturidade corresponde um conjunto de práticas de software e de gestão específicas, denominadas áreas-chave do processo (KPAs - Key Process Areas) que devem ser implantadas para que a organização possa atingir o nível de maturidade desejado. Cada KPA é um requisito a um nível de CMM, e identifica atividades relacionadas para objetivos importantes no aumento da capacidade do processo.

A **Fig. 3** mostra os KPAs de cada nível do modelo CMM de maturidade.

CMM Maturity Levels and KPAs

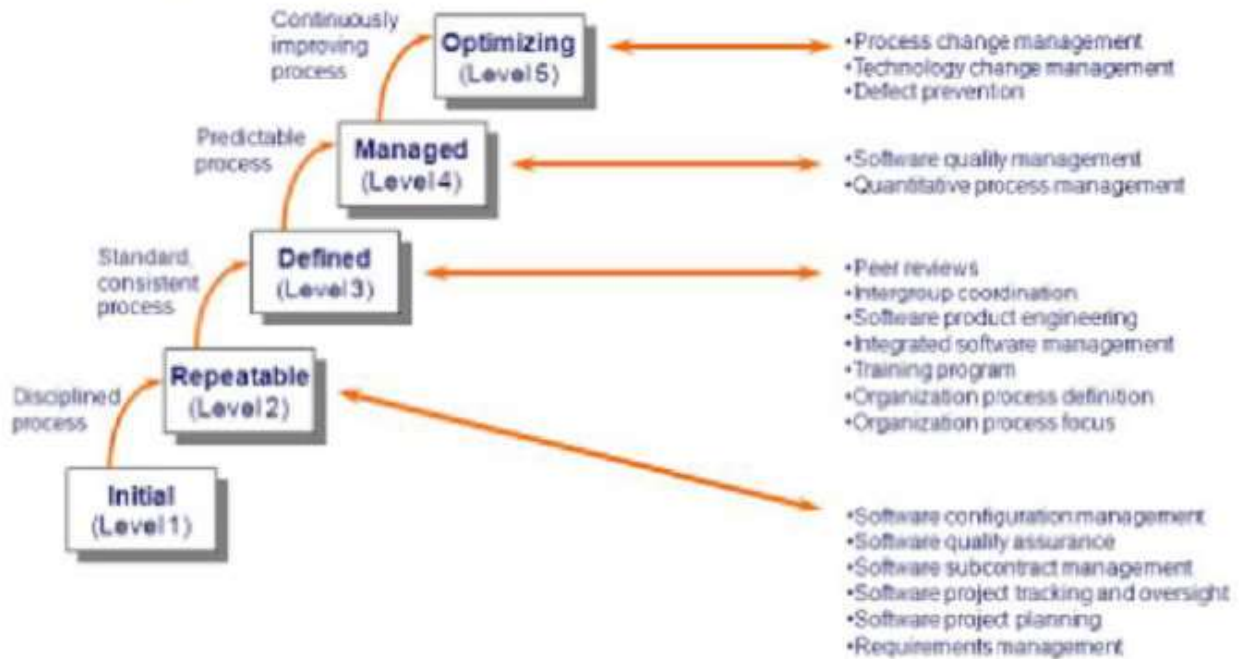


Fig.3 Níveis de Maturidade e seus KPAs.

A organização só atinge um determinado nível de CMM (maturidade) quando satisfaz todos os KPAs daquele nível. Quanto maior o número de KPAs que a organização satisfaz, maior é a sua maturidade. A **Fig. 4** mostra a evolução de maturidade de uma organização do nível 1 ao nível 3, pelo atendimento dos KPAs.

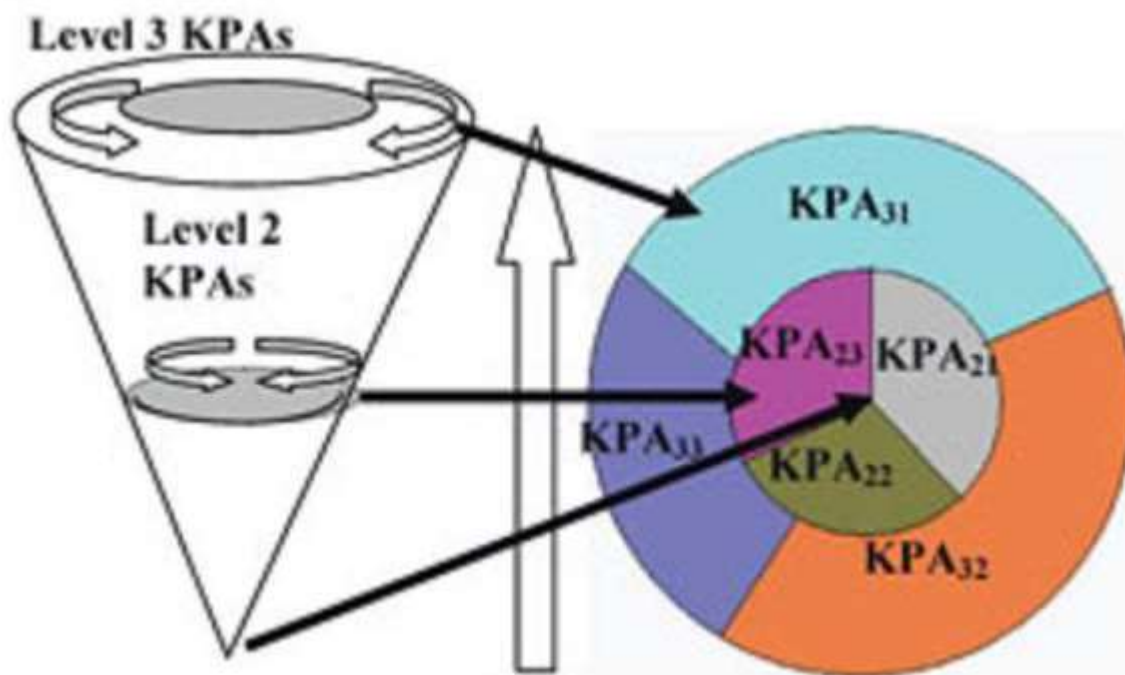


Fig. 4 Evolução da maturidade por atendimento dos KPAs.

2.2. O MODELO MPS-BR

O modelo MPS-BR divide-se basicamente em 3 partes, baseadas nas normas internacionais ISO/IEC 15504-2 e ISO/IEC 12207:2008:

1. MODELO DE REFERÊNCIA PARA SOFTWARE E SERVIÇOS CORRELATOS;

O modelo de referência contém os requisitos que os processos das unidades organizacionais devem atender para estar em conformidade com o MPS-BR.

Contém as definições dos níveis de maturidade, processos e atributos do processo.

2. MÉTODO DE AVALIAÇÃO

Está no Guia de Avaliação, e descreve o processo e o Método de Avaliação, os requisitos para avaliadores líderes, avaliadores adjuntos e Instituições Avaliadoras (IA)

3. MODELO DE NEGÓCIO

Descreve as regras de negócio para a implementação dos Modelos de Referência MR-MPS pelas Instituições; avaliação seguindo o Método de Avaliação MA-MPS pelas Instituições Avaliadoras; organização de grupos de empresas para implementação dos MR-MPS e habilitação de Consultores

de Aquisição (CA) de software e serviços correlatos e credenciamento de Instituições de Consultoria de Aquisição (ICA); realização de cursos, provas oficiais e workshops.

O modelo MPS-BR apresenta o Guia de Implementação, classificando as organizações em 7 níveis de maturidade, como mostra a **Fig. 5**:

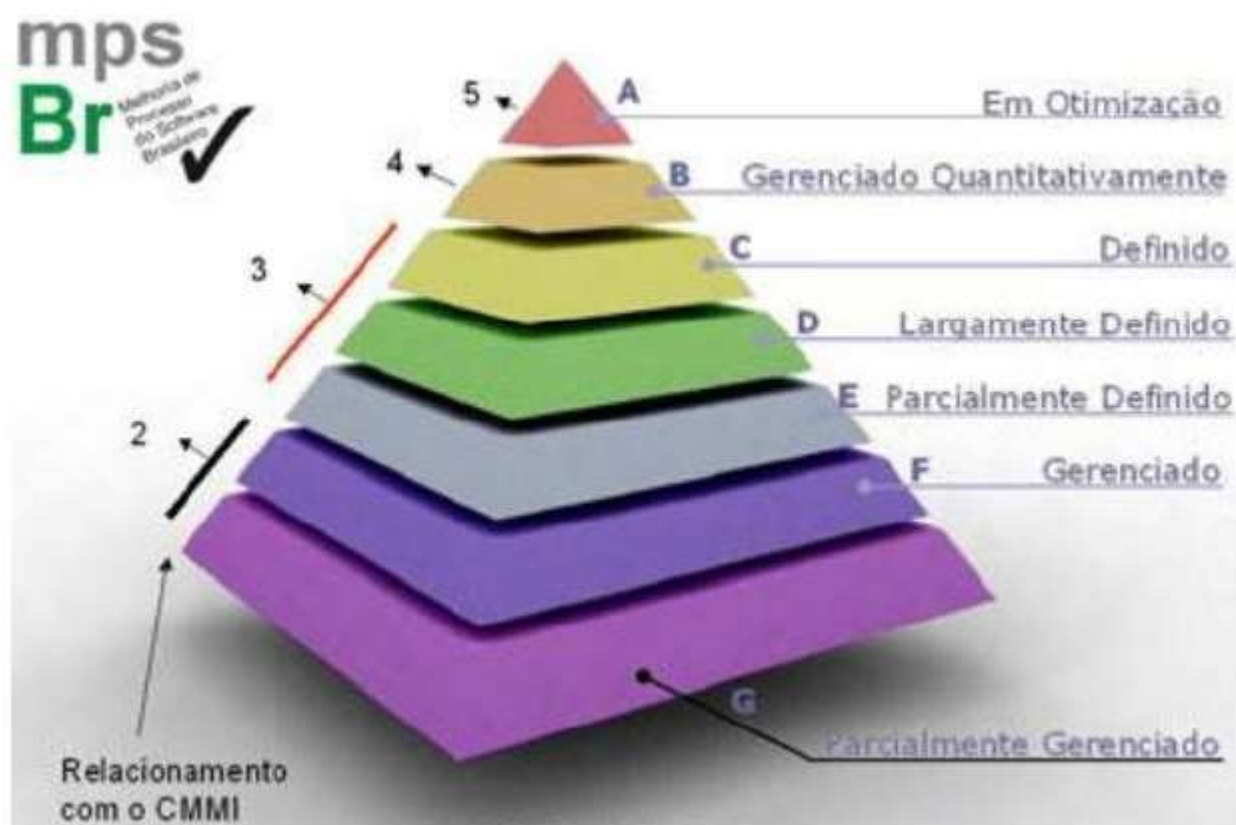


Fig. 5 mostra os níveis de maturidade do MPS-BR em forma piramidal.

Abaixo a comparação entre os níveis de Maturidade MPS-BR e CMMI:

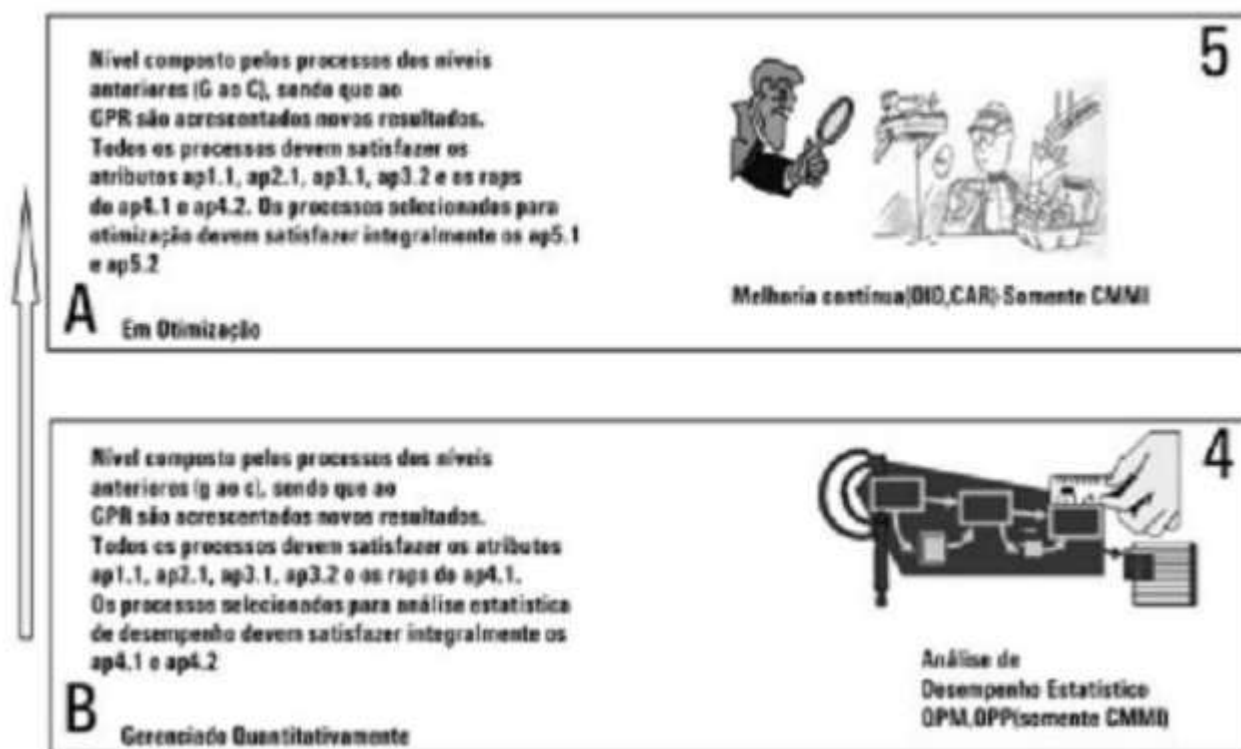


Fig 6 MPS-BR níveis A e B correspondem aos níveis 5 e 4 respectivamente do CMMI.

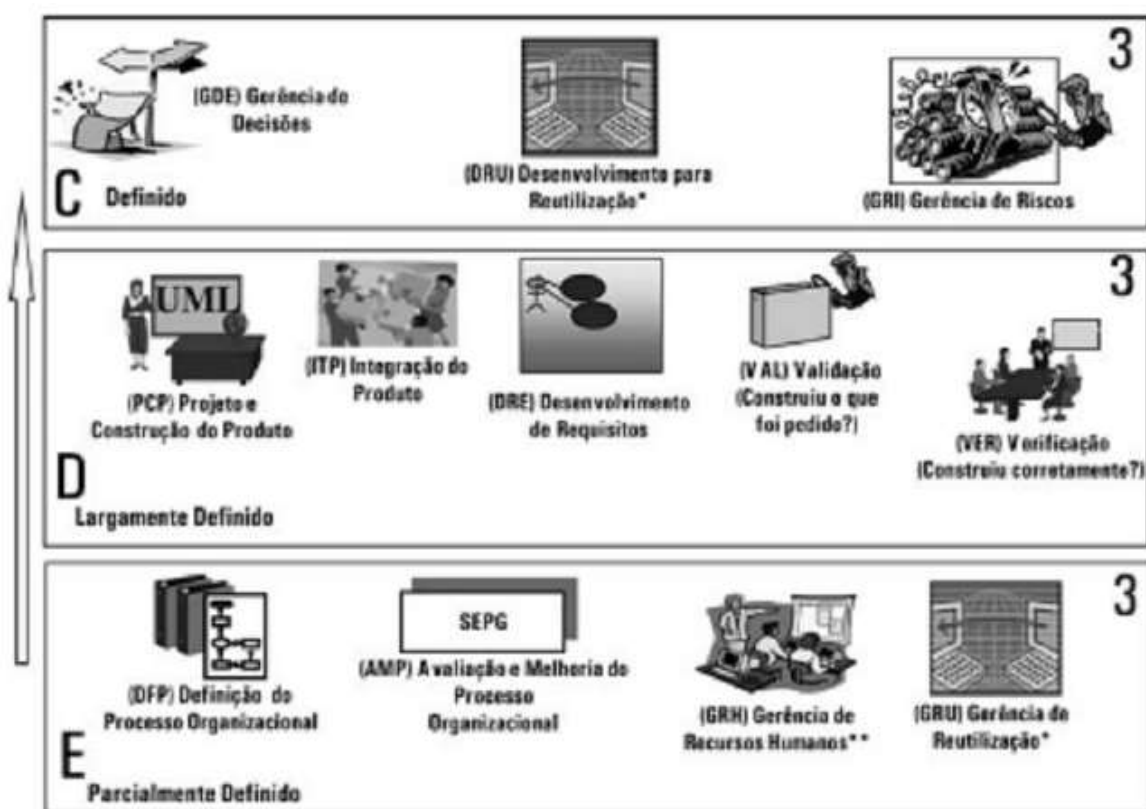


Fig 7 MPS-BR níveis C, D e E correspondem ao nível 3 do CMMI.

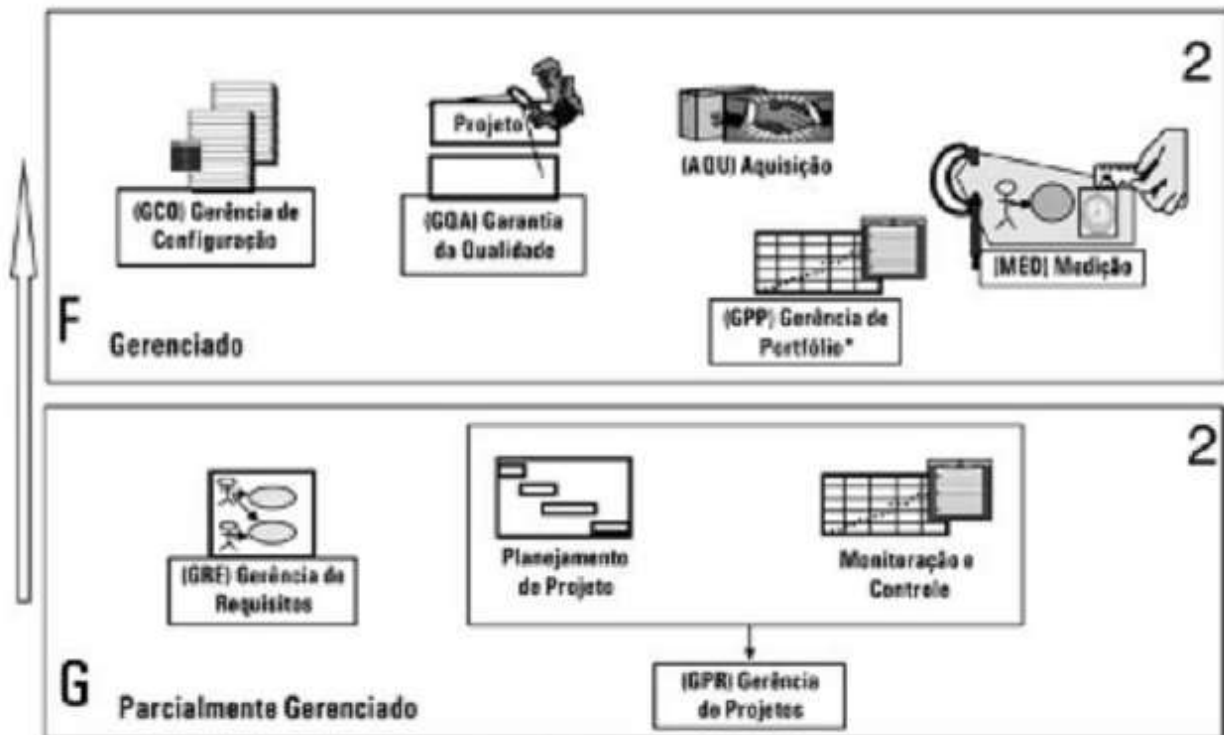


Fig 8 MPS-BR níveis F e G correspondem ao nível 2 do CMMI.

Inicialmente o modelo MPS-BR busca os processos relativos ao desenvolvimento de softwares e serviços correlatos, identificar oportunidades de melhoria, definir papéis e responsabilidades, unindo pessoas e tecnologia e colocar a “casa” em ordem.

Muitas vezes, nas organizações tradicionais que não possuem processos definidos, os produtos vão “acontecendo” pela rotina dos envolvidos, com “estouro” de prazos (não possuem SLA - Service Level Agreement ou Acordo de Nível de Serviço) onde se determina prazos e compromissos, e na dependência de pessoas (se ocorre algo com essas pessoas chave, os entregáveis são entregues com atraso ou não são entregues). Os “heróis” dessas empresas encontram-se quase sempre sob pressão ou estressados, com maior número de demandas, com falta de tempo e sempre fazendo horário extraordinário para cumprir prazos.

O autor lembra a famosa observação de Albert Einstein:

“A falta de tempo é a desculpa dos que perdem tempo por falta de métodos.”

Albert Einstein

O modelo MPS-BR baseia-se no modelo CMMI tendo em foco a classificação das organizações quanto ao nível de maturidade, O MPS-BR implementa os diferentes níveis conforme o nível de maturidade,

desde o nível G até o nível A, orientado por pontos a serem alcançados, que correspondem aos KPAs do CMM.

No nível G – parcialmente gerenciado – espera-se que haja no final do processo uma mudança no acultramento organizacional, absorvendo as melhores práticas de processos para os projetos de desenvolvimento de software, assim como haja a definição de “projeto” para a organização, mesmo utilizando seus próprios padrões e procedimentos de desenvolvimento. Algumas adaptações incluem alteração em processos afins ao desenvolvimento, a implantação de atividades, de ferramentas, técnicas e procedimentos, a fim de atingir os objetivos do nível.

O objetivo principal quando tratamos os processos, nesse nível de maturidade, é estabelecer e manter planos que definam: Atividades, Recursos e Responsabilidades do projeto, e prover toda a documentação de acompanhamento e evidências, tendo-se em vista que “Projeto” é um empreendimento realizado para criar um produto, no melhor prazo possível e com a melhor qualidade possível. As partes constituintes do Gerenciamento do Projeto, além do Projeto em si, são as tarefas individuais que se associam aos atores ou colaboradores designados, tendo cada um à sua responsabilidade da tarefa e seu prazo de entrega-la. Aqui o autor destaca entre as melhores práticas a guia de metodologia PMBOK – Project Management Body of Knowledge ou Corpo de Conhecimentos de Gerenciamento de Projetos, um dos maiores modelos para Gerenciamento de Projetos, usado também pelo MPS-BR, pretende agregar conhecimento, habilidades, ferramentas e técnicas adequadas a cada projeto, atendendo às suas necessidades.

A **Fig. 6** mostra as fases do Ciclo de Vida do PMBOK – Project Management Body of Knowledge, é um compilado de conhecimentos de boas práticas de gerenciamento de projetos, de profissionais ligados à PMI – Project Management Institute, estruturado em nove áreas de conhecimento em gerenciamento de projetos, e pode ser aplicado a projetos de qualquer natureza.



Fig. 6 Ciclo de Vida do PMBOK.

No modelo MPS-BR, a Gerência de Projetos: planeja, coordena, mede, monitora e gera relatórios, garantindo um processo contínuo e eficiente de qualidade.

2.3. A IMPLEMENTAÇÃO DO MODELO MPS-BR

Há vários motivos para acolher o modelo MPS-BR, como melhorar o nível de maturidade da organização, com baixo custo (em relação ao modelo CMMI), mudanças no ambiente de trabalho, necessidades de padronização e motivação.

Quando o modelo MPS-BR foi criado, seu reconhecimento restringia-se a algumas organizações brasileiras, no ano de 2011 houve a consolidação do modelo por diversas empresas brasileiras, governamentais e não governamentais.

Hoje o MPS-BR já é reconhecido internacionalmente pela qualidade de serviços. Enfatiza-se, dentro do MPS-BR, o uso das principais abordagens internacionais voltadas para a definição, a avaliação e a melhoria dos processos de software. Tal fato torna o MPS-BR compatível inclusive com

as práticas do CMMI, como mostrado anteriormente pelo autor. Há ainda no MPS-BR uma estrutura de níveis de maturidade, de forma similar àquela existente dentro do CMMI. Pode-se considerar ainda o modelo MPS-BR como importante alternativa ao CMMI em organizações de médio e pequeno porte devido ao alto investimento financeiro que o CMMI representa de implantação e certificação, o que torna o MPS-BR mais indicado à realidade nacional.

Uma maior confiabilidade no que refere ao cumprimento de prazos e custos que foram acordados, inicialmente, perante o cliente que solicitou o desenvolvimento de um sistema. Essa previsibilidade é decorrente do rigor que o modelo exige quanto à medição dos processos, fato este que conduz à obtenção de uma base histórica realista e confiável para estes fins. O gerenciamento das atividades relativas à produção de software aumenta consideravelmente, uma maior qualidade nos softwares criados, já que processos bem definidos e controlados conduzem à produção de produtos mais confiáveis, uma menor dependência da empresa de desenvolvimento para com seus especialistas. Com um foco voltado para processos e melhoria contínua, além do uso intensivo de informações históricas, a organização deixa de depender única e exclusivamente de profissionais com um elevado grau de conhecimento técnico.

A implementação no caso em estudo deu-se inicialmente com a divulgação no Portal da organização, da oportunidade da obtenção de mais uma certificação de qualidade, e com palestras abertas sobre o MPS-BR. Foi criado um Portal MPS-BR dentro do portal principal, explicando sucintamente o modelo e os procedimentos e metas a serem atingidos, **Fig. 7**, tanto para o nível de Serviços como para o nível de Software:

Nível de Maturidade	Processos do Modelo MPS.Br Software (MPS-SW)	Processos do Modelo MPS.Br Serviços (MPS-SV)
A	. Em Otimização	. Em Otimização
B	. Gerenciado Quantitativamente	. Gerência de Trabalhos (GRT) - evolução
C	. Desenvolvimento para Reutilização (DRU) . Gerência de Decisões (GDE) - evolução . Gerência de Riscos (GRI)	. Gerência de Capacidade (GCA) . Gerência da Continuidade e Disponibilidade dos Serviços (GCD) . Gerência de Decisões (GDE) . Gerência de Liberação (GLI) . Gerência de Riscos (GRI) . Gerência da Segurança da Informação (GSI) . Relato de Serviços (RLS)
D	. Desenvolvimento de Requisitos (DRE) . Integração do Produto (TIP) . Projeto e Construção do Produto (PCP) . Validação (VAL) . Verificação (VER)	. Desenvolvimento do Sistema de Serviços (DCS) . Orçamento e Contabilização de Serviços (OSC)
E	. Avaliação e Melhoria do Processo Organizacional (AMP) . Definição do Processo Organizacional (DFP) . Gerência de Recursos Humanos (GRH) . Gerência de Reutilização (GRU)	. Avaliação e Melhoria do Processo Organizacional (AMP) . Definição do Processo Organizacional (DFP) . Gerência de Mudanças (GMU) . Gerência de Recursos Humanos (GRH) . Gerência de Trabalhos (GRT) - evolução
F	. Aquisição (AQU) . Gerência de Configuração (GCO) . Garantia da Qualidade (GQA) . Gerência de Portfólio de Projetos (GPP) . Medição (MED)	. Aquisição (AQU) . Gerência de Configuração (GCO) . Garantia da Qualidade (GQA) . Gerência de Problemas (GPL) . Gerência de Portfólio de Trabalhos (GPT) . Medição (MED)
G	. Gerência de Projetos (GPR) . Gerência de Requisitos (GRE)	. Entrega de Serviços (ETS) . Gerência de Incidentes (GIN) . Gerência de Nível de Serviço (GNS) . Gerência de Requisitos (GRE) . Gerência de Trabalhos (GTR)

Fig. 7 Níveis de maturidade e processos MPS-BR. Os níveis G e F foram atingidos pela organização governamental.

Em sequência houve a inclusão da meta de Certificação níveis G, e F, no Planejamento Estratégico Situacional (PES). Em seguida foi contratada a consultoria da Fundação Vanzolini para apoiar e orientar a obtenção dos certificados, com palestras, e cursos às áreas interessadas. A gerencia da qualidade e metodologia foi envolvida, com o objetivo da certificação e da melhoria da maturidade da organização.

Foram levantados os Processos de Serviços através de avaliações e medições, com o apoio da diretoria de produção, correspondendo aos níveis C, E, E e G do MPS-BR-SV, conforme a **Fig.8** abaixo:

Nível de Maturidade	Área de Processo do MPS.Br	Política	Referência	Diagrama de Processo
C	Gerência de Capacidade(GCA)	GCA	-	Gerenciar Capacidade
	Gerência de Liberação(GLI)	GLI	-	Gerenciar Liberação
	Gerência da Segurança da Informação(GSI)	GSI	-	Gerenciar Segurança da Informação
	Relato de Serviços(RLS)	RLS	RLS	Contabilizar Serviços
E	Gerência de Mudança(GMU)	GMU	-	Gerenciar Mudanças
F	Aquisição (AQU)	AQU	AQU	-
	Gerência de Configuração(GCO)	GCO	-	Gerenciar Configuração
	Gerência da Qualidade(GQA)	GQA	-	Gerenciar Garantia da Qualidade (GQA)
	Gerência de Problemas(GPL)	GPL	-	Gerenciar Problemas
	Gerência de Portfólio de Trabalhos(GPT)	GPT	-	Gerenciar de Portfólio de Trabalhos
	Medição(MED)	MED	MED	-
G	Entrega de Serviços (ETS)	ETS	ETS	-
	Gerência de Incidentes(GIN)	GIN	-	Gerenciar Incidentes
	Gerência de Nível de Serviço(GNS)	GNS	-	Gerenciar Nível de Serviço
	Gerência de Requisitos(GRE)	GRE	GRE	-
	Gerência de Trabalho(GTR)	GTR	GTR	-

Fig. 8 Níveis de maturidade e processos MPS-BR-SV (Serviços)

Cada processo possui a sua descrição e o seu workflow. Como exemplo dessa documentação, o autor mostra a Cadeia de Valor: Gerenciar Serviços de Infraestrutura de TIC, **Fig. 9**, abaixo:

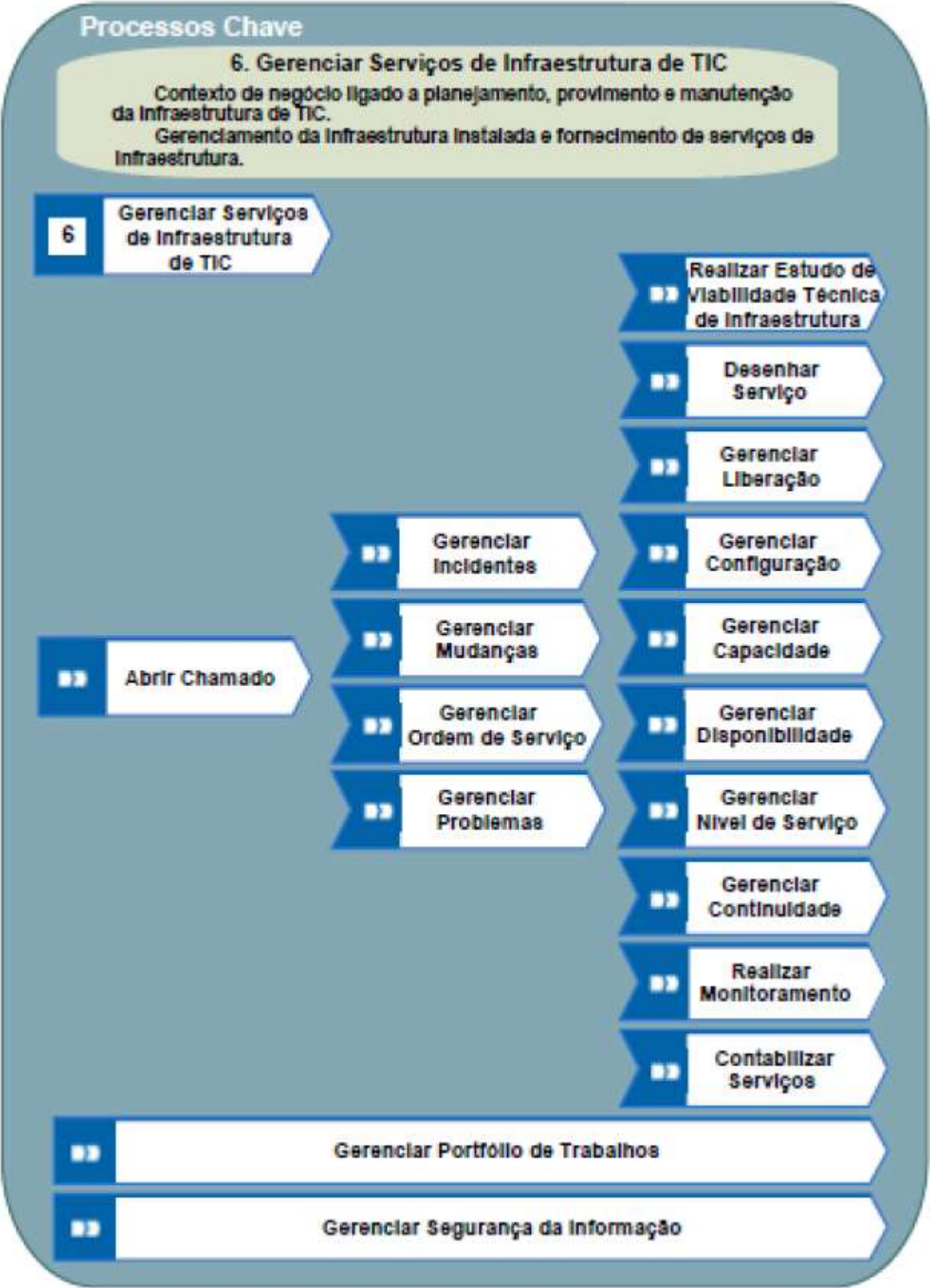


Fig. 9 Cadeia de Valor: Gerenciar Serviços de Infraestrutura de TIC

Entre os processos ligados ao Gerenciamento de Serviços de Infraestrutura de TIC está o Processo de Gerenciamento de Incidentes, mostrado em Workflow **ANEXO 1**.

Assim também, foram levantados os Processos de Software através de avaliações e medições, com o apoio da diretoria de desenvolvimento, correspondendo aos níveis C, E, E e G do MPS-BR-SW, conforme a **Fig.10** abaixo:

Nível de Maturidade	Área de Processo do MPS.Br	Política	Referência	Processo
F	Aquisição (AQU)	AQU	AQU	-
	Gerência de Configuração(GCO)	GCO	-	Gerenciar Configuração
	Gerência da Qualidade(GQA)	GQA	-	Gerenciar Garantia da Qualidade (GQA)
	Gerência de Portfólio de Projetos(GPP)	GPP	-	Gerenciar Portfólio de Projetos
	Medição(MED)	MED	-	Executar Medição
G	Gerência de Projetos(GPR)	GPR	-	Desenvolver Software
	Gerência de Requisitos (GRE)	GRE	-	Desenvolver Software

Fig. 10 Níveis de maturidade e processos MPS-BR-SW (Software)

Ao final, tanto as áreas de serviços como de software (que obtiveram os Nível G e F), avançaram em seus processos e controles.

A empresa avaliadora foi a Incremental Tecnologia, reconhecida oficialmente pela SOFTEX como instituição implementadora, avaliadora e disseminadora dos modelos MPS-BR, CMMI e da Norma ISO/IEC 15504-2.

2.4. ANÁLISE DE PONTOS DE FUNÇÃO

As aquisições públicas de prestação de serviço de desenvolvimento e manutenção de sistemas possuem algumas características que tornam a observância dos ditames legais uma tarefa das mais complexas, tanto para o gestor público do contrato, responsável por executar as despesas públicas, quanto para o auditor que tem o papel de fiscalizar as contas e auditar os processos de aquisição (GUERRA, 2004).

De fato, o tamanho do produto contratado, o processo de desenvolvimento a ser utilizado e as características da qualidade de software a serem incorporadas em menor ou maior grau no produto de software influenciam diretamente no cronograma e no custo do sistema (PARTHASARTHY, 2007)

Pelas citações acima o autor evidencia a necessidade de um controle maior nas métricas e na gestão dos contratos, para garantir qualidade, prazo e preço do produto contratado. Os Acórdãos 786 de

2006 e 1480 de 2007 determinaram ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão a Instrução Normativa SLTI 4/2008 orientando que os serviços de fábrica de software devem utilizar normas e métricas na aquisição e até no gerenciamento dos contratos de software. Voltada a essa realidade, a métrica da medição dos Pontos de Função adequa-se às necessidades medindo o que o software faz por intermédio de avaliação prévia de requisitos de negócio do sistema. A **Fig. 11** mostra um Processo de Estimativas de Projetos de Software aderente ao nível 2 do CMMI ou níveis de maturidade F e G do MPS-BR.

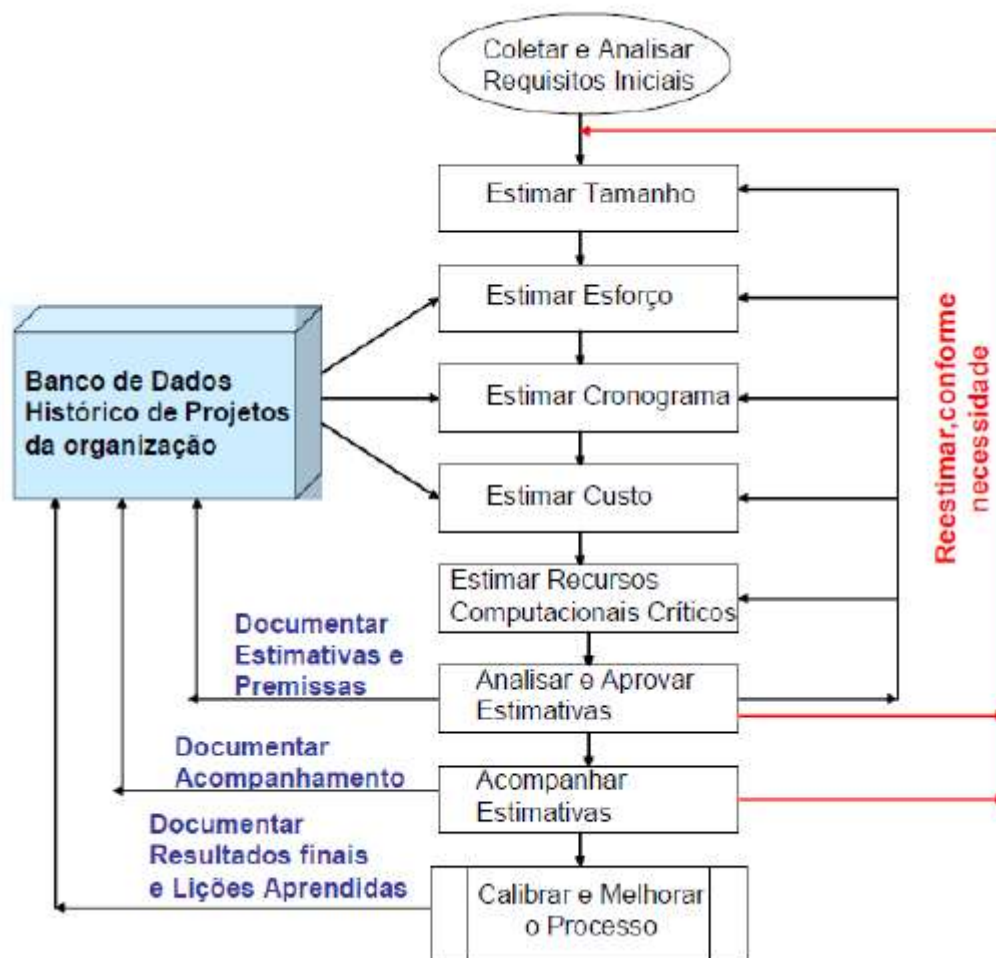


Fig. 11 Processo de Estimativas de Projetos de Software (HAZAN, 2008)

A questão de **acultramento** também se evidenciou durante a avaliação dos sistemas que iriam ser acompanhados e avaliados pelo modelo MPS-BR. Cada líder de projeto ou responsável, deveria entregar a pontuação feita pela técnica de APF. A Gerência do Escritório de Projetos esteve à frente, juntamente com o Núcleo de Qualidade e Melhoria Contínua e a Gerência de Desenvolvimento e Operações.

Os sistemas em produção ou em desenvolvimento foram avaliados conforme o critério da **Análise Estatística dos Pontos de Função APF** - técnica empregada para medir as funções fornecidas por um software ao usuário, independentemente da tecnologia utilizada na sua implementação. Essa técnica faz a medição de projetos de software, gerencia escopos desses projetos, valida requisitos funcionais, e torna-se instrumento para suportar análise de produtividade e qualidade, faz estimativas, diretrizes em contratos de desenvolvimento de sistemas, e prepara para o processo de certificação do MPS-BR. Os sistemas que obtivessem 100 pontos, iriam ser acompanhados, auditados e avaliados, mas curiosamente muitos sistemas pontuaram abaixo desse critério, talvez por receios, desinteresse, falta de motivação ou resistência dos responsáveis. Outra técnica usada que pode avaliar o desempenho de softwares, principalmente aqueles feitos para smartphones, que dependem da banda de rede, é a **Simulação de Eventos Discretos**, que também exige dados os mais fidedignos possíveis durante a coleta, para que não haja resultados discrepantes.

3. RESULTADOS DA PESQUISA

3.1. OS OBJETIVOS E A METODOLOGIA DA PESQUISA

A presente pesquisa objetiva verificar o acultramento do novo modelo de trabalho, questionando melhorias, dificuldades e lições aprendidas. O acultramento dos colaboradores demanda responsabilidades na criação, execução, documentação, entregas no prazo, e na qualidade, visando também evitar o retrabalho, onde se consome tempo e dinheiro. A pesquisa foi muito rica, porque colheu vários depoimentos de profissionais da área que trabalham e também aos que não trabalham com o modelo MPS-BR, através de perguntas abertas, que possibilitam que o Questionado oferecesse maior liberdade de expressão e colocação das impressões.

O autor contatou alguns colaboradores pela rede social do Linked In – uma Rede Social de profissionais – outros pessoalmente e outros por telefone ou e-mail.

Após o contato, explicou o objetivo da pesquisa monográfica, enviando-lhes o questionário por e-mail, utilizando os conceitos exarados pelas normas científicas, com 5 perguntas abertas **Anexo 2**.

Após o retorno do questionário foi feita a tabulação de dados comparando as 75 respostas, os significados e palavras-chave.

As 5 perguntas objetivas e dissertativas foram escolhidas pelo autor, a fim de que o pesquisado se sentisse à vontade para expressar-se não apenas ao objeto da pergunta, mas ao escopo do trabalho,

que foi sobre a implantação da metodologia, sua utilização e mudança efetiva da cultura organizacional.

Após cada resposta, está entre parênteses a atividade dos grupos pesquisados na organização:

Grupo (PA) – Desenvolvedores da Plataforma Alta (Mainframe);

Grupo (PB) – Desenvolvedores da Plataforma Baixa;

Grupo (Processos) – Colaboradores que trabalham com ferramentas de Processos;

Grupo (MPS-Br) – Colaboradores que auxiliaram na implantação da metodologia.

Outrossim, o autor também optou por distribuir as perguntas, não apenas a colaboradores de setores ou atividades específicas na organização, mas a diversos setores ou grupos, tanto de desenvolvimento de software, como os que trabalham com processos, com infraestrutura, e o grupo de colaboradores que auxiliaram a Fundação Vanzolini – SOFTEX – e a empresa avaliadora Incremental Tecnologia, que disseminaram internamente a implementação do modelo.

Alguns pontos que se ressaltaram foram:

- A alocação da equipe (líder e especialistas) não atendia cada papel exigido, apesar de ser criado um Banco de Talentos, onde todos os envolvidos deveriam cadastrar as suas habilidades;
- Faltavam registros de atividades predecessoras na gestão do projeto;
- Modificações de ICs – Itens de Configuração não eram bem geridos / registrados;
- Auditorias às vezes não eram feitas, ou não asseguravam que as Baselines e os Itens de Configuração estivessem íntegros, completos ou consistentes;
- Muitas vezes não haviam processos de medição, ocorrendo atraso de prazos de entrega, e aumento do custo / esforços.
- Não-Conformidades não identificadas ou registradas.
- Falta de registro de evidências de tudo o que foi solicitado pelo cliente para cálculo Tempo X Esforço para posterior cobrança;
- Ações corretivas muitas vezes não tomadas devido à falta de registro de não-conformidades;
- Conflitos de recursos entre diferentes projetos não resolvidos pelo Escritório de Projetos;

- Falta de um check-list dos critérios para a aceitação de requisitos do Projeto, não apresentados na Reunião de Kick-off;
- Muitas vezes as Reuniões não se baseavam em pautas estabelecidas e numa Planilha de Pendências;
- Pouca preocupação no encerramento de cada projeto, fazer-se um registro de Lições Aprendidas;

A organização governamental em estudo, criou um **Banco de Talentos**, onde os colaboradores têm acesso através do portal principal. Diversos colaboradores foram convidados a cadastrar seus talentos e seus interesses, funcionando como um verdadeiro Banco de Conhecimento. A Gerência de Recursos Humanos é responsável pelo cadastro (e comprovação) da titulação do colaborador, e esse Banco de Talentos é usado pelo Escritório de Projetos para buscar os colaboradores com a expertise necessária para cada projeto, desde o líder do projeto, até o especialista em uma linguagem determinada. Ocorre que a estrutura e a cultura da organização, influenciam na estruturação das equipes de projeto, e por consequência, na implementação da equipe de projetos e dos seus papéis.

O quadro da **Fig. 12** mostra como os projetos podem ser influenciados pela estrutura da organização, o que influencia já na constituição da equipe de projeto do PMS-BR na distribuição dos papéis e responsabilidades. Os vários papéis no projeto não se referem ao cargo organizacional, mas à função que cada um terá na execução do projeto.

Influência das estruturas organizacionais nos projetos

Estrutura da organização Características do projeto	Funcional	Matricial			Projetizada
		Matriz fraca	Matriz por matricial	Matriz forte	
Autoridade do gerente de projetos	Pouca ou nenhuma	Baixa	Baixa a moderada	Moderada a alta	Alta a quase total
Disponibilidade de recursos	Pouca ou nenhuma	Baixa	Baixa a moderada	Moderada a alta	Alta a quase total
Quem gerencia o orçamento do projeto	Gerente funcional	Gerente funcional	Misto	Gerente do projeto	Gerente do projeto
Papel do gerente de projetos	Tempo parcial	Tempo parcial	Tempo integral	Tempo integral	Tempo integral
Equipe administrativa de gerenciamento de projetos	Tempo parcial	Tempo parcial	Tempo parcial	Tempo integral	Tempo integral

Fig. 12 Influência da estrutura organizacional no projeto.

3.2. PESQUISA EXPLORATÓRIA POR QUESTIONÁRIO

A pesquisa exploratória por questionário, elaborada com perguntas abertas a fim de oferecer maior liberdade ao questionado de expressar a sua experiência profissional no assunto. A tabulação e comparação dos dados mostraram vários aspectos interessantes que se relacionam à cultura organizacional, à forma de trabalho, ao foco que cada profissional tem do seu trabalho em relação ao negócio da organização, e ainda envolve outros aspectos como a importância da documentação que deve ser gerada no atendimento do evento – incidente ou problema – que devem alimentar um Banco de Dados de Conhecimento.

Há ocasiões, nas organizações mais tradicionais, que o profissional não está acostumado ou aculturado aos novos modelos de trabalho, às vezes resistentes às novas mudanças, sem uma visão gerencial, não compreendendo a importância de novos métodos, que muitas vezes só mostrarão resultados após algum tempo.

Em seguida o autor elenca as várias questões propostas, e as respostas obtidas em cada grupo:

Questão 1 - A metodologia MPS-Br (que exige maior documentação e acompanhamento dos processos) melhorou a forma de trabalho e a qualidade final dos produtos?

Grupo PA – Não utiliza, não conhece ou pouco conhece (sistemas antigos/“tradicionais”);

Grupo PB- Não utiliza / Melhorou o Gerenciamento de Processos e o Gerenciamento do Projeto;

Grupo Processos – Melhorou a documentação do Gerenciamento de Processos, e houve Centralização dos Documentos (incluindo diversas Evidências) – PORTAL DE GERENCIAMENTO DE CONTRATOS;

Grupo MPS-Br – Melhorou a demonstração da Gestão do Projeto (Evidências / Comprometimento)

Questão 2 - Houve melhor controle do Projeto (abertura, alocação de recursos e desenvolvimento)? O projeto “fluiu” melhor? Tempo e esforços?

Grupo PA – Não utiliza, não conhece ou pouco conhece (sistemas antigos/“tradicionais”);

Grupo PB- Não utiliza / Melhorou o Gerenciamento e Acompanhamento de todas as etapas do Projeto;

Grupo Processos – O Gerenciamento de Projetos ficou mais objetivo, houve melhoria na identificação de Requisitos e Papéis/Responsabilidades mais definidas;

Grupo MPS-Br – Melhorou a pois uniformizou o Gerenciamento de Projetos evidenciando pontos positivos (Qualidade), e negativos (Documentação e aumento do Tempo X Esforço) nas implementações.

Questão 3 - Desde a reunião de Kick-off houve comprometimento das partes?

(Responsabilidades, necessidades e entregáveis)

Grupo PA – Não utiliza, não conhece ou pouco conhece (sistemas antigos/"tradicionais");

Grupo PB- Melhorou pois nas Reuniões de Kick-off com os interessados (stakeholders) mostrava-se o Plano do Projeto, os documentos, requisitos e demonstração de prazos, havendo maior comprometimento entre as partes.

Grupo Processos – Melhorou, após um tempo de acultramento, as Reuniões demonstraram maior interação entre os interessados (stakeholders), deixando mais claras as necessidades que o projeto atenderia, e houve maior comprometimento entre os interessados;

Grupo MPS-Br – Houve maior entendimento entre as partes pelo projeto.

Questão 4 - As modificações durante o projeto foram gerenciadas, documentadas e acordadas entre as partes?

Grupo PA – Não utiliza, não conhece ou pouco conhece (sistemas antigos/"tradicionais");

Grupo PB- Sim, a Metodologia facilitou o Rastreamento de Requisitos, facilitando entender os impactos de alguma mudança solicitada (Tempo X Esforço X Custo);

Grupo Processos – Sim, as modificações nos projetos foram melhor gerenciadas, documentadas e auditadas, como as configurações sob Baselines;

Grupo MPS-Br – Alterações no escopo do projeto foram gerenciadas, documentadas e auditadas em Baselines – principalmente pelos líderes dos projetos, refazendo estimativas e esforços;

Questão 5 - Essa metodologia entrou na cultura da organização (forma de trabalhar), principalmente quanto à documentação dos Processos?

Grupo PA – Não utiliza, não conhece ou pouco conhece (sistemas antigos/"tradicionais");

Grupo PB- Não utiliza / Apenas grandes sistemas dessa plataforma utilizam essa metodologia (o que é minoria - uso pontual). Os outros sistemas/projetos não a utilizam. Ainda há pessoas reativas à documentação dos Processos;

Grupo Processos – A Metodologia foi estabelecida pela alta administração (ou seja, de cima para baixo), auxiliando diariamente na documentação e formalização dos Processos, sofrendo auditorias periódicas e gradual acultramento.

Grupo MPS-Br – O grupo entende que o MPS-Br não é uma Metodologia, mas um Modelo. A Metodologia é própria da organização para os vários níveis, mas o Modelo é como um “gabarito” que verifica ou complementa essa Metodologia, verificando se ela atende ao Modelo. Está dentro da política da organização, e sendo aculturada, aumentando paulatinamente o grau de maturidade.

Os pontos observados que mais se sobressaíram foram:

1) O acultramento ou o “engajamento” das pessoas;

O acultramento dos funcionários teve resposta positiva, para a maioria dos questionados, mas foi-se realizando paulatinamente, onde inicialmente houve rápido comprometimento de poucas pessoas, depois a aceitação da maioria com o passar do tempo, e uma certa resistência ou desinteresse de alguns;

2) Responsabilidades e papel de cada um;

As responsabilidades e o papel que cada um dos questionados perante os seus papéis na organização e no projeto, consideraram válido o novo processo com o passar do tempo, através dos treinamentos internos e do Grupo Facilitador onde houveram orientações sobre os entregáveis, o papel de cada um e a importância em obedecer aos SLAs – Service Level Agreement ou Acordo de Nível de Serviço, visando comprometer com os clientes internos ou externos;

3) Diminuição do retrabalho;

A ocorrência de melhor eficiência nas organizações das quais os questionados passaram, foi a diminuição do retrabalho, melhorando assim a qualidade e o tempo de entrega das tarefas;

4) A Redução de custos;

A redução de custos, muitas vezes não é percebida pelos níveis mais baixos da organização, principalmente quando o profissional não tem contato diretamente com o departamento financeiro;

5) Importância da documentação;

Poucos questionados enfatizaram o uso e a importância da documentação do MPS-BR e a melhoria dos registros, que melhora a gestão dos processos e dos projetos.

Em porcentagem, as respostas dos colaboradores que utilizaram o MPS-BR foram:

- 91 % concordam que melhorou o controle dos projetos;
- 83 % disseram que houve melhoras na produtividade;
- 80 % realçaram o fator melhora na comunicação na equipe;
- 72 % houve melhoria no relacionamento com os clientes;
- 56 % sobre o conhecimento ou entendimento do modelo MPS-BR;
- 46 % sobre haver rotatividade da equipe;
- 37 % haver **resistência** ao modelo MPS-BR;
- 25 % haver pouca motivação para mudanças;

3.3. PESQUISA POR FONTES BIBLIOGRÁFICAS

“No Brasil hoje existem duas correntes, com objetivos semelhantes, porém com públicos diferentes: o CMMI, focado em empresas com maior capacidade de investimento, e o MPS-BR, mais focado nas empresas na base da pirâmide. O MPS-BR nasceu dentro da SOFTEX (Associação para a Promoção da Excelência do Software Brasileiro), buscando um modelo que melhor absorvesse os pontos positivos do CMMI - Capability Maturity Model Integration ou Modelo Integrado de Maturidade em Capacitação) e da ISO (International Organization for Standardization ou Organização Internacional de Normalização), criando uma proposta ajustada à realidade brasileira.” (BARBIERI, 2011, pg. 21)

A maioria dos autores pesquisados mostram as vantagens do modelo MPS-BR, e o gradual acultramento pelas equipes de desenvolvimento e de processos, uma vez que esse modelo não exige mudanças estruturais ou metodológicas na forma em que as equipes normalmente trabalham, apenas há uma complementação na forma da documentação, medição e auditoria.

Outros autores mostram dificuldades na implementação do modelo no nível G:

A resistência dos Analistas de Requisitos ou Gerentes de Projetos em relação às mudanças ocorridas em suas atividades diárias; ou na subjetividade no Guia de Implementação do modelo MPS-BR, referente aos resultados esperados da Gerência de Requisitos e da Gerência de Projetos. (CUNHA, 2011)

Muitos autores também citam a realidade brasileira e a adaptação de processos estrangeiros para a melhoria de qualidade dos produtos visando o mercado interno à própria organização, ao mercado interno brasileiro e à exportação, onde a empresa muitas vezes apresenta suas certificações de qualidade. Essa adaptação passa pelas organizações e seus colaboradores, num acultramento com vários graus de adaptabilidade, resiliência ou resistência.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa exploratória por questionário evidenciou alguns aspectos relevantes no acultramento do modelo MPS-BR na organização governamental. Como a perguntas à utilização do modelo foi distribuída por vários colaboradores, esperava-se que alguns deles pouco ou não o utilizasse, enquanto outros já o havia absorvido ou aculturado em sua rotina de trabalho. O autor verificou distribuição desigual nos grupos:

Grupo (PA) – Desenvolvedores da Plataforma Alta (Mainframe);

Grupo (PB) – Desenvolvedores da Plataforma Baixa;

Grupo (Processos) – Colaboradores que trabalham com ferramentas de Processos;

Grupo (MPS-Br) – Colaboradores que auxiliaram na implantação do modelo.

O primeiro grupo (PA) da alta plataforma (mainframe) não acultrou o modelo nem foi treinado pela organização, uma vez que lidam com antigos sistemas legados, muitos não totalmente documentados, mas de grande valor para a organização, pois são grandes sistemas de arrecadação, muitos deles utilizando COBOL e DB2.

O segundo grupo (PB) já da plataforma baixa dividiu-se no seu acultramento. Esse grupo recebeu treinamento, mas também houve a divisão entre antigos sistemas que executam como cliente-servidor, outros que utilizam, tanto na rede corporativa interna da organização, como através de acesso Web. Por último temos as equipes desenvolvedoras para mobiles com soluções voltadas a

smartphones. Foram essas equipes que mais se ajustaram e se aculturaram ao modelo MPS-BR, talvez por haver um tempo de desenvolvimento mais curto e uma gestão mais constante dos líderes de projetos.

O terceiro e o quarto grupos (Processos e MPS-BR) que utilizam ferramentas de processos ou auxiliaram na implantação do modelo, são os que aculturaram mais rapidamente, aceitando e trabalhando para o sucesso, mesmo com algumas dificuldades, como acompanhamento nos planos de medição e gerenciamento de itens de configuração no caso de equipes de Serviços, ou na formação de novas equipes de um projeto e nas auditorias de Baselines no caso das equipes de desenvolvimento. Atualmente essas equipes também participam da implementação do **Lean Thinking** (ou Pensamento Enxuto) eliminando desperdícios, engajando, envolvendo e desenvolvendo o potencial das equipes, auxiliando também no modelo MPS-BR quando da criação da equipe de projetos.

O MPS-BR não é facilmente aceito por todos os usuários. Alguns usuários trabalharão com o MPS-BR como se já tivessem essa expertise de conhecimento, e outros parecerão novatos. Independentemente disso, o MPS-BR é fácil de ser seguido, e pode auxiliar muito a organização na otimização de seus processos e na agilidade do desenvolvimento de projetos. O modelo, baseado em níveis de maturidade como do CMMI e o MPS-BR, além de dar fácil acesso a equipes de pequeno e médio porte, oferece uma certificação acessível à nossa realidade, melhora atividades transacionais, apesar de não se destinar a fornecer níveis mais altos de construções organizacionais para facilitar evolução do processo a longo prazo. Não obstante, ele pode iniciar uma forma eficaz de desenho e implantação de processos e promover uma cultura de excelência de processos através de seus valores fundamentais e processos cooperativos.

Nesse contexto, o autor verificou que apenas 35% dos colaboradores que efetivamente trabalharam com o modelo MPS-BR, não se aculturaram totalmente devido a diferentes fatores, tanto da organização como pessoais, entretanto, a continuidade da prática fez com que tal ocorresse com a maioria, após verificarem as várias melhorias trazidas pelo modelo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, R. et al. Adoção de Melhoria de Processos de Software no Setor. Público: Uma Perspectiva Humana Social. Regina Albuquerque. PUC-Paraná-Brasil

https://www.ppgia.pucpr.br/pt/arquivos/pesquisa/engsoft/2013/adocao_de_melhoria_de_processos_de_software_no_setor_publico.pdf Acesso em 09/04/2018

CHWIF, L; MEDINA, A. Modelagem e Simulação de Eventos Discretos: Teoria & Aplicações. São Paulo – Brasil: Ed. Elsevier-Campus, 4a. Ed.,2015.

BARBIERI, C. BI2 Business Intelligence. Modelagem e Qualidade - Amazon Digital Services LLC (Kindle Edition), 2011.

COSTA,I.et al. Qualidade em Tecnologia da Informação: Conceitos de qualidade nos processos, produtos, normas, modelos e testes de software no apoio às estratégias empresariais.– São Paulo – Brasil: Atlas,2013.

CUNHA, I. et al. Dificuldades encontradas na Implementação MPS-BR Nível G: Estudo de Caso. E-XACTA, Ed. UNIBH, – Minas Gerais – Brasil, 2011.

EDWARDS, W. Quality intro Problem Management for Newbies: Expert Guidance for Beginners ITSM Book 3 – Londres-Inglaterra: Amazon Digital Services LLC (Kindle Edition), 2016.

FERNANDES, A; ABREU, V. Implantando a Governança de TI. São Paulo – Brasil: Ed. Brasport, 3a. Ed., 2012

FERREIRA, R. Uma Aplicação da Análise de Pontos de Função no Planejamento e Auditoria de Custos de Projetos de Desenvolvimento de Sistemas. SERPRO

<http://fattocs.com/files/pt/livro-apf/citacao/RenatoCesardaCunhaFerreira-Claudia%20Hazan-2011.pdf> Acesso em 09/04/2018

GLEDSON, P. et al. Tecnologia da Informação - Amazon Digital Services LLC (Kindle Edition), 2015.

RODRIGUES, J. Avaliação da Implementação do MPS-BR: Um Estudo Empírico sobre Benefícios, Dificuldades e Fatores de Sucesso. UMP – São Paulo – Brasil, 2009.

(SOFTEX, 2013) ASSOCIAÇÃO PARA PROMOÇÃO DA EXCELÊNCIA DO SOFTWARE BRASILEIRO – SOFTEX. MPS-BR – Guia de Implementação – Parte 1: Fundamentação para Implementação do Nível G do MR-MPS-SW: 2013.

(SOFTEX, 2013) ASSOCIAÇÃO PARA PROMOÇÃO DA EXCELÊNCIA DO SOFTWARE BRASILEIRO – SOFTEX. MPS-BR – Guia de Implementação – Parte 2: Fundamentação para Implementação do Nível G do MR-MPS-SW: 2013.

(SOFTEX, 2009) ASSOCIAÇÃO PARA PROMOÇÃO DA EXCELÊNCIA DO SOFTWARE BRASILEIRO – SOFTEX. MPS-BR – Guia Geral, 2009.

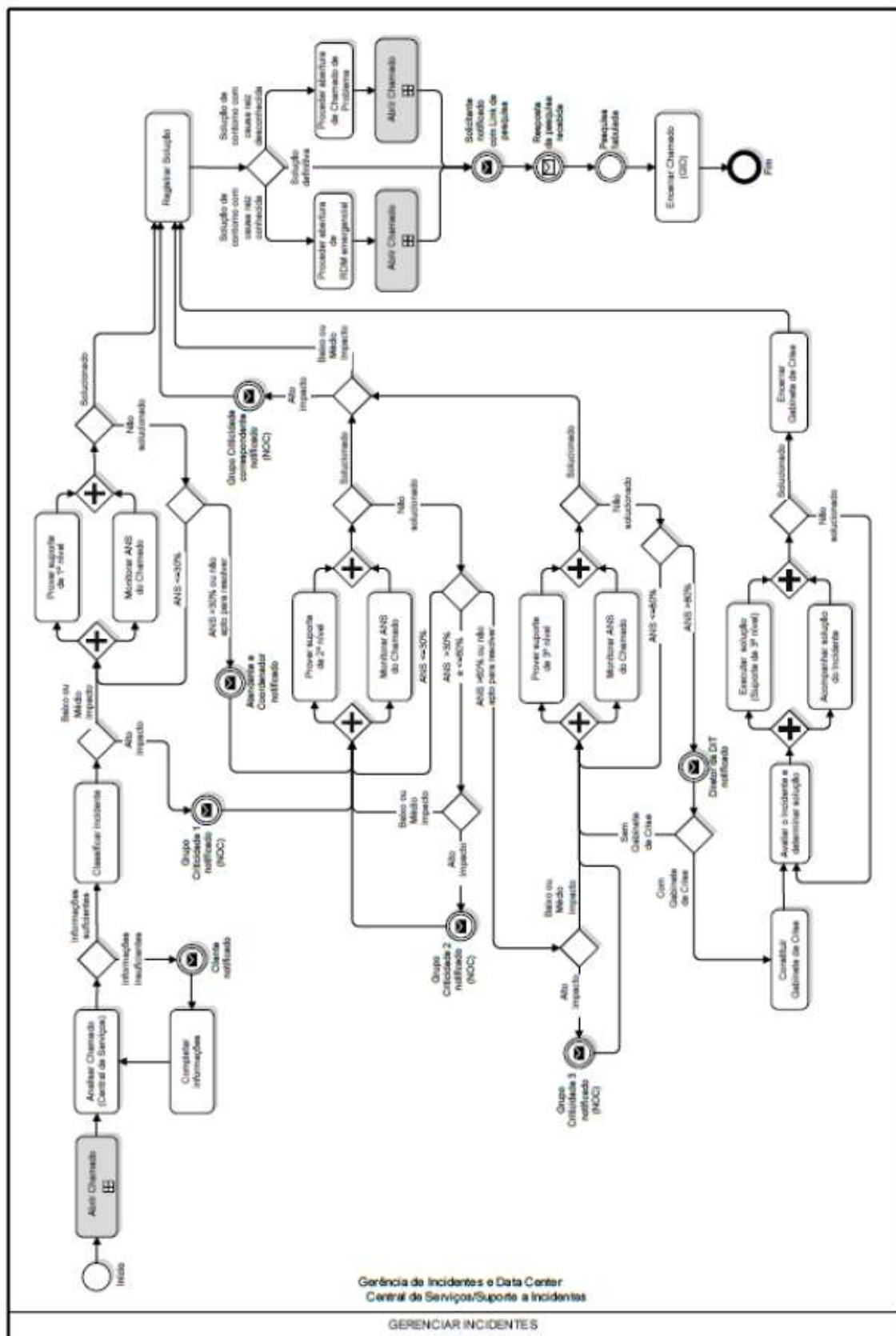
(SOFTEX, 2008) ASSOCIAÇÃO PARA PROMOÇÃO DA EXCELÊNCIA DO SOFTWARE BRASILEIRO – SOFTEX.
MPS-BR – Guia de Aquisição, 2008.

TAKEUCHI, H; NONAKA, I. Gestão do Conhecimento. Bookman, 2008

VAZQUEZ, C. et al. Análise de Pontos de Função. Ed. Erica 2010.

ANEXOS

ANEXO 1 – WORKFLOW – PROCESSO DE GERENCIAMENTO DE INCIDENTES



ANEXO 2 – QUESTÕES ENVIADAS AOS QUESTIONADOS

Questão 1 - A metodologia MPS-Br (que exige maior documentação e acompanhamento dos processos) melhorou a forma de trabalho e a qualidade final dos produtos?

Questão 2 - Houve melhor controle do Projeto (abertura, alocação de recursos e desenvolvimento)? O projeto “fluiu” melhor? Tempo e esforços?

Questão 3 - Desde a reunião de Kick-off houve comprometimento das partes?
(Responsabilidades, necessidades e entregáveis)

Questão 4 - As modificações durante o projeto foram gerenciadas, documentadas e acordadas entre as partes?

Questão 5 - Essa metodologia entrou na cultura da organização (forma de trabalhar), principalmente quanto à documentação dos Processos?

ANEXO 3 – RESPOSTAS AOS QUESTIONÁRIOS

QUESTÃO 1

Grupo PA – Não utiliza, não colhesse ou pouco conhece (sistemas antigos/"tradicionais");

Grupo PB- Não utiliza / Melhorou o Gerenciamento de Processos e o Gerenciamento do Projeto;

Grupo Processos – Melhorou a documentação do Gerenciamento de Processos, e houve Centralização dos Documentos (incluindo diversas Evidências);

Grupo MPS-Br – Melhorou a demonstração da Gestão do Projeto (Evidências / Comprometimento)

QUESTÃO 2

Grupo PA – Não utiliza, não colhesse ou pouco conhece (sistemas antigos/"tradicionais");

Grupo PB- Não utiliza / Melhorou o Gerenciamento e Acompanhamento de todas as etapas do Projeto;

Grupo Processos – O Gerenciamento de Projetos ficou mais objetivo, houve melhoria na identificação de Requisitos e Papéis/Responsabilidades mais definidas;

Grupo MPS-Br – Melhorou a pois uniformizou o Gerenciamento de Projetos evidenciando pontos positivos (Qualidade), e negativos (Documentação e aumento do Tempo X Esforço) nas implementações.

QUESTÃO 3

Grupo PA – Não utiliza, não colhesse ou pouco conhece (sistemas antigos/"tradicionais");

Grupo PB- Melhorou pois nas Reuniões de Kick-off com os interessados (stakeholders) mostrava-se o Plano do Projeto, os documentos, requisitos e demonstração de prazos, havendo maior comprometimento entre as partes.

Grupo Processos – Melhorou, após um tempo de acultramento, as Reuniões demonstraram maior interação entre os interessados (stakeholders), deixando mais claras as necessidades que o projeto atenderia, e houve maior comprometimento entre os interessados;

Grupo MPS-Br – Houve maior entendimento entre as partes pelo projeto.

QUESTÃO 4

Grupo PA – Não utiliza, não colhesse ou pouco conhece (sistemas antigos/"tradicionais");

Grupo PB- Sim, a Metodologia facilitou o Rastreamento de Requisitos, facilitando entender os impactos de alguma mudança solicitada (Tempo X Esforço X Custo);

Grupo Processos – Sim, as modificações nos projetos foram melhor gerenciadas, documentadas e auditadas, como as configurações sob Baselines;

Grupo MPS-Br – Alterações no escopo do projeto foram gerenciadas, documentadas e auditadas em Baselines – principalmente pelos líderes dos projetos, refazendo estimativas e esforços;

QUESTÃO 5

Grupo PA – Não utiliza, não colhesse ou pouco conhece (sistemas antigos/"tradicionais");

Grupo PB- Não utiliza / Apenas grandes sistemas dessa plataforma utilizam essa metodologia (o que é minoria - uso pontual). Os outros sistemas/projetos não a utilizam. Ainda há pessoas reativas à documentação dos Processos;

Grupo Processos – A Metodologia foi estabelecida pela alta administração (ou seja, de cima para baixo), auxiliando diariamente na documentação e formalização dos Processos, sofrendo auditorias periódicas e gradual acultramento.

Grupo MPS-Br – O grupo entende que o MPS-Br não é uma Metodologia, mas um Modelo. A Metodologia é própria da organização para os vários níveis, mas o Modelo é como um "gabarito" que verifica ou complementa essa Metodologia, verificando se ela atende ao Modelo. Está dentro da política da organização, e sendo aculturada, aumentando paulatinamente o grau de maturidade.

Capítulo 8



10.37423/221206976

INEFFECTIVITY OF CONCILIATION AND MEDIATION HEARINGS IN JUSTICE - AN APPROACH TO SYSTEMS THEORY AND CONSTRUCTIONIST SYSTEMIC CONJECTURE AND PRAGMATISM

Leonardo Bocchi de Oliveira Pereira

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo



Resumo: Notadamente com a investidura do Novo Código de Processo Civil, fomos surpreendidos com o marco das novas audiências conciliatórias, juntamente com as audiências de mediação, fato este que vem ocasionando mudanças severas nos andamentos processuais, com a chegada também dos CEJUSC'S (Centros Judiciários de Solução De Conflitos e Cidadania), que em tese devem proporcionar às partes um atendimento e uma orientação na busca de solução de conflitos. Abordaremos no presente artigo se há efetividade de tais audiências nos processos judiciais, abordando ainda, a questão sob o viés da teoria de sistemas e da conjectura sistêmico-construcionista.

Palavras-chave: Audiência 334 código de rito. Mediação e conciliação. Conjectura sistêmico-construcionista. Solução de conflitos. Ineficiência.

1. INTRODUCTION

Both institutes, mediation and conciliation, are consensual methods of conflict resolution that seek to unblock the Judiciary, which came hijacked in the new Civil Instrumental Code of 2015 in its article 334 § 1 and 2, and governed by resolution 125 of the National Council of Justice.

It is pertinent to conceptualize the institutes of mediation, and conciliation to avoid future lapses about their topology.

In the words of Fernanda Tartuce, Mediation is: (Tartuce, 2016)

The mechanism of a consensual approach to disputes in which an impartial and skilled person acts technically to facilitate communication between those involved so that they can find productive ways of dealing with disputes.

In this sense, the mediator seeks to facilitate communication between the parties for the solution of the controversy, using as one of his main techniques the interrogative method.

The conciliation hearing also seeks conflict resolution as well as mediation, however, the impartial third party seeks together with the parties a viable way to resolve the existing conflicts, tries to induce a proposal for a final agreement between the parties. (Dantas, 2017)

As in the model adopted in Brazil of the weighting technique by article 489 of the Rite Code, originally brought by German Professor Robert Alexy, the institute of mediation has been from the United States since 1970, where it had been stoned, eventually creating a private extrajudicial method, formed by law enforcers, such as causidians, judges and professional mediators, where even mediators are paid per hour

In this sense, the Brazilian legal system has taken this procedure into consideration for our order in 2015, as already mentioned, however, as will be duly pointed out, several practical issues for the effectiveness of such institutes have not been addressed.

Nevertheless, it is also possible to verify that when such hearings are effectively marked, their success rate is very low, that is, in a few cases there is a composition.

The purpose of this is to demonstrate that the institute contained in Article 334 of the Rite Code is totally inefficient in our national order, while the Judiciary does not apply it in judicial proceedings.

With the help of the above theories, a better homeostasis of the system is sought here, so that possibly such a problem can be solved in the future.

2. THE INEFFECTIVENESS OF THE CONCILIATION AND MEDIATION HEARING IN THE JUDICIARY.

Mediation was already discussed by Aristotle, who aimed at corrective justice in transactions between individuals, which occurred on a voluntary basis, as in crimes in general.

For Aristotle, mediation is a fundamental principle for a judge, otherwise let's see: (Rodrigues, 2017)

The judge establishes equality. It is as if there were a line divided into unequal parts and he takes the difference by which the greater follows up exceeds half to add the lesser. And when the whole has been equally divided, the litigants say they have received "what belongs to them," that is, they have received what is equal.

Already in conciliation, the conflict is resolved without the need for the conciliator to impose a decision, since this aims to make the parties decide and resolve among themselves.

In this sense, following the concept of conciliation, this shows an appropriate procedure for those parties that have an interest in an amicable composition, proving to be an important institute in the judicial procedures.

However, if we look at the forensic practice part, we can see that the reality and, above all, the effectiveness of conciliation and mediation hearings are not at all beneficial.

First of all, we should note that because it is an adaptation to the American model of mediation and conciliation, which, as already discussed, has existed there since 1970, the Brazilian Judicial System presents several problems for the performance of such procedures.

Let's see that a reasonable number of Courts from the most diverse Federative Branches of all Brazil do not mark such hearings under the most diverse types of allegations, otherwise let's see: (Electronic Journal of Justice, 2017 and 2019).

Case 1002331-16.2019.8.26.0278 - Common Civil Procedure - Provision of Services - Juliana Rodrigues da Silva - viewed. 1) I defend to the plaintiff the procedural gratuity. Take note. 2) I WILL NO LONGER DESIGNATE THE HEARING PROVIDED FOR IN ART. 334 OF THE NEW CODE OF CIVIL PROCEDURE, DUE TO THE LACK OF STRUCTURE OF THE CEJUSC to confront the accomplishment of such act in the bulge of the totality of the proposed actions in reasonable time, it should be emphasized that nothing prevents the Judge from designating a conciliatory session in the course of the process (cf. article 139, point V, NCPC/2015) (our griffons)

Case 1005383-69.2019.8.26.0100 - Common Procedure - Rights / Duties of the Condominium - Júlia Cristianini Building - Julia Cristi-anini (Estate) - Gizele Falaschi - viewed. IN CONSIDERATION OF THE CONSTITUTIONAL PRINCIPLE OF

THE REASONABLE DURATION OF THE PROCEEDINGS (CF, ARTICLE. 5º, POINT LXXVII), THE HEARING PROVIDED FOR IN ARTICLE 334 OF THE CODE OF CIVIL PROCEDURE SHALL BE CALLED FOR IN THE FUTURE IF BOTH PARTIES EXPRESS AN INTEREST. (our griffonts).

Ordinary Procedure: Action for Compensation for Moral Damage. Applicant: Genézia Ferreira da Silva. Required: CAEMA - Companhia de Água e Esgotos do Maranhão. ORDER I defend the benefits of Free Justice under the penalties and in the form of Law 1.060/50 c/c Articles 98 to 102 of the Code of Civil Procedure of 2015 (CPC/2015) DESPITE PART AUTHOR HAS BEEN MANIFESTED BY THE CONCILIATION AUDIENCE (fol. 03 and fol. 07), in view of the recommendation forwarded by the General Affairs Office of the Court of Justice of Maranhão (letter dated January 10, 2017 forwarding a copy of the OFC-NPMCSC-362016), which guides that mediation/conciliation hearings are not conducted by judges, I STOP SCHEDULING MEDIATION/CONCILIATION HEARINGS. The requested party is requested to contest the action with the warnings of article 344 CPC/2015 within 15 (fifteen) days (art. 335 CPC/2015). Intimate yourselves. We will comply with the requirements as required. Araioses (MA), April 4, 2017. Jerusa de Castro Duarte Mendes Fontenele Vieira. Judge of the 2nd Circuit Court of Araioses /MA. Director of the Forum. Resp: 126706 (our grif-fonts).

0003673-37.2019.4.03.6330 - 1ª COURT CLERK - ORDER JEF Nr. 2019/6330022142 AUTHOR: THALLES REIS SARANDY (SP311905 - NATHALIA P FALTZGRAFF ANTONELLI, SP329405 - THAÍS REIS SARANDY) DEFENDANT: CAIXA ECONOMICA FEDERAL (- ITALO SÉRGIO P INTO) The author amends the initial, because the proof of residence presented is in the name of a third party. In this case, it must present proof of domicile, consistent with the respective rental or assignment contract, or in the absence of such documents, it may be admitted declaration of the third party (holder of the proof presented). Or provide proof of address (electricity, water, gas, cable TV or bank bills) in your own name and updated (up to 180 days). Period of 15 (fifteen) days, under penalty of extinction of the process. Standard dispute already joined. I WILL NO LONGER SCHEDULE A PRIOR CONCILIATION HEARING AS PROVIDED FOR IN ART. 334 OF THE CPC, ON THE BASIS OF THE STATEMENT N. 152 OF THE XIII FONAJEF ("CONCILIATION AND MEDIATION IN THE SPECIAL FEDERAL COURTS REMAIN GOVERNED BY LAWS 10.259/2001 AND 9.099/1995, EVEN AFTER THE ADVENT OF THE CODE OF CIVIL PROCEDURE" -REVISED IN THE XIII FONAJEF) (our griffonts).

075/1.19.0000711-2 (CNJ 0001607-94.2019.8.21.0075) - MARIO CESAR FLORES BARBOSA (PP. DENIS RONAN ANTUNES 72029/RS E EVERTON AUGUSTO CACIAMANI 49717/RS) X VILMAR DOS SANTOS (UNREPRESENTED IN THE PROCEEDINGS). VIEWED. I GET THE INITIAL AND I DEFEND FREE JUSTICE. (...) BY THE EX-POST, I ACCEPT THE INJUNCTION OF URGENCY REQUIRED TO TERMINATE THE SUMMONS OF THE DEFENDANT TO VACATE THE PROPERTY, WITHIN FIFTEEN DAYS, UNDER PENALTY OF COMPULSORY EVICTION, OBSERVING THE FACULTY PROVIDED IN THE 3RD ARTICLE. 59, OF LAW NO. 8.245/1991. OTHER, I WILL STOP DESIGNATING A CONCILIATION HEARING, CONSIDERING THAT THE DISTRICT DOES NOT HAVE A CEJUSC, AND THAT I HAVE NO AGENDA. I EMPHASIZE THAT THIS MEASURE DOES NOT AFFECT IN ANY WAY

THE RIGHT OF THE PARTIES, CONSIDERING THAT THEY CAN SUBMIT CONCILIATION PROPOSALS AT ANY TIME. CITE AND ESTIMATE THE TUTELAGE GRANTED. THREE STEPS, SEPTEMBER 2, 2019 2ND ROD OF THE THREE-STEP DISTRICT EXPEDIENT NOTE NO. 154/2019 (our griffonts)

Case 0001993-17.2019.8.26.0292 (Principalcase 1007408-2.2017.8.26.0292) – serving of sentence - cheque - M.G.A. - R.L.D. - viewed. Ph. 117/140: Represent the executive. I WOULD POINT OUT THAT THE REQUEST FOR THE APPOINTMENT OF A CONCILIATION HEAR-ING IS HEREBY REJECTED. THIS COMMAND DOES NOT POSSUI CEJUSC, moreover, the parties may conciliate at any time, bringing the agreement to the file for its homologation, without the need for mediation by the magistrate. After, conclusions. Int. - Lawyer: VIRGINIA DE TOLEDO BONATO ANTUNES (OAB 172981/SP), EDMILSON DE MORAES TOLE-DO (OAB 378050/ SP) (out griffonts)

In this sense, we can observe that the Judges in their first act of procedure, exert decisions that fail to mark what is posited by Article 334 of the Code of Rite, which in short, emphasize a greater delay for the decline of the cause, and lack of structure of the comarcas, the lack of CEJUSC in their headquarters, or even internal statements that overlap with the Federal Ordinary Law No. 13.105 of 2015 (Code of Civil Procedure) thus failing to apply its explicit commands.

It is also urgent to state that both the National Council of Justice and the Code of Civil Procedure have imposed the obligation on all Courts to create the Cejusc's to hold these hearings, in accordance with normative act number 125 in its article 8 and 10 of the CNJ, created in 2016 and also in accordance with the dictates of article 165 of the Code of Civil Procedure.

As stated here, it was possible to observe that even after almost 5 (five) years after the above mentioned statement had been positivized in both normatizations, until today there are many judicial districts that do not have these Centers of Conflict Resolution.

Also, from the point of view of the ineffectiveness of these hearings, let us see: (Niemeyer, 2016)

The law uses the verb "designará", in the future time of the present in the indicative mode, which is one of the forms in which the Portuguese language denotes (as opposed to connote) the imperative of command. Imperative command is mandatory command. It must be obeyed. (our griffonts)

However, judges have systematically disobeyed Article 334, caput, using arguments that neither support nor resist a critical examination. In doing so, they also violate paragraph 3 of article 3, the defendant's net and certain right to hold the hearing, and the defendant's net and certain right to the initial term of the time limit for filing his defense.

The brilliant teacher and master Sérgio Niemeyer also asserts that the Judges have been truly "creeping" in the law, by disobeying such a legal precept, let's see: (Niemeyer, 2016)

Nevertheless, these are clearly false arguments. They are not supported by the legal system and serve only to cover up the trap that judges give in the law to give the appearance of legitimacy to the act of disobeying their dictates.

Another issue to be considered is the lack of preparation for conciliators and mediators to be minimally qualified to hold these hearings, given that there is no feasible criterion established by the National Council of Justice or by the Code of Civil Procedure to be a mediator or conciliator, only being obliged to take courses given by the Courts themselves, to be accredited, while they are very poorly paid, and there is not even the criterion of at least being students of law.

In this tuning fork, we see a clear dichotomy between the Judiciary and the Legifferent Power on the subject.

Thus, it is important to highlight the problematization of the issue, between the imposition of the legal command carved in the Code of Rite by the Legislator, and the lack of structure of the Judiciary for the implementation of what has been attempted to standardize.

It is possible to perceive the disharmony between the Powers, since there were no minimum criteria for the reception of such an institute in our legal system, since it was brought from the United States without careful and precise studies for its insertion, since in its country of origin, such institute exists since 1970 and effectively works.

First, in the United States, conciliators and mediators receive about US\$ 200 to US\$ 300 per hour, although in more complex cases, where there is the possibility of having expert mediators, they can receive as much as US\$ 1,500 per hour. (Canario, 2011)

However, as a rule, mediators are retired judges or lawyers, which gives more credibility and confidence to the parties, to the detriment of what is adopted in Brazil. (Canario, 2011)

In this tuning fork, we tried to praise Constitutional Principles such as celerity, access to justice, and Procedural Principles such as procedural economy, collaboration, good procedural faith, and the clearance of the Judiciary, however, in practice we see that the reality is quite different, given that the normatization about conciliation and mediation hearings is effective within the system, yet inefficient in the Judiciary, thus there is a hyaline alterity between the dichotomy Legislative and Judiciary.

2.2 A SHORT BRIEF COMMENTS OF ARBITRATION

The Institute, which had also been extensively worked on by the novel Civil Instrumental Code, is Arbitration, in which we will not work in an express manner in this article, although it is important to make some reflections on the subject.

Arbitration is regulated by Law 9307/1996 (declared constitutional, see SE-AGR 5206-7-1997), and it is also a model of judicial settlement of conflicts, qualified as heterocomposition, being possible in cases involving available property rights, given that the Federal Constitution itself prohibits the inapplicability of the Judiciary in cases involving unavailable rights, pursuant to Article 5, subsection XXXV of the Federal Constitution.

In this sense, about the judicial decisions, the German professor Robert Alexy had already stated, if we don't see it: (Alexy, 2017)

In a large number of cases, the legal decision that puts an end to a legal dispute, expressed in a singular normative statement, does not follow logically from the formulations of legal norms that suppose to be in force, together with the empirical statements that must be recognized as true or proven.

It is called heterocomposition, because the parties elect a third impartial person to judge the existing claim, embodied in their impossibility to have it, where it is judged by an Arbitration Court, which performs the function of conflict resolution through a proper procedure, followed by the arbitrators themselves.

A distinction must be made between the Arbitration Court and the Arbitration Chambers, since the latter perform an administrative function similar to that of a notary public, with the main purpose of approving extrajudicial agreements.

The Arbitration procedure has the advantage of secrecy, procedural flexibility, irrecusability, procedural promptness, and very well-founded decisions as a rule, however, it is known to be an expensive procedure for the parties, since they elect the arbitrators and are responsible for their respective fees.

2.3 - AN APPROACH TO SYSTEMS THEORY, THE SYSTEMIC-CONSTRUCTIONIST CONJECTURE AND PRAGMATISM ABOUT THE ANTINOMY BETWEEN THE LEGIFFERENT POWER AND THE JUDICIARY.

Faced with such an antinomy between the Legiffferent Power and the Judiciary, it would be possible to add that we must stick to the reality of the cause in order to obtain a reasonable attempt at a

resolution to the supra-informed problems, en-gendrado and jungado by the lack of coherence between the procedural provisions and their adequacy by the Judiciary.

Based on systemic-constructionist theory and systems theory, and pragmatism, we believe that a greater systemic homeostasis would be possible for the resolution of such an antinomy.

The systemic-constructionist theory was created and developed by the Professor Doctor Márcio Pugliesi, where he asserts his conception in under-standing reality - reality as that which is built - having as an assumption the theory of social reality, privileging the process and already aiming at the search for a definitive truth, we can affirm that, perhaps, a gradual restructuring of the Judiciary was necessary in order to be effective in the dictates of article 334 of the Code of Rite.

In this sense, the professor adds: (Pugliesi, 2021)

The negotiation between the different speeches builds the 'reality' valid for the participants of this conversation. Thus, liceat presses loqui: not given - built. The information that enters into any of the subsystems (which can be considered systems by negotiation effect between the interlocutors - on what makes them different from the others and from the environment) that con-form the society derives from the concrete practice of human beings and the communication produced deflui of human activity.

Constructionism is portrayed by Professor Márcio as a transdisciplinary institute, embodied in its reality, it avoids reductionist fragmentations among the natural sciences, also admitting simultaneous approaches, where princi-ples common to all complex entities and their models that can be used to de-scribe them are investigated.

In this sense, Construccionism uses the means of interpretation, un-derstanding, invention, creation, production, convention (together with other semantic-pragmatic atmospheres) in historical and social stages to which it be-longs (Pugliesi, 2021. p 92)

The perspective of constructionism is viewed primarily from linguistic negotiations, if we do not see it: (Pugliesi, 2021)

In fact, the perspective adopted here accepts that there is no possibility of A description of the 'world' without entering into the discourse, hence the impossibility of foundationism, and also the recognition that the semantic-pragmatic atmosphere constitutes its 'world' and its 'reality' from linguistic negotiations with 'others' - these being both the result and, at the same time, constituent of processes of linguistic160 consturation in demand to the socio-historical, cultural and civilizing conditions of that constitutive moment.

From the interaction between different types of language/discourses, reality is built, valid for the participants of this conversation.

Peirce, the creator of semiotics, already asserted in the 19th century something close that the Brilliant Professor Márcio Pugliesi aduz, when direct-ing his studies to Semiotics.

Peirce stated that Semiotics is nothing more than another name given to logic, that is, it reaches a system of signification, it is the study of signs and semiotics, where the study of Semiotics is made from a semiotic triangle, con-taining the Sign, the Object and its Interpreter. Semiotics, therefore, is the study of meanings, the study of the linguistics attributed to signs.

Drawing a parallel about Niklas Luh-mann's Theory of Systems, we can glimpse that this one has its thesis focused on the distinction en-tre sys-tem and environment, where systems can self-organize and autoregular through their own communication and change their structures through internal references, mainly seen in the literature as au-topoiese.

In this sense, assures Professor Márcio Pugliesi: (Pugliesi, 2021)

But, for Luhmann, society is autological, that is, an object that if self-describe. For this it understands system as a differentiation: that between system (inner side of form) and environment (outer side of form) form). The production (poéisis of the Greek verb poiein - to create), the work, is the form of the system, is the difference between its external/internal sides. Such autopoiese⁷⁵⁸ leads to the concept of operational closure of the system resulting from the logical imposition that no system can operate outside its limits and deals exclusively with self-observation and self-description operations

Still on systems theory, he brilliantly introduces Professor Dr. Mácio Pugliesi: (Pugliesi, 2021)

...is the choice of the systems theory model for theorizing purposes. The existence of algorithms that repeatedly apply to describe/live the world - is a simple observation - even to write, and this conception largely informs the efficiency of artificial intelligence. There is no need to stress how much security humans acquire from the routine and algorithmization of their daily tasks. Thus, the method that was built - from other previous ones - was called sys-temic randomism - for the effect of bringing together these perceptions to make theorizing feasible.

We can thus subsume the theses mentioned above with the pragma-tism of Charles Sanders Peirce, creator of semiotics, as already mentioned, and also of Pragmatism, which in one of its characteristics also assumes the transdisciplinary and consequentialist role in its investigation to solve its con-flicts, noting that the technique of subsumption, is not the best way to be pur-sued while such reasoning is not verified by experience, being called by Peirce as shame reasoning.

For Peirce, the best way to be pursued in order to obtain fairer decisions would be the abductive investigative method, observing his beliefs in trial and error, not excluding any kind of idea or thought until its fallibility is perceived.

Consubstantiated in all the brilliant theories that have been tried here, for a possible homeostasis of the system about the dichotomy between Legislature and Judiciary with the perilous problem of the hearings of article 334 of the Code of Rite, we believe that based on criteria reasonably adopted and effectively tested in reality and in experience, so that a unified language among the Powers may be found.

3. CONCLUSION

Consubstantiated in the assertions discussed here, there is a clear dichotomy between the Legislative and the Judiciary, between what is effectively normatized and what is applied in practice.

An attempt was made to effectively bring a North American institute for immediate application in the Brazilian Legal System, however such measure had been carried out without the minimum of empirical research and testing, and the result is what we unfortunately see in practice, the institute has not been applied.

Therefore, in order to try to obtain the effectiveness of the Judiciary in relation to the new procedural normalization, it is of rigor the observance of an adequacy of structuring of the Judiciary, so that, first, there is the construction of Cejusc in all the judicial districts of Brazil, and in a second moment there is a real preparation of the conciliators and mediators for the accomplishment of such hearings, since when they are accomplished in most of the times they are fruitless.

Therefore, based on the theory of pragmatism and systemic-constructionism, based on the techniques of interdisciplinarity and consequentialism, one should seek in practice and experience, the trial and error of this institute, in order to obtain more assertive and reasonable experiences, with the purpose of the legal command of Article 334 of the Code of Civil Procedure to be effective, so that such hearings are held, and is no longer one of the other dead letters of the law.

In addition, there should be greater preparation of specific courses for Conciliators and/or Mediators, or even the obligation to be at least law students, while, in addition to being poorly prepared, they are also poorly paid, in comparison with the remuneration practiced in the United States.

Finally, in order to make effective the dictates of article 334 of the Code of Civil Procedure, combined with the declaration 125 of the National Council of Justice, the Judiciary should build in all Courts, the Centers for Conflict Resolution, something that has been delayed for a little over 5 (five) years, so that the magistrates could schedule such hearings, not forgetting such a commandment that, for an infinite number of reasons, has not been applied.

REFERENCES

ALEXY, Robert. Theory of Legal Argumentation. The theory of Rational Discourse as a theory of Legal Grounding. 4th edition. Rio de Janeiro. Ed Forense. 2017. p. 23

BRAZIL. Electronic Justice Journal - judicial notebooks. Available at

<https://www.imprensaoficial.com.br/Certificacao/GatewayCertificaPDF.aspx?notarizacaoID=a28770d2-28ee-4f81-809b-64c193e350c5> Acess em 17 jun 2020

BRAZIL. Electronic Justice Journal - judicial notebooks. Available at

<https://www.imprensaoficial.com.br/Certificacao/GatewayCertificaPDF.aspx?notarizacaoID=26fcf4c4-54b3-4414-bff1-55ff3a3f34ae>. Acess em 17 jun 2020

BRAZIL. Electronic Justice Journal - judicial notebooks. Available at

<https://www.jusbrasil.com.br/diarios/146740547/djma-17-05-2017-pg-626?ref=serp>. Acess em 18 jun. 2020

BRAZIL. Electronic Justice Journal - judicial notebooks. Available at

<https://www.jusbrasil.com.br/diarios/276868060/trf-3-judicial-i-jef-17-12-2019-pg-1369?ref=serp>. Acess em 18 jun. 2020

BRAZIL. Electronic Justice Journal - judicial notebooks. Available at

<https://www.jusbrasil.com.br/diarios/259787947/djrs-interior-1o-grau-03-09-2019-pg-597?ref=serp>. Acess em 18 jun. 2020

BRAZIL. Electronic Justice Journal - judicial notebooks. Available at

<https://www.jusbrasil.com.br/diarios/286300339/djsp-judicial-1a-instancia-interior-parte-ii-05-03-2020-pg-846?ref=serp>. Acesso em 18 jun. 2020

CANÁRIO, Pedro. USA opt for mediation to resolve conflicts. Available at <https://www.conjur.com.br/2011-jul-02/mediacao-privada-primeira-opcao-resolver-conflitos-eua>. Acess em 16 jun 2020

CANÁRIO, Pedro. USA opt for mediation to resolve conflicts. Available at <https://www.conjur.com.br/2011-jul-02/mediacao-privada-primeira-opcao-resolver-conflitos-eua>. Acess em 16 jun 2020

DANTAS, Flávia. The effectiveness of Mediation and Conciliation as an alternative means of conflict resolution. Available at <https://juridicocerto.com/p/flaviadantas/artigos/a-efetividade-da-mediacao-e-conciliacao-como-meio-alternativo-de-solucao-de-conflitos-3953>. Acess em 16 jun 2020

NIEMEYER. Sérgio. Judges break the law by dispensing with a preliminary conciliation hearing. Available at <https://www.conjur.com.br/2016-set-06/sergio-niemeyer-juiz-rasteira-lei-dispensar-audiencia>. Acess em 17 jun. 2020

NIEMEYER, Sérgio. Judges break the law by dispensing with a preliminary conciliation hearing. Ibidem. Available at <https://www.conjur.com.br/2016-set-06/sergio-niemeyer-juiz-rasteira-lei-dispensar-audiencia>. Acess em 17 jun. 2020

PUGLIESI, Márcio, Philosophy and Law A Systemic Constructional Approach: Novas edições academicas, São Paulo, 2021, p. 98

PUGLIESI, Márcio, Philosophy and Law A Systemic Constructional Approach: Novas edições academicas, São Paulo, 2021, Ibidem, p. 92

PUGLIESI, Márcio, Philosophy and Law A Systemic Constructional Approach: Novas edições academicas, São Paulo, 2021, Ibidem, p. 95

PUGLIESI, Márcio, Philosophy and Law A Systemic Constructional Approach: Novas edições academicas, São Paulo, 2021, Ibidem, p. 481

PUGLIESI, Márcio, Philosophy and Law A Systemic Constructional Approach: Novas edições academicas, São Paulo, 2021, Ibidem, p. 91

RODRIGUES, Marcos Vinícius. Conciliation and Mediation. Available at <https://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/10394/Conciliacao-e-mediacao>. Acess em 15 jun 2020

TARTUCE, Fernanda. Mediation in the New CPC: reflexive questions. In New Trends in Civil Procedure: studies on the draft of the new Code of Civil Procedure. Org.: Freire, Alexandre; Medina, José Miguel Garcia; Didier Jr, Fredie; Dantas, Bruno; Nunes, Dierle; Miranda de Oliveira, Pedro (no prelo). Available at www.fernandatartuce.com.br/artigosdaprofessora. Acess em 14 jun 2020

Capítulo 9



10.37423/221206988

REFLEXÕES SOBRE ASSÉDIO MORAL EM EMPRESA FAMILIAR NA REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM

Everson Santana Demes

Faculdade Maurício de Nassau

Joyce Pamella Neves da Silva

Faculdade Maurício de Nassau

Jessica Lana Correa Sousa

Faculdade Maurício de Nassau



Resumo: Este estudo buscou pesquisar sobre a ocorrência do assédio moral em empresas familiares de pequeno e médio porte na região metropolitana de Belém. Intentou-se identificar e analisar as práticas de assédio moral, tecendo problematizações sobre os elementos que fazem esse fenômeno ocorrer e os seus efeitos para os trabalhadores e para as práticas de gestão de pessoas. Para isso, utilizou-se um questionário estruturado com 24 perguntas, que foi respondido por 16 entrevistados, funcionários de empresas de pequeno e médio porte. O resultado das respostas, permitiu tecer análises sobre como acontece o assédio moral nessas empresas, as práticas realizadas e seus efeitos sobre o cotidiano de trabalho e na vida pessoal dos trabalhadores. Quanto às análises, elucidou-se a maneira que o assédio moral ainda é visto como *tabu* na sociedade, pois embora ocorra, é de difícil identificação e nomeação por parte dos trabalhadores, por diversos motivos que envolvem a cultura do patriarcado, a cultura organizacional e a naturalização da violência psicológica. Uma das limitações da pesquisa foi a restrição no contato com os entrevistados, devido à pandemia causada pelo Coronavírus. Contudo, compreendemos que o estudo revelou-se como importante contribuição no campo temático do assédio moral, da empresa familiar, das relações humanas e da psicologia organizacional.

Palavras-chave: Assédio moral. Empresa familiar. Cultura organizacional. Psicologia organizacional.

1. INTRODUÇÃO

No Brasil, as empresas familiares, geram sessenta e cinco por cento (65%) do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro e empregam setenta e cinco por cento (75%) da força de trabalho, além de representarem noventa por cento (90%) dos empreendimentos do país. Contudo, setenta por cento (70%) delas encerram suas atividades após a morte do fundador (SEBRAE; IBGE)¹. As empresas familiares têm rentabilidade acima da média na primeira geração e abaixo da média na segunda geração em relação às empresas não familiares.

O profissional Alexandre Rangel², em matéria da Revista Exame sobre a importância da gestão de pessoas nas empresas familiares, diz que no funcionalismo público existem regras para controlar o favorecimento de familiares, porém dentro das empresas, se o filho do dono for promovido para um cargo cobiçado, pode não haver um caminho para o profissional protestar contra a decisão, gerando assim o sentimento de impotência e injustiça que podem criar um mal estar e desengajar os funcionários que esperavam crescer a instituição. E ele conclui ainda que, a maior garantia de um processo justo é a própria empresa criar políticas claras para evitar favoritismo, mesmo entre amizades, estabelecendo regras em seus códigos de conduta e ética.

Ao considerar a empresa familiar como a que tem a família no controle e gestão da propriedade, faz-se imperioso abordar algumas definições sobre família. Para o estudo de empresas familiares, essa clareza é uma questão epistemológica que não pode ser negligenciada, pois os principais obstáculos para a definição de empresa familiar estão relacionados com as diferentes concepções culturais de família e com a dificuldade em definir o que é família, Machado (2005).

Nessa perspectiva, Allouche e Amann (1999) apud Machado (2005), ao discorrerem sobre o conceito de empresa familiar, fazem questionamentos sobre a compreensão de tal tipo de empresa. Segundo eles, a empresa pode ser considerada familiar quando, o envolvimento ocorre com uma família nuclear ou um conceito de família extensiva ou quando há laços consanguíneos entre os proprietários da empresa ou eles são casados.

A estrutura familiar não deixou de existir, mas não corresponde mais integralmente à representação de organização familiar. Sendo assim, o aumento da complexidade se dá não somente pela dificuldade em compreender os novos arranjos familiares, mas também porque coexistem diferentes tipos de estruturas familiares dentro de uma mesma cultura, Idem (2005).

Assim, pode-se concluir que a noção de família envolve atualmente uma complexidade, na medida em que diferentes formas coexistem na mesma cultura, representando uma composição diferenciada da família nuclear tradicional e patriarcal, tanto pelos seus integrantes e pela redefinição de papéis familiares como pela nova distribuição de poder, Idem (2005).

Ainda sobre a dinâmica da empresa familiar:

Um dos principais aspectos da transformação familiar para uma nova distribuição de poder, é resultante da queda da estrutura patriarcal, assim como a distância entre gerações, aspecto diferenciado nos arranjos familiares atuais e é representado pelo aumento da distância de idade entre gerações, gerado pelo fato de os indivíduos terem filhos com idade mais avançada do que em gerações anteriores, e tamanho da família que se reduz em função do menor número de filhos. Fatores como o ingresso de mulheres no mercado de trabalho, a redução de níveis de renda ou até mesmo o predomínio do individualismo podem ter contribuído para a redução no tamanho da família (MACHADO, 2005, p. 319).

Algumas questões se erguem como uma das principais complexidades vigentes na área de empresas familiares. Uma delas refere-se à não existência de um consenso entre a comunidade acadêmica quanto a um conceito que seja capaz de abordar o que realmente vêm a serem essas organizações, Machado (2005).

A literatura tem demonstrado que a definição depende de uma série de fatores, e que nem sempre esses fatores são percebidos ou evidenciados em todas as companhias familiares.

Com isso, uma das dificuldades em encontrar o conceito de empresa familiar está alicerçada, segundo Grzeszczyszyn e Machado (2009, p.750) apud Moraes Filho, Barone, Pinto (2011), na "complexidade da sobreposição dos fatores empresarial e familiar na organização.

O autor que trata com mais detalhes desse caso é Bornholdt (2005), uma vez citado, nas principais publicações, por Beuren e Boff (2000, p.3), os quais contemplam que a "a empresa familiar é aquela constituída pela união de diferentes núcleos familiares não consanguíneos entre si (multifamiliares)".

A dinâmica das empresas familiares tem indicadores básicos para tomada de decisões gerenciais e, em especial, para a longevidade do empreendimento. São alguns fatores o comportamento do consumidor, o preço médio praticado pelo mercado, a produtividade da equipe de colaboradores e os resultados operacionais.

Conforme afirmam Petry e Nascimento (2009), as características das empresas familiares, em sua maioria, são entendidas por dilemas que estão relacionados, principalmente, à distinção entre família,

propriedade e gestão. Gersick et al. (1997) “criaram o modelo de três círculos, segundo o qual o sistema empresarial familiar é composto por três subsistemas independentes e superpostos: gestão, família e propriedade”.

Afirmam os autores que, ao localizar todas as pessoas que pertencem a uma empresa familiar, poderá ser possível compreender melhor como cada uma vê e sente a organização, ou seja, o interesse e/ou comprometimento (maior ou menor) de cada pessoa, como uma função do papel que desempenha. Esse é um poderoso instrumento para a compreensão da dinâmica da empresa familiar, no que se refere particularmente à complexidade da relação entre os membros de sua gestão/direção.

É de total entendimento que as empresas familiares são constituídas por pessoas do mesmo grupo familiar e sua cultura organizacional é construída por seu patrono, assim:

[...] nas empresas familiares, existe uma crença de que quando a família e a empresa se unem, ocorre um enfraquecimento da eficiência da gestão dos negócios; ainda que essa ideia não seja assimilada por todos, pois muitas organizações tiveram um início marcado pela gestão familiar e hoje são grandes instituições (SANTOS; BUENO, 2019, p. 200).

Ao pesquisar-se sobre a empresa familiar e sua cultura organizacional, nota-se que esse tipo de configuração empresarial é suscetível a erros e à falhas, como: falta de profissionais qualificados, centralização do poder, procrastinação, zona de conforto e outros.

Para Santos e Bueno (2019, p. 203), é importante ainda que os laços familiares não interfiram nas obrigações da empresa e vice-versa. Entende-se então, que um conjunto de valores que determinados membros da empresa familiar compartilham dentro da organização forma a cultura organizacional e que possibilita à tal cultura ser diferente das demais.

A cultura é dita de diversas maneiras, sendo considerada como uma construção social Robbins (2005).

A seguir, tecerão-se algumas definições sobre cultura organizacional, um elemento conceitual relevante para compreender os acontecimentos de assédio moral como parte de uma cultura organizacional.

A cultura organizacional mostra-se presente no contexto das instituições há muito tempo, todavia os estudos sobre o conceito, desenvolvimento e influência da cultura dentro das organizações só iniciaram no século XX, como expressa Freitas (1991), embora presente na literatura anterior na década de 80, a maior incidência de pesquisas, conferências, cursos, publicações e etc. começa a ocorrer a partir de 1983.

A cultura organizacional é caracterizada pelo repasse de ideia, pensamento e comportamento dos fundadores das instituições e empresas, constituída sem qualquer análise cultural ou administrativa. Dessa maneira, criando uma padronização de ideias e comportamentos, sendo único de cada organização, Idem (1991, p. 74).

A cultura organizacional é um conjunto de premissas, envolvendo valores comportamentais, heróis, histórias, mitos que são aceitos e seguidos por colaboradores, diferenciando, dessa maneira, cada instituição, configurando um processo grupal singular como aponta Santos (2014, p. 3). A cultura é um modelo que integra crenças, valores e costumes, na qual, os colaboradores apreendem a exercer e ensinar aos outros, tornando regra para a convivência interpessoal dentro da instituição.

Este autor aborda a cultura organizacional como um conjunto de padrões que um grupo aprendeu a aceitar, resultado da solução de problemas de adaptação ao ambiente e de integração interna, Idem (2014, p. 3).

Diante do conceito de cultura organizacional, alguns autores questionam se é possível mudar ou transformar uma determinada cultura. Idem (1991) destaca que existe uma polêmica em torno da possibilidade de se mudar (ou não) a cultura organizacional, e isso não tem apaziguado a discussão daqueles que compreendem que a cultura pode ser mudada e que isso só acontece de forma planejada, Idem (2014, p. 7).

A cultura organizacional é constituída de elementos. Segundo Shein (1992), a cultura se manifesta em três diferentes níveis, caracterizados, respectivamente, por artefatos visíveis, valores e pressupostos básicos, Ferreira, et. al. (2002, p. 123). Segundo Luz (2003, p. 37), a cultura pode ser expressa por meio do código de ética, declaração da visão, missão e dos valores da organização, dos seus slogans.

No bojo de uma cultura organizacional, podemos encontrar o assédio moral, que traz uma ideia adversa à de imagem positiva, que todos são semelhantes, que existe boa convivência com colegas e colaboradores. O assédio moral é um elemento que faz parte de uma cultura organizacional, compondo a tríade principal desta pesquisa que consiste em entremear empresa familiar, cultura organizacional e assédio moral no trabalho.

O assédio moral, também conhecido como terror psicológico ou violência psíquica, é um fenômeno social, a despeito das diferenças culturais, referindo-se aos atentados contra a dignidade humana, ocorridos de forma intermitente, que podem manifestar-se na família, na escola ou no trabalho.

Trata-se de ato deliberado de humilhação ou uma política da empresa para livrar-se de trabalhadores indesejados, em que os agressores se utilizam de diferentes práticas, tais como: ameaças, gritos, cooptação e coações públicas para alcançar seu intento de isolar ou atingir a vítima mediante uma experiência que interfere em seus sentimentos e emoções, na sua saúde e comportamento e que, às vezes, culmina em morte.” (BARRETO, 2000 apud PEDROSO, 2006. p. 140).

O termo “assédio moral” foi utilizado pela primeira vez em 1998 por Marie-France Hirigoyen que, em 2002, propõe a seguinte definição:

O assédio moral no trabalho é definido como qualquer conduta abusiva (gesto, palavra, comportamento, atitude...) que atente, por sua repetição ou sistematização, contra a dignidade ou integridade psíquica ou física de uma pessoa, ameaçando seu emprego ou degradando o clima de trabalho. (HIRIGOYEN, 2002, p. 32).

Segundo ela, a escolha do termo implicou uma tomada de posição, tendo em vista a impossibilidade de estudar esse fenômeno sem levar em conta a perspectiva ética. Nesse sentido, o assédio moral, no que se refere à vítima, remete ao desprezo, ao maltrato, à humilhação; e, no que se refere ao agressor, remete à intencionalidade de fazer mal a alguém.

De acordo com Hirigoyen (2002),

o assédio moral nasce como algo inofensivo e propaga-se de forma silenciosa, sorrateira e traiçoeira. Em um primeiro momento, os dois protagonistas adotam uma atitude de ‘evitação do conflito’: o agressor ataca com pequenos toques indiretos, uma mentira, uma afronta sutil, sem provocar abertamente o conflito. (HIRIGOYEN, 2002, p. 40).

A vítima submete-se, preferindo não se mostrar ofendida e procura tentar um acordo a arriscar-se no conflito. Esses ataques, porém, vão multiplicando-se e a pessoa é acuada, posta em situações de inferioridade, submetida a manobras hostis e degradantes de forma recorrente, por períodos cada vez maiores, o que pode chegar à violência manifestada.

No Brasil, Margarida Maria Silveira Barreto (2003) tem como sua mais conhecida contribuição a ampla e expressiva pesquisa realizada com trabalhadores do setor químico e similares, que buscou compreender o sentido da humilhação no discurso sobre saúde, doença e trabalho construído e sustentado pelo adoecido. Para Hirigoyen (2002), não há apenas uma causa do assédio moral, portanto, o problema deve ser considerado em duas dimensões: a psicológica e a organizacional.

Conforme Poilpot-Rocaboy (2001) apud Pedroso et. al. (2006, p. 144), três são as consequências para o indivíduo, do assédio moral: “deterioração da saúde física e mental; de ordem econômica e ao desenvolvimento de comportamento de defesa da vítima”.

Dessa maneira, mostrou-se como objeto de interesse desses pesquisadores esmiuçar as características particulares do assédio moral no ambiente empresarial em empresas familiares. No levantamento desta pesquisa, notou-se que no setor terciário³ ocorre a maior incidência de casos de assédio moral, em virtude da pouca definição de tarefas; e no setor de produção, sobretudo em áreas mais técnicas, o ambiente de menor observância desta prática.

Neste sentido, esta pesquisa pretendeu esboçar algumas problematizações a respeito do assédio moral em empresas familiares, apontando hipóteses sobre o porquê e de que forma ocorrem. Sendo imperioso para a Psicologia, pelo seu compromisso ético com a saúde mental dos sujeitos, juntamente com campos de saber como Direito, Administração e a Sociologia, articular análises sobre este acontecimento, acenando possibilidades de redução e combate à tal prática, por ser tão prejudicial às relações interpessoais e para as estratégias de gestão organizacional.

Ergueram-se como objetivos, o geral: pesquisar e investigar a ocorrência do assédio moral em pequenas empresas familiares. Os específicos: 1) Identificar os tipos de assédio moral dentro das instituições; 2) Pesquisar como ocorrem os ataques às vítimas de assédio moral; 3) Verificar possíveis danos à saúde física e psicológica do trabalhador.

2. NOTAS SOBRE A METODOLOGIA

Este estudo utilizou levantamento bibliográfico, buscou por pesquisar empresas familiares de pequeno e médio porte, devido à facilidade acessarem-se esses trabalhadores, sobretudo neste momento de pandemia, que requereu maiores restrições de abordagem presencial. Elegeu-se como território da pesquisa, a região metropolitana de Belém devido à localização da Faculdade Maurício de Nassau e à residência dos pesquisadores.

A escolha da empresa obedeceu ao critério da presença de pelo menos dois ou três membros da família na área administrativa. Na coleta de informações, utilizaram-se dois formulários, sendo eles, o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e o Questionário sobre o assédio moral, que foi disponibilizado nos formatos online e físico. O formulário online teve uma melhor aceitação.

O tempo que os respondentes levaram para responder o formulário ficou em torno de 10 a 15 minutos. Com a possibilidade do formulário online, os participantes tinham um prazo para responder, que aconteceu no mesmo dia, pela parte da noite, ou de dois a três dias depois, após serem lembrados pela equipe de pesquisadores.

O planejamento inicial era ter 40 participantes. As perguntas do formulário foram montadas com base no Questionário sobre Assédio Moral (QAM). Contudo, houve 24 participantes que desistiram de responder, por medo de que seus chefes tivessem acesso à pesquisa e tal situação ocasionasse suas demissões ou quaisquer outras consequências para sua vida profissional, mesmo explicando novamente que era uma pesquisa que garantia o sigilo. Ainda assim não quiseram participar.

Os 16 participantes responderam os questionários, embora demonstrassem as mesmas inseguranças que os participantes que desistiram. Com isso, percebeu-se que essas inseguranças também são gatilhos que fazem com que eles não percebam ou não reajam ao possível assédio que sofrem em seu ambiente de trabalho.

3. RESULTADOS

Buscando identificar a ocorrência do assédio moral dentro de empresas de pequeno e médio porte da região metropolitana de Belém, realizou-se uma pesquisa com um grupo de 16 profissionais de diferentes setores do bloco empresarial (empresa familiar), a fim de compreender, inicialmente, o perfil desses profissionais. Num segundo momento, por meio de perguntas objetivas acerca da conduta interpessoal e hierárquica no ambiente de trabalho, identificar a ocorrência do assédio moral de forma quantitativa e expositiva.

Ainda que tal pesquisa tenha ocorrido com apenas uma amostra do contingente profissional das empresas locais que se enquadram nos parâmetros analisados, esperou-se obter uma expressão, enquanto ponto de partida, da incidência do assédio moral nesse contexto específico de trabalho.

Com relação ao perfil dos profissionais pesquisados, as informações se expressam por meio de gráficos montados com as respostas que estão disponíveis no Anexo IV, permitindo as análises subsequentes.

É possível constatar uma predominância de profissionais do sexo feminino no grupo pesquisado (gráfico 1), o que aponta uma característica relevante acerca de empresas familiares chefiadas e compostas, em sua grande maioria, por mulheres. Além disso, a maior parcela dessas profissionais é solteira (gráfico 2).

Com relação ao tempo de serviço (gráfico 3), é pertinente observar que o tempo máximo encontrado entre os profissionais pesquisados está entre 4 e 6 anos de serviço, ainda assim sendo essa a menor parcela de profissionais, havendo uma divisão equilibrada nas respostas entre os períodos de recém-contratação (menos de um ano) e de 2 a 4 anos de permanência na empresa.

Hirigoyen⁴ (2018), fala que:

É visível que o assédio moral nasce, na maioria das vezes, quando alguém visa proteger ou manter uma posição alcançada sobre outra pessoa, em outros casos, o assédio surge pela competição, não sendo demais dizer, que esta forma de agir, impregna se na mente humana. (HIRIGOYEN. 2018, p. 31).

Mostrando assim, que a entrada recente de um novo colaborador e a possibilidade de uma promoção pode fazer uma pessoa vir a sofrer assédio, por estar ameaçando a posição.

Com relação ao tipo de contrato (gráfico 4), observa-se uma predominância da contratação efetiva nos moldes da CLT, o que aponta para uma oferta de estabilidade maior por parte das empresas, no que tange à forma de contratação e aos direitos trabalhistas; e uma menor proporção de profissionais com vínculo de trabalho relacionado a uma primeira experiência de trabalho, como estagiário e jovem aprendiz.

Acerca do setor de trabalho (gráfico 5), grande parte dos profissionais pesquisados está concentrada no setor de saúde, seguido pelo setor de comércio, o que expressa dois grandes centros de trabalho da Região Metropolitana de Belém, com base na estrutura familiar de prestação de serviços, cabendo reiterar que a maior parte do corpo profissional é composto por mulheres.

No que tange ao grau de escolaridade (gráfico 6), observou-se uma divisão aproximada entre profissionais que não completaram o ensino superior, sendo esse o maior grupo, e aqueles que completaram o ensino superior. Juntos os dois grupos somam mais de 70% dos profissionais pesquisados, sendo que o grau de instrução mais baixo identificado entre estes é o ensino médio com 18,8%.

Isso aponta para um perfil de mulheres com formação acadêmica, sendo que 12.5% delas são pós-graduadas, porém que não atuam necessariamente em sua área de formação, por motivos diversos. Também se expressa o grau de qualificação profissional existente dentro deste grupo, apontando para um cenário educacional mais abrangente.

Acerca das questões objetivas relacionadas à investigação do assédio moral nas empresas em que trabalham os profissionais pesquisados, as respostas obtidas se organizam da seguinte forma:

Observou-se que 25% dos profissionais pesquisados declarou já ter sido obrigado a realizar tarefas humilhantes (gráfico 7), ainda que metade do grupo diga que tal situação não se aplique à realidade de trabalho atual.

Quanto à exclusão de tarefas (gráfico 8), a maior parte dos profissionais também nega a ocorrência desta prática, de modo que, nestes dois índices, a incidência de condutas características de assédio moral mostra-se baixa, não apresentando a ocorrência de forma nítida.

Quanto à solicitação de execução de tarefas superiores à competência profissional do funcionário (gráfico 9), a distribuição de respostas divide-se entre um grau de aplicar-se totalmente a negligência em repassar informações importantes e não se aplicar, sendo observado uma pequena variação desse aspecto no ambiente de trabalho conforme informações do gráfico.

Sobre a disponibilização de informações relevantes para o trabalho (gráfico 10), a maior parte do grupo identificou bastante ou completa indisponibilização, e a maior parte do grupo não se sentiu obrigado a realizar atividades de risco. Dessa forma, o acesso a informações importantes para o trabalho e exigência desproporcional ao cargo se colocam como fatores de destaque para, pelo menos, metade dos pesquisados.

Cabe salientar que o assédio moral possui, dentre suas características, a repetição de certas condutas prejudiciais ao bem estar físico e psicológico do indivíduo, sendo a reincidência e o estabelecimento de um padrão de conduta por parte de superior, colega(s), ou da própria instituição um fator a ser observado. Como visto, o assédio moral tem a faceta de apresentar-se de forma mais sutil.

No gráfico 11, é possível perceber que a realização obrigatória de atividades que puseram a vida em risco ficou em 62,5% dos participantes. Ressalta-se que é imprescindível a utilização de equipamento de proteção individual (EPI) compatível com o risco da atividade a ser realizada.

A maioria dos profissionais pesquisados já recebeu críticas exageradas ou injustas sobre seu trabalho (gráfico 12) e já se sentiu, em algum grau, supervisionado de forma excessiva em algum momento. Tais fatores representam um fator de risco e um alerta a ser considerado por parte das instituições e das lideranças empresariais (gráfico 13). Para Hirigoyen (2017), as críticas constantes ao trabalho do indivíduo, a retirada de autonomia para a execução de tarefas, a falta de informações, as interrupções frequentes à fala e as ameaças são características do assédio.

Quanto à humilhação em ambiente profissional (gráfico 14), as respostas se dividem, mas ainda assim apontam um grupo significativo de profissionais que declaram já ter enfrentado essa situação.

Tais aspectos questionados denotam um ataque à integridade psicológica e muitas vezes física dos profissionais vítimas de assédio moral, à medida que palavras, gestos ou textos podem ser ofensivos e ferir a dignidade e o bem estar do sujeito.

A maioria dos profissionais relata não ter recebido qualquer indicação ou sinal para deixar o trabalho (gráfico 15), o que demonstra que os entrevistados não receberam sinais ou indicações para solicitar demissão ou largar o trabalho. No (Gráfico 16). De igual modo, a maior parte do grupo não encontrou limitação à sua comunicação com terceiros por parte de colegas ou chefia (gráfico 17), e nem se sentiu ignorado na frente de outras pessoas (gráfico 18).

Tais aspectos vinculados à relação interpessoal são extremamente importantes no cotidiano profissional e, quando violados de forma contínua, podem oferecer fortes indícios de assédio moral.

Com relação à expressão de opiniões (gráfico 19), metade do grupo pesquisado identificou, em algum grau, impedimentos para se expressar, ainda que uma parte significativa não aponte nada neste sentido. A parte mais expressiva, composta por 13 profissionais, não se sentiu alvo de algum tipo de intimidação (gráfico 20), e a maioria do grupo também nega ter sido alvo de gritos ou insultos (gráfico 21).

Quase metade dos profissionais participantes da pesquisa já se sentiu, em algum grau, (gráfico 22) ridicularizado publicamente em sua organização de trabalho e o mesmo número de profissionais afirma já ter sido vítima de calúnias e maldades (gráfico 23). Essas evidências indicam que os participantes não percebem o assédio, pois ridicularizações e calúnias são formas de intimidação, as quais eles declararam na pesquisa não estarem sofrendo.

O gráfico 24 mostra que onze dos dezesseis profissionais pesquisados negam ter sido ridicularizados por meio de imitações dos seus aspectos pessoais, como gestos e voz.

Observou-se que, ainda que muitos dos aspectos pesquisados não se aplicam à boa parte do grupo, em diversos casos a aplicabilidade existe, em graus diferentes, e, por vezes, de forma clara e afirmativa de uma conduta inconsistente com uma prática de trabalho digna. Os comportamentos do agressor frequentemente se iniciam de forma sutil, sendo que a intenção maldosa do agressor fica camuflada e mais difícil de ser identificada e provada pela vítima

Segundo a Cartilha do MOVA-SE⁵ (2009), a humilhação constitui um risco invisível, porém concreto nas relações de trabalho e a saúde dos trabalhadores e trabalhadoras, revelando uma das formas mais

poderosa de violência sutil nas relações organizacionais, sendo mais frequente com as mulheres e adoecidos.

No que concerne à discriminação política ou religiosa (gráfico 25), a grande maioria de profissionais pesquisados nega ter sido alvo de algum ataque neste sentido.

O mesmo ocorre com relação à sexualidade (gráfico 26) e a elogios constrangedores de seus atributos físicos (gráfico 27), cabendo aqui novo destaque para o fato de que a maioria do grupo pesquisado é composta por mulheres.

O gráfico 28 descreve acerca dos responsáveis pelas ações questionadas e vinculadas ao assédio moral enquanto suas possíveis características. Nos casos em que as ações ocorreram, é possível identificar uma predominância da chefia como autora dessas práticas, em mais da metade dos casos respondidos, caracterizando um possível assédio moral descendente, ou seja, que parte da chefia em direção aos subordinados. Ainda assim, os colegas de trabalho ocupam lugar relevante enquanto executores de ações desrespeitosas ou maldosas.

Dentre as possíveis consequências psicológicas (gráfico 29) das ações questionadas, a ansiedade é apresentada por exatamente metade do grupo pesquisado, e a depressão atinge um grupo igualmente significativo - ainda que pouco menor - havendo ainda uma parcela que desenvolveu transtornos alimentares.

Os resultados do gráfico 30 apontam as dificuldades físicas desenvolvidas pelos participantes, há uma distribuição maior entre dor nas costas, seguida de dor de cabeça e nenhuma dor.

Margarida Maria da Silveira Barreto, pesquisadora e médica do trabalho, em uma de suas pesquisas, que fez com 2.072 trabalhadores, homens e mulheres, buscando entender como eles possam se comportar mediante o assédio no ambiente de trabalho Filho (2009, p.28-29) apud Barreto (2006, p.237), na qual se constatou que entre homens e mulheres há diversos sintomas em comum, aqui descritos: Dores generalizadas afetam 80% entre homens e mulheres; Crises de choro atingem 100% das mulheres; Sentimento de inutilidade, 72% das mulheres e 40% dos homens; Depressão, 60% das mulheres e 70% dos homens; Ideia de suicídio 16% das mulheres e 100% dos homens; Tentativa de suicídio 18% entre os homens; Passa a beber bebidas alcoólicas 5% das mulheres e 63% dos homens.

É certo que o trabalho contém em si mesmo uma carga natural de responsabilidade e exigência, todavia pode ocorrer excessos que virão, em muitos casos, a configurar assédio moral, degradando a saúde física e psicológica das vítimas.

Cabe salientar que a dor também pode ser entendida enquanto sintoma de estresse excessivo, à medida que pode sinalizar quadros mais graves ou fazer parte de um contexto de mal-estar que, por sua vez, pode estar associado às práticas abusivas e excessivas no ambiente profissional Barreto (2006).

4. CONCLUSÃO

Pensar temáticas voltadas para a dignidade e respeito no ambiente de trabalho torna-se um desafio, não apenas para os segmentos governamentais diretamente envolvidos na criação e execução de leis trabalhistas mas também de um esforço a ser feito por todo o conjunto social, à medida que as demandas dos profissionais que atuam em empresas, sobretudo em empresas pequenas e familiares, se expressam na vivência cotidiana, sendo reforçadas pela convivência familiar em ambientes de trabalho e ainda de forma comunitária, no contínuo processo de criação de vínculos relacionais interpessoais.

Esta pesquisa, partindo de uma análise quantitativa de dados e informações acerca do tema proposto, logrou êxito em seus objetivos, na medida em que apresentou um panorama acerca da situação de profissionais de diferentes áreas dentro do território estabelecido, especialmente com relação aos aspectos característicos de conduta inapropriada para o ambiente de trabalho (o assédio moral). Ainda que por meio de uma amostra, esta pesquisa expressou o que pretendia a respeito do tema abordado.

Ao refletir acerca de características do assédio moral em ambiente empresarial em que atuam pessoas de um mesmo núcleo familiar, foi possível pensar a questão do exercício profissional pelo viés do respeito à individualidade, espaço e grau de qualificação profissional, e também considerando aspectos relacionados ao modo como a organização familiar se dá em diferentes estruturas, podendo ser essa estrutura matriarcal, entre outras. Acerca disso, cabe dizer que a predominância feminina mostrou-se um fator relevante e digno de maiores análises futuras, posto que é um fator verificado em diferentes campos de pesquisa sobre atividades envolvendo a composição familiar.

Assim sendo, entende-se que o desafio consiste em estabelecer pontes entre o ambiente de trabalho, a família, e a sociedade fora do ambiente de assédio, de modo a promover e assegurar a dignidade e

o respeito nas relações de trabalho, eliminando toda e qualquer forma de discriminação, exclusão ou violência no ambiente profissional.

Há que se considerar a intrínseca relação firmada entre a cultura organizacional e o modo como se desenvolvem as relações de trabalho na organização. Uma cultura organizacional competitiva e meritocrática pode, muitas vezes, promover a exclusão de profissionais em diferentes estágios de crescimento profissional dentro das organizações, de modo que se deve buscar um clima de cooperação e desenvolvimento da equipe, do conjunto de profissionais, por mais diversos que sejam.

Faz-se, portanto, indispensável o reconhecimento profissional. Todavia deve-se atentar para que isso ocorra de modo a incentivar o aprimoramento dos demais profissionais, e não a competição voraz, a inveja e a exclusão entre colegas de trabalho.

Com base nesse entendimento, é inerente a observação do papel de líderes e gestores no cuidado e atenção para com as equipes de trabalho; e a observação da conduta destas lideranças para com seus subordinados.

É fundamental que se estabeleça a hierarquia como forma de organização do trabalho, contudo é necessário observar-se o limite entre autoridade e autoritarismo.

De igual modo, é indispensável que haja um esforço contínuo por parte dos subordinados em cooperar com a liderança, de modo a buscar o crescimento da organização e a boa convivência entre todos os níveis profissionais.

Entende-se diante desta pesquisa que o ambiente de trabalho deve promover qualidade de vida, igualdade de ganhos entre líderes/gestores e seus colaboradores, além de técnicas e valores para neutralizar ou eliminar qualquer atrito e/ou transtornos na empresa. Para isso a psicologia organizacional faz-se presente e de forma essencial para que haja esse ambiente onde a saúde física e mental de seus funcionários seja também prioridade para o sucesso de ambos, pois segundo Fonseca (1981), é diverso os papeis do psicólogo organizacional no ambiente de trabalho:

Entender os porquês deste ou daquele fenômeno, evidenciar tendências não sadias no processo de tomada de decisões, bem como na forma de cumprir ordens e/ou dá-las; buscar adequar os indivíduos ao seu trabalho, procurar tornar adequado o trabalho aos indivíduos; procurar no âmbito do trabalho condições de respeito humano, de interações sadias e de padrões de liderança capazes de auxiliar o crescimento dos indivíduos como pessoas e profissionais. (FONSECA, 1981, p. 12).

Finalmente, o assédio moral, em qualquer ambiente, constitui-se como violação aos direitos fundamentais do indivíduo, e deve, quando identificado e comprovado, ser denunciado e exposto de modo a coagir novas ações semelhantes. O trabalho é para muitos, instrumento de promoção de qualidade de vida e crescimento pessoal, e precisa ser desempenhado de modo a preservar a integridade do indivíduo e zelar por sua conduta profissional.

5. REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, A. R. Assédio moral organizacional. Revista do Tribunal Superior do Trabalho, Porto Alegre, RS, v. 73, n. 2, p. 203-214, abr./jun. 2007.
- BARRETO, M. M. S. Uma jornada de humilhações. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2003.
- BARROS, A. M. Assédio moral. I Congresso sobre "A saúde mental no trabalho". Goiânia, Brasil, 2004.
- BEUREN, I. M.; BOFF, M. L. Estratégias de legitimidade organizacional de Lindblom (1994), predominantes nos relatórios da administração do período de 1997 a 2006 de empresas familiares. In: ENCONTRO DA ANPAD, XXXII, Rio de Janeiro, 2008. Anais... Rio de Janeiro: Anpad, 2008. Disponível em: http://www.anpad.org.br/diversos/down_zips/38/CON-B304.pdf. <Acesso em: 18 maio 2021>.
- CANIATO, A. M. P.; LIMA, E. C. Assédio moral nas organizações de trabalho: perversão e sofrimento. Cadernos De Psicologia Social Do Trabalho, v. 11, n.2, p. 177-192, 2008.
- FERREIRA, M. C. et al. Desenvolvimento de um instrumento brasileiro para avaliação da cultura organizacional. Estudos de Psicologia (Natal) [online]. 2002, v. 7, n. 2, pp. 271-280. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-294X2002000200008>. <Acesso em: 01 nov. 2021>.
- FREITAS, Maria Ester de. Cultura organizacional grandes temas em debate. Revista de Administração de Empresas [online]. 1991, v. 31, n. 3. pp. 73-82. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0034-75901991000300007>. <Acesso em: 26 out, 2021>.
- GERSICK, K. E. et al. De geração para geração: ciclos de vida das empresas familiares. 4. ed. São Paulo: Negócio Editora, 1997.
- GRZYBOVSKI, D.; VIEIRA, L. Ciclo de vida das empresas familiares brasileiras de pequeno porte: uma análise das características e dinâmica estrutural em uma rede de revenda de gás liquefeito de petróleo. Teoria e Prática em Administração, v. 2, n. 2, p. 78-96, 2012.
- HIRIGOYEN, M. Mal-estar no trabalho redefinindo o assédio moral. Tradução: Rejane Janowitz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- LUZ, R. S. Gestão do Clima Organizacional: Proposta de critérios para metodologia de diagnóstico, mensuração e melhoria. Estudo de caso em organizações nacionais e multinacionais localizadas na cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2003. Disponível em: <http://paginapessoal.utfpr.edu.br/leonardotonon/especializacao/arquivos-gerais/Aula%203%20-%20Dissertacao%20Ricardo%20Luz.pdf>. <Acesso em: 30 out. 2020>.
- MACHADO, H. V. Reflexões sobre concepções de família e empresas familiares. Psicol. Estud., v. 10, n. 2, p. 317-323, Maringá, ago. 2005. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-73722005000200019>. <Acesso em: 18 maio 2021>.
- MORAES FILHO, A. C. T.; BARONE, F. M.; PINTO, M. O. A produção científica em empresas familiares: um enfoque conceitual. Rev. Adm. Pública, Rio de Janeiro, v. 45, n. 6, p. 1971-1991, Dez.2011. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S003476122011000600016&lng=en&nrm=iso. <Acesso em: 18 maio 2021>.

PEDROSO, V. G. et al. Aspectos conceituais de assédio moral: um estudo exploratório. *Revista de Administração em Saúde*, São Paulo, v. 8, n. 33, p. 139-147, 2006. Disponível em: http://www.cqh.org.br/files/RAS33_aspectos.pdf. <Acesso em 30 ago. 2021>.

PETRY, L. I.; NASCIMENTO, A. M. Um estudo sobre o modelo de gestão e o processo sucessório em empresas familiares. *Rev. contab. finanç.*, São Paulo, v. 20, n. 49, p. 109-125, abr. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S151970772009000100008&lng=en&nrm=iso>. <Acesso em: 18 maio 2021>.

ROBBINS, S. P. *Comportamento organizacional*. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2005.

SANTOS, É. M. A importância da cultura para as organizações. *Caderno de Administração. Revista do Departamento de Administração da FEA. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo CAD*. Vol. 8, n.1. Jan - Dez. 2014, p. 19-37. Disponível em:

<https://revistas.pucsp.br/index.php/caadm/article/view/20226>. <Acesso em: 04 nov. 2021>.

SANTOS, R. C.; BUENO, F. T. S. Cultura organizacional em uma empresa familiar. *SITEFA Simpósio de Tecnologia*, v.2 n.1, *Revolução digital: tendências tecnológicas no mundo moderno*. 2019. Disponível em: <<https://doi.org/10.33635/sitefa.v2i1.86>>. <Acesso em: 01 nov. 2021>.

SILVA JUNIOR, A.; MUNIZ, R. M. Sucessão, poder e confiança: um estudo de caso em uma empresa familiar capixaba. *Revista de Administração*, [S. l.], v. 41, n. 1, p. 107-117, 2006. DOI: 10.1590/S0080-21072006000100009. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rausp/article/view/44378>. <Acesso em: 18 maio. 2021>.

ANEXO I

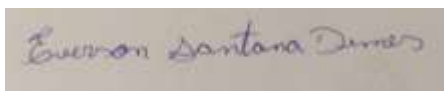
TERMO DE COMPROMISSO E RESPONSABILIDADE

Autenticidade e exclusividade sob as penas da lei 9. 810/98

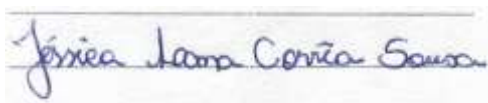
Pelo presente, o abaixo assinado declara sob as penas da lei 9.810/98, que o presente trabalho é inédito, original e desenvolvido exclusivamente para fins educacionais, aos quais se destina, sob nenhuma hipótese, fere o direito de autoria de outrem.

Para maior clareza nós firmamos o presente termo de originalidade da pesquisa

Belém, 09 de julho de 2021



Everson Santana Demes



Jessica Lana Correa Sousa



Joyce Pamella Neves da Silva

ANEXO II

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado (a) Senhor (a), O (A) Sr. (a) está sendo convidado (a) como voluntário (a) a participar da pesquisa: “Assédio moral em empresas familiares de pequeno porte na região metropolitana de Belém. ”

A presente pesquisa tem como objetivo geral: identificar os tipos de assédios morais dentro das empresas de pequeno porte. Será realizada com colaboradores de empresas de pequeno porte da região de Belém/PA. Não participarão pessoas de empresas de médio ou grande porte ou de outras regiões que não sejam Belém/PA.

Sua participação no estudo consistirá em responder um questionário físico ou online de acordo a sua disponibilidade sobre assédio moral referente a empresa que você atua. A coleta de dados terá uma duração em média de 10 minutos.

O(a) Sr(a) tem a liberdade de não participar da pesquisa ou retirar seu consentimento a qualquer momento, mesmo após o início da coleta de dados, sem qualquer prejuízo.

Está assegurada a garantia do sigilo das suas informações. O pesquisador irá tratar a sua identidade com padrões profissionais de sigilo e privacidade, sendo que em caso de obtenção de fotografias, vídeos ou gravações de voz, os materiais ficarão sob a propriedade do pesquisador responsável. Seu nome ou o material que indique sua participação não será liberado sem a sua permissão. O(A) Sr. (a) não será identificado (a) em nenhuma publicação que possa resultar deste estudo.

Os resultados da pesquisa estarão à sua disposição quando finalizada. Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias, sendo que uma será arquivada pelo pesquisador responsável, na UNINASSAU BELÉM e a outra será fornecida a(o) Sr. (a).

O (a) Sr (a) foi informado (a) dos objetivos do estudo de maneira clara, detalhada e esclarecidas suas dúvidas. Concordo que os materiais e as informações obtidas relacionadas à sua pessoa poderão ser utilizados em atividades de natureza acadêmico-científica, desde que assegurada a preservação de sua identidade. Sabendo que a qualquer momento poderei solicitar novas informações e modificar minha decisão em participar, se assim o desejar, de modo que declaro que concordo em participar desse estudo e recebi uma via deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Caso tenha alguma dúvida sobre a pesquisa o (a) Sr (a). poderá entrar em contato com a professora orientadora dos discentes: Evelyn Almeida Ferreira, que pode ser localizada pelo e-mail gestaodepessoas03@gmail.com; com o Everson Santana Demes, que pode ser localizado no número (celular e WhatsApp 91.99235-0926) das 8 às 17h ou pelo e-mail eversondemes@gmail.com; ou com a Jessica Lana Corrêa Sousa que pode ser localizada no número (celular e WhatsApp 91.98121-3885) das 8 às 17h ou pelo e-mail lanajeh22@gmail.com.

ANEXO III

QUESTIONÁRIO DA ENTREVISTA

	O presente questionário faz parte de uma pesquisa exploratória que será utilizada para metodologia do Trabalho de Conclusão de Curso, cujo objetivo será: Analisar A Ocorrência De Assédio Moral Em Empresas Familiares Da Região Metropolitana De Belém.
---	--

INFORMAÇÕES PESSOAIS

(marque com "X")

Sexo:

☐ Masculino ☐ Feminino

Estado Civil:

☐ Casado(a) ☐ Solteiro(a) ☐ Viúvo(a) ☐ Divorciado(a) ☐ União estável

Faixa Etária:

☐ 18 a 30 anos ☐ 31 a 40 anos ☐ acima de 41 anos

Tempo de serviço:

☐ menos de 1 ano ☐ 1 a 2 anos ☐ 2 a 4 anos

☐ 4 a 6 anos ☐ 6 a 8 anos ☐ acima de 8 anos

Tipo de contrato:

☐ Contrato de estagiário ☐ Contrato de Jovem Aprendiz

☐ Contrato Temporário ☐ Contrato CLT – Efetivado

Sector da empresa:

☐ Saúde ☐ Vendas e Marketing ☐ Comercio ☐ Educação ☐ Transporte

☐ Alimentação ☐ Construção ☐ Informática ☐ Entretenimento

☐ Outro: _____

Escolaridade:

☐ Ensino fundamental ☐ Ensino médio ☐ 3º grau incompleto

☐ 3º grau completo ☐ pós-graduação

Questionário sobre Assédio Moral

Você encontrará abaixo uma série de afirmativas relacionadas às diferentes práticas e procedimentos vividos em sua empresa. Assinale o grau em que cada uma delas caracteriza sua organização, em uma escala de 1 a 5, conforme descrito.

- 1 Não se aplica de modo algum;
- 2 Pouco se aplica;
- 3 Aplica-se razoavelmente;
- 4 Aplica-se bastante;
- 5 Aplica-se totalmente.

Sua resposta deve refletir o que de fato acontece na organização e não a sua opinião pessoal ou grau de satisfação com o que ocorre. Responda por favor a todas as afirmativas, não deixando nenhuma em branco.

Na organização em que eu trabalho...

1. Foi obrigado a fazer tarefas humilhantes?	

2. Não lhe davam qualquer ocupação ou tarefas, foi excluído ou “colocado na prateleira”?	
3. Recebeu tarefas que exigem experiência superior às suas competências profissionais?	
4. Não compartilharam informações que eram importantes para o seu trabalho?	
5. Foi obrigado a realizar trabalhos que colocaram sua vida em perigo?	
6. Recebeu críticas exageradas ou injustas sobre o seu trabalho ou esforço?	
7. Houve supervisão excessiva de seu trabalho?	
8. Foi humilhado ou ridicularizado em relação ao seu trabalho?	
9. Recebeu sinais ou indicações para pedir demissão ou largar o trabalho?	
10. Não cumprimentavam nem falavam com você?	
11. Limitaram as suas possibilidades de falar com outras pessoas ou impediram outras pessoas de falar com você?	
12. Ignoravam a sua presença na frente dos outros?	
13. Impediam-lhe de expressar as suas opiniões e seus pontos de vista eram ignorados?	
14. Foi alvo de intimidação, como: empurrões, bloqueio da sua passagem, invasão do seu espaço pessoal, etc.?	
15. Gritaram com você ou insultaram-no?	
16. Ridicularizaram você em público?	
17. Fizeram circular maldades e calúnias sobre você?	
18. Imitaram os seus gestos, a sua postura, a sua voz, etc. para poder o ridicularizar?	
19. Foi alvo de ataques com base nas suas convicções políticas ou religiosas?	
20. Fizeram piadas com sua sexualidade?	

21. Elogiavam constantemente seus atributos físicos de forma constrangedora?	
--	--

22. Quem praticou essas ações?

- () Colegas () Chefias () Subordinados
() Pessoas externas à empresa () Outros:_____

23. Desenvolveu alguma dificuldade psicológica?

- () Depressão () Ansiedade () Síndrome do Pânico
- () Síndrome de *Burnout* () Bipolaridade () Agorafobia
- () Bulimia () Anorexia () TOC
- () Nenhum () Outro: _____

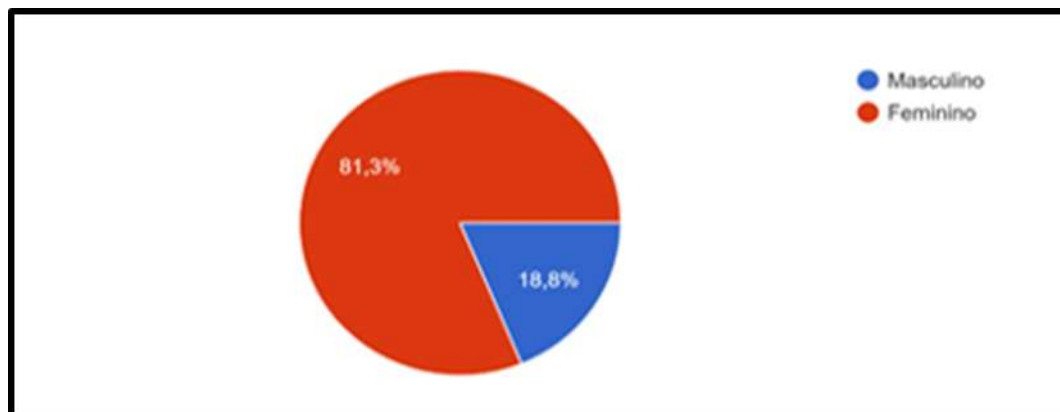
24. Desenvolveu alguma dificuldade física?

- () Dor de cabeça () Dor na costa () Dor no pescoço
() Dor no Peito () Dor na Barriga () Dor nas Pernas
() Nenhum () Outro: _____

ANEXO IV

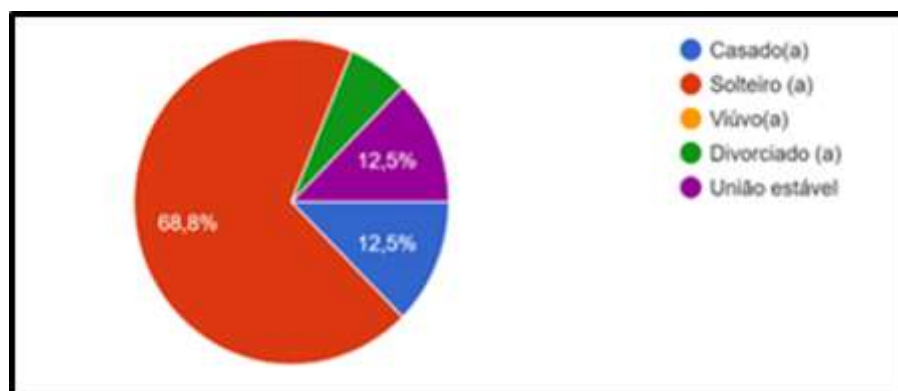
Resultados dos questionários

Gráfico 1 – Gênero.



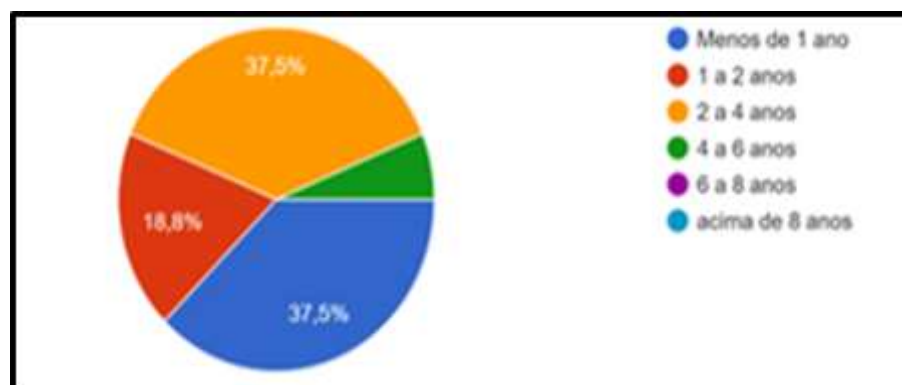
Fonte: elaborado pelos autores (2021).

Gráfico 2 – Estado Civil.



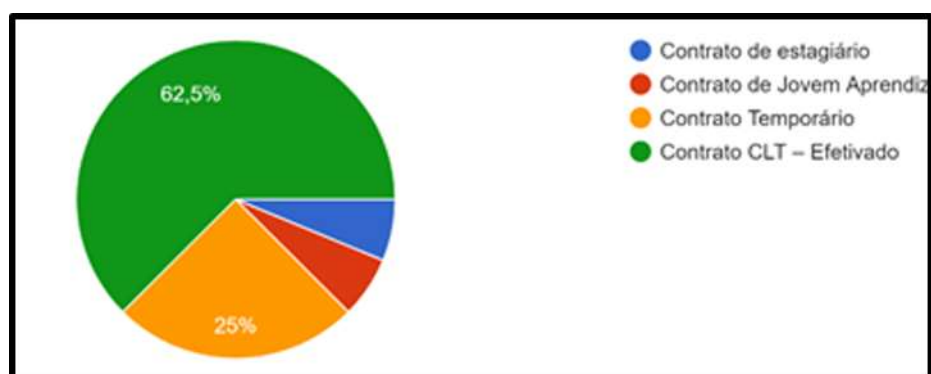
Fonte: elaborado pelos autores (2021)

Gráfico 3 – Tempo de serviço.



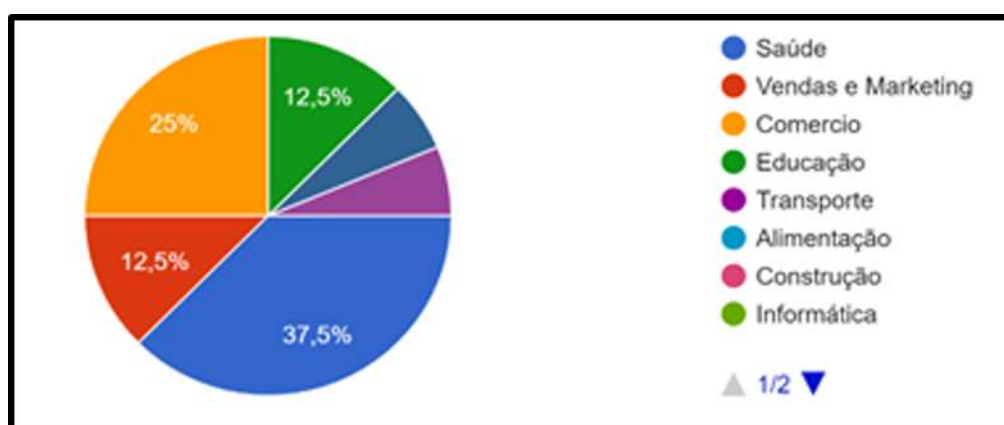
Fonte: elaborado pelos autores (2021).

Gráfico 4 – Tipo de contrato.



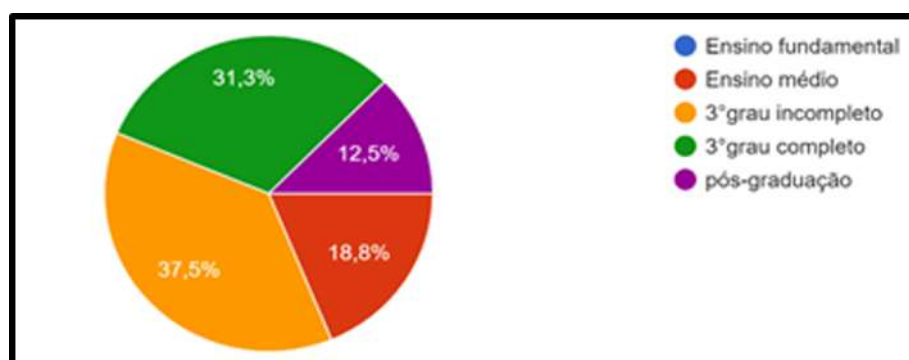
Fonte: elaborado pelos autores (2021).

Gráfico 5 – Setor da empresa.



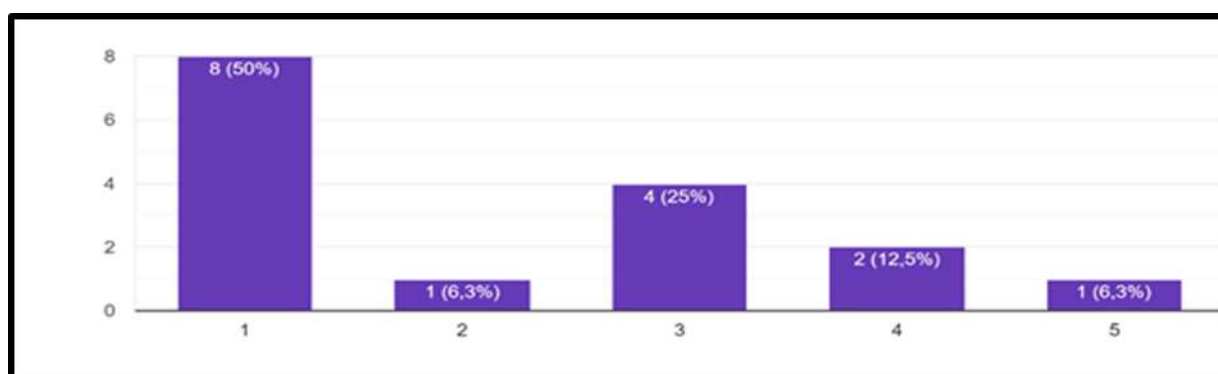
Fonte: elaborado pelos autores (2021).

Gráfico 6 – Escolaridade.



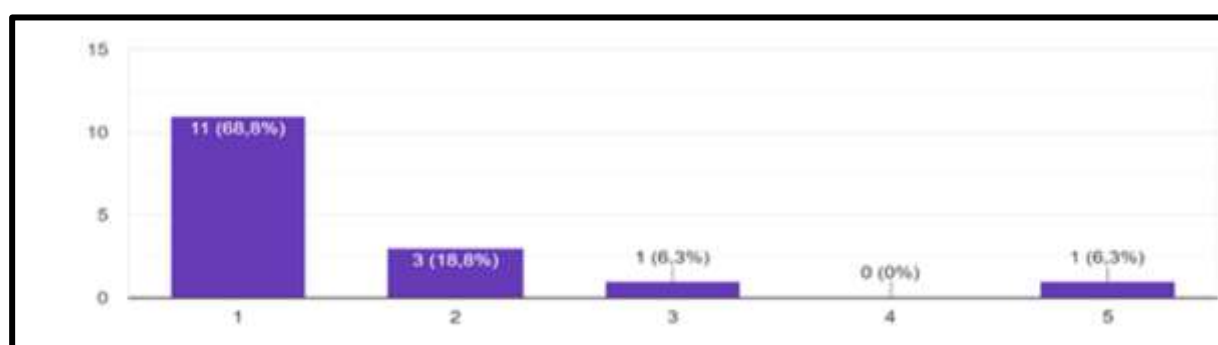
Fonte: elaborado pelos autores (2021).

Gráfico 7 – Foi obrigado a fazer tarefas humilhantes?



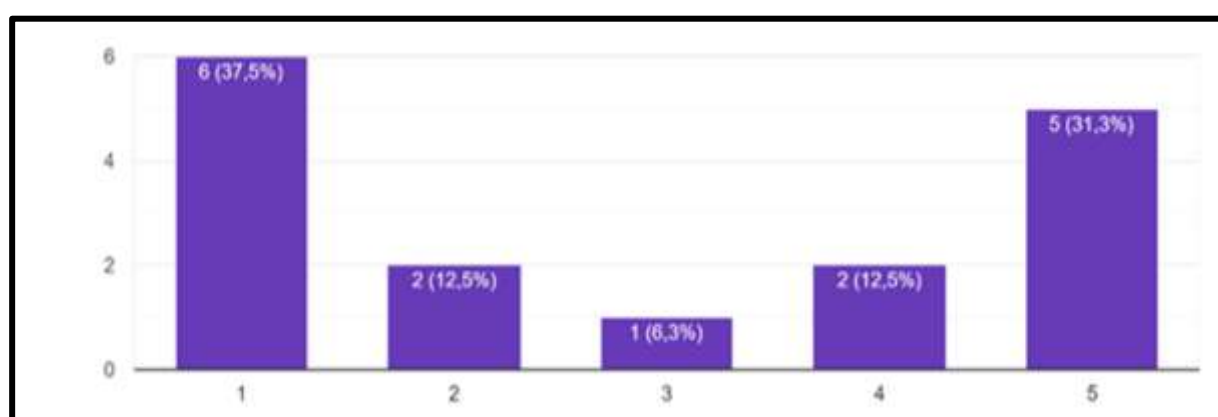
Fonte: elaborado pelos autores (2021)

Gráfico 8 – Não lhe davam qualquer ocupação ou tarefas, foi excluído ou “colocado na prateleira?”



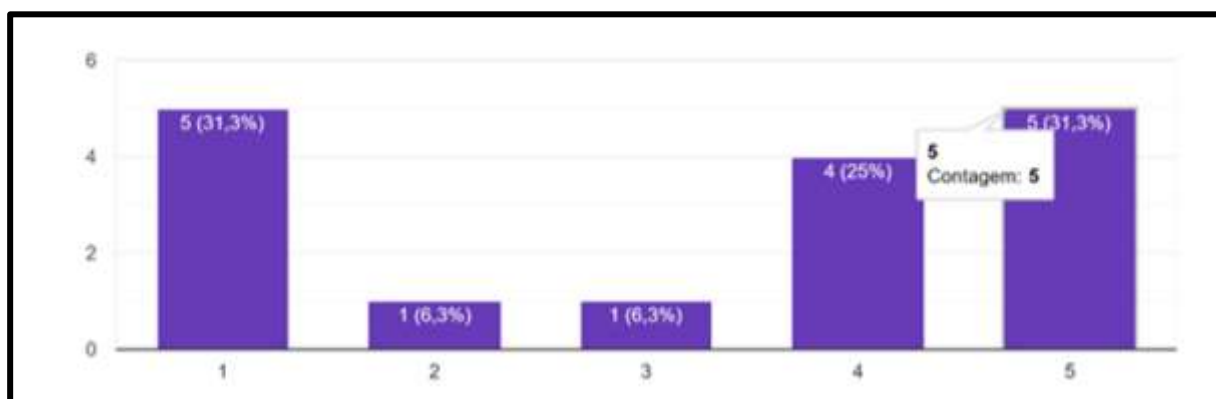
Fonte: elaborado pelos autores (2021).

Gráfico 9 – Recebeu tarefas que exigiam experiência superior as suas competências profissionais?



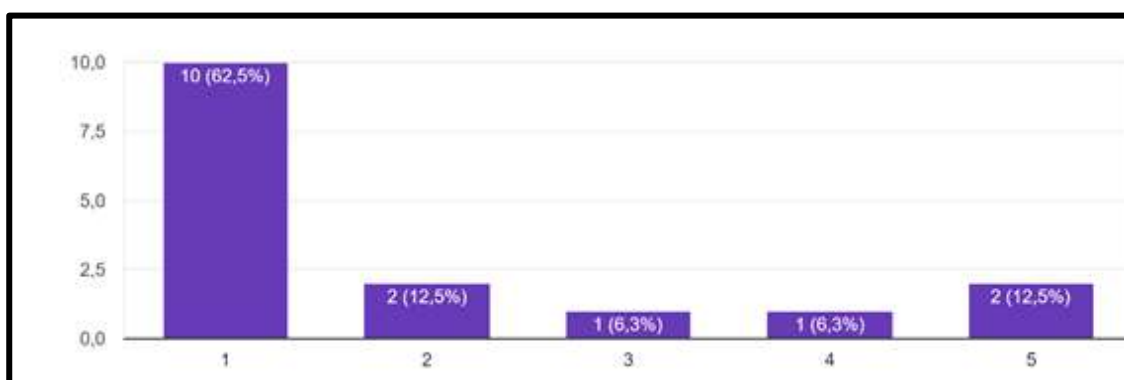
Fonte: elaborado pelos autores (2021).

Gráfico 10 – Não compartilham informações que eram importantes para o seu trabalho?



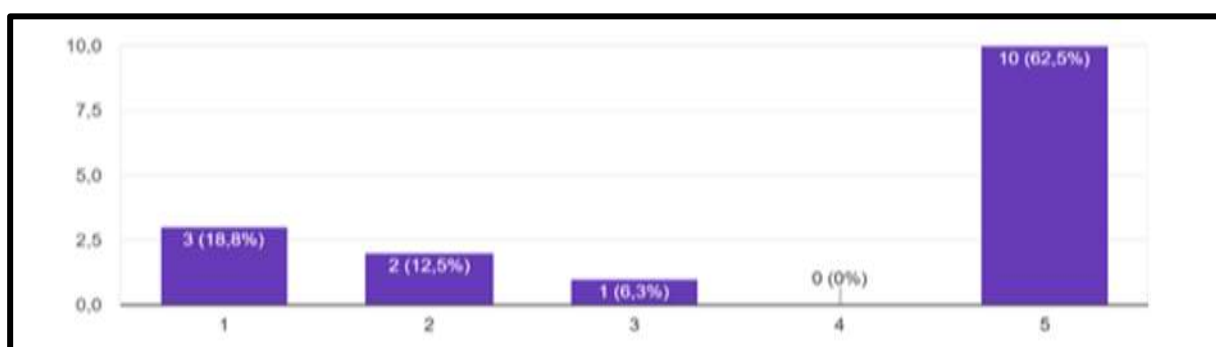
Fonte: elaborado pelos autores (2021).

Gráfico 11 – Foi obrigado a realizar trabalhos que colocaram sua vida em perigo?



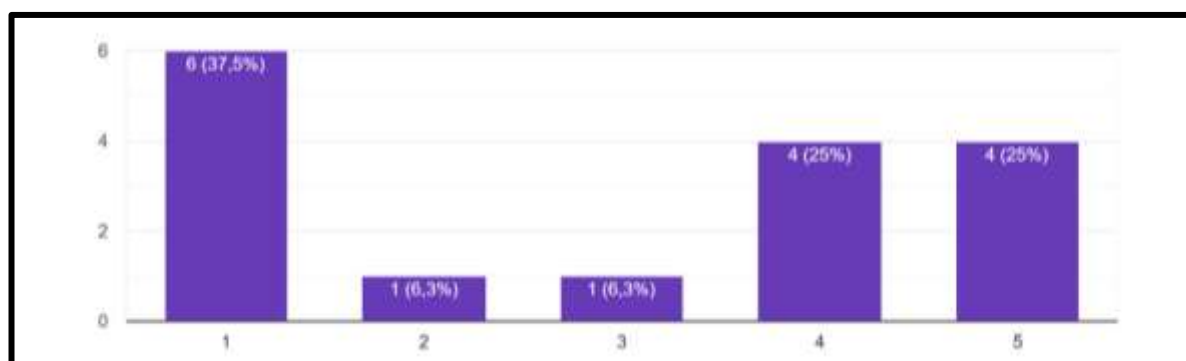
Fonte: elaborado pelos autores (2021).

Gráfico 12 – Recebeu críticas exageradas ou injustas sobre o seu trabalho ou esforço?



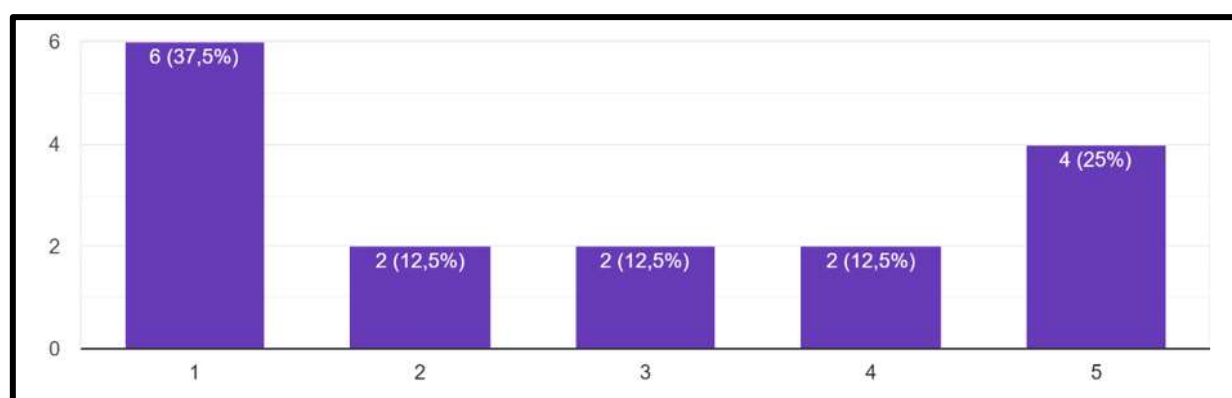
Fonte: elaborado pelos autores (2021).

Gráfico 13 – Houve supervisão excessiva de seu trabalho?



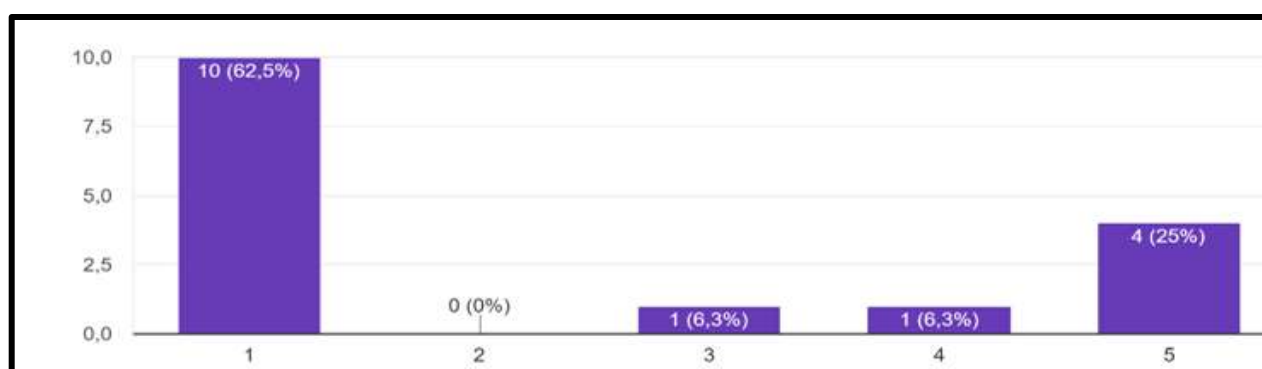
Fonte: elaborado pelos autores (2021).

Gráfico 14 – Foi humilhado ou ridicularizado em relação ao seu trabalho?



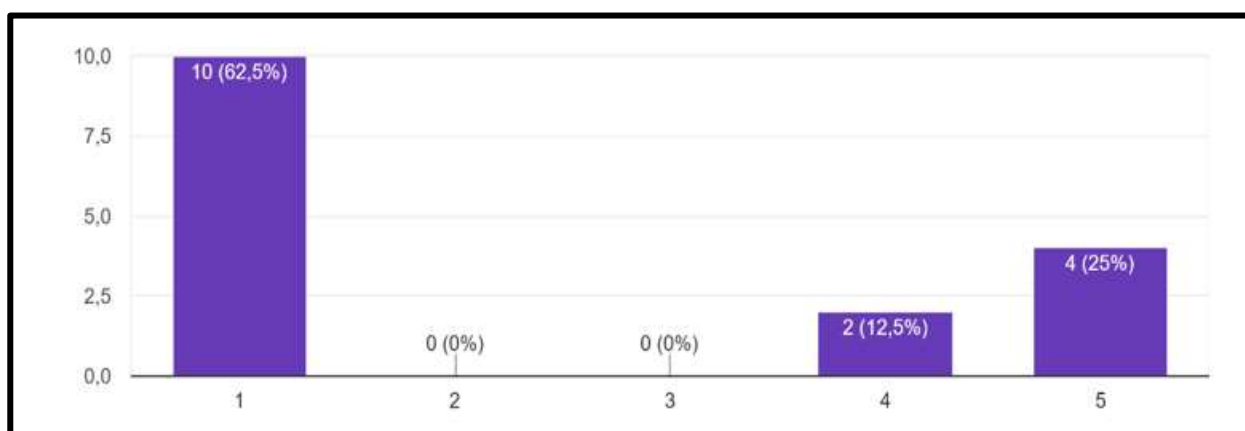
Fonte: elaborado pelos autores (2021).

Gráfico 15 – Recebeu sinais ou indicações para pedir demissão ou largar o trabalho?



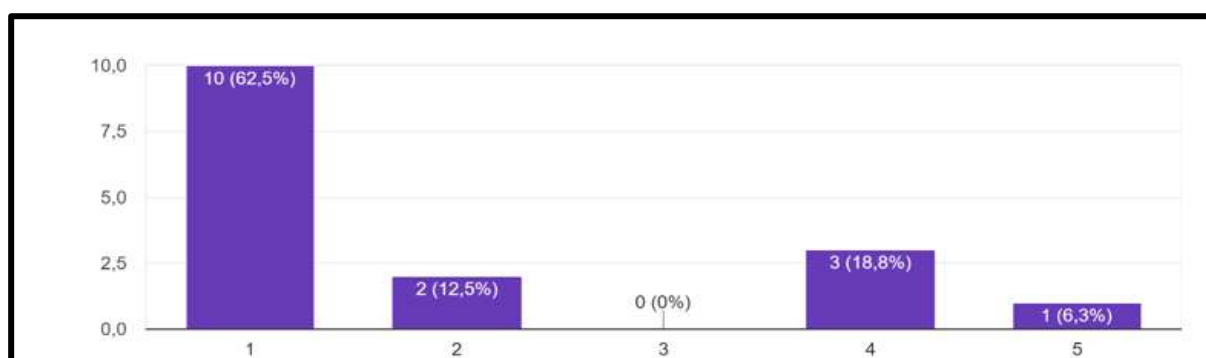
Fonte: elaborado pelos autores (2021).

Gráfico 16 – Não cumprimentavam nem falavam com você?



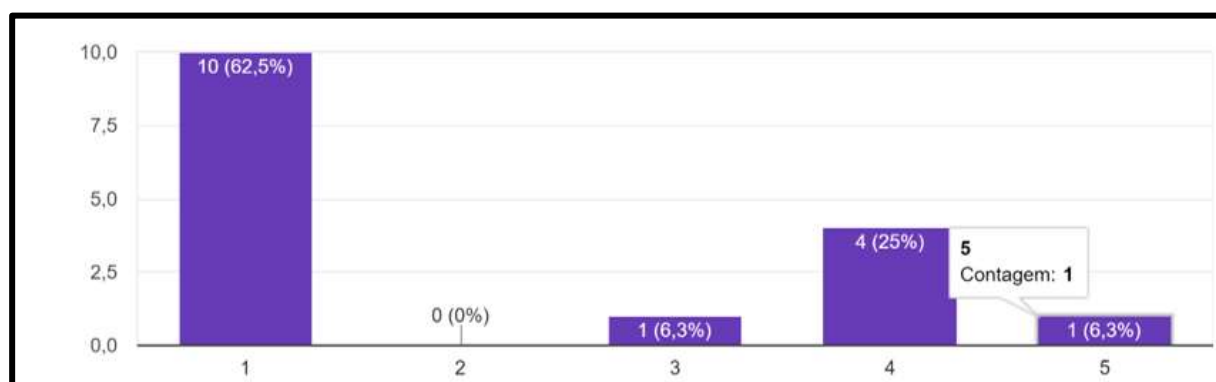
Fonte: elaborado pelos autores (2021).

Gráfico 17 – Limitaram as suas possibilidades de falar com outras pessoas ou impediram outras pessoas de falar com você?



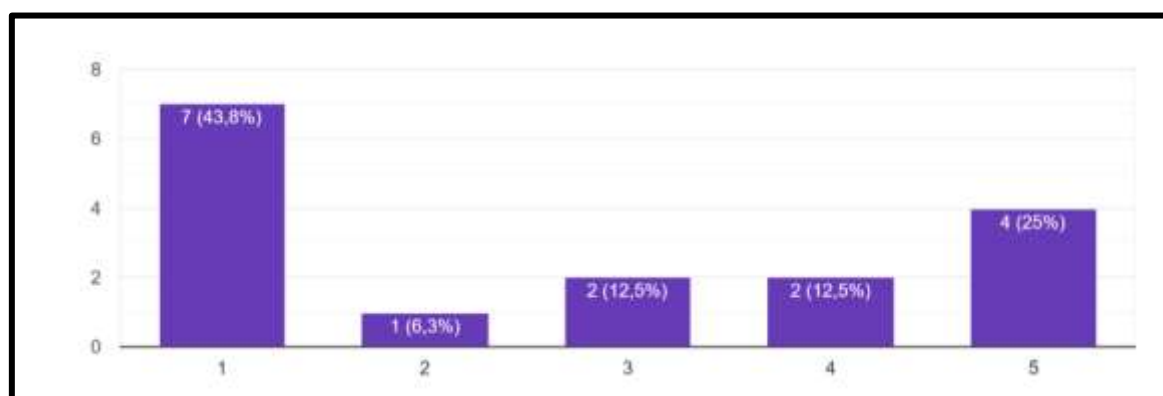
Fonte: elaborado pelos autores (2021).

Gráfico 18 – Ignoravam a sua presença na frente dos outros?



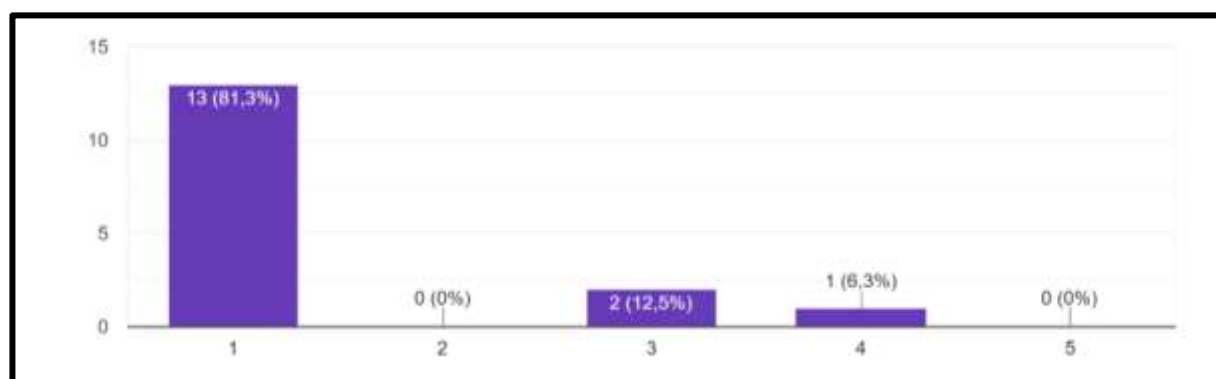
Fonte: elaborado pelos autores (2021).

Gráfico 19 – Impendiam-lhe de expressar as suas opiniões e seus pontos de vista eram ignorados?



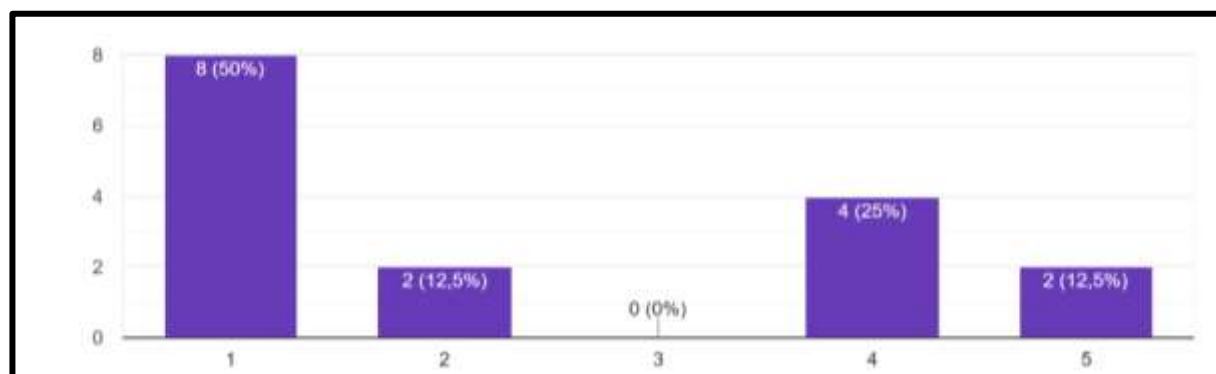
Fonte: elaborado pelos autores (2021).

Gráfico 20 – Foi alvo de intimidação. Como: empurrões, bloqueio da sua passagem, invasão do seu espaço pessoal, etc.?



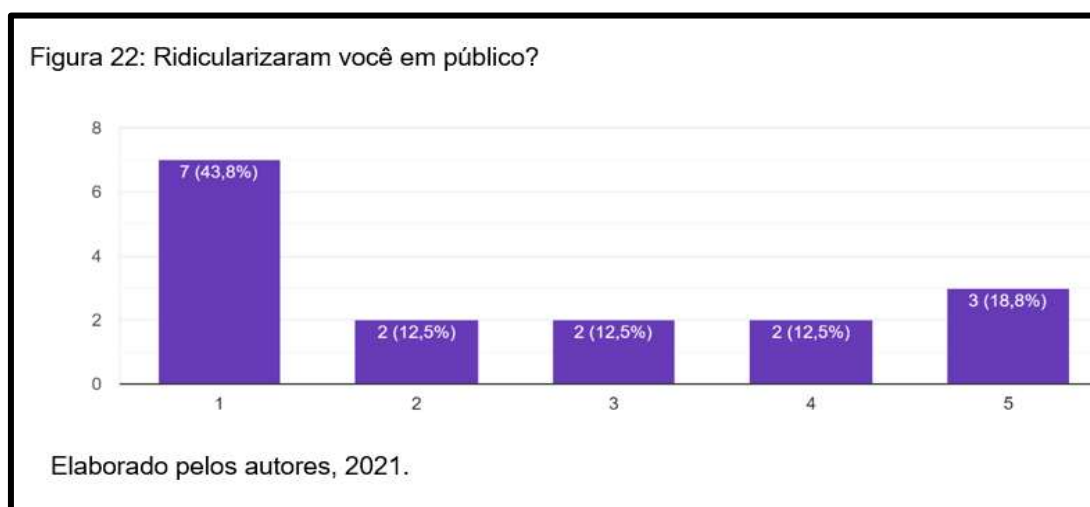
Fonte: elaborado pelos autores (2021).

Gráfico 21 – Gritaram com você ou insultaram-no?



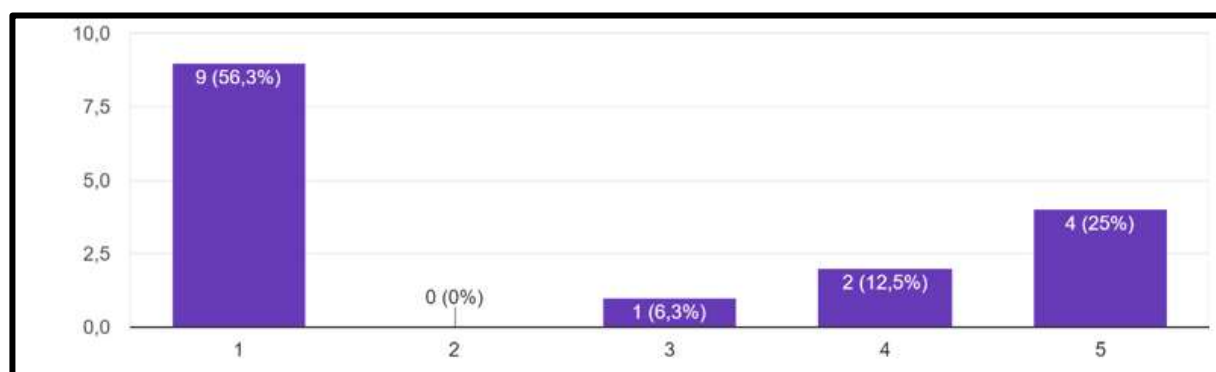
Fonte: elaborado pelos autores (2021).

Gráfico 22 – Ridicularizaram você em público?



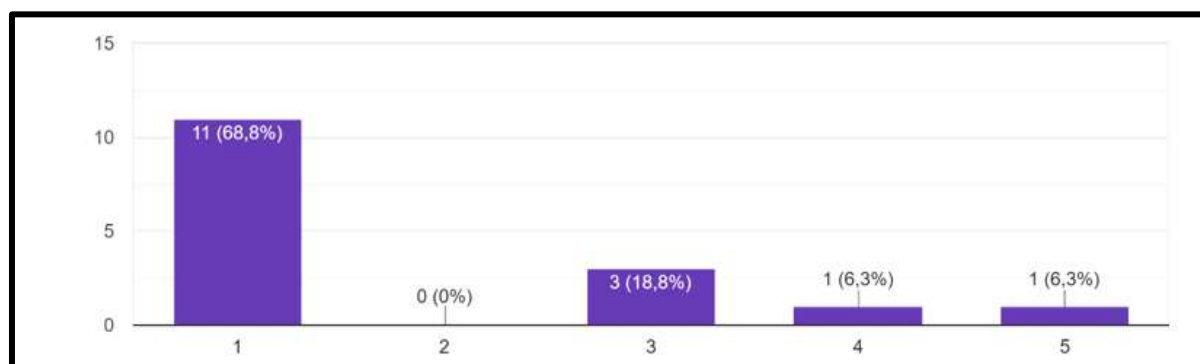
Fonte: elaborado pelos autores (2021).

Gráfico 23 – Fizeram circular maldades e calúnias sobre você?



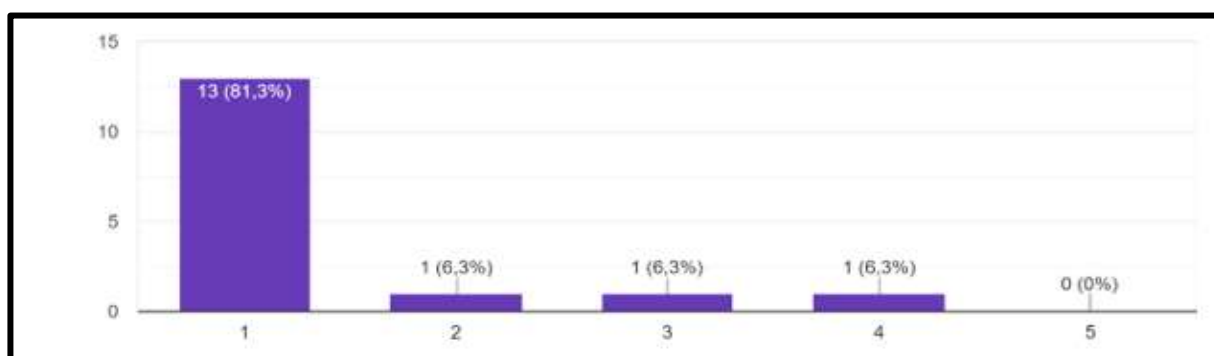
Fonte: elaborado pelos autores (2021).

Gráfico 24 – Imitaram os seus gestos e sua postura, a sua voz, etc. para poder o ridicularizar?



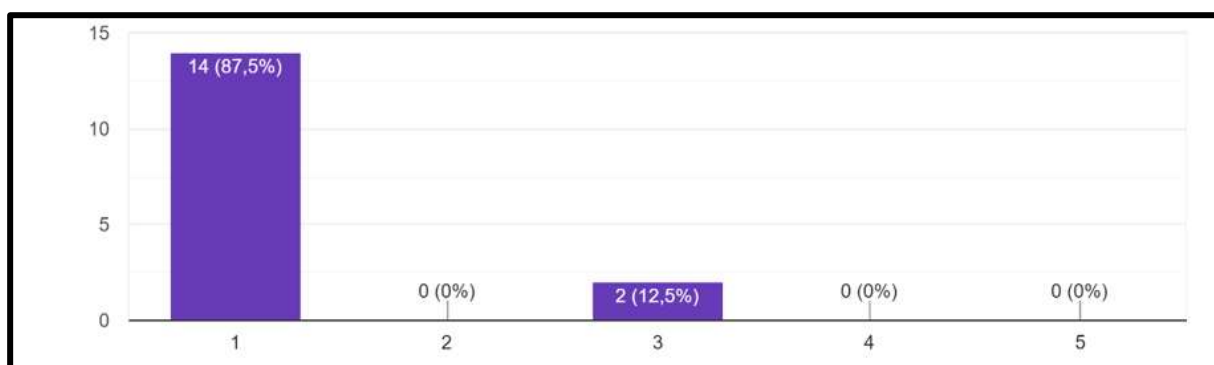
Fonte: elaborado pelos autores (2021).

Gráfico 25 – Foi alvo de ataques com base nas suas convecções políticas ou religiosas?



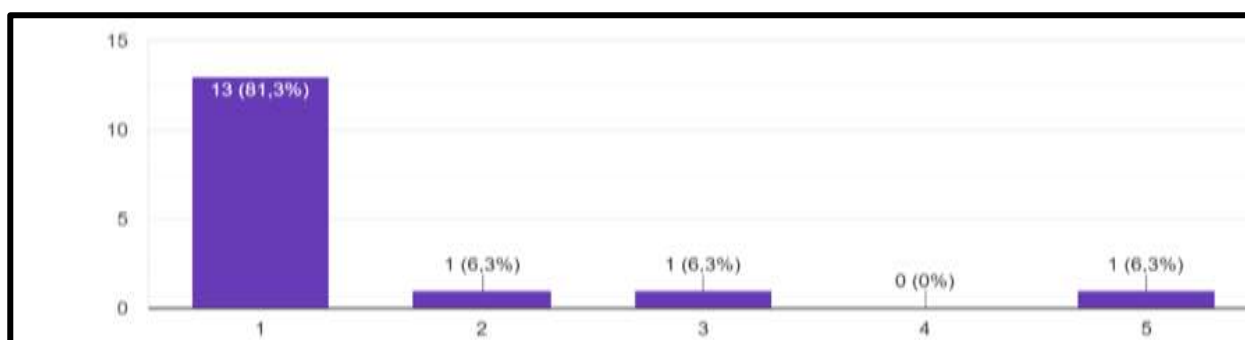
Fonte: elaborado pelos autores (2021)..

Gráfico 26 – Fizeram piada com a sua sexualidade?



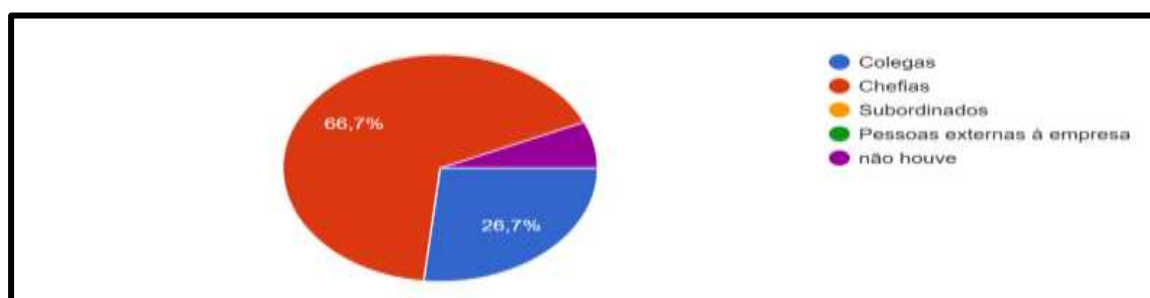
Fonte: elaborado pelos autores (2021).

Gráfico 27 – Elogiavam constantemente seus atributos físicos de forma constrangedora?



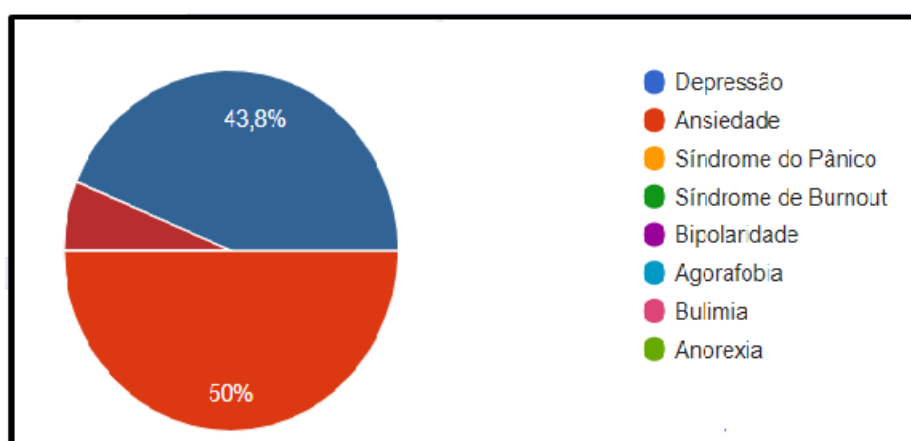
Fonte: elaborado pelos autores (2021).

Gráfico 28 – Quem praticou essas ações?



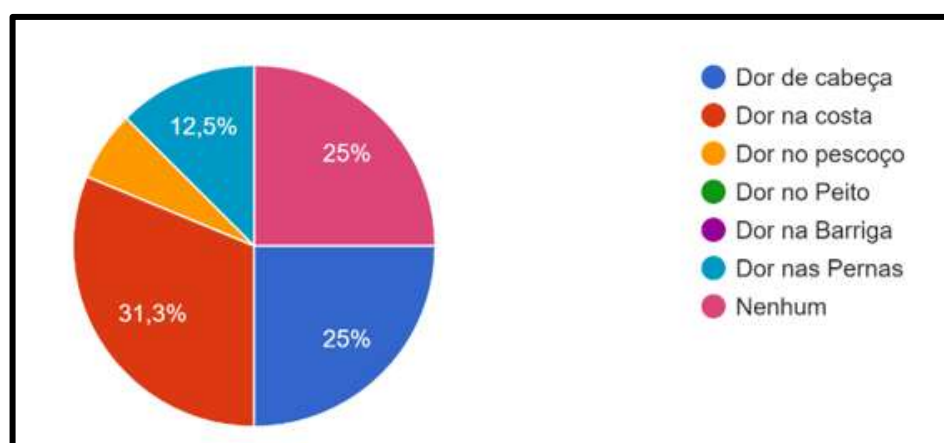
Fonte: elaborado pelos autores (2021).

Gráfico 39 – Desenvolveu alguma dificuldade psicológica?



Fonte: elaborado pelos autores (2021).

Gráfico 30 – Desenvolveu alguma dificuldade física?



Fonte: elaborado pelos autores (2021)

Capítulo 10



10.37423/221206992

A CONSTRUÇÃO, COMERCIALIZAÇÃO E MONETIZAÇÃO DA VERDADE NOS VÍDEOS DO YOUTUBE

Roure Santos Ribeiro

Universidade Federal do Maranhão

Adriana Dourado Oliveira

Universidade Federal do Maranhão



Ao fazer suas análises sobre o discurso, Foucault (1997, p.12) defende a ideia de que “a verdade é deste mundo; ela é produzida nele graças às múltiplas coerções e nele produz efeitos regulamentados do poder, cada sociedade tem seu regime de verdade, sua política de verdade”. A verdade não é absoluta ou neutra. Tratam-se de saberes que portam significações como verdades durante um período histórico, construindo os acontecimentos de acordo com as relações de poder, decidindo o que é correto ou incorreto, normal ou patológico, bondade ou maldade e assim por diante.

As instituições se encarregam de propagar esses saberes como verdades na sociedade através de um processo de normalização, que implica em numerar e controlar seus conteúdos para atuarem subjetivamente nos indivíduos, cumprindo seu papel na moldagem de um corpo social. Essa moldagem se dá através da linguagem que por sua vez constrói o discurso, que num sentido restrito é qualquer coisa escrita ou dita sobre um saber técnico originado de um saber específico. Quem domina e controla esses discursos acaba tendo poder sobre aqueles submetidos aos seus saberes vistos como verdadeiros. O discurso produz uma visão e por isso, seus conteúdos ou saberes expressados e articulados pelo seu ato não são neutros. A aparente neutralidade obra como valorização e aceitação, mas não passa de um revestimento que ofusca o real objetivo daqueles que os proferem, o exercício do poder. O domínio na produção e difusão de saberes é uma estratégia de controle social, principalmente por parte das instituições voltadas a estabelecer suas hegemonias por meio de suas verdades.

Com a rede, o domínio e o controle institucional sobre o discurso foram enfraquecidos diante os avanços, principalmente das plataformas sociais no cotidiano das pessoas. A suposta liberdade em publicar, assistir, concordar ou discordar com outros sobre os mais diversos assuntos se apresenta como um modelo comunicativo que insistentemente convida a nos interagir. O pensamento se vê livre, seduzido pela necessidade de se interagir com mundos de informações, trabalho e lazer.

Na rede, a ideia de liberdade se relaciona diretamente com a de agrupamento digital, grupos de usuários constituídos por traços comuns, selecionados pelas análises probabilísticas dos algoritmos das plataformas para estabelecerem suas trocas comunicativas. Nessas bolhas, as verdades institucionalizadas cedem espaços para as verdades customizadas, que levam a escolhas e preferências que supomos serem livres. Para Deleuze (1992) a modulação envolve técnicas sutis de encadeamento customizado de conteúdos para organizar e ofertar mundos de consumo, onde no seu interior “está indubitavelmente contida a ação de manipular conteúdos de mídia, sejam tradicionais,

eletrônicos ou digitais” (CASSINO, 2018, p.22), realçando emoções e sentimentos na pretensão de uma atenção imediata e conseqüentemente, o consentimento pela comoção.

A partir dessa reconfiguração da noção de verdade, o presente ensaio pretende analisar a comercialização de vídeos no YouTube através de suas políticas de monetização, que incentivam a produção constante de conteúdos para serem vinculados estrategicamente a publicidade de seus investidores. Utilizam as verdades produzidas pelos produtores de conteúdos para serem produtos comercializáveis aos seus seguidores e investidores, transformando a plataforma num grande e ambicioso ambiente de negócios. Para tanto, serão importantes os diálogos com os estudos que se aliam aos pensamentos dos filósofos Michel Foucault e Gilles Deleuze, abrangendo a “ordem do discurso” e as “sociedades de controle” no entendimento que os discursos são portadores de uma realidade obscurecida e que se encontram constituídos pelas teias relacionais do poder diluídas na rede mundial de computadores.

2 A COMERCIALIZAÇÃO E MONETIZAÇÃO DA VERDADE NO YOUTUBE

A interação agenciada pelos recursos do YouTube tornam seus vídeos mais atraentes e sedutores do que aqueles disseminados pelos veículos tradicionais de comunicação, principalmente por se vincularem a ideia de compartilhamento, possibilitando evidenciar que o sentido da publicação é a participação, instigada pelo fascínio em se expor no mundo da rede.

Neste sentido, seus canais são vistos como verdadeiras vitrines virtuais com a finalidade de transformar seus produtores em sedutores modelos a serem seguidos, tendo seus conteúdos, produtos, filosofias e estilos de vida compartilhados e consumidos por aqueles que se identificam com seus pensamentos e atitudes. Segundo Marques e Barreto (2016, p. 06), “[...] não há qualquer pré-requisito para lançar um canal de vídeos, não se exige qualquer noção narrativa ou estética, apenas o mínimo de técnica, o suficiente para ligar uma câmera em qualquer dispositivo”. Uma praticidade que nutre uma intensa exposição, envolvendo trocas comunicativas sobre os mais diversos assuntos, que são abstraídos e analisados como dados probabilísticos para o incremento de políticas lucrativas para o YouTube. Entre essas políticas, podemos destacar aquelas voltadas para o direcionamento publicitário de empresas e marcas, procurando vincular publicidade a produções com elevado número de visualizações.

Trata-se de um modelo de negócio que propõe expor peças publicitárias em vídeos que despertam grande interesse e engajamento dos indivíduos, na pretensão de persuadir o maior número possível

de potenciais consumidores, selecionados por meio de análises comportamentais e cadastrais (dados pessoais), em compartilhamento com outras mídias sociais pertencentes à empresa Google. Para essa finalidade, a plataforma buscou conglomerar uma enorme quantidade de vídeos dos mais variados tipos de conteúdos e discursos para atender experiências incessantes, no anseio de realizar “[...] o sonho de uma multidão de aficionados em arte, música, cinema e vídeo, desejosos de construir a sua própria programação audiovisual” (PAIVA, 2009, p. 285).

A ideia da monetização surge como uma estratégia de aquisição em massa de vídeos para torná-los uma espécie de “matéria prima”, potencialmente comercializável para os seus investidores. Por outro lado, um estímulo para muitos produtores no anseio de terem suas produções reconhecidas e monetizáveis, contribuindo para melhora estética dos vídeos na plataforma, tendo em vista a obsessão de se alcançar o maior número possível de visualizações.

Mas, diante essa procura, foi necessário criar alguns filtros para limitar o acesso à monetização, ao mesmo tempo em que estimulasse a produção continua de materiais midiáticos com certo nível de profissionalismo para conferir credibilidade e, assim, atrair investidores.

O próprio YouTube estimula o surgimento de novos produtores de conteúdo, com programas de incentivo como o YouTube Space, que fornece programas e oficinas estratégicas ministradas em suas instalações, tendo São Paulo como uma das cidades que estão entre as suas seis instalações no mundo (as demais estão localizadas em Los Angeles, Nova York, Londres, Tóquio e Berlim). (MARQUES; BARRETO, 2016, p.06)

A monetização foi colocada em prática a partir da incorporação do YouTube à empresa Google, em 2006, através do chamado YouTube Partner Program¹. Um sistema inteligente que determinava as condições para remuneração dos vídeos. Nesse primeiro momento, o cadastro era gratuito bastando possuir uma conta de e-mail na plataforma. Os diversos tipos de produtores poderiam ganhar dinheiro com anúncios veiculados no início de seus vídeos, bastavam atender os seguintes pré-requisitos expostos no site:

1 - Mostrar claramente que você produz conteúdo original; 2- Produzir conteúdo em uma frequência regular; 3 - Possuir conteúdo que obedeça às regras da Comunidade do YouTube; 4 - Estar localizado em um dos países da lista do Partner Program². (SUPPORT GOOGLE, 2020)

As exigências eram relativamente simples e, com sua aprovação, o canal poderia começar a postar vídeos para serem associados aos anúncios. Inúmeras produções das mídias tradicionais e outras originais foram sendo armazenadas diariamente. Várias emissoras também passaram a enviar e a

transmitir sua programação pela plataforma, transformando-se em arquivos disponibilizados a qualquer momento para a visualização.

Por meio da AdSense³, plataforma especificamente direcionada para as políticas publicitárias do Google, os anúncios se vinculavam através das análises probabilísticas dos algoritmos sobre a quantidade de cliques em anúncio ou tempo de promover mudanças nas diretrizes devido ao número elevado de cadastros que dificultavam o processo de validação de canais ao projeto de monetização.

Contatou-se ainda, que a facilidade de retorno financeiro com a visibilidade induzia vários canais a exibir uma quantidade pequena de vídeos redistribuídos entre eles. O mesmo vídeo com poucas ou nenhuma alteração acabava transitando em diversos canais, suscitando problemas para a plataforma acerca dos direitos autorais dos conteúdos em exibição.

Porém, o que incomodava as ambições financeiras do YouTube eram as reivindicações dos investidores sobre a falta de controle nas postagens, onde apareciam seus anúncios e marcas. A publicidade acabava aparecendo em produções com mensagens que não se identificavam com as propostas de seus investidores, levando a interpretações controversas sobre suas marcas. Como era o algoritmo que integrava o anúncio num determinado conteúdo, levando em conta apenas a relevância de cliques da audiência, um número elevado de propagandas se vinculava em vídeos considerados ofensivos e censuráveis, gerando desconforto em muitas empresas que investiam em publicidade na plataforma.

Para as corporações, associar suas marcas a um vídeo ofensivo poderia ser bastante prejudicial aos seus negócios, devido à potencialidade de causar grande repercussão na opinião pública. Essa preocupação estava recebendo adesões de outras empresas e ocasionando a saída de investimentos na plataforma.

Consequentemente, seus administradores anunciaram mudanças para o ano seguinte no sistema de elegibilidade do Partner Program, entre elas e a mais significativa era a nova condição para um canal ser monetizado, o produtor de vídeos deveria possuir previamente em seus conteúdos mais de 10 mil visualizações a cada postagem. Deste modo, acreditava-se que haveria uma filtragem dos produtores com acesso à remuneração e, assim, se garantiria que os anúncios publicitários das grandes marcas não estariam vinculados a conteúdos indesejados.

Muitos canais foram desmonetizados e, com isso, um número elevado de produtores migraram para outras plataformas concorrentes para efetivar suas atividades online como forma de compensar as

dificuldades geradas pelo YouTube. Além disso, a medida não demonstrou a eficácia desejada para se evitar que conteúdos abusivos fossem amplamente visualizados. Como exemplo, pode-se citar o caso do YouTuber Logan Paul⁴, que exibiu no seu canal uma vítima de suicídio, tendo uma enorme quantidade de visualizações que foram monetizadas.

A presença de outros vídeos impactantes provocou um novo movimento de afastamento das marcas, gerando perdas financeiras substanciais. Assim, em 2018, aconteceram novas readequações restritivas para as produções e a monetização. Todo material passaria a ser analisado criteriosamente, não apenas pelo número de visualizações, mas também pelo tipo de conteúdo, engajamento e comentários dos usuários. Para se candidatar ao programa de monetização os canais deveriam ter pelo menos mil inscritos e, no mínimo, 4 mil horas de conteúdos assistidos nos últimos 12 meses na plataforma. Aqueles já ativos para monetização, que não cumprissem esses novos requisitos, seriam removidos automaticamente da plataforma que ainda revisaria manualmente as violações das regras, spam⁵ e denúncias para garantir que os vídeos estavam de acordo com as políticas do site⁶.

Essa rigidez levou a uma redução de canais monetizados, mas propiciou as condições para as empresas investirem suas marcas com mais segurança num modelo publicitário que se ampliava também pelas modernas televisões digitais. O avanço das tvs smarts no cotidiano social promoveu um aumento expressivo de acessos à rede. Os conteúdos digitais estavam sendo visualizados por um público mais adulto e que, em muitas ocasiões, utiliza a televisão como único meio de entretenimento comunicativo.

Sendo um veículo de mídia influente na formação da opinião pública, a convergência da televisão com a rede e, conseqüentemente, o crescente acesso de um novo público ansioso por novas formas de interação contribuíram para o enfraquecimento gradual das emissoras de radiodifusão sobre a hegemonia da produção e disseminação dos conteúdos e discursos midiáticos.

As plataformas sociais e os canais de streaming⁷ pré-instalados nesses televisores acirraram a disputa pela audiência, mas com a chegada dos pequenos dispositivos conhecidos como Box tv⁸, houve uma expressiva demanda por conteúdos digitais. Por serem de simples funcionamento e baixo custo, esses aparelhos permitem aos antigos televisores se conectarem com a rede, conseqüentemente, fortalecendo as perspectivas de negócios do YouTube que passou a ter seus vídeos e peças publicitárias visualizadas num veículo amplamente massificado na sociedade.

Os produtores perceberam a potencialidade midiática proporcionada pela televisão em conexão com a rede, refletido no aumento da produção dos mais diversos tipos de vídeos, nem todos monetizáveis, mas abastecendo o YouTube com incessantes novidades. Os nichos criados de acordo com a lógica algorítmica impulsionam não só os conteúdos dos vídeos digitais no consentimento de seu público, mas também as peças publicitárias, encaminhando suas ofertas através de um veículo de comunicação de grande alcance.

A migração da publicidade para as plataformas como o YouTube parece ser um fenômeno irreversível para o mercado de conteúdos midiáticos, já que a convergência entre mídias se apresenta como uma forte tendência tecnológica. De certa forma, isso vem impondo as emissoras a rever estratégias de produção e marketing para sua própria sobrevivência como instituições controladoras do que é produzido e disseminado na sociedade.

O elevado grau de interatividade, onde todos podem opinar, questionar e até compartilhar seus materiais audiovisuais com outros passou a orbitar o mundo da televisão. Com as restrições sociais causadas pela pandemia do Covid-19, a monetização do YouTube acabou sendo almejada por muitos como uma propensa alternativa de rápido retorno financeiro, levando ao surgimento de incontáveis canais de exibição.

Os produtores digitais “[...] passaram a lançar suas próprias lojas virtuais, ou seja, cada um inaugura seu próprio e-commerce, ou comércio eletrônico, em seu canal” (MARQUES; BARRETO, 2016, p.08), prevalecendo da identificação com suas bolhas virtuais para impulsionar seu próprio comércio online.

A obsessão pela máxima quantidade de visualizações levou as produções recorrerem ao uso intenso de imagens e falas espetaculares, muitas vezes protagonizadas pelos seus próprios produtores. Isso resultou em vídeos que exploram excessivamente as emoções e sentimentos, visando obter um expressivo nível de eficácia subjetiva ao serem visualizados. O consentimento gerado pela comoção de seus conteúdos potencializa seus produtores a se tornarem celebridades virtuais.

Conhecidos como Youtubers, criam ambientes fascinantes para proporcionar um clima de identificação com aqueles propensos a assistir e passar o maior tempo de suas vidas acompanhando suas novidades postadas. Dedicam-se a construir laços de afetividade, “usam a própria voz, o próprio corpo e a própria linguagem para transmitir conteúdos diversos” (MARQUES; BARRETO, 2016, p.07) para entregar novidades sedutoras sobre aquilo que supostamente desejamos em consumir.

Na pretensão de aumentar o número de seguidores e visualizações, esses produtores recorrem aos serviços ofertados pela plataforma que buscam impulsionar seus vídeos na rede. O impulsionamento consiste em aumentar o alcance de uma publicação. Em vez de impactar apenas um número restrito de usuários, tais recursos permitem que o vídeo seja exibido para mais possíveis interessados, analisados e minerados pelos potentes algoritmos da plataforma. Trata-se de ampliar a visibilidade do que foi feito. Segundo Camargo (2020) por mais que seja possível criar conteúdos com engajamento em suas páginas, muitas vezes pode ser importante potencializá-los, visando um propenso retorno financeiro, caso sua visualização seja monetizada.

O produtor se vê levado a investir nesse tipo de serviço. Ofertam-se grupos de usuários prontamente minerados, identificados e predispostos a se incluírem em suas bolhas virtuais. Um investimento primordial, que possibilita o aumento das visualizações, comentários e likes de seguidores, além do compartilhamento entre outras plataformas para que o canal seja percebido e passe a dar retorno financeiro com as interações.

Como a plataforma oferece a possibilidade de transmissões ao vivo, as chamadas lives, os seus desenvolvedores criaram em 2017 outro serviço a partir da ideia de monetização da participação, o Super chat. Com a finalidade de promover doações financeiras através da participação mais direta dos seguidores com seus Youtubers, esse modelo atua na voluntariedade daqueles consentidos com aquilo apresentado em tempo real, ao ponto de contribuir financeiramente para o canal.

Rapidamente popularizado na plataforma, consiste em promover a visualização e destaque das mensagens daqueles que realizam doações numa transmissão ao vivo. Quanto mais alto o valor doado, maior será o tempo de exposição do comentário feito pelo fã durante a live, uma forma de estimular a participação e a doação voluntária pela exposição das palavras dos seguidores no canal de sua celebridade, sendo possível colocar comentários com cores mais atrativas para chamar a atenção durante essas transmissões. Nesse modelo de monetização, as próprias celebridades procuram ler os comentários e destacar seus autores, geralmente atribuindo uma atenção especial para aqueles que contribuíram de forma mais significativa para os seus canais. Atualmente, representa um importante meio de retorno financeiro para produtores e a plataforma que de acordo com o suporte do YouTube, 70% do valor doado com as mensagens Super chat é para o proprietário do canal.

Outra estratégia de monetização se configura pela ideia do sócio seguidor. Trata-se de ofertar conteúdos de acesso restrito e exclusivo para aqueles que pagam uma mensalidade para o canal. Os

valores são estabelecidos pelos próprios produtores, que geralmente definem tendo como parâmetro, o histórico do canal em relação à quantidade de visualizações e engajamentos. Da mesma forma que os Super-chats, uma parte arrecadada através do modelo sócio seguidor é direcionada para a plataforma.

Mas, o comércio dos vídeos não se limita ao ambiente do YouTube. A cada dia surgem plataformas específicas que atuam nesse tipo de fidelização financeira, ofertando rapidez e praticidade. Muitas são divulgadas pelos próprios canais do YouTube como ferramentas na mediação direta para as doações, uma remuneração justificada para efetivar a produção de mais conteúdos relacionados diretamente com suas bolhas. Um exemplo bastante comum, divulgado em várias produções é o “Apoia-se”, que se destina ao “financiamento coletivo de atividades vinculadas a ações criativas, recreativas, empreendedoras, de cunho social, ambiental ou educacional” .

Com esses recursos, alavanca-se uma relação de poder financeiro que só cresce por intermédio da inserção continua de materiais audiovisuais por aqueles dispostos a se tornar uma celebridade a qualquer custo. Uma tática de exploração da criatividade dos produtores pelo YouTube, que criam inúmeros ambientes fascinantes em seus canais, engajando sua audiência a realizar doações financeiras que também são capturadas pela plataforma. Explora-se o fetichismo da imagem e do som, capazes de promover uma forte atração e sedução para abstrair e transformar quaisquer ações em seu entorno, em práticas altamente rentáveis.

Mesmo que alguns, por meio da monetização, consigam elevado retorno financeiro com seus conteúdos, a eficácia dos algoritmos da plataforma em processar e minerar praticamente todos os dados relacionados com a interação garantem números bem mais expressivos. O retorno financeiro concedido aos produtores é relativamente mínimo comparado à grandiosidade lucrativa da extração de dados comportamentais, que minerados ao máximo, são vendidos ou leiloados por um elevado custo para os investidores do mundo digital.

Deste modo, a ideia da monetização do YouTube não se restringe a obtenção remunerada de produções espetaculares para seu cardápio publicitário. Associa-se ao aperfeiçoamento das leituras comportamentais, analisando participações e engajamentos diante seus vídeos para abstrair com mais precisão, valiosas informações para projetos mercadológicos online. A eficácia das análises probabilísticas desses dados podem efetivar formas de persuasão capazes de mudar ou reiterar uma percepção num potencial público consumidor.

3 CONCLUSÃO

Os vídeos do YouTube convidam a participar, a se doar, se fidelizar com suas verdades, estimulando seus seguidores a pagarem por aquilo que elas pensam que desejam. Os conteúdos de seus canais procuram satisfazer os anseios de seletivos grupos, que em níveis mais extremos de aceitação emocional se doam por completo diante suas verdades personalizadas e comercializáveis, levando muitos a uma obsessão de que nada mais importa do que as palavras de suas celebridades virtuais.

A plataforma estabelece uma relação de poder percebida como primordial para suas pretensões financeiras. Posiciona-se como um ousado mediador entre investidores, produtores e suas bolhas na qual consegue obter lucratividade em praticamente todas as interações. Mas do que uma simples mídia social, o YouTube se revela um audacioso ambiente de negócios, altamente lucrativo ao se beneficiar direta e indiretamente das relações de comercialização do audiovisual.

Diferentemente de outros canais de streaming que possuem elevados gastos com a aquisição, a produção e filtragem de seus conteúdos, a plataforma consegue trazer pra si, uma quantidade imensa de vídeos cedidos voluntariamente pela própria necessidade de seus produtores em se expor com aquilo que produzem. Com o acesso pelas tvs smarts, esses vídeos estão sendo disponibilizados para as massas, ampliando seu poder de persuasão para atender interesses que refletem relações econômicas e disputas de poder diluídas na rede.

A produção e disseminação desses vídeos deixaram de se centralizar nas instituições sociais e encontraram nas plataformas, os meios necessários para se disseminar com o mínimo de restrições. Mesmo com a migração de algumas emissoras tradicionais para os canais do YouTube, a força das verdades contidas em seus materiais audiovisuais se dissipam diante o direcionamento personalizado, elaborados com falas e imagens espetaculares que investem no consentimento emocional de um público probabilisticamente seletivo. De forma geral, a customização realizada pelos algoritmos permite o surgimento dessas celebridades virtuais, um produtor que procura não se limitar para aquilo que pretende falar ou expor. Produz um discurso midiático para satisfazer os anseios de suas bolhas, atendendo os interesses econômicos da plataforma através das suas verdades monetizadas.

REFERÊNCIAS

CAMARGO, Gabriel. O que é impulsionamento? Entenda como funciona esse processo e qual a diferença para um post patrocinado. Disponível em:

<https://rockcontent.com/br/blog/impulsionamento/#:~:text=O%20impulsionamento%20nas%20redes%20sociais,mais%20poss%C3%ADveis%20interessados%20naquele%20conte%C3%BADo> Publicado em 26 de março de 2020. | Atualizado em 17 de junho de 2020.

CASSINO, João Francisco. Modulação deleuziana, modulação algorítmica e manipulação midiática. In: SOUZA, J.; AVELINO, R.; SILVEIRA, S. A (Org.). A sociedade de controle: manipulação e modulação nas redes digitais. São Paulo: Hebra, 2018.

DELEUZE, Gilles. Conversações. São Paulo: Editora 34, 1992.

DELEUZE, Gilles. O atual e o virtual. In: ALLIEZ, Éric. Deleuze: filosofia virtual. Trad. de Heloisa B. S. Rocha. São Paulo: Ed. 34, 1996.

FOUCAULT, M. A ordem do discurso. 5. ed. Curso no Collège de France (1970) Tradução: L. F. A. Sampaio. São Paulo: Ed. Loyola, 1996.

FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder. 11. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1997.

MARQUES Gutenberg de Lima; BARRETTO, Anderson Gomes Paes. Youtubers Brasileiros: da autoexposição à monetização em lojas virtuais. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. XVIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste. Caruaru. PE. 2016.

PAIVA, Cláudio Cardoso. YouTube: artes, invenções e paródias da vida cotidiana. Um estudo de hipermídia, cultura audiovisual e tecnológica. In: NUNES, Pedro (Org.). Mídias Digitais & Interatividade. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2009.

SPADARO, Antônio. Web 2.0: Redes Sociais. São Paulo: Paulinas, 2013.

Capítulo 11



10.37423/221207004

O USO DA LITERATURA INFANTIL NA SALA DE AULA

Ana Paula Silva dos Santos Melo

Faculdade Maurício de Nassau

Géssica Santos da Cruz

Faculdade Maurício de Nassau

Gabriel da Cunha Pereira

Universidade Federal de Juiz de Fora



Resumo: A Literatura Infantil possui um papel indissociável da educação. Desse modo, este estudo tem por objetivo conhecer a utilização da Literatura Infantil pelo professor da Educação Infantil, tendo em vista o caráter formador que as obras literárias possuem. Considerando seus primórdios, a literatura tinha uma função estritamente pedagógica e formadora, ditando comportamentos apropriados às crianças da época. Em contrapartida, a literatura contemporânea oferece uma nova concepção de textos questionadores, reflexivos e que geram identificação. O professor tem o papel de identificar e selecionar os melhores textos a fim de desenvolver na criança imaginação, criatividade e a criticidade, estimulando a formação de novos leitores. Uma pesquisa com abordagem qualitativa foi realizada, por intermédio de entrevista a professores e alunos de duas escolas do município de Lauro de Freitas – Bahia, cuja análise elucida o olhar dos professores sobre a utilização das literaturas em suas aulas e como os alunos a percebem. Constatou-se que a Literatura promove um ambiente de aprendizagem rica e significativa para as crianças, que descobrem nos livros um mundo de experiências e descobertas.

Palavras-chave: literatura infantil; formação do professor; educação infantil.

1. INTRODUÇÃO

O presente estudo tem como tema a importância do uso da Literatura Infantil em sala de aula. Em vista disso, pretende-se discutir como devemos apresentá-las e utilizá-las em salas da Educação Infantil.

Esse tema surgiu a partir de uma participação em um trabalho educacional com turmas de Educação Infantil. As autoras do texto observaram que as atividades realizadas em sala não produziam um significado para a participação dos alunos, porém se fossem envolvidas atividades com Literatura, seriam proporcionados momentos de interação e muito mais estímulo à imaginação e potencialização da oralidade das crianças, como já presenciado em outras experiências que envolveram o uso da Literatura. Houve interação, a aula fluiu muito mais produtiva e significativa para as crianças.

A escola é o espaço ideal como base para a formação do indivíduo, por proporcionar atividades que possibilitam o desenvolvimento social e em suas múltiplas significações. A criança, inserida nesse contexto, na primeira etapa da Educação Básica, iniciará, no espaço escolar, a sua primeira experiência de socialização fora do ambiente familiar, recebendo oportunidade para expressar-se, explorar e conhecer a si e o outro, além do ensejo do seu desenvolvimento cognitivo, através dos conhecimentos que serão apresentados. A construção deste conhecimento em sua totalidade relacionado à sua cultura, natureza e sociedade necessita da apresentação e aproximação das literaturas, que deverão servir como um instrumento fundamental para a educação e formação da criança leitora e de um futuro cidadão crítico e autônomo, sujeito capaz de compreender o seu espaço.

A apresentação da Literatura Infantil contribui com muitas possibilidades para a aprendizagem das crianças. Por exemplo, instigando sua imaginação, criação, reprodução, além do conhecimento verbal e a percepção do eu e do outro.

A realização deste estudo vem contribuir para o conhecimento da Literatura Infantil em sala de aula e a sua utilização nas atividades pedagógicas direcionadas aos alunos da Educação Infantil, buscando compreender, como o profissional tem apresentado/trabalhado as literaturas em sala e como é a medição do contato das crianças com o objeto livro. Desejando obter novas experiências de construção nas atividades direcionadas para o ensino-aprendizagem que os alunos deverão alcançar nesta fase da Educação Básica.

A construção de um trabalho pedagógico com a intencionalidade que visa o desenvolvimento da criança promove um conhecimento maior do seu mundo e do outro, além de compreender as relações

com a natureza e com a sua cultura, utilizando a Literatura como um instrumento para promover interações e auxiliar em parte o trabalho do educador. Este por sua vez, deve mediar a relação das crianças com a leitura, promovendo situações que possibilitem a interação dos seus discentes com o mundo literário, trazendo a eles a familiaridade com os livros e seus diferentes gêneros e fortalecendo sua relação com a linguagem oral e escrita.

O presente Trabalho de Conclusão de Curso tem como objetivo geral conhecer o surgimento e como as literaturas são utilizadas na Educação Infantil. Seguido dos objetivos específicos: realizar um breve panorama histórico da Literatura Infantil; compreender, através de análises, a postura do educador quanto ao uso das literaturas na sala de aula da pré-escola; identificar as características da literatura adequada para a Educação Infantil.

2. METODOLOGIA

O presente estudo tem como metodologias utilizadas a pesquisa bibliográfica e a pesquisa de campo com uma abordagem qualitativa, mediada através de questionário e entrevista informal, que tem como objeto de estudo duas escolas, sendo uma privada e outra da rede do município de Lauro de Freitas-Ba.

Segundo Severino “a pesquisa bibliográfica é aquela que se realiza a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses etc.” (2013, p.106). Sendo o modo de pesquisa mais básico, a pesquisa bibliográfica é aquela que atende a muitos tipos de propostas, reunindo informações pertinentes ao longo do percurso metodológico disposto sobre o tema escolhido.

Outra modalidade de pesquisa utilizada é a pesquisa de campo, que permite ao pesquisador vivenciar a realidade dos sujeitos de sua pesquisa. Por meio dela os objetos de análise podem ser observados e interpretados de forma contínua em seu próprio cenário. Tal como afirma Gonsalves:

Denomina-se pesquisa de campo o tipo de pesquisa que pretende buscar a informação diretamente com a população pesquisada. [...] é aquela que exige do pesquisador um encontro mais direto. Nesse caso, o pesquisador precisa ir ao espaço onde o fenômeno ocorre - ou ocorreu - e reunir um conjunto de informações a serem documentadas. (GONSALVES, 2005, p.67, grifo do autor)

A presente pesquisa traz como objeto de estudo professores e alunos da Educação Infantil, buscando compreender dos profissionais a sua prática em sala de aula e dos alunos o impacto que as práticas aplicadas trazem. Dessa forma optou-se por uma pesquisa de abordagem qualitativa. A abordagem

qualitativa tem o objetivo de dar significados aos dados coletados, possibilitando a análise dos fenômenos em sua forma complexa.

Pesquisas com abordagens qualitativas estudam a Realidade Social, ou seja, seus valores, crenças, representações, hábitos, atitudes e opiniões, buscando seus significados. Ela é específica, e está condicionada pelo momento histórico e pela organização política e econômica de tal momento. (COSTA e COSTA, 2019, posição 290)

A pesquisa pressupõe a análise das informações baseando-se na coleta de dados apresentados através dos questionários e entrevistas informais dirigidas aos educadores e educandos da Educação Infantil.

Sobre a entrevista, Severino define:

Técnica de coleta de informações sobre um determinado assunto, diretamente solicitadas aos sujeitos pesquisados. Trata-se, portanto, de uma interação entre o pesquisador e pesquisado [...]. O pesquisador visa apreender o que os sujeitos pensam, sabem, representam, fazem e argumentam. (SEVERINO, 2013, p.108)

Na entrevista é necessário que o pesquisador mantenha-se em escuta atenta para o registro e detalhes das informações, intervindo apenas se necessário e discretamente evitando um suposto constrangimento.

A observação foi realizada através da coleta de dados obtidos na entrevista e visitação as escolas, procedendo do acesso aos fenômenos estudados.

3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

As principais obras que nortearam o embasamento teórico desta pesquisa são: *Literatura Infantil: teoria, análise, didática*, de Nelly Novaes Coelho (2000); *Literatura Infantil: múltiplas linguagens na formação de leitores*, de José Nicolau Gregorin Filho (2010); *A Literatura Infantil na escola*, de Regina Zilberman (1985).

A Literatura Infantil é considerada pelos profissionais da Educação, como um instrumento indispensável para a realização do trabalho pedagógico, pois apresenta muitas possibilidades para a construção e desenvolvimento do ensino e aprendizagem dos alunos, desde as suas primeiras experiências em um ambiente escolar. Sobre a Literatura Infantil, Coelho destaca:

A Literatura Infantil é, antes de tudo, Literatura; ou melhor, é arte: fenômeno de criatividade que representa o mundo, o homem, a vida, através da palavra. Funde os sonhos e a vida prática, o imaginário e o real, os ideais e sua possível/impossível realização... (COELHO, 2000, p.27)

Para a autora, a Literatura não possui uma definição exata, pois sua linguagem é expressada de acordo com as experiências humanas e em tempos distintos, de maneira que possa representar o cotidiano da vida humana e da realidade de forma criativa.

Gregorin Filho traz outra concepção sobre a Literatura Infantil:

O que se percebe é a existência de uma literatura que pode ser chamada de infantil apenas no nível de manifestação textual, isto é, no nível do texto em que o leitor entra em contato com as personagens, tempo, espaço entre outros elementos textuais [...] vários elementos escolhidos pelos narradores a fim de serem estipulados contratos de leitura entre enunciador/enunciário com a finalidade de o texto “parecer” infantil e, assim, acreditar-se na existência da literatura infantil como gênero. (GREGORIN FILHO, 2010, p.10-11)

Os temas abordados, na visão de Gregorin Filho, nas literaturas infantis, trazem textos sobre a realidade do cotidiano da vida adulta, pois são valores construídos por longas caminhadas históricas, e não apenas do universo infantil das sociedades contemporâneas, que pensam e agem de forma singular em comparação ao adulto.

A literatura na escola apresenta-se de formas distintas, no planejamento e desenvolvimento dos estudos e atividades nas áreas de conhecimento. Sobre a função das literaturas e sua importância na escola, Zilberman diz:

Como procede a Literatura? Ela sintetiza, por meio dos recursos da ficção, uma realidade, que tem amplos pontos de contato com o que o leitor vive cotidianamente. Assim, por mais exacerbada que seja a fantasia do escritor ou mais distanciadas e diferentes as circunstâncias de espaço e tempo dentro das quais uma obra foi concebida, o sintoma de sua sobrevivência é o fato de que ela continua a se comunicar com o seu destinatário atual, porque ainda fala de seu mundo, com as suas dificuldades e soluções, ajudando-o, pois, a conhecê-lo melhor. Também a escola tem uma finalidade sintetizadora, transformando a realidade viva nas distintas disciplinas [...]. (ZILBERMAN, 1985, p.25)

Conforme a autora, ainda que o texto não esteja em comum acordo com o leitor, a sua atuação sobre o receptor sempre será de forma ativa, enfatizando e estimulando em sua formação de pensamentos, construindo relações dentro dos padrões existentes.

Deste modo, Gregorin Filho discorre sobre a importância do uso da Literatura Infantil na sala de aula:

Trabalhar com Literatura Infantil em sala de aula é criar condições para que se formem leitores de arte, leitores de mundo, leitores plurais. Muito mais do que uma simples atividade inserida em propostas de conteúdos curriculares, oferecer e discutir literatura em sala de aula é poder formar leitores, é ampliar a competência de ver o mundo e dialogar com a sociedade. (GREGORIN FILHO, 2010, p.57)

O trabalho com as literaturas em sala de aula cria várias possibilidades para a formação do pequeno leitor, sendo fundamental possuir habilidade na escolha de livros que tragam, na sua construção, linguagens e textos animados para o aproveitamento completo e o retorno satisfatório dos alunos.

4 BREVE HISTÓRIA DA LITERATURA INFANTIL

A Literatura Infantil começou a ser pensada a partir da concepção de infância em meados do séc. XVIII, respeitando a nova constituição familiar de modelo burguês, mais preocupada em estimular laços internos e afetivos entre seus membros centrais, não mais em outros graus de parentesco. Considerando a fase da infância como uma etapa que se difere da fase adulta, percebeu-se a necessidade de pensar sobre o desenvolvimento intelectual das crianças, transferindo esta missão para a escola e, conseqüentemente, ao professor. Antes disto, as crianças não desfrutavam de atividades direcionadas para a sua faixa etária. Os sujeitos da classe alta tinham acesso através dos seus pais e preceptores aos grandes clássicos. Já as crianças das classes mais populares não tinham acesso à educação, portanto recebiam o conhecimento de forma oral passados pelos adultos sobre a tradição do seu povo.

Os primeiros textos infantis foram utilizados por professores e pedagogos, com um objetivo mais educativo e disciplinar. A relação da Educação com a Literatura tornou-se permanente, como um instrumento essencial e indispensável para o ensino e aprendizagem dos alunos na sala de aula, revelando a importância do desenvolvimento do gosto pela leitura e da produção de textos direcionados para o pequeno leitor.

Apontam Lajolo e Zilberman (2007) que ao final do século XIX houve um forte apelo por obras infantis nacionais, pois o cenário da literatura no Brasil era o de textos, originalmente europeus, traduzidos, muitas vezes para o português de Portugal, o que dificultava a compreensão dos leitores brasileiros. Carlos Jansen e Figueiredo Pimentel foram nomes que traduziram e adaptaram essas obras para as crianças brasileiras.

Após surgirem obras brasileiras, mesmo que adaptadas, autores como Olavo Bilac e Júlia Lopes de Almeida ofereciam em seus textos recursos estritamente pedagógicos, civilistas e patriotas, com o interesse em facilitar a execução de lições de disciplinas escolares. Apesar das regionalidades descritas em suas obras, em nenhum momento, os personagens ou a história retratavam, de fato, o regionalismo das cidades brasileiras citadas pelas obras. Havia apenas a preocupação com os valores morais (disciplina, obediência e estudo) nesses contos.

A seguir, como traz Gregorin Filho (2010), os autores nacionais encontraram um cenário que seria um dos mais retratados pela literatura no Brasil: a vida no campo. Porém, mesmo utilizando de sentimentos nostálgicos e pacíficos da vida campestre, os ensinamentos didáticos continuavam presentes nessas obras literárias.

Nesse cenário, Monteiro Lobato foi um marco para a Literatura Infantil Brasileira. A partir da era lobatiana e dos seus textos inovadores destinados ao público infantil, Monteiro Lobato permitiu que a voz da criança fosse representada através das histórias com os personagens do Sítio do Pica-Pau Amarelo, destacando temas que questionavam a realidade presente na sociedade brasileira, com o intuito de despertar reflexões aos leitores. Levantando questionamentos sobre a realidade de mundo, como a desigualdade social e práticas etnocêntricas que circulavam e distorciam os valores.

Iniciou-se uma nova etapa da Literatura infantil brasileira com o surgimento de novos autores que, além de Lobato, se destacaram nas preferências das crianças. Alguns deles: Viriato Correia, com o sucesso *Cazuza* (1938); Graciliano Ramos, com *Alexandre e outros heróis* (1944) que utilizava do folclore e histórias populares; Érico Veríssimo que criava narrativas originais, como em *As aventuras do avião vermelho* (1936); Cecília Meireles e seus livros didáticos; Henriqueta Lisboa, com *O menino poeta* (1943), o livro de poesia mais importante desse período tão fértil para a ficção brasileira. Esses e outros colaboraram para o crescimento da produção dos textos infantis, fortalecendo o mercado editorial nacional.

Lobato trouxe em seus textos a diversidade de valores do mundo contemporâneo em diferentes contextos e linguagens, mostrando o homem em seu ambiente, suas transformações diárias, suas dificuldades e seus sentimentos em textos dialógicos e de fácil compreensão para as crianças, seguido de ilustrações nas páginas, o que possibilitava o entendimento dos pequenos que ainda não dominavam a leitura. Além do rumo voltado à educação, suas obras nunca foram puramente didáticas e sim, contemplavam a construção do raciocínio crítico do seu público.

Monteiro Lobato foi emblemático para a valorização da cultura local e popular, utilizando de elementos do folclore brasileiro e de personagens com características comuns e representativas em suas histórias, apesar da conhecida polêmica quanto à representação da figura do negro em suas obras.

A percepção do racismo na obra lobatiana está diretamente relacionada à consciência [...] sobre o lugar relegado ao negro na história nacional. [...] A reflexão da problemática do preconceito e racismo na obra de Lobato não pode

desconsiderar o contexto da sua produção. [...] Lobato é fruto de um pensamento que marcou a sua época. (ROCHA, 2015, p.10)

Logo, devemos levar em consideração o momento histórico das publicações, a cultura corrente e o retrato da sociedade brasileira, neste caso de 1930, em consequência, teremos a imagem das obras literárias da época. Por isso, também, “por mais que o conteúdo [...] denote racismo, deve ser levada em conta a carga de cultura e literatura presentes na obra” (NEVES; ZAGANELLI, 2016, p. 748). Tendo em vista a Literatura como um reflexo da sociedade, nos traz Lajolo, sobre as personagens negras introduzidas por Lobato: “o conflito é violento porque ele não era menos violento na vida real [...]. E a literatura [...] representa-o, no caso de Lobato, num discurso sinuoso [...]” (1998, paginação irregular).

A função dos textos escritos por Monteiro Lobato foi de cunho artístico com o objetivo de preparar o sujeito para o enfrentamento das adversidades do mundo, usando a arte e a ludicidade, a fim de colaborar com o desenvolvimento cognitivo da criança, se desvinculando de práticas meramente instrutivas. Percebemos que as literaturas anteriores à era lobatiana eram voltadas às perspectivas pedagógicas com caráter doutrinário, que designa a fase da infância como indistinta da fase adulta, ainda associadas às práticas individualistas, preconceituosas, hierárquicas e desiguais. No momento pós-lobatiano, a criança é reconhecida como tal, a fase da infância cria consciência e recebe este destaque através de uma nova linguagem literária, quebrando paradigmas antigos de preconceitos, buscando apresentar uma nova concepção de mundo e visando contribuir para um ser em construção, ou seja, a criança em formação.

A literatura infantil, a partir da década de 1960, retratava a realidade, mesmo que de forma otimista, da sociedade brasileira. Essa realidade retratada nos livros, com o passar dos anos, se torna mais dura, trazendo relações sociais mais complexas, apontando os problemas da sociedade contemporânea, com temas como: pobreza, miséria, injustiça, marginalização e sofrimento infantil.

As produções poéticas infantis também foram, lentamente, se afastando das tradições bilaquianas e elegeram o cotidiano da criança como tema principal, como discorrem Lajolo e Zilberman: “[...] essa poesia infantil mais contemporânea tece seu espaço ao dar configuração verbal às perplexidades e impasses da condição humana, historicamente confinada – principalmente na representação infantil [...]” (2007, p. 151). Salvo os temas irrealis que transferem à criança a capacidade de imaginar e criar um universo além da esfera do real. Muitas obras e autores, inclusive, deixaram a representação da

realidade de lado e voltaram ao mundo dos reis, rainhas, fadas e seres místicos, apresentados nos textos tradicionais de Perrault e Grimm.

Atualmente, graças a contribuições de muitos autores, como Monteiro Lobato, a Literatura Infantil não é vista apenas como instrumento pedagógico. A Literatura é uma arte que expressa nossos valores culturais e sociais. Os novos leitores estão mais críticos e a Literatura se inseriu em um ambiente de competição com as novas mídias. Porém ela continua sendo a melhor forma de despertar a imaginação, criatividade e o prazer da leitura nas crianças desde os seus primeiros anos de vida.

Inserido em nosso modelo de economia capitalista, o mercado editorial da Literatura Infantil ganha cada vez mais espaço, com uma vasta variedade de gêneros, a fim de alcançar um patamar mais próximo da realidade, sem o moralismo, conservadorismo e didatismo de antes. Agora, por outro lado, abordam questões sociais e atuais por seus autores, como apontam Lajolo e Zilberman:

Assim, se aparentemente desapareceu desses livros infantis o compromisso com a história oficial, com os heróis pátrios e com os conteúdos escolares mais ortodoxos, um exame mais atento da produção infantil contemporânea revela a permanência da preocupação educativa, comprometida agora com outros valores, menos tradicionais e acredita-se – libertadores. (LAJOLO, ZILBERMAN, 2007, p.159)

A Literatura tem a liberdade artística de questionar diversas questões e concepções que foram historicamente formadas. Por essa razão, as autoras apontam os novos valores como “libertadores”. Os livros mudaram seu foco educativo (amor à Pátria, respeito aos valores morais) para o retrato da realidade vivida por muitas crianças e jovens. Abordando temas mais contemporâneos como: preconceitos, respeito às diferenças, questões ambientais, vida familiar e os novos formatos de família, direitos das crianças, entre outros. Os leitores, os hábitos de leitura e o consumo das obras infantis andam em processo de constante mudança e melhoria, conseqüentemente o objeto livro deve acompanhar essas mudanças. A sua ressignificação permite à criança um mundo de descobertas, considerando a linguagem verbal, os recursos visuais e até estímulos sensoriais oferecidos aos pequenos leitores.

O trabalho do educador na Educação Infantil, segundo a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), deve ser intencional e contribuir com o autoconhecimento da criança, estimular o ato de conhecer o outro, compreender e explorar situações que promovam seu pleno desenvolvimento. Uma das formas de favorecer esses encontros é através da literatura. “As experiências com a literatura infantil, propostas pelo educador, [...] contribuem para o desenvolvimento do gosto pela leitura, do estímulo à

imaginação e da ampliação do conhecimento de mundo.” (BRASIL, 2018, p.42). A educação literária tem o objetivo de formar leitores e também desenvolver o letramento nessas crianças pequenas.

Para que o gênero possa trazer um momento de encontro com o destinatário, a seleção dos textos necessita obedecer alguns critérios para despertar o interesse do leitor, como a qualidade estética, ou seja, a literatura como arte, que se desvincula da função meramente referencial, trazendo textos que representem realidade e fantasia de maneira criativa e inovadora, promovendo um encontro de si mesmo e a abertura de novos horizontes através da imaginação. A escolha dos livros infantis não pode possuir apenas uma abordagem pedagógica, com padrões morais de caráter exemplar da sociedade, mas deve também oportunizar a assimilação individual da criança, relacionando com os momentos já vivenciados. Zilberman ressalta sobre o valor no qual é guiada a seleção da literatura e a sua qualidade:

Porque a Literatura Infantil atinge o estatuto de arte literária e se distancia de sua origem comprometida com a Pedagogia, quando apresenta textos de valor artístico a seus pequenos leitores. E não é porque estes ainda não alcançaram o status de adultos que merecem uma produção literária menor. (ZILBERMAN, 1985, p.23)

Para que o educador adquira a habilidade na utilização das literaturas é necessário um aprofundamento no conhecimento em Literatura e perceber a literatura como arte e um instrumento que auxilia na formação cognitiva, emocional e social da criança. O educador deve selecioná-las de forma que os textos produzam um diálogo com os educandos que impulsionem o desenvolvimento, formação e compreensão do seu papel em sociedade, além do interesse e gosto pela leitura.

A partir dessa breve história da Literatura Infantil, veremos a seguir como se dá a relação do educador com o uso do texto literário em sala de aula.

5. O PROFESSOR E A LITERATURA INFANTIL

O papel do livro é fundamental para a formação do hábito da leitura que, no Brasil, continua sendo um hábito pouco explorado, como afirma Cunha quando considera o quadro referente ao hábito de leitura do país: “só poderá melhorar quando toda a postura do adulto relativa ao livro e à função dele na educação se modificar” (2006, p.18). Por não se enquadrar em um modo passivo de lazer, os livros, principalmente os de literatura, produzem indivíduos desenvolvidos de criatividade, consciência e criticidade. Ainda destaca Cunha (2006) que o adulto considera que a criança não se interessa pelo livro, porém essa suposição não passa da representação do seu próprio desinteresse.

O uso da Literatura Infantil para a construção social do pequeno leitor possui uma função formadora do conhecimento, voltando-se para a apresentação da cultura e do mundo, se distanciando de objetivos meramente pedagógicos, propondo um projeto libertador e emancipatório no desenvolvimento pessoal da criança. Conforme Zilberman (1985), portanto, não é atribuição do professor apenas ensinar a criança a ler corretamente, mas concretizar e fazer expandir a alfabetização, dominando códigos e a mecânica da leitura, permitindo a sua imersão na compreensão dos textos, estimulando a verbalização e percepção dos seres humanos nos temas em meio à trama ficcional. Esta tarefa revela a necessidade de preparação desses profissionais e dotá-los de instrumentos adequados é fundamental para cumprir as suas práticas didáticas e sociais com resultados satisfatórios.

O professor precisa estar apto a utilizar a Literatura Infantil em sala de aula e, de acordo com Zilberman, deve considerar obras que sejam apropriadas e voltadas ao público infantil, além de estimular a leitura, compreensão e verbalização, através do emprego de metodologias eficazes, em prol da assimilação e entendimento desses alunos. Para que este profissional esteja apto à realização dessas tarefas, a autora ainda expõe os instrumentos que os cursos universitários necessitam oferecer para a formação docente:

- a) o conhecimento de um acervo literário representativo;
- b) o domínio de critérios de julgamento estético, que permitam a seleção de obras de valor;
- c) o conhecimento do conjunto literário destinado às crianças, considerando-se sua trajetória histórica (origem e evolução), assim como os autores atuais, nacionais e estrangeiros mais representativos;
- d) a manipulação de técnicas e métodos de ensino que socorram e auxiliem o mestre no processo de incremento e estímulo à leitura [...]
(ZILBERMAN, 1985, p.27)

Nisto, percebemos que o educador necessita adquirir estas habilidades na sua formação a fim de criar métodos que utilizam textos bem selecionados, que sintetizam e proporcionam novas percepções no processo de aprendizagem dos educandos, contribuindo para a realização da leitura da sua realidade, e colaborando para uma formação crítica e investigadora do mundo em seus espaços.

Ainda versando sobre a utilização do livro infantil na sala de aula, discorre Zilberman (1985), mediante uma investigação realizada pelo Centro de Pesquisas Literárias da PUC-RS, destacando pontos e necessidades de aprimoramento do educador quanto ao uso das literaturas, como: o professor que utiliza dos mesmos títulos para turmas de idades diferentes; o professor que não se atualiza em

conhecer novas literaturas, repetindo as mesmas obras todos os anos; o desinteresse do mestre em buscar conhecer as especificidades do grupo de alunos com que trabalha.

Por consequência, a relação do professor, do aluno e do livro de literatura torna-se além de obrigatória, desprazerosa e frustrante, uma vez que, segundo Cunha “é comum o menino sentir-se coagido, tendo de ler uma obra que não lhe diz nada, tendo de submeter-se a uma avaliação, e sendo punido se não cumprir as regras do jogo que ele não definiu, nem entendeu.” (2006, p.51)

A realidade de muitas escolas também acaba por não contribuir com as práticas do educador, por possuírem o acervo das bibliotecas muito pobre, como aborda Cunha (2006, p. 10). Por esse motivo o educador encontra-se em posição de transformador dessa realidade. Transformar-se (como educador) para transformar (os educandos). O processo não é fácil e apesar de muitas discussões sobre o assunto, pouco tem se mudado de fato. Contudo, podemos perceber que o ponto transformador é o trabalho do educador, como este procura atualizações dos seus conhecimentos, como enxerga e aplica a Literatura Infantil em sala de aula. Através disto, também compreendemos que para oferecer uma educação de qualidade, é primordial investir na formação deste profissional, dispondo desde formação continuada à ampliação dos objetivos do currículo dos cursos de ensino superior, estabelecendo metas didáticas válidas para a utilização do livro infantil na escola.

A ação da literatura é veemente no desenvolvimento da criança, atuando como estímulo intelectual e emocional para a mesma. A literatura passa para esses sujeitos visões da sua realidade, de como é viver em sociedade e de como eles podem ser formados como seres humanos. Uma obra literária cria, então, uma consciência de mundo, que segundo Coelho:

[...] não é outra coisa senão o seu conhecimento de mundo, as relações que se estabeleceram entre ele e o espaço/tempo em que vive (seus padrões ideais de comportamento, seus desejos, frustrações, paixões, esperança, cultura, decepções, medos, revoltas, entusiasmos, etc). Quanto mais orgânicas e profundas forem tais relações, [...] mais perfeita será a criação literária que dela resulta. (COELHO, 2000, p. 50, grifos do autor)

O aluno precisa se conectar com a literatura, e esta, por sua vez, deve conter uma reflexão de mundo e uma abordagem crítica, por mais fantasiosa que seja, caso contrário, a autonomia desse aluno é comprometida e limitada e não há prazer na leitura. Dessa maneira, quando o professor escolhe um livro deve ter em mente que as crianças são agentes da sua própria autonomia e não precisam que ele imponha sua visão de mundo, assim como aponta Cunha: “[...] nós estamos mal-informados, cheios de idéias preestabelecidas com relação ao que agrada à criança” (2006, p.18). O processo de

aprendizagem deve ser construtivo e reflexivo e o professor tem papel de mediador entre os textos e as crianças. Ainda afirma:

[...] é obrigação do educador mostrar não só a literatura como também as demais artes como as mais fascinantes formas de descoberta do indivíduo, nas relações de recreação e recriação possíveis entre ele e a obra. [...] cabe ao educador sempre se perguntar se, com uma atuação mais eficiente, mais orientada, não poderia ele estar ajudando mais pessoas a optarem por literatura (ou qualquer forma de arte ou cultura). (CUNHA, 2006, p. 53-54)

O educador deve ser crítico com ele mesmo e buscar o interesse dos alunos, fugindo do condicionamento de sempre. Aplicar as mesmas atividades e apresentar as mesmas propostas de leituras não é o ideal. O ideal é adequar essas propostas a cada turma, que dispõe de diferentes necessidades. Coelho discorre sobre a literatura nos dias atuais:

[...] o que hoje define a *contemporaneidade* de uma literatura é a sua intenção de estimular a consciência crítica do leitor; levá-lo a desenvolver sua própria expressividade verbal ou sua criatividade latente; dinamizar sua capacidade de observação e reflexão em face do mundo que o rodeia; e torná-lo consciente da complexa realidade em transformação que é a sociedade [...]. (COELHO, 2000, p.151, grifo do autor)

As crianças precisam ler textos que as impulsionem a entender o livro como um meio de fazê-las refletir sobre a realidade, entender o mundo que vivemos e mudá-lo, sendo assim necessário. Muitas vezes o professor se vê preso a uma concepção de qual é a melhor abordagem para as crianças e as condicionamos à mesma ideia ano após ano e o resultado acaba sendo o mesmo ano após ano: o desinteresse delas.

A partir deste momento, partiremos para a pesquisa de campo realizada com professores e alunos da Educação Infantil, a fim de analisar a prática destes profissionais e atestar as teorias apresentadas até o momento.

5.1 ANÁLISE DA PESQUISA DE CAMPO

A análise foi realizada mediante entrevista a duas professoras da Educação Infantil - Grupo 4 e 5, de escolas do município de Lauro de Freitas – Ba e 7 alunos dessas mesmas instituições. Foram alvos desta pesquisa: uma escola particular, localizada no bairro de Itinga e outra escola da rede pública do município, localizada no bairro de Portão.

Uma breve caracterização das instituições pesquisadas: ambas atendem crianças da Educação Infantil ao Fundamental I, sendo que devido a pandemia, algumas turmas foram suspensas. A instituição A, localizada em Itinga, possui em seu espaço cinco salas de aproximadamente 2,5m², dois banheiros,

uma cozinha, um refeitório e dois espaços para recreação. As cinco salas estão divididas da seguinte forma: duas salas para aula, uma para secretaria, uma para dormitório e uma sem utilização. O grupo de colaboradores é formado por dois professores (pré-escola e 1º ano), um gestor e dois monitores (creche). O planejamento semanal para o Grupo 5 é composto por: Artes, Números, Descobertas (Estudos Sociais), Letras, Inglês, Literatura e Música.

A instituição B, localizada em Portão, possui 16 salas, organizadas em três blocos. O primeiro bloco comporta: uma sala multifuncional/professores, uma sala biblioteca/coordenação, a sala da direção, a sala da secretaria, um almoxarifado, a cozinha/dispensa, uma lavanderia e a sala do 1º ano. O segundo e terceiro blocos têm quatro salas cada um, as oito salas são amplas e arejadas. O Bloco 2 é composto por: 2º, 3º, 4º e 5º ano, e o Bloco 3, por duas salas de creche e duas salas de pré-escola. O corpo docente é constituído por 20 professores regentes de nível superior, 8 assistentes de salas (estagiários de Pedagogia), além de cuidadores do aluno incluso. Os componentes curriculares da escola respeitam a Matriz curricular municipal, envolvendo: Identidade e autonomia, Movimento, Música, Artes visuais, Linguagem oral e escrita, Natureza e sociedade e Matemática.

O questionário da entrevista das professoras foi elaborado de modo a contemplar perguntas pessoais e específicas quanto às suas concepções sobre a Literatura Infantil e ao uso que a mesma realiza em sala de aula. As perguntas pessoais foram direcionadas à formação acadêmica, quanto tempo atuam na Educação Infantil e nas respectivas instituições. As específicas ficaram a cargo de investigar suas posições em relação ao tema principal desta pesquisa: a Literatura Infantil e seu uso em sala de aula.

Ambas profissionais entrevistadas têm formação em Pedagogia, a professora Y além da graduação, possui pós em cursos voltados à alfabetização e educação infantil. Em relação ao tempo que trabalham com Educação Infantil, a professora X atua há 7 anos e a professora Y atua há 5 anos. Perguntado sobre cursos voltados à prática de Literatura Infantil em sala, a professora Y realizou um curso durante a pandemia de contação de história, já a professora X, não realizou nenhum, porém manifestou interesse em fazê-lo posteriormente.

Após algumas conversas, percebemos que a professora Y realizou muitos projetos voltados a inserção da literatura em suas aulas. Nos contou sobre um projeto de formação lançado pela Prefeitura de Lauro de Freitas em 2019, em que os professores deveriam trabalhar uma sequência didática, com o tema “diversidade”. Cansada de usar as mesmas literaturas de sempre, como O cabelo de Lelê, de Valéria Belém, Bruna e a galinha d’Angola, de Gercilga d’Almeida e Menina bonita do laço de fita, de

Ana Maria Machado, buscou um livro diferente e encontrou Cada um do seu jeito, de Theodoro Brasil. A professora, além de confeccionar a boneca de Maria Clara (anexo A), protagonista da história, trabalhou outros trechos do livro, como uma passagem em que diz que Maria Clara encontra uma menina muito bonita, parecida com sua mãe no espelho. A professora então confeccionou com as crianças, espelhos feitos de papel e pôs em cada um deles, a foto das crianças. Nessa mesma oportunidade, produziu com as crianças, a personagem em papelão de frutas (similar a caixa de ovos), porém não foi possível realizar esta mesma ação nesses dois últimos anos, por conta da pandemia de Covid-19. A proposta final desse projeto foi a apresentação das crianças e a exposição de todo o trabalho feito com os grupos do pré-I e pré-II, em parceria com outra professora, na escola em que atuava.

Em uma das visitas à Instituição B, as crianças da escola tiveram a oportunidade de assistir uma apresentação de um teatro educativo que trouxe uma peça baseada no livro *Pipo e Fifi*, de Caroline Arcati, que de maneira divertida ensinou as crianças sobre a prevenção do abuso sexual infantil, com os “toques” do sim e do não e finalizando com a confecção de animais em dobraduras de papel. As crianças assistiram atentamente cada parte da encenação e ficaram admiradas com a apresentação dos personagens (anexo B).

Sobre as opiniões das entrevistadas a respeito da relevância do conhecimento do professor em Literatura Infantil, ambas consideraram importante. Neste sentido, destacamos a professora X que afirmou: “Na leitura de contos infantis a criança entra no mundo imaginário e aprende de várias maneiras” (PROFESSORA X). Considerando a essência da literatura:

A literatura é o lugar privilegiado em que a experiência “vívda” e a contemplação crítica coincidem num conhecimento singular, cujo critério não é exatamente a “verdade” e sim a “validade” de uma interpretação profunda da realidade tornada em experiência. (ROSENFELD apud CUNHA, 2006, P.57-58)

Por esse motivo a apresentação da literatura à criança é importante. Ela gera inúmeras possibilidades de sensações, entendimentos, experiências e significados, resultando, segundo Rosenfeld (1976, apud Cunha 2006) em prazer, como há em toda fruição estética. Essas contemplações florescem por intermédio deste mundo imaginário que a criança entra ao tomar consciência da literatura.

Acerca do planejamento e frequência com que trabalham as literaturas em sala, a professora X aplica a literatura apenas uma vez por semana, contudo, nos relatou que as crianças estão sempre folheando os livros infantis disponíveis na escola. Em contrapartida, a professora Y trabalha a Literatura todos os dias. Em algum dos períodos da sua aula, ela leva os pequenos ao Cantinho da leitura (anexo C) e

anuncia a Hora do conto, momento em que trabalha alguma história e realiza atividade voltada para ela e ainda destaca: “E não deixo de trabalhar quem são o autor e ilustrador do livro, pois nem sempre o autor e o ilustrador são a mesma pessoa” (PROFESSORA Y).

Quanto às atividades voltadas para as literaturas que trabalham em sala de aula, a professora Y realiza atividades de confecção de elementos ligados à história contada, atividade de escrita e de desenho, a qual foi realizada no dia da visita. As crianças desenharam e pintaram os personagens do livro *Somos todos extraordinários*, um garoto de um olho só e sua amiga, uma cadelinha. A professora X não responde de forma clara, apenas descreve suas atividades como realizadas no pátio da escola, apresentando os personagens dos contos infantis, infelizmente não tivemos a oportunidade de vê-la aplicando atividades, pois a mesma, em visitas, sempre adiava, justificando que estava próximo do fechamento semestre e que precisava preparar os alunos para as avaliações.

Quanto à importância do uso das literaturas nas turmas de Educação Infantil, a professora X destacou a importância da leitura para o desenvolvimento da oralidade, comunicação e conhecimento das crianças. A professora Y identifica a ilustração como um ponto importante nos livros de literatura e o quanto elas ajudam no processo de leitura das crianças. Discorre: “Os livros têm que ser bem ilustrados, com ilustrações adequadas à faixa etária. Elas chamam atenção e ao fazer a leitura, deve-se sempre mostrar as ilustrações para as crianças” (PROFESSORA Y). Neste sentido, Cunha destaca: “Para essas crianças pequenas, em quem queremos desenvolver o interesse pelas histórias, em geral lidas para elas, é importante a gravura: deve, nesse caso, prevalecer a ilustração” (2006, p.74).

A última pergunta foi referente às possíveis dificuldades que elas enfrentam para desenvolver as literaturas em suas atividades. A professora X simplesmente alegou que não havia, porém em visita manifestou sua inquietação sobre o momento de falta de livros que a instituição passava, devido a um episódio de chuva forte, que acabaram por perder alguns livros e por não gostar dos títulos atuais, revelando sua preferência pelos clássicos: *Chapeuzinho vermelho*, *Os três porquinhos*, entre outros. A professora X alega que as crianças não prestam atenção às literaturas mais novas e somente se sentem atraídas pelas histórias clássicas. Em visita, a professora pôs aos alunos, enquanto buscava a atividade de artes na secretaria, uma história em áudio na caixa de som da sala. Mesmo a contragosto das crianças, a história escolhida foi Cinderela, o que constatou-se foi que a turma não se interessou pelo áudio, pois não houve mediação da professora para a suposta atividade.

Em contraponto, a professora Y afirma que a dificuldade existe, mas cabe ao professor se adaptar e buscar o melhor para seus alunos por sua conta, assim como ela, que compra e confecciona muitos dos livros que apresenta às crianças. Em visita, apresentou alguns desses livros: Cada um do seu jeito, de Theodoro Brasil, Somos todos extraordinários, de R.J. Palacio que foram comprados por ela.

Para as crianças realizamos uma conversa informal com perguntas como: “qual livro você mais gosta?” “qual livro você menos gostou?” “você pede para a professora contar histórias?” e “na escola tem livros com histórias para vocês?”

Para a pergunta “Qual livro/história que você mais gosta?” as crianças da Instituição A deram respostas como: “O gato e a árvore” (CRIANÇA 1); “Do lobo” (CRIANÇA 2); “A do lobo mau” (CRIANÇA 3). Ao serem pedidas para desenhar a história do livro, a Criança 1 e 2 aceitaram (anexo D e E, respectivamente). As crianças da Instituição B responderam, em sua maioria, “Maria Clara” (CRIANÇAS 5 e 6), “a da menina do cabelo igual ao meu” (CRIANÇA 4), referindo-se ao mesmo livro de Theodoro Brasil, que tem como protagonista Maria Clara. A criança 7 respondeu “O gato xadrez”, um livro que a professora usa para ensinar as cores.

Em relação ao livro que elas menos gostam, as crianças da Instituição A não responderam ou disseram que gostam de todos, o que entra em divergência com a fala da professora X, que diz que as crianças não gostam das literaturas atuais. As crianças da Instituição B, por sua vez, também não se queixaram das histórias, salvo uma delas que tem um título que não a agrada muito: “a do chapéu” (CRIANÇA 4).

Ao serem questionadas sobre pedir a professora para lhes contar histórias, a maioria não pede/não respondeu, apenas uma criança da Instituição B afirmou pedir.

Diante das respostas colhidas e das observações feitas em visitas, constatou-se, através das respostas da entrevista aplicada, que as duas professoras têm conhecimento da importância da literatura, contudo, nem todas colocam em prática a totalidade deste conhecimento. Percebemos o quanto as formações continuadas em Literatura Infantil são importantes para a prática do professor de Educação Infantil em sala de aula. A criatividade e o interesse dos docentes também revelam muito da forma como esses profissionais irão desempenhar suas ações e utilizar as ferramentas que as literaturas proporcionam em prol do desenvolvimento da criança.

Por fim, percebemos que as crianças expostas às literaturas desenvolvem a sua aprendizagem de maneira prazerosa, com entusiasmo em suas participações nas atividades propostas pelo educador.

Além de apresentar o exercício da leitura como algo interessante e criativo, fatores necessários para o desenvolvimento autônomo do aluno.

6 A LITERATURA INFANTIL E SUAS CARACTERÍSTICAS

O objetivo da Literatura Infantil, segundo Coelho, “é dar *prazer ao leitor*, diverti-lo, emocioná-lo ou envolvê-lo em experiências estimulantes ou desafiantes” (2000, p.150, grifo do autor). Compreendemos então, que as obras literárias devem carregar elementos que despertem o interesse e a motivação da criança pela leitura.

Para que o livro desperte o interesse do pequeno leitor, o texto necessita apresentar elementos e características que consigam agradá-lo, além de promover estímulos à leitura. Por se tratar de um leitor em formação, de pouca idade, Cunha discorre: “A obra literária para crianças é *essencialmente* a mesma obra de arte para o adulto. Difere desta apenas na complexidade de concepção: a obra para crianças será mais simples em seus recursos, mas não menos valiosa” (2006, p.70, grifo do autor).

6.1 A SIMPLICIDADE DA LINGUAGEM

A obra direcionada ao público infantil deve utilizar a simplicidade tanto em seus recursos como também em sua linguagem para que seja desenvolvida a comunicação entre o texto e o pequeno leitor. Contrapondo, esta linguagem, segundo Cunha (2006) não deve ser confundida a sua simplicidade com o fácil, pois mesmo na construção de expressões que a criança não utiliza, ela é capaz de compreendê-las enquanto desenvolve suas habilidades de leitura. Os livros utilizados devem estar de acordo com o seu desenvolvimento, sendo ideal fazer uso daqueles que estejam consoantes ao seu adiantamento e outros que sejam mais avançados para que possam ultrapassar novos obstáculos. Cunha destaca sobre o uso da puerilidade: “O autor que usa a puerilidade, pensando só assim ser entendido pela infância, esquece-se de que ela pode não usar determinadas construções, mas é perfeitamente capaz de compreendê-las” (2006, p.72). Dessa maneira, compreendemos que o estilo pueril nos textos infantis é psicologicamente incorreto e inadequado para o desenvolvimento da habilidade de leitura da criança.

6.2 AS ILUSTRAÇÕES

A autora ainda nos direciona ao que diz respeito aos signos utilizados nas literaturas. A criança muito pequena ainda não compreende os signos da palavra escrita (o desenho das palavras). Dessa forma, o que facilita a sua “tradução” são as imagens (figura, gravura, pintura, ilustração) que funcionam como

símbolos que podem representar e realizar relações e o reconhecimento que, possivelmente, tenham vivenciado em seu meio afetivo.

Para as crianças pequenas, o desenvolvimento do seu interesse pelas histórias se dá através da apresentação das ilustrações. Prevalecendo a observação, elas são guiadas por pequenos textos. Segundo Coelho (2000), esses livros seguem uma linha narrativa por imagens, pois as histórias são contadas por estes elementos, através da linguagem visual. Por intermédio dessa estratégia, as crianças reconhecem seres e coisas que fazem parte do seu dia a dia, e aprendem a discerni-las oralmente.

Para esta fase, os livros possuem formatos e tamanhos diversificados, apresentam poucas páginas, apelam ao lúdico e promovem um processo de leitura que gera identificação. A ilustração deve permanecer, mesmo que a criança tenha iniciado o processo de leitura, acompanhada pelos pequenos textos que devem ser apresentados com letras grandes e redondas. Os livros chegam ao formato e tamanho habituais, à medida que a criança evolui em seu processo de leitura, como também as ilustrações e o tamanho das letras.

Sobre as ilustrações, Cunha destaca:

Assim como o texto artístico permite muitas leituras [...], o mínimo que a ilustração tem de fazer é ser ela também tão conotativa, cheia de sugestões, que não impeçam outras leituras do texto, mas sim dê às crianças a oportunidade de imaginar, recriar, ir além do próprio desenho. (CUNHA, 2006, p.75)

A ilustração do livro infantil pressupõe o encontro de dois artistas com o leitor, oferecendo à criança um duplo exercício de leitura (o texto e o desenho), trazendo estímulos à sua imaginação e a possibilidade de instigar a criança a fazer sua própria leitura. Portanto, para que a ilustração alcance este objetivo, ela não poderá cometer certos equívocos como diz Cunha: “O que mais se vê é a ilustração estereotipada, sem qualquer inovação, fácil (por isso mesmo, digerida rapidamente e sem problemas), apoiada no colorido como chamarisco” (2006, p.75). Nisto, é necessário que as ilustrações estejam de acordo com texto de forma criativa, sem uma tradução antecipada da história, equilibrando os detalhes e elementos contidos em suas páginas.

6.3 A NARRATIVA

Outra característica dos textos infantis é a narrativa que, ao ser apresentada, também deve conter elementos que atraiam a atenção das crianças. Segundo Cunha (2006) a movimentação e dinamismo

da história, a dramaticidade, situações inesperadas, algum momento novo e as reviravoltas são componentes de uma narrativa que, naturalmente, irá interessá-las e promover identificação com algum personagem, esperando sempre a este um final feliz. O desenvolvimento da narrativa infantil é claramente diferente da narrativa para adultos, por isso é importante que ela mantenha uma sequência cronológica linear, mantendo a intenção predominante de distrair a criança.

6.4 A ADEQUAÇÃO À IDADE

Além das narrativas, outra questão a ser abordada é a adequação das literaturas à idade das crianças. Sabemos que cada criança tem seu próprio ritmo de desenvolvimento e que é mais importante conhecer cada criança e suas especificidades, no entanto, Cunha (2006) mostra que a Literatura Infantil considera três fases do desenvolvimento infantil, são elas:

Fase do mito: as crianças nessa fase têm de 3-4 a 7-8 anos de idade. Nela predomina a fantasia, a criança não distingue a realidade do imaginário e os objetos têm vida. Os gêneros que os acompanham para esta fase são: Contos de fadas, as Lendas, os Mitos e as Fábulas.

A fase do conhecimento da realidade tem a faixa etária de crianças de 7-8 a 11-12 anos. Essas crianças necessitam de ação e se interessam por temas mais reais, como ciências, valorizando o esforço pessoal, a superação de obstáculos, mitologia e seus heróis. Nesta fase as literaturas adequadas são: romance de aventura, relatos históricos, mitológicos e heroicos, história regionais, nacionais, universais e também espaciais.

A terceira fase é a do pensamento racional (crianças de 11-12 anos até a adolescência). Nesta fase a criança já possui noção do que é abstrato e passa por uma segunda fase egocêntrica, preocupa-se consigo mesmo, porém também com sua relação com o outro, pelo caráter social que essa fase apresenta. Para eles, a literatura romântica com temas heroicos será bem aceita, como também literaturas com temas que envolvem os problemas e a realidade da sociedade atual.

Lembrando que estas características apresentadas por Cunha (2006) são apenas pontos de referências, não é algo determinante, pois cada criança tem em particular o seu próprio limite e desenvolvimento.

6.5 OS GÊNEROS

Diante do universo literário direcionado às crianças e jovens, surge um questionamento: Como organizar no quadro dos gêneros literários a Literatura Infantil? Coelho (2000) adotou a seguinte

classificação: os gêneros são a poesia, a ficção e o teatro. Definindo gênero (ou forma geradora), como expressão estética de determinada expressão humana; a poesia como vivência lírica (o eu mergulhado em suas próprias emoções); a ficção como vivência épica (o eu em relação com o outro, e com o social), e o teatro como vivência dramática (o eu entregue ao espetáculo da vida) tendo como expressão básica a representação e o diálogo.

6.5.1 FORMAS SIMPLES

Outras formas de narrativas que foram consideradas pertencentes à área do gênero ficção definidas como formas simples, de acordo com Jolles (1930 apud Coelho, 2000, p.164) são: as fábulas, apólogo, parábola, alegoria, mito, lenda, saga, conto maravilhoso, conto de fada, conto exemplar, conto jocoso; assim foram chamadas pela sua criação espontânea e simplicidade das narrativas, que as diferenciavam dos romances e novelas de cavalaria.

A Literatura Infantil, de acordo com o quadro classificatório, pertence ao gênero ficção, que abrange qualquer narrativa de linguagem artística, criativa e poética. Os seus textos possuem caráter específico, pois se destinam aos pequenos leitores, seres em formação, nisto, não se distanciam o lúdico e o pedagógico, características que auxiliam no processo do ensino e da aprendizagem.

Na forma simples da ficção temos a Fábula com a narrativa (natureza simbólica), que possui a presença do animal como personagem que age como humano, tendo o objetivo de transmitir certa moralidade. O conto maravilhoso onde misteriosamente nasceu a literatura, apresenta confrontos do Bem contra o Mal, personagens com poderes sobrenaturais, que sofrem metamorfoses, profecias e são beneficiados com milagres. A forma do conto maravilhoso tem raízes em narrativas orientais, cujo modelo mais completo é a coletânea *As Mil e Uma Noites*. O conto de fadas (natureza espiritual/ética/existencial) originou-se entre os celtas, com heróis e heroínas, suas aventuras estavam ligadas ao sobrenatural e ao mistério além da vida, e a realização dos desejos dos seres humanos.

6.5.2 POESIA

A poesia segundo Coelho “[...] é também *imagem* e *som*. As palavras são signos que expressam emoções, sensações, idéias... [...]” (2000, p.222, grifos do autor). A linguagem poética se revela um dos instrumentos didáticos mais adequados a ser trabalhado com a criança, pois tem poder de mostrá-la as vivências reais, conhecimento cultural e social, além do incentivo à prática da leitura.

De acordo com Coelho (2000), a poesia infantil, no país, surge no final do século XIX e cresce nos primeiros anos do século XX, mais comprometida com as tarefas educativas, em formar cidadãos obedientes e com bons sentimentos. Fazia parte do sistema educativo do final do século XIX até os anos 1930-1940, usando como método básico de ensino tradicional a memorização de poemas, em que os alunos os decoravam por obrigação para serem recitados nas aulas ou em dias festivos.

A produção de poesia infantil nesta época era pequena, voltando-se a poemas recreativos e, em sua maioria, pueris. As obras mais aceitas pelas crianças eram as cantigas populares, cantigas de roda ou folclóricas, que elas memorizavam rapidamente. Nesta época, prevaleciam os autores portugueses no cenário poético brasileiro. Só deixaram as influências portuguesas com o surgimento do Modernismo nos anos 1920, com contribuições de Olavo Bilac, Zalina Rolim, Alexina de Magalhães Pinto, Francisca Júlia, Maria Eugênia Celso.

O contexto histórico-cultural influenciou diretamente o caminho da poesia destinada às crianças no país. Apenas na década de 1960, após anos de luta, houve alterações em nosso sistema curricular e tornou-se obrigatório o uso de textos literários para o ensino nas escolas.

Após a era lobatiana muito se tentava viver a poesia moderna, contudo, permaneciam produzindo obras tradicionais, que apesar de terem elementos da linguística moderna, mantinham os conteúdos convencionais. Uma obra considerada, por Coelho (2000), um exemplo da poesia moderna foi *A festa das letras* (1937), texto de Cecília Meireles e Josué de Castro, que possui características como: ludicidade, ritmo, vocabulário simples, situação atraente e apelo maior pelos sentimentos afetivos do que pelos racionais.

Nos anos de 1960-1970, Coelho nos revela:

A nova poesia infantil descobre a palavra como um jogo, uma brincadeira com a fala, com a pura sonoridade (ritmo, cadência, onomatopéia, aliterações, refrões, paralelismo, trava-línguas, etc.) [...] que resgata o encantatório das antigas cantigas de ninas, cantigas de rosa, parlendas, lengalengas... presentes no folclore do mundo todo. (COELHO, 2000, p.243)

Assim, a poesia com ou sem ilustrações deve conter uma linguagem que domine oralmente a forma lúdica. Deve usar frases nominais, onomatopeias, coros que possam divertir de imediato ao ser ouvida ou lida, promovendo emoções, sensações e interações que gratificam as crianças. A poesia deve ir além das rimas e ritmos, deve estimular a criança a usar sua subjetividade e imaginação em prol do seu desenvolvimento integral, criando e formando leitores criativos e críticos.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O intuito deste estudo foi compreender o papel das literaturas nas salas de Educação Infantil e constatar a percepção desses professores quanto a sua importância e discriminar sua utilização na realidade de cada sala. Com base nos dados apresentados, é possível conceber o valor da formação e do empenho do professor em fazer da sua prática algo rico e significativo para que seu aluno se desenvolva integralmente.

A Literatura Infantil evoluiu bastante no decorrer dos séculos em que vem sendo utilizada como forma de educar. Atualmente, ela é capaz de abordar os mais diversos temas das mais variadas formas, atraindo o interesse e sempre contribuindo com a produção imaginária das crianças, não deixando de amparar a formação social desse sujeito.

O professor carrega o papel de mediador da arte dos livros literários e a criança da Educação Infantil, pois ele é responsável pela narração e contação dessas histórias que trarão ao seu aluno a compreensão da importância da leitura e não nos referimos a leitura decodificação, mas a leitura que registra, entende, interpreta e reflete os textos, sejam estes verbais ou visuais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018.

COELHO, Nelly Novaes. Literatura infantil: teoria, análise, didática. São Paulo : Moderna, 2000.

COSTA, Marco Antônio F.; COSTA, Maria de Fátima Barrozo da. Metodologia da pesquisa: abordagens qualitativas. Rio de Janeiro : DosAutores, 2019. E-book. ISBN 9781793846907. Kindle Version.

CUNHA, Maria Antonieta Antunes. Literatura infantil: teoria e prática. São Paulo : Ática, 2006.

GONSALVES, Elisa Pereira. Conversas sobre iniciação à pesquisa científica. 4ªed. Campinas : Editora Alínea, 2005.

GREGORIN FILHO, José Nicolau. Literatura infantil: múltiplas linguagens na formação de leitores. São Paulo : Editora Melhoramentos, 2009.

LAJOLO, Marisa. “A figura do negro em Monteiro Lobato”. In: Presença pedagógica. Belo Horizonte : Editora Dimensão, v.4,n 23, set/out, 1998, p. 21-31. Disponível em:

<<https://www.unicamp.br/iel/monteirolobato/outros/lobatonegros.pdf>>. Consultado em 21 dez 2021.

LAJOLO, Marisa; ZILBERMAN, Regina. Literatura infantil brasileira: história & histórias. 6ªed. São Paulo : Ática, 2007.

NEVES, Júlia Gasperazzo; ZAGANELLI, Juliana Costa. O racismo na obra de Monteiro Lobato. In: Anais do CIDIL: Rede Brasileira Direito e Literatura. v.4,n 2, jul 2016, p.741-750. Disponível em: <https://www.academia.edu/download/57663749/O_racismo_na_obra_de_Monteiro_Lobato.pdf>. Consultado em 21 dez 2021.

ROCHA, José Geraldo da. “Se te derem um limão, faça dele uma limonada: reflexões sobre racismo na obra de Monteiro Lobato”. In: Revista Ciência Humanas: Educação e desenvolvimento humano. Taubaté : UNITAU, v.8,n 2, ed.15, dez. 2015, p. 7-13. Disponível em: <<https://www.rchunitau.com.br/index.php/rch/article/view/295/176>>. Consultado em 21 dez 2021.

SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. São Paulo : Cortez editora, 2013.

ZILBERMAN, Regina. A literatura infantil na escola. 4ªed. São Paulo : Global,1985.

APÊNDICES

Entrevista com a Professora X

1. Qual a sua formação?

Pedagogia.

2. Quanto tempo está nesta instituição?

3 anos.

3. Quanto tempo leciona na Educação Infantil?

7 anos.

4. Em sua opinião, qual a relevância quanto ao conhecimento referente às literaturas?

Na leitura de contos infantis a criança entra no mundo imaginário e aprende de várias maneiras.

5. Em sua opinião, qual a importância do uso das literaturas nas turmas de Educação Infantil?

Com a leitura no dia a dia as crianças desenvolvem a oralidade e comunicação e o seu conhecimento cresce.

6. Como é organizado em seu planejamento o conteúdo de literaturas infantis?

A literatura no meu planejamento diário entra uma vez por semana.

7. Quais atividades são desenvolvidas envolvendo as literaturas?

As atividades são realizadas no pátio, com contos infantis mostrando seus personagens.

8. Com que frequência os alunos têm contato com as literaturas?

Sempre estão folheando os livros infantis.

9. Para formação continuada, realizou algum curso voltado às práticas com textos literários?

Ainda não, mas pretendo sim fazer formação docente e literatura infantil.

10. Existe alguma dificuldade existente dentro e/ou fora da escola que te impeça de desenvolver atividades que envolvam as literaturas?

Não existe

Entrevista com a Professora Y

1. Qual a sua formação?

Sou formada em pedagogia, intérprete e especialista em LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais), pós-graduada em Letramento e alfabetização, Educação infantil e Psicoinstrucional.

2. Quanto tempo está nesta instituição?

Aqui na escola eu entrei em 2017, saí em 2018 e retornei em 2021. E desde 2017 estou na Prefeitura.

3. Quanto tempo leciona na Educação Infantil?

5 anos.

4. Em sua opinião, qual a relevância quanto ao conhecimento referente às literaturas?

Muito importante, principalmente na Educação Infantil.

5. Em sua opinião, qual a importância do uso das literaturas nas turmas de Educação Infantil?

As ilustrações ajudam muito. Os livros têm que ser bem ilustrados, com ilustrações adequadas à faixa etária. Elas chamam atenção e ao fazer a leitura, deve-se sempre mostrar as ilustrações para as crianças.

Por exemplo: [mostra um livro trabalhado chamado *Cada um do seu jeito*, de Theodoro Brasil, com uma boneca da personagem principal confeccionada por ela mesma] (anexo A)

- Quem é essa, gente? Todos respondem: - Maria Clara!

6. Como é organizado em seu planejamento o conteúdo de literaturas infantis?

Meu planejamento diário tem sempre um conto. Hoje trabalhei com *Somos todos extraordinários*, de R.J. Palacio. Toda aula tem um momento de conto. Trabalho com momentos. O primeiro momento é acolhimento, o segundo momento é roda de conversa, o terceiro momento é a Hora do Conto, em que trabalho um livro e realizo uma atividade voltada para ele. E não deixo de trabalhar quem são o autor e ilustrador do livro, pois nem sempre o autor e o ilustrador são a mesma pessoa. Dou preferência a livros curtos para as crianças não cansarem e não se sentirem presas naquela situação. Se o livro é muito longo elas ficam impacientes, levantando, pois alguns alunos têm dificuldade em ficar parado muito tempo, então podemos usar uma dinâmica para chamar a atenção deles novamente.

7. Quais atividades são desenvolvidas envolvendo as literaturas?

Atividades de escrita, de ilustração, baseadas no próprio livro. Além de confeccionar com os alunos alguns dos itens que aparecem nos livros, por exemplo, a boneca de Maria Clara em palito de picolé e EVA [do livro *Cada um do seu jeito*] e também objetos que aparecem em momentos importantes da história, como o espelho [do mesmo livro] que fizemos juntos e eu coleí a foto deles.

8. Com que frequência os alunos têm contato com as literaturas?

Todo dia. Antigamente a Hora do Conto era chamada de Momento Deleite. Em sala, construí um cantinho da leitura (anexo C). Na hora, todos ficam ali sentados. Antes da história, cantamos e dançamos músicas que trabalham o movimento e daí partimos para a historinha.

9. Para formação continuada, realizou algum curso voltado às práticas com textos literários?

Sim, realizei no período da pandemia um curso de 360h de Lívia Alencar de contação de história.

10. Existe alguma dificuldade existente dentro e/ou fora da escola que te impeça de desenvolver atividades que envolvam as literaturas?

Sim, a dificuldade existe. Mas eu acho que o professor tem que aprender a se adaptar, buscar por sua própria vontade. Alguns dos livros que trabalho eu mesma compro, eu pesquiso e vejo que o livro é bom e faço a encomenda para não ficar na mesmice.

Aqui na escola, esse ano, está bem rico de materiais de literatura. Gostei dos livros novos que chegaram.

Entrevista com as crianças – Instituição A

Crianças do Grupo 5 (5-6 anos)

1. Qual livro/história você mais gosta?

Criança 1: O gato e a árvore (anexo D).

Criança 2: Do lobo (anexo E).

Criança 3: A do lobo mal.

2. Qual livro/história você não gostou muito?

Criança 1: Eu gosto de todas.

Criança 2: Eu também gosto de todas.

Criança 3: [Não respondeu]

3. Você pede para a professora contar histórias?

Criança 1: Não, porque não sei ler.

Criança 2: Não.

Criança 3: [Não respondeu]

4. Na escola tem livros com histórias para vocês?

Criança 1: Sim, no saco plástico.

Criança 2: Sim.

Criança 3: [Não respondeu]

Entrevista com as crianças – Instituição B

Crianças do Grupo 4 (4 anos)

1. Qual livro/história você mais gosta?

Criança 4: A da menina do cabelo igual ao meu. [refere-se ao livro *Cada um do seu jeito*]

Criança 5: Maria Clara [personagem do livro *Cada um do seu jeito*]

Criança 6: Maria Clara

Criança 7: O gato xadrez

2. Qual livro/história você não gostou muito?

Criança 4: A do chapéu.

Criança 5: [Não respondeu]

Criança 6: Eu gostei de todas as histórias.

Criança 7: [Não respondeu]

3. Você pede para a professora contar histórias?

Criança 4: [Não respondeu]

Criança 5: Não.

Criança 6: Sim, eu peço.

Criança 7: Não respondeu.

4. Na escola tem livros com histórias para vocês?

Obs.: Esta pergunta não foi realizada, pois na sala tem um cantinho para leitura com livros ao alcance das crianças.

ANEXOS



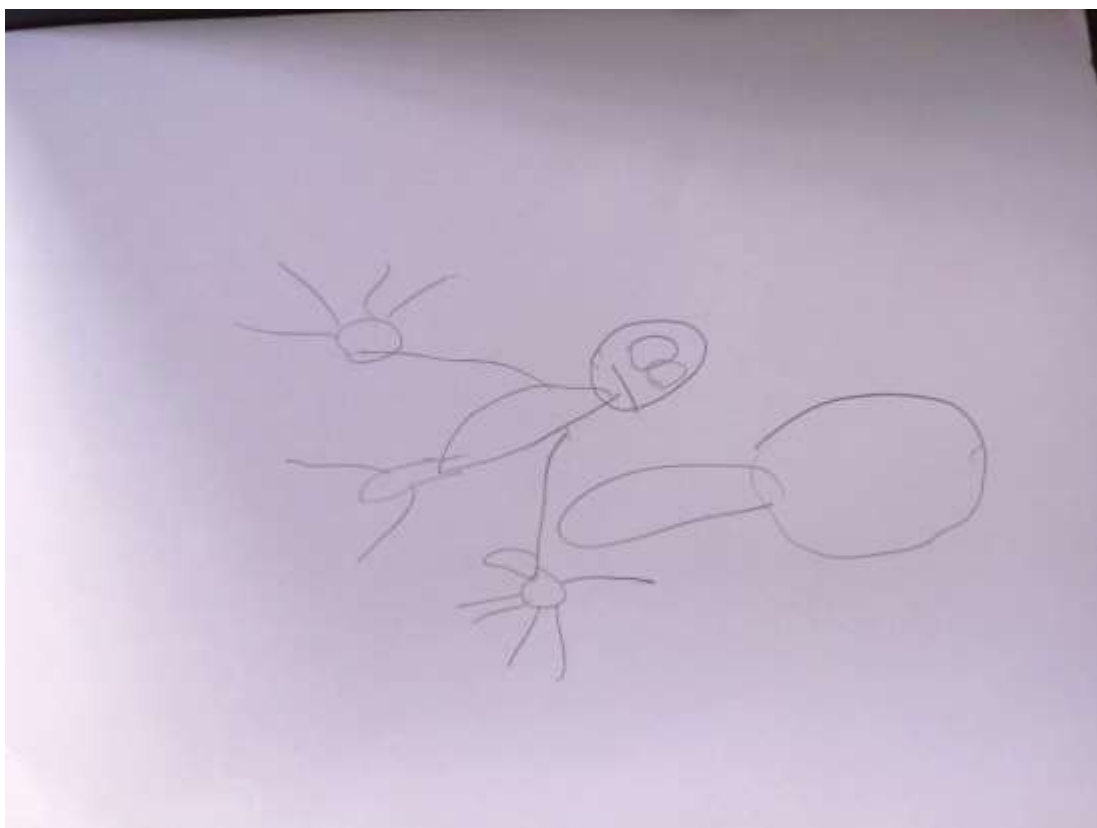
Anexo A – Livro *Cada um do seu jeito* e Maria Clara



Anexo B – Apresentação da peça *Pipo e Fifi*



Anexo C – Cantinho da leitura da Instituição B



Anexo D – Livro/história “do gato e a árvore”



Anexo E – Livro/história “do lobo”

Capítulo 12



10.37423/221207005

O ESTUDO E O ENSINO DE POLÍTICA COMO FORMA DE COMPREENSÃO DA VIDA

Davi Alberto de Souza Talizin

Universidade Estadual da Maringá

Tiago Moreira Tarozo

Universidade Estadual da Maringá



Resumo: O ensino de política na educação básica mostrou uma experiência que apontou para importância social deste modo de se discutir a política dentro da sala de aula. Com as aulas os discentes puderam desconstruir um certo senso comum de que a política visa apenas o “bem comum”. Portanto, a abordagem do tema do modo como foi trabalhado demonstrou ser imprescindível para o ambiente escolar regular, bem como em espaços formativos como os de cursos pré-vestibulares socialmente comprometidos, instigar os discentes a pensarem criticamente acerca de nossa sociedade, transformando a formação em um ambiente mais inclusivo, de modo a promover maior cidadania proativa entre populações vulneráveis.

INTRODUÇÃO

A política é uma questão dinâmica, ela está em constante movimento, e seus movimentos são perceptíveis e interferem na vida de cada pessoa. Segundo René Rémond:

“A dimensão política não absorve toda a sua atenção: esta se dirige mesmo, em geral, prioritariamente, para as estruturas sociais ou as flutuações da conjuntura econômica, na esperança secreta de descobrir aí a chave das evoluções políticas” (2003)

Esse capítulo tem como objetivo demonstrar que, assim como Foucault (2004) teorizou, o poder [político] deve ser sempre analisado como algo que nunca é possuído somente por uma pessoa. Pois o poder [político] poder não se aplica aos indivíduos, mas passa por eles, os indivíduos escolhem os detentores do poder, e isso que queremos demonstrar neste pequeno texto.

A abordagem do tema é extremamente necessária até mesmo em cursos pré-vestibulares, onde por exemplo, fiz uma pequena pesquisa qualitativa sobre o pensamento dos alunos a respeito da política, nesse contexto, abaixo, veremos que o senso comum se sobressaiu ao saber científico. Nessa perspectiva podemos conceber sim o senso comum como um caminho para o conhecimento científico, mas, para isso não podemos permitir que o senso comum se torne um obstáculo, é necessário haver a mudança do pensamento comum para o científico.

O professor, como mediador do conhecimento cumpre uma função ousada de se posicionar. A ideia de neutralidade, principalmente no ensino de política na educação básica, é totalmente equivocada. O professor tem uma posição, a posição do saber científico e atua com o objetivo de descobrir a chave das evoluções políticas.

Trazendo uma experiência vivida, o capítulo, traz uma experiência vivida por um acadêmico e professor de História que buscou nesse contexto trabalhar o conceito científico de política dentro da sala de aula. Já adianto que a experiência para esse jovem professor foi incrível, perceber nos alunos a transformação e o entendimento do porque as coisas são como são foi gratificante.

A QUESTÃO DA POLÍTICA, SALA DE AULA E O SENSO COMUM

O estudo da Política no âmbito escolar é amplo. Ao longo da história diversos conceitos foram criados sobre o tema e estão presentes de diversas formas no ambiente escolar de adolescentes e jovens.

O tema política foi levantada em aulas interdisciplinares ministradas a alunos e alunas que se encontram em fase preparatória para o vestibular, sendo a discussão norteadas por perguntas que

buscavam trazer conhecimentos prévios dos alunos sobre a política como ciência. Em ano eleitoral, como o de 2022, a política se evidencia dentro da sociedade e questionamentos são postos a seu respeito, como: “O que é a política?” “Qual a finalidade da política?” “Por que elegemos pessoas?” “Em que momento as relações são políticas?” Esses questionamentos levantados entre os alunos, comumente a sociedade tende a fazê-los durante períodos específicos, como o ano eleitoral. Indagações essas, que para muitos, depois parece ser relegada a uma gaveta de arquivo, e de dois em dois anos novamente se abre essa gaveta.

Uma pesquisa realizada pelo Instituto Data Folha nos dias 27 e 28 de julho de 2022 revelou que seis em cada dez brasileiros não se lembra em qual deputado ou senador votou em 2018. E os mesmos 64% dos eleitores não acompanharam os trabalhos dos congressistas (FOLHA DE SÃO PAULO, 2022)¹, conforme o gráfico ao lado. O resultado da pesquisa permite o questionamento: qual a noção de política que se desenvolve dentro do ambiente escolar e de que forma essa ideia reflete na concepção do conceito com os alunos?



A primeira pergunta respondida pelos estudantes buscou entender o que eles compreendiam pelo conceito de política, qual sua finalidade e seus instrumentos. O questionário foi aplicado no dia 13 de agosto de 2022 e dez alunos se propuseram a responder as perguntas por escrito. Todas as respostas vieram cercadas pela ideia do senso comum da política: *“a política existe para o bem do cidadão,*

promover saúde, educação e moradia” apenas uma estudante relacionou a política com o a palavra “poder”.

Diante da concepção clássica do conceito de política Russel dirá que a política é o “conjunto dos meios que permitem alcançar os efeitos desejados” e Hobbes define como “os meios adequados à obtenção de qualquer vantagem” (apud Bobbio et al., 1998, p.954). A partir disso, pode-se desconstruir o senso comum de que a política visa apenas o bem comum. Quando a relação de poder é entendida como uma relação paralela a política vemos que os indivíduos buscam por meio dela os seus interesses. Assim, dentro de uma democracia representativa, por exemplo, votamos naquele que em determinado momento satisfaz melhor aos desejos individuais, razão pela qual os eleitores facilmente se esquecem em quem votaram, a medida em que os interesses individuais são inconstantes.

Durante esta experiência levada a cabo pelo Cursinho UEM aos estudantes, foi analisado, a partir de uma visão materialista histórica², o modo como nossa sociedade é constituída por diferentes grupos socio e economicamente antagônicos. A partir dessa concepção de sociedade vemos que esses grupos buscam concretizar interesses distintos. Assim, com base em uma explicação weberiana teríamos que a finalidade do Estado seria controlar a luta entre as classes antagônicas geradas pelo sistema.

Usando como base o verbete do dicionário de política de Norberto Bobbio et al. (1998), o conceito de política foi definido como os meios pelos quais os indivíduos buscam seus interesses, sejam eles da classe dominante ou da classe dominada e esses interesses são relativos, não podendo ser enquadrados em caixas dicotômicas do que é “bom” ou “ruim”.

Quando falamos de política, também tratamos dos instrumentos necessários para se fazer política em uma democracia representativa, os quais levam as pessoas a se identificarem com uma determinada classe, além de que os meios de disseminação de uma ideologia dominante promovem, nas pessoas em geral, o ocultamento das relações de poder existentes na política. Assim, há, a partir dos instrumentos ideológicos uma manipulação das classes para que essas não busquem uma participação dentro do cenário do jogo político. E isso, não é feito somente pelos grandes meios de comunicação, mas por diversos outros atores sociais e institucionais como artistas, igrejas e até mesmo por espaços formativos escolares quando não tratam criticamente de analisar o conceito de política, tendo em vista a manutenção do *status quo*.

CONCLUSÃO

Reafirmo a importância de se discutir o conceito de política dentro da sala de aula, especialmente, em cursos pré-vestibulares definidos como sociais, comunitários, inclusivos ou alternativos. Como se sabe, via de regra tais “cursinhos” destinados a grupos socialmente vulneráveis constituíram-se ao longo do tempo como ações afirmativas integradas a uma política pública organizada, muitas vezes de modo autônoma e paralela ao Estado, em meio a práticas efetivas de educação social, crítica e inclusiva.

Deste modo a proposta interdisciplinar de estudos da política relacionando-a com o conceito de poder, aponta para um relevante contexto da sala de aula, que pode promover correlações essenciais ao conhecimento da realidade, de forma crítica. Assim, com as aulas os discentes puderam desconstruir o senso comum de que a política visa apenas o “bem comum”, compreendendo que a política também serve para a manutenção do poder, traduzido em interesses e privilégios de grupos determinados.



³Essa charge retrata muito bem o quão fundamental é para o aluno o ensino e aprendizagem da política. Isso, faz com que ele tenha uma visão macro das situações cotidianas e compreenda que muitas vezes o “fazer política” trata-se de um clientelismo para alcançar o poder e não a manutenção

de uma sociedade mais igual. **Portanto, para o estado é perigoso o ensino da política, de tal forma vemos que cada dia mais as disciplinas de ciências humanas são retiradas das grades curriculares.**

Portanto, a abordagem do tema é imprescindível no ambiente escolar e também em espaços formativos como os de cursos pré-vestibulares ao instigar discentes a pensar criticamente a respeito da sociedade que se inserem, transformando este espaço formativo em um ambiente mais crítico, inclusivo, promovendo maior integração social entre os mesmos, valendo a máxima na qual segundo Marx “A coincidência da modificação das circunstâncias e da atividade humana só pode ser apreendida e racionalmente compreendida como prática transformadora” (apud MÉSZÁROS, 2008, p.21)

REFERÊNCIAS

BOBBIO, Norberto. et al. Dicionário de política, Vol. I. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 11ª ed., 1998.

COSTA, Robson Ari da. A ação das ideologias políticas: entenda as ideologias para prever o futuro. Curitiba: PoloBooks, 2016

FOLHA DE SÃO PAULO. Datafolha mostra que mais de 60% não se lembram do voto para o congresso. Jornal Folha de São Paulo. Disponível em : <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2022/08/datafolha-mostra-que-mais-de-60-nao-se-lembram-do-voto-para-o-congresso.shtml>. Acesso: 25 ago. 2022.

FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder. Rio de Janeiro: Graal, 2004.

MARX, K. ENGELS. A ideologia Alemã. São Paulo: Boitempo, 2007.

MÉSZÁROS, István. A educação para além do capital. São Paulo: Boi Tempo, 2008.

RÉMOND, Rene. Por uma história política. 2. ed.- Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS: CONTEXTUALIZANDO E COMPREENDENDO AS NECESSIDADES SOCIAIS

VOLUME VII



conhecimentolivre.org/home



contato@conhecimentolivre.org



[editoraconhecimentolivre](https://www.instagram.com/editoraconhecimentolivre)



EDITORA CONHECIMENTO LIVRE